

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA - PPGEM
DOUTORADO EM ESTUDOS DA MÍDIA

THAYS HELENA SILVA TEIXEIRA

METODOLOGIA DA RESISTÊNCIA: Perspectivas para uma racionalidade da práxis em
cidadania comunicativa

NATAL
2019

THAYS HELENA SILVA TEIXEIRA

METODOLOGIA DA RESISTÊNCIA: Perspectivas para uma racionalidade da práxis em
cidadania comunicativa

Tese apresentada para obtenção do título de doutora
no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Mídia (PPGEM) da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte (UFRN).
Orientador: Dr. Juciano de Sousa Lacerda.

NATAL

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

Teixeira, Thays Helena Silva.

Metodologia da resistência: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa / Thays Helena Silva Teixeira. - 2019.

209 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda.

1. Metodologia da resistência - Tese. 2. Cidadania comunicativa - Tese. 3. Práticas sociais e visibilidade midiática - Tese. 4. Coletivos de resistência - Tese. 5. Epistemologia da ciência - Tese. I. Lacerda, Juciano de Sousa. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 342.71

THAYS HELENA SILVA TEIXEIRA

METODOLOGIA DA RESISTÊNCIA: Perspectivas para uma racionalidade da práxis em
cidadania comunicativa

Tese apresentada para obtenção do título de doutora
no Doutorado do Programa de Pós-graduação em
Estudos da Mídia (PPGEM) da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte (UFRN).

Orientador: Dr. Juciano de Sousa Lacerda.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em 26 de fevereiro de 2019.

Dr. Juciano de Sousa Lacerda (UFRN- Orientador)

Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso (UFRN – Interno)

Dra. Maria Angela Pavan (UFRN - Interno)

Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre (UNISINOS – Externo)

Dr. Orlando Maurício de Carvalho Berti (UESPI – Externo)

Dr. Nicolás Lorite García (UAB Espanha – Externo)

NATAL

2019

DEDICATÓRIA

A Pedro Sangirardi (*in memoriam*) pelo amor, gentileza e dias inesquecíveis. Por fazer valer as incertezas da vida e da ciência. Por achar que era possível que eu chegasse até aqui
Ao povo da Boa Esperança, pelo exemplo de fé e resistência.

AGRADECIMENTOS

Ao **Deus** que creio, por ser uma das forças motrizes de esperança em minha vida e causa de fé.

Ao meu marido **Alejandro**, um argentino arretado, que, além de porto-seguro emocional e afetivo, foi o principal financiador desta tese. Sobrevivemos a intempéries fortes durante o tempo em que estive sem trabalho, sem bolsa e sem estrutura governamental para desenvolver a investigação aqui relatada. Esta tese é resultado de um trabalho de resistência em tempos políticos que destroçam os investimentos em ciência e tecnologia no meu país.

A minha mãe, **Ione**, pelas oportunidades e afetos. E a minha madrinha **Dagmar**, por ser presença inestimável em minha vida.

Ao meu orientador, professor **Juciano Lacerda** por tudo. Pela mão amiga na chegada a Natal como forasteira, por me incluir nos grupos de pesquisa e possibilitar a bolsa de extensão no primeiro ano do curso de doutorado junto ao NESC (Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva), por intermediar o doutorado-sanduíche em Barcelona e por todas as colaborações científicas e humanas que meu deu durante o percurso desta jornada. E em nome dele aos professores e professoras do PPGEM-UFRN.

Ao professor **Nicolás Lorite**, pelo apoio e colaboração durante a realização do estágio doutoral (doutorado-sanduíche) no MIGRACOM, da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha.

A **Renata Gadelha** que compartilhou sua casa em Natal, além de muito apoio para não desistir de concluir este trabalho.

A **Mariana Lemos** e sua família pelo suporte incondicional em Natal e afetuosidade que não tem preço.

A **Gabriela Gadelha** por ser uma referência no doutorado, uma força e por estar presente nos momentos mais difíceis. E em nome dela e do amado amigo **Fernando Cavalcante**, aos meus colegas da primeira turma do Doutorado em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As minhas amigas de longa data **Karina, Sávia, Dai, Polly, Samira, Nana e Jennyfer** por participarem ativamente da minha vida e serem ombros inquebrantáveis.

Ao **Edson Cavalcante** pela colaboração inestimável na produção dos gráficos oriundos da pesquisa bibliométrica e pela gentileza impagável.

Ao **Luciano Cavalcanti** pela oportunidade de trabalho, que garantiu não somente o meu sustento, como a permanência no doutorado e a toda a diretoria do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio Grande do Norte, SINDERN.

A **Sarah, Lúcia e Luzia** por me ensinarem que resistência é a esperança em dias mais justos, em uma sociedade melhor para todos e todas e em nome delas a todos e todas do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*

Vocês foram inestimáveis para que essa tese pudesse ser concluída.

“A luta é infinita, a sobrevivência é eterna.”
Texto publicado na Página *Lagoas do Norte, pra quem?*

RESUMO

A investigação aborda a proposição de uma metodologia da resistência a partir da cidadania comunicativa como prática social dos sujeitos, tendo como espaço de investigação de campo as vivências do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* em Teresina, Piauí (Brasil). Resistência refere-se aos processos de contestação social em que sujeitos em condições de desigualdade e exclusão atuam para a produção de visibilidade, busca por direitos e condições de existência. A sistematização da metodologia é articulada sob a ótica da práxis cidadã e resultante de movimentos transmetodológicos (MALDONADO, 2008). Pesquisa teórico-sistemática, pesquisa bibliométrica, pesquisa da pesquisa, pesquisa empírica com observação direta, entrevistas, diário de campo, participação no movimento foram os caminhos percorridos para o entendimento de uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa que pudesse arquitetar a metodologia da resistência constituída como objetivo geral desta tese. A pesquisa bibliométrica é efetuada em bancos de dados científicos na Ibero-América, na área de Comunicação em interface com a cidadania. As observações derivadas dessa análise desencadeiam uma reflexão fundamentada na ótica qualitativa da pesquisa da pesquisa (BONIN, 2012). Essas decisões metodológicas conciliadas com as vertentes teóricas da cidadania comunicativa trabalhadas em Maldonado (2008, 2011a, 2011b, 2012, 2015), Mata (2005, 2010) e em Camacho Azurduy (2001, 2005) se estruturam para a proposição de uma metodologia que possa ser agente no concreto real. Essas observações sobre metodologia agregam saberes para um entendimento da pesquisa científica que visa sugerir categorias analíticas metodológicas, tais como compreender as práticas comunicacionais e sociais a partir da cidadania comunicativa e perceber as táticas da resistência. A pesquisa empírica sistematiza dez práticas comunicativas de resistência articuladas pelo coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, reverberando em processos complexos de visibilidade midiática e de produção de cidadania comunicativa em dispositivos não hegemônicos. A proposta de metodologia articulada a partir dessas decisões se estrutura figurativamente como a metáfora de um corpo. Está constituída em cinco partes, denominadas figuras metodológicas de resistência – cabeça (resistência), face (visibilidade), braços (interfaces e suportes comunicacionais), tronco (coletivo) e pernas (pesquisa comunitária). Elas apresentam sentidos isolados, mas se estruturam em conjunto, reiterando a noção de cidadania comunicativa como práxis, fundada em uma racionalidade dos sujeitos em resistência. A metodologia proposta não visa mimetizar os esquemas metodológicos, mas sim tencioná-los para processos de compreensão da comunicação que sejam mais densos e que não se distanciem da realidade social, dos que tradicionalmente não produzem o conhecimento científico. Assim, a metodologia direciona-se a uma compreensão da cidadania comunicativa enquanto práxis que proporciona processos emancipatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia da resistência. Cidadania comunicativa. Práticas sociais e visibilidade midiática. Coletivos de resistência. Epistemologia da ciência.

ABSTRACT

The investigation approaches the proposal of a methodology of resistance from the communicative citizenship as a social practice of the subjects, having as field of investigation the resistance effected in the collective *Lagoas do Norte, pra quem?* in Teresina, Piauí (Brazil). Resistance is emphasized as processes of social contestation where subjects in conditions of inequality and exclusion act to produce visibility, search for rights and conditions of existence. The systematization of the methodology is articulated from the point of view of citizen praxis and resulting from transmethodological movements (MALDONADO, 2006). Theoretical-systematic research, bibliometric research, research by research, empirical research with direct observation, interviews, field diary, participation in the resistance movement were the paths covered for the understanding of a rationality of praxis in communicative citizenship that could architect the methodology of resistance as a general objective of this thesis. Bibliometric research is carried out in scientific databases in Ibero-America, in the area of communication in interface with citizenship. The observations derived from this analysis trigger a reflection based on the qualitative research by research (BONIN, 2012). These methodological decisions reconciled with the theoretical aspects of communicative citizenship worked in Maldonado (2008, 2011a, 2011b, 2012, 2015), Mata (2005) and Camacho Azurduy (2005) are structured for the proposition of a resistance methodology that can be an agent in real concrete. These observations on methodology add knowledge to an understanding of scientific research that aims to suggest analytical methodological categories, such as: understanding communicative and social practices from communicative citizenship and perceiving resistance tactics. Empirical research systematizes ten communicative resistance practices articulated by the collective Lagoas do Norte, for whom? reverberating in complex processes of media visibility and production of communicative citizenship in non-hegemonic devices. The proposed methodology of resistance articulated from these decisions is figuratively structured as the metaphor of a body. It consists of five parts, called methodological resistance figures - head (resistance), face (visibility), arms (interfaces and communication media), trunk (collective), legs (community research), which present meaning in isolation but are structured together reiterating the notion of communicative citizenship as praxis, founded on a rationality of the subjects in resistance. The proposed methodology is not intended to mimic methodological schemes, but rather to stress them to processes of understanding communication that are denser, and that do not distance themselves from social reality, from those that traditionally do not produce scientific knowledge. Thus, leading to an understanding of communicative citizenship as a praxis that provides emancipatory processes.

KEYWORDS: Resistance methodology. Communicative citizenship. Social practices and media visibility. Collective resistance. Epistemology of science

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Uma apresentação da metodologia da resistência	13
1 DE ONDE FALA A CIDADÃ: cidadania, cidadania comunicativa e práxis	24
1.1 As cidadanias	24
1.2 A cidadania comunicativa enquanto práxis	35
2 A PESQUISA NA INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: análise bibliométrica e pesquisa da pesquisa	46
2.1 Tomadas de decisões sobre metodologia para organização da pesquisa bibliométrica	46
2.2 Elaboração do quadro de referência metodológico	50
2.3 Análises bibliométricas sobre comunicação e cidadania na Ibero-américa	55
2.4 Pesquisa da pesquisa em práticas metodológicas sobre comunicação e cidadania	64
3 A ESPERANÇA É BOA? Práticas sociais de resistência em cidadania comunicativa no coletivo “Lagoas do Norte, pra quem?” em Teresina, Piauí	79
3.1 Programa Lagoas do Norte	80
3.2 Lagoas do Norte pra quem?	88
3.3 Narrativas da resistência e práticas sociais comunicativas do <i>Lagoas do Norte pra quem?</i> na avenida Boa Esperança	95
3.4 Estratégias comunicativas do <i>Lagoas do Norte, pra quem?</i>	103
3.4.1 <i>Os sujeitos e os seus corpos</i>	103
3.4.2 <i>Alegria</i>	112
3.4.3 <i>Partilha</i>	114
3.4.4 <i>Redes sociais digitais e dispositivos midiáticos</i>	119
3.4.5 <i>Projetos comunicacionais</i>	127
3.4.6 – <i>Chamamento (Panfletos)</i>	130
3.4.7 – <i>Protestos</i>	132
3.4.8 – <i>Picho</i>	134
3.4.9 – <i>Alimento</i>	136
3.4.10 – <i>Mapeamento</i>	137
3.5 Racionalidade metodológica a partir da cidadania comunicativa	139
4 METODOLOGIA DA RESISTÊNCIA: Proposta de uma racionalidade para a cidadania comunicativa	141
4.1 A epistemologia da ciência e a elaboração do método	142
4.2 As dimensões da metodologia da resistência	146
4.2.1 <i>Dimensão teórica</i>	148
4.2.2 <i>Dimensão técnica</i>	149
4.2.3 <i>Dimensão metódica</i>	151
4.2.4 <i>Dimensão epistemológica</i>	152
4.2.5 <i>Dimensão do sensível</i>	153
4.3 Corpo figurativo da metodologia da resistência	154
4.4 Figuras metodológicas de resistência	159

4.4.1 Resistência (cabeça)	160
4.4.2 Visibilidade (face)	162
4.4.3 Coletivo (tronco)	165
4.4.4 Interfaces e suportes comunicacionais (braços)	167
4.4.5 Pesquisa comunitária (pernas)	170
4.5 Dialogia da metodologia da resistência	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Lógicas da resistência, cidadania comunicativa e a organização de processos metodológicos na constituição de coletivos sociais	175
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS	192

INTRODUÇÃO – Uma apresentação da metodologia da resistência

*“Tá vendo aquela igreja moço. Onde o padre diz amém?
Pus o sino e o badalo. Enchi minha mão de calo. Lá eu trabalhei também.
Lá foi que valeu a pena. Tem quermesse, tem novena. E o padre me deixa
entrar”.*
(Cidadão – Lúcio Barbosa)

Imortalizada na voz do cantor paraibano Zé Ramalho, a música “Cidadão” – uma composição de Lúcio Barbosa – fala de um sujeito que não tem acesso aos serviços e espaços que constrói. Nos versos que abrem este texto, destaco um trecho que reitera uma lógica de cidadania muito comum nos anos 1980 e 1990 na história do Brasil. As pautas sobre cidadania, autonomia do sujeito, direitos e diálogos aconteciam no âmbito das pastorais da Igreja Católica, preferencialmente. Nas igrejas, o cidadão podia entrar e debater a seu modo as demandas sociais que possuía (HOLSTON, 2013; CARVALHO, 2001; CASTRO, 2000). As pastorais foram, e ainda são, espaços de debate dos modelos de cidadania brasileira; porém, com a transformação política do Brasil pós-ditadura, a cidadania saiu dos tetos de Deus e chegou às ruas, foi intensificada nos sindicatos, associações e mais recentemente está presente nos mais distintos espaços, inclusive no ambiente digital, nos terreiros e coletivos de resistência em Teresina, no Piauí, e em tantos lugares do nosso país.

O coletivo de resistência pelo direito à moradia e à cidade *Lagoas do Norte, pra quem?* (**Figura 01**), articulado na Associação Centro de Defesa dos Direitos Sociais Ferreira de Sousa, na Avenida Boa Esperança (**Figura 02**), localizada na Zona Norte da cidade de Teresina, capital piauiense, é um desses exemplos de organizações populares que tomam a cidadania e seus processos como mecanismos para garantia de liberdade e justiça social. O coletivo é um comitê de Mobilização Permanente das Comunidades envolvidas no Programa Lagoas do Norte (PLN) anunciado em 2001 pela Prefeitura Municipal de Teresina. As comunidades afetadas pelo projeto resistem e constroem modos cidadãos, operacionais e comunicativos que expressam desacordo entre o que está sendo implantado pela gestão pública e os direitos daqueles sujeitos. A principal reivindicação do coletivo de resistência é que os moradores da região não sofram a desapropriação involuntária e percam suas casas e terrenos.

Em 2014, a organização popular *Lagoas do Norte, pra quem?* se fortalece em termos de organização social, estabelecendo vínculos de saberes e práticas populares com aqueles produzidos nos ambientes formais, universitários e religiosos. Esses movimentos de associação entre comunidades, professores, estudantes, religiosos e pesquisadores proporcionam

diversidade nas práticas de constituição da cidadania e de articulação de saberes formais e não formais. A articulação de redes colaborativas que integram os conhecimentos acadêmicos e populares é parte do entendimento de cidadania que adotamos na construção dessa tese.

Figura 01 – Movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*



Participantes do movimento Lagoas do Norte, pra quem? reunidos no quintal de um dos moradores da Avenida Boa Esperança, em novembro de 2018. A reunião discutia a realização da Marcha da Periferia 2018 e as práticas de resistência que seriam abordadas no ato. (Foto compartilhada pelo WhatsApp).

Figura 02 – Avenida Boa Esperança



Avenida Boa Esperança, localizada na Zona Norte da cidade de Teresina (Piauí). O movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* articula a luta pela permanência e direito a moradia nessa região da cidade que está sendo atingida pelo PLN. Essas são algumas das casas que estão seladas para a remoção involuntária dos moradores. A Boa Esperança se tornou um marco do movimento. (Foto: Thays Teixeira).

O Projeto *Lagoas do Norte* é definido pelas entidades de gestão pública como uma ação de recursos para revitalização, reestruturação ambiental e contenção de inundações. Conforme dados do Marco de Reassentamento Involuntário (TERESINA, 2007), a primeira fase do programa atingiu 1.588 imóveis. Para a segunda fase o indicativo é de que pelo menos 1.739 sejam afetados diretamente. O PLN atinge 13 bairros dos 25 que compõem a Zona Norte da capital piauiense.

A cidadania brasileira, compreendida majoritariamente como excludente e desigual, é exemplo de que é um conceito com peculiaridades que dizem muito sobre a formação social e histórica do país, reforçando a lógica de estar entremeadada por diversas características e ter nas noções de Estado-nacional e na cultura – em seu sentido antropológico – forte apego. As mudanças de sentido no conceito de cidadania ocorrem por múltiplas razões, tanto por uma abertura maior ou menor do estatuto do cidadão para a população “quanto pelos níveis de participação política dos vários grupos que formam a sociedade e pelos direitos sociais adquiridos, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam” (PINSKY, 2015, p. 9).

Essa cidadania que se modifica nos chama a atenção para os traços históricos do termo, que sempre tiveram como parâmetro as transformações, ao passo que concomitantemente permitiram essas modificações. A centralidade que essas mudanças assumem na formação social dos cidadãos é notória e nos faz pensar que o sujeito, a quem a música se refere, não é mais o cidadão brasileiro que vemos hoje, ainda que estejamos submersos em um mar de desigualdades.

Holston (2013) argumenta que o processo histórico proporcionado pela expansão populacional nas grandes capitais e o surgimento das periferias desencadearam a insurgência de uma cidadania que tem como figura central os grupos vulneráveis socioeconomicamente, que até então viam a lei e a justiça como instrumentos, na mão de outros, para sua subjugação. Uma força cívica construída pela classe trabalhadora, que conseguiu de certa maneira desconstruir aquele Brasil onde “a norma histórica da cidadania promove exclusão, desigualdades, ilegalidade, violência e a lógica social do privilégio e da deferência como bases do pertencimento a nação” (HOLSTON, 2013, p. 27). A cidadania é, portanto, insurgente e tenta se afirmar como menos desigual nessa autoconstrução.

Nos estudos em comunicação com essa interface, a lógica de múltiplos pontos de vistas epistemológicos se repete. Uma percepção recorrente na área é a multiplicidade de objetos, abordagens e referenciais teóricos, que desenham a pesquisa e desafiam o desenvolvimento do

campo de estudos. A dissipação de dados e das perspectivas pelas quais estes são obtidos dificulta o entrelaçamento dos estudos e não favorece a descoberta.

Diretamente, o objetivo geral desta tese é arquitetar uma racionalidade teórico-metodológica para a cidadania comunicativa que alcance os processos comunicativos e midiáticos tanto em âmbito acadêmico quanto no exercício das práticas sociais dos sujeitos e sujeitas, tendo como objeto de estudo as pesquisas em comunicação em interface com a cidadania e o movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Dessa forma, entende-se quais articulações metodológicas de resistência os sujeitos estabelecem para a construção e atuação em cidadania comunicativa. As percepções construídas partem dos dispositivos comunicacionais que são arquitetados pelos sujeitos do *Lagoas do Norte, pra quem?* para construir a resistência e a visibilidade necessária aos seus direitos à moradia e à cidade.

Essa tese segue, portanto, um caminho que visa compreender melhor os mecanismos da cidadania em interface com a comunicação, reforçando o quadro de referência de um conceito específico, a cidadania comunicativa. Aqui o conceito é destacado a partir das narrativas conceituais feitas por Camacho Azurduy (2001, 2005), Maldonado (2008, 2011a, 2012, 2015) e Mata (2005, 2010), além de uma proposição própria para o conceito. Desse ponto apresento a nossa **metodologia da resistência** para a cidadania comunicativa. Ela é uma perspectiva metodológica que parte das **práticas sociais dos sujeitos na constituição dos caminhos que eles assumem para a tomada de consciência, a práxis cidadã e da visibilidade por meio dos dispositivos comunicacionais**¹ e se consolida em dimensões teóricas, do método científico e do real concreto como uma construção social. Essa estratégia metodológica tem como centralidade o sujeito e suas práticas sociais comunicativas, o concreto como objeto de referência e a racionalidade do pensamento científico.

Em sentido mais estrito, é importante destacar que a tese possui objetivos operacionais que possibilitam a arquitetura da metodologia da resistência. São eles:

- Refletir sobre como as estruturas teóricas da pesquisa em comunicação articulam a noção de cidadania comunicativa (Capítulo 01);
- Apresentar um panorama bibliométrico da pesquisa em interface da comunicação com a cidadania (Capítulo 02);
- Realizar uma desconstrução das arquiteturas metodológicas para a cidadania comunicativa em um viés de “pesquisa da pesquisa” (Capítulo 02);

¹ Grifo nosso para o que estou chamando na tese de cidadania comunicativa. A articulação e descrição dos caminhos teóricos que nos levaram a essa percepção é realizada de modo aprofundado no primeiro capítulo.

- Articular a proposta metodológica em uma pesquisa empírica visando o refinamento e desconstrução das estratégias em cidadania comunicativa (Capítulo 03);
- Propor uma metodologia da resistência para a cidadania comunicativa a partir desses movimentos de investigação (Capítulo 04).

Esses objetivos operacionais se percebem realizados nos capítulos da tese e foram fundamentais para a articulação do método que buscamos para a cidadania comunicativa. O modo pelo qual essas operacionalizações foram executadas são explicadas aqui no sentido não só de justificar em que momentos esses objetivos aparecem, mas por acreditarmos que explicar os caminhos percorridos é imprescindível para a constituição da cidadania comunicativa a partir dos sujeitos, tendo como referência o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Procurando entender as lógicas e métricas metodológicas dos estudos realizados nesse âmbito – comunicação e cidadania –, não a busca por uma centralidade do método para a cidadania comunicativa. Assim, somos levados a uma compreensão da cidadania enquanto práxis que proporciona de certa maneira a emancipação humana. Busco, dessa forma, um diálogo entre essas metodologias no sentido de perceber a multiplicidade e diversidade do conhecimento produzido, do contrário, as lógicas e processualidades múltiplas inerentes à práxis cidadã seriam reprimidas.

A trajetória deste estudo, como dito, constitui uma racionalidade metodológica para abordar a cidadania comunicativa, inspirada nos princípios teórico-epistemológicos da cidadania como também na sistematização de práticas comunicativas e metodológicas aplicadas ao campo da comunicação cidadã, percebidas a partir da sistematização das experiências dos sujeitos do coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Para tanto, realizei prioritariamente três movimentos de pesquisa, descritos em seguida.

O primeiro movimento se caracteriza por um levantamento bibliométrico dos estudos em comunicação em interface com a cidadania. No sentido de observar essa estruturação epistemológica e metodológica, realizamos um levantamento bibliométrico a partir das produções científicas debatidas e publicizadas por meio dos bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, nos anais dos congressos Intercom, Alaic e Compós e nas revistas científicas Ibero-Americanas indexadas pelo sistema Latindex entre os anos de 2011 e 2016.

O segundo movimento, de ordem qualitativa, consiste na desconstrução e reconstrução dos métodos empregados pelas pesquisas apontadas nesse procedimento bibliométrico. O segundo ato – movimento metodológico – incorpora as lógicas da pesquisa da pesquisa

(BONIN, 2009). Esse constructo de tomadas de decisão colaborou na constituição da estratégia metodológica de resistência que apresentamos nesta tese.

O terceiro movimento, também qualitativo, é a sistematização das experiências. Estratégias comunicativas em pesquisa empírica com observação direta, entrevistas, diário de campo, participação no movimento de resistência foram os caminhos percorridos junto ao movimento de resistência *Lagoas do Norte para quem?*. O coletivo é organizado na região Norte da capital piauiense e está constituído como resistência às implicações geradas em seus bairros pelo Programa Lagoas Norte (PLN). O projeto da Prefeitura Municipal de Teresina desapropriou famílias, desconfigurou os modelos de organização daquelas comunidades e não realizou nenhum mecanismo de negociação para entender as lógicas, os costumes e as formas de vivências dos sujeitos do entorno do Lagoas do Norte e, conseqüentemente, dos atingidos. Uma região de terreiros de religiões de matrizes africanas, de famílias de descendência escrava e indígena, oleiros e artesãos majoritariamente de baixa renda, que representam modos de fazer e viver historicamente representativos da população da capital do Piauí, mas que não foram considerados e ouvidos. Resistência, portanto, é entendida como os processos elaborados e reelaborados pelos sujeitos de forma coletiva que buscam a garantia de direitos, construção e constituição deles e redução dos mecanismos de desigualdade na sociedade.

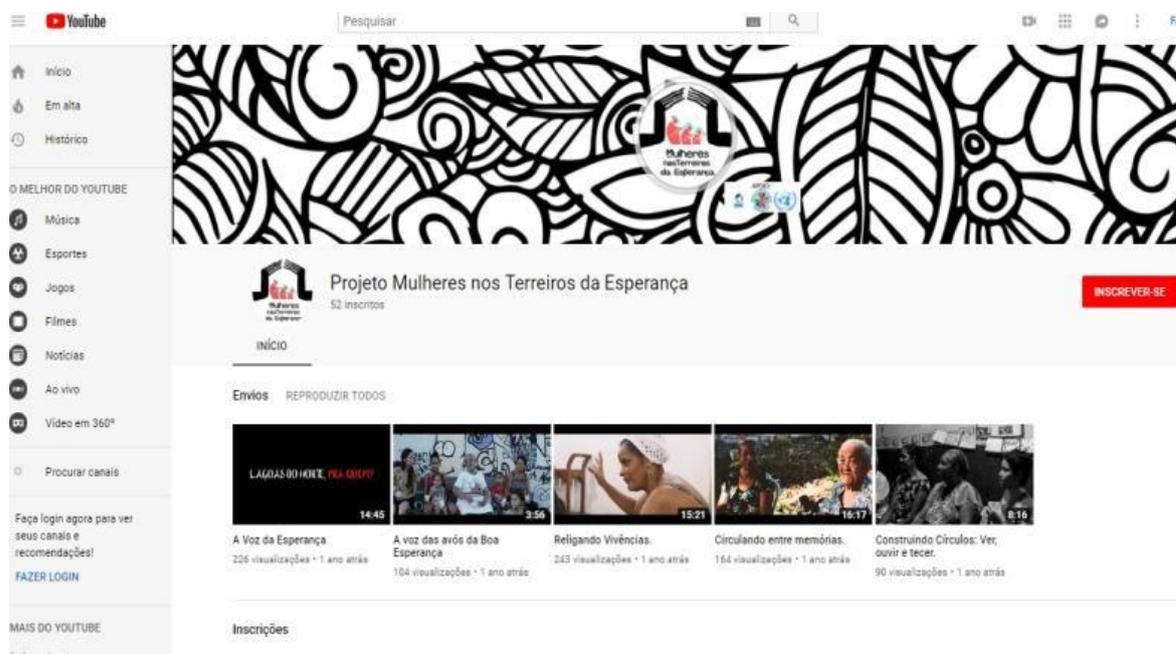
O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* é um comitê de mobilização social permanente das comunidades atingidas pelo PLN e realiza um trabalho de formação, educação, resistência e visibilidade nas comunidades atingidas. Destacam-se não só as organizações de grupos que debatem e questionam os moldes e formas de implementação do processo, mas também a estruturação de estratégias comunicativas em redes sociais digitais e analógicas para sobressaltar esse desacordo entre a política pública e o silenciamento das comunidades e seus sujeitos.

Uma das frentes é o Projeto Comunicacional Mulheres nos Terreiros da Esperança², apresentado na forma de um canal do YouTube (**Figura 03**) (<https://www.youtube.com/channel/UChjq1D1EjqMfmLygVd3Sh5w>), se mostrando como uma ferramenta para a formação de cidadania comunicativa e para o direito à comunicação como um lugar de fala. No Facebook, o coletivo está presente com a página *Lagoas do Norte*,

² “Mulheres nos Terreiros da Esperança” é um projeto de Comunicação Popular, possibilitado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, por meio do edital “Mulheres Negras e Populares: Traçando caminhos, construindo direitos”, que conta com o financiamento da União Europeia. O objetivo é levantar discussões e ações no que se refere aos direitos das mulheres, no campo dos direitos humanos, memória, patrimônio e ancestralidade na região da Avenida Boa Esperança, em Teresina, capital do Piauí (SOS CORPO, 2017, s.n.).

pra quem? (<https://www.facebook.com/pg/ComiteLagoasDoNorte>) (**Figura 04**). Além desses dispositivos, o uso do WhatsApp para a formação de grupos, da panfletagem, das pichações e de outros elementos comunicacionais – as estratégias comunicativas de resistência sistematizadas são apresentadas e discutidas de maneira detalhada no capítulo 03 – funciona como estratégias comunicativas que buscam visibilidade para os sujeitos e para o processo de desapropriação das famílias e dos locais de expressão religiosa, como os terreiros de umbanda e outros salões. Suas plataformas seguem a perspectiva da crítica social e questionam esses modelos de higienização que foram adotados para a implementação do projeto na região teresinense. O movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* integra ações do Coletivo Flores.Ser Comunicação (**Figura 05**)³, que monitora, colabora e articula com as práticas comunicativas presentes em movimentos de resistência da capital piauiense. Tais movimentos de pesquisa permitem arquitetar um modelo metodológico com base no conjunto de trabalhos da área, além de proporcionar uma discussão sobre quais os métodos mais trabalhados pelos autores, visando um confronto deles com os princípios da cidadania comunicativa.

Figura 03 – Canal do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança



Mulheres nos Terreiros da Esperança é um projeto comunicacional que faz parte das ações de visibilidade em cidadania comunicativa e memória produzido pela resistência. (Fonte: Youtube).

³ O coletivo Flores.Ser de Comunicação Popular é formado por jornalistas, comunicadores populares, estudantes e pesquisadores na cidade de Teresina e tem como principal plataforma de veiculação o site Ocorre Diário (<https://ocorrediario.com/>). O espaço é ambientado sobre a ótica da comunicação popular, cidadã e colaborativa. O coletivo se inicia junto com o projeto “Mulheres nos Terreiros da Esperança”, em 2017.

Figura 04 – Página *Lagoas do Norte, pra quem?*



Página do Facebook utilizada pelo coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* para a produção de conteúdo comunicacional, divulgação de atos, compartilhamento de documentos e denúncias. (Fonte: Facebook).

Figura 05 – Ocorre Diário



Site do Ocorre Diário. O meio de comunicação alternativo é atualizado pelo Florescer Comunicação. O coletivo também integra as ações comunicativas do comitê *Lagoas do Norte, pra quem?* reiterando as múltiplas frentes de cidadania comunicativa produzida no movimento de resistência. (Fonte: OcorreDiário).

O que queremos, todavia, não é mimetizar os esquemas metodológicos, e sim tencioná-los para processos de compreensão da comunicação que sejam mais densos e que não se distanciem da realidade social, de sujeitos que tradicionalmente não produziram diretamente o conhecimento científico, como os sujeitos e sujeitas do movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. A metodologia da resistência é a reação dos sujeitos a partir da cidadania comunicativa; o processo de organização, as práticas de visibilidades e resistência em vertentes comunicacionais realizadas pelos sujeitos e sujeitas. Em outras palavras, os fazeres comunicacionais reativos dos cidadãos.

A contribuição sobre uma metodologia que parte da cultura comunicativa específica dos sujeitos e sujeitas está elaborada neste estudo. Para tanto, sigo uma organização dos caminhos, processos e tomadas de decisão necessárias ao alcance das ideias compartilhadas aqui. A tese está dividida em quatro capítulos que resumidamente apresentamos neste espaço introdutório.

O primeiro capítulo, **DE ONDE FALA A CIDADÃ: cidadania, cidadania comunicativa e práxis**, discute o conceito de cidadania e suas múltiplas vertentes. Elabora uma revisão teórica sobre a categoria analítica em discussão e processa algumas lógicas de compreensão científica sobre a cidadania e a cidadania comunicativa, além da afirmação desses na consolidação dos estudos em comunicação na América Latina, especialmente no Brasil. Ademais, debate a cidadania comunicativa para uma categoria analítica que transcende a esfera da ideia e atua em interface com processos e práticas do real concreto. Entende, portanto, o conceito como um elemento da práxis social, ou mais especificamente da práxis cidadã, ao passo que elabora-se uma definição particularizada para a cidadania comunicativa e como essa prática pode ser percebida teoricamente a partir do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

O capítulo dois, **A PESQUISA NA INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: análise bibliométrica e pesquisa da pesquisa**, é um panorama quanti-qualitativo da produção de pesquisas em comunicação na interface com a cidadania. Apresenta os dois movimentos metodológicos para o entendimento da processualidade da pesquisa em cidadania comunicativa e como essa interface é percebida enquanto elemento teórico-metodológico. Primeiro, a partir da bibliometria elabora-se uma compressão ampla das principais metodologias usadas nas pesquisas em comunicação e cidadania na Ibero-América, criando assim um perfil das principais vertentes e buscando um entendimento das dispersões e centralidades nesse campo. O segundo movimento é a pesquisa da pesquisa que procura desconstruir a partir de uma lógica qualitativa a arquitetura das metodologias empregadas nas pesquisas em comunicação.

No capítulo terceiro, **A ESPERANÇA É BOA? Práticas sociais de resistência em cidadania comunicativa no coletivo “Lagoas do Norte, pra quem?” em Teresina, Piauí**, discuto as estratégias comunicativas de resistência para a práxis em cidadania comunicativa efetuadas pelo movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Nesse espaço são sistematizadas as práticas comunicativas imbricadas no movimento de resistência bem como a caracterização de cada uma delas. Buscamos o exercício antitético de construção/desconstrução metodológica para apresentar como os sujeitos possuem metodologias próprias de resistência. O capítulo trata dos sujeitos em sua cidadania comunicativa, na tomada de consciência e visibilidades sobre si e para si.

O capítulo quatro é a **METODOLOGIA DA RESITÊNCIA: proposta de uma racionalidade para a cidadania comunicativa**. Este capítulo é uma organização metodológica resultante dos movimentos de investigação anteriores e de análise teórico-sistemática sobre a discussão em torno do método científico, da constituição da ciência, das noções de paradigma e epistemologia do método. O capítulo busca o estabelecimento das figuras metodológicas para a metodologia da resistência e também um caminho para o exercício da cidadania comunicativa enquanto práxis. O método apresentado nesse capítulo propõe uma interface entre a esfera científica tradicional e a atuação dos sujeitos na elaboração, constituição e construção dessa esfera. A metodologia da resistência aqui exposta considera os sujeitos como atores (pesquisadores) da investigação científica e não somente como objetos ou elementos da observação. A metodologia da resistência é uma metáfora do corpo (cabeça, face, tronco, pernas e braços), onde cada parte é denominada de figura metodológica e diz respeito às dimensões teórico-epistemológicas que contornam as estratégias comunicativas de resistência, observadas no *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Antes de adentrar nas narrativas da tese propriamente, algumas justificativas são necessárias. A cidadania comunicativa como abordagem teórico-metodológica para a análise dos sujeitos em relação às mídias e dispositivos comunicacionais em contextos locais busca promover o respeito e a valorização da discussão sobre as práticas e produções sociais de sentido nas diversas ocorrências dos fenômenos da comunicação. Isso ressalta as múltiplas dimensões da usabilidade midiática e os formatos na construção de ambiências midiático-comunicacionais (LACERDA, 2017), que legitimam a interação dos contextos regionais, suas apropriações e a autoconstrução da cidadania comunicativa.

Para os estudos comunicacionais, a tese justifica-se pela potencialidade de gerar novas aberturas epistemológicas de compreensão dos fenômenos da comunicação. As nuances e reformulações das culturas locais mediadas pelos dispositivos comunicativos impõem

demandas diferenciadas em relação àqueles de caráter hegemônico bem como de suas linguagens que constituem parte das dimensões do poder simbólico das comunidades. Eles se fazem revelar, articular e desarticular os fenômenos comunicacionais. Assim, chama-se a atenção para o papel social desenvolvido pela cidadania comunicativa, seus sujeitos e fortalecimento das práticas cidadãs e comunicativas no âmbito da regionalização, especialmente em âmbitos de resistência social.

O texto a seguir, não é somente uma pesquisa teórica e empírica, mas um elogio ao método como elemento material dos sujeitos que ultrapassa a cadeia de elaboração do pensamento científico unilateral processada nas universidades e centros de pesquisa. Uma última explicação — as notas de epígrafe das aberturas dos capítulos são de artistas maranhenses. Elas são referências não somente às suas temáticas, mas antes de tudo do meu lugar, das minhas origens, de onde começo a tornar-me cidadã, ainda que tenha sido no Piauí a maior parte da minha formação acadêmica e de resistência. Ao Piauí, espero contribuir diretamente com este trabalho de investigação.

1 – DE ONDE FALA A CIDADÃ: cidadania, cidadania comunicativa e práxis

*“Ninguém jamais parou para pensar
Na sua condição de cidadãos com direitos
Lutando em condições desiguais
Lutando contra preconceitos e diferenças sociais
Regueiros guerreiros do Maranhão”.*
(*Regueiros Guerreiros – Tribo de Jah*)

Neste capítulo, discuto o conceito de cidadania e suas múltiplas vertentes, o que chamo de *cidadanias*, ao passo que ressalto a *cidadania comunicativa* como categoria analítica desse estudo. Procuo elaborar um estado da arte sobre a categoria em discussão e algumas lógicas de compreensão científica sobre a cidadania comunicativa e a afirmação dessa categoria analítica na consolidação dos estudos em comunicação na América Latina, especialmente no Brasil. Ademais, debato a cidadania comunicativa como um conceito que transcende a esfera da ideia e alça voo no sentido do concreto social. Portanto, entendo o conceito como um elemento da práxis social, ou mais especificamente da práxis cidadã. É a partir dessa compreensão da cidadania comunicativa como práxis, que percebemos as práticas sociais comunicativas na organização e sistematização do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* bem como da articulação do conceito em sua constituição prática.

1.1 As cidadanias

O que é cidadania? Essa é uma pergunta complexa, certamente. E, mais do que isso, é capciosa. E a complexidade dela se relaciona não com o termo propriamente dito, porém com a multiplicidade das características dos homens e mulheres em sociedade. O cidadão brasileiro certamente não atende às mesmas demandas do cidadão argentino, uruguaio ou de qualquer outra nacionalidade. Cada um deles observa a sua sociedade, os direitos e deveres adquiridos de uma forma diferente. Essas diferenças de mirada são consequências culturais, históricas, políticas e sociais, que diacrônica e sincronicamente vão se constituindo. Portanto, penso aqui, as cidadanias como um termo no plural, mesmo que historicamente seja caracterizado no singular.

É necessário esse preâmbulo explicativo para que possamos compreender o conceito de cidadania comunicativa que adoto para a elaboração dessa pesquisa epistemológica. Pensar uma estratégia de metodologia requer uma compreensão dos enlaces conceituais e teóricos que a noção de cidadania vinculada aos processos comunicacionais possui. Nesse sentido, caminho

para compreender como a cidadania foi se compondo em múltiplos pontos de vista e como o termo tem uma processualidade que precisa ser considerada quando abordado a partir do campo da comunicação. O sujeito que vive na região Norte de Teresina, que é atingida pelo Programa Lagoas do Norte, percebe e produz a cidadania de forma distinta porque sua experiência e seu contexto são diferentes de outros. Entretanto, ele toma como referência os códigos comuns – direitos e deveres – que foram construídos a respeito do termo ao longo dos séculos.

De acordo com Holston, as cidadanias não criam diretamente a maioria das desigualdades de que se utilizam: “Elas são, antes, os meios fundamentais pelos quais os Estados-nações reconhecem e administram algumas diferenças como sistematicamente proeminentes, ao legitimá-las ou igualá-las para propósito diversos” (2013, p. 28). Isso quer dizer que os regimes de cidadania igualam e legitimam as diferenças ao mesmo tempo. Segundo o autor, essa combinação específica confere um caráter histórico à cidadania. Dessa maneira, a noção de cidadania se modifica de nação para nação, mas também ao longo do tempo histórico em cada uma delas.

A lógica da cidadania vem da antiguidade. Os antigos gregos e romanos já usavam a noção de cidadania: cidadão era aquele que tinha liberdade e já podia participar do governo da cidade. Essa é uma definição complexa, recheada de vieses e que não se apega a lógicas fechadas. Desde uma perspectiva política até uma comunicativa, a cidadania possui muitas facetas que dão ao termo ainda mais complexidade.

Depois de muitos séculos, essa noção clássica foi perdida, e no século XVIII ela foi retomada e associada a duas ideias fundamentais: liberdade e igualdade. Liberdade para viver, para se locomover, para ter propriedade, para manifestar, para ter opinião e igualdade a todos, no sentido de ter acesso aos bens sociais e a participação por igual nos governos. É um conceito fundamental que desde muito cedo foi associado à noção de democracia. O cidadão é aquele que participa do governo, que tem acesso às políticas públicas, mas é também aquele que questiona as práticas sociais que favorecem uns em detrimento de outros, que resistem aos mecanismos geradores das desigualdades sociais. O nosso atual desafio, enquanto sociedade, é estender a cidadania a todas as pessoas, para que não haja marginalizações, para que ela exista de fato e não apenas na lei ou em forma de palavras (PINSKY, 2015; DALLARI, 2008; CORTINA, 2005).

Dessa maneira, existem inúmeros pontos de vista de onde partem a noção de cidadania. Inclusive, há um importante debate que questiona essa posição capitalista pós-revoluções do século XVIII, que passa a pensar cidadania não do ponto de vista das instituições, mas do ponto

de vista do sujeito. Aquilo que Holston (2013) apontou como sendo a autoconstrução da noção de cidadania é um deles. A cidadania é um vetor duplo: parte do Estado e dos sujeitos.

A Revolução Francesa (1789) e a Carta de Direitos nos Estados Unidos (1791) marcam a saída do conceito clássico de cidadão e politizam os direitos de todos com os textos jurídicos. É quando o termo assume a noção moderna com as características que minimamente conhecemos nos dias atuais. O cidadão deixa de ser um privilegiado e se torna um sujeito com direitos e deveres. Claramente, essas cartas têm suas limitações e são questionadas quando não dão conta de incluir a multiplicidade de homens e mulheres negras, os pobres e trabalhadores. O acesso aos direitos e deveres ainda é o grande impasse da institucionalização da cidadania: “[...] direitos e deveres (conteúdo do exercício de cidadania) é algo possível, mas depende do enfrentamento político adotado por quem tem pouco poder. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços [...]” (COVRE, 2002, p. 10).

Os textos jurídicos das revoluções do século XVIII dão conta de uma atualização da noção de cidadania, todavia, seus limites são evidentes e marcam muito mais um debate na esfera política do que uma revogação das desigualdades entre os membros das sociedades. São sem dúvida um avanço para a compreensão da cidadania como um direito, ao passo que deviam ser acessíveis a todos. Não deram conta disso na prática, mas em termos discursivos são as bases para a noção moderna.

No pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), os textos jurídicos resgatam novamente a lógica da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização da Nações Unidas (ONU), em 1948, reforça os princípios da cidadania na lógica social do termo, dos preceitos do bem-estar social, e aparecem em menor ou maior grau nas constituições da maioria dos países. Portanto, percebe-se que o processo de institucionalização da cidadania é derivado dos debates jurídicos que o termo sofreu com as mudanças sensíveis ao longo do processo histórico. Foram esses elementos do direito que consolidaram a percepção da cidadania como algo necessário aos sujeitos sociais e tornam seus princípios um direito humano.

Para Habermas (1997), a cidadania efetiva faz uma alusão direta a dois modelos de institucionalização política: o republicano e o liberal. O autor constrói uma análise que classifica esses dois marcos. O liberal afirmaria que os direitos humanos freiam a vontade coletiva em detrimento das liberdades individuais; enquanto a lógica republicana assinala que a função dos direitos humanos implica a imposição da vontade coletiva sobre uma suposta autonomia dos cidadãos, sugerindo um modelo de cidadania que se ordena privilegiando a vontade coletiva.

Habermas (1997) explica que modelo republicano de construção da cidadania não se suporta socialmente, porque é radicalmente oposto ao modelo liberal e exigiria uma unidade de valores e práticas políticas que não se constituem em consonância com as complexidades da sociedade contemporânea. Em virtude dessa discordância, sugere que o ideal seria um equilíbrio entre os dois modelos (republicano e liberal). Em outras palavras, a ação política proposta pelo modelo republicano permaneceria, ao passo que garantiria a inviolabilidade das liberdades individuais e privadas do cidadão propostas pelo modelo liberal.

Assim, o sujeito é domínio e dominador das suas práticas comunicativas e por meio delas constrói a sua visão de mundo bem como atua na construção social da realidade dos grupos/comunidades a quais pertence. É neste aspecto que se afirma que a linguagem não consiste apenas em um meio de trocas de informações, mas também como um mecanismo que promove ações. “No caso de processos de entendimento mútuo linguístico, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de sinceridade [...]” (HABERMAS, 1984, p. 79). Os sujeitos do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* se valem dos processos da linguagem para construir consensos, articulações e entendimentos sobre como produzir seus atos contestadores, suas práticas de existência e dispositivos comunicacionais.

Em contínuo dessa vertente de atuação da linguagem, a abordagem habermasiana propõe que a ação comunicativa alcance o desenvolvimento das perspectivas sociomorais em conexão e a visão descentralizada do mundo e de suas estruturas. Há poder para além daquilo que é visto como centro, porque sempre há linguagem.

Habermas reitera que a estruturação de um discurso de vontade tem relação com a autonomia do sujeito e sua posição com os demais que dividem formas de vida intersubjetivamente. Fato que leva a igualdade de direitos entre os cidadãos, aliado ao respeito à dignidade pessoal, “são suportados por uma rede de relacionamento interpessoal e por relações recíprocas de reconhecimento” (HABERMAS, 2012, p. 22).

Essa lógica de estruturação da linguagem e de seu agir fomentam aquilo que o autor descreve como cidadania ativa, considerando os consensos do grupo em prol do bem comum. O autor usa como exemplo as reuniões sindicais, as associações comunitárias entre outros para especificar como a linguagem e o discurso firmam a coesão dos grupos sociais. A lógica da deliberação entre os atores da esfera pública garantiria esse consenso.

Claramente, o desafio das sociedades é fazer com que esse direito humano seja consolidado e que a desigualdade de oportunidades não seja um marco definidor de quem é mais ou menos cidadão. A cidadania está com quem tem o poder e com quem não, mesmo que

sintamos com maior intensidade essa presença entre aqueles que estão com as mãos nele. Essa dialética torna a cidadania um elemento revolucionário, mas também em algum grau mantenedor dessas desigualdades.

[...] é cidadão aquele que, em uma comunidade política goza, não só de direitos civis (liberdades individuais), nos quais insistem as tradições liberais, não só de direitos políticos (participação política) nos quais insistem os republicanos, mas também de direitos sociais (trabalho, educação, moradia, saúde, benefícios sociais em épocas de particular vulnerabilidade) (CORTINA, 2005, p. 51).

Nesse sentido, ultrapassa-se as duas tradições mais comuns associadas à cidadania (política e econômica) e concebe-se a noção social. É a partir da noção social que a percepção de cidadão também ganha novos atos. Os papéis são redefinidos e o cidadão toma vez como um elemento de transformação na esfera pública (HABERMAS, 2012; PINSKY, 2015; COVRE, 2002).

As liberdades civis e políticas garantem às classes trabalhadoras a possibilidade de exercer influência não de forma direta, mas no sentido periférico e marginal nas tomadas de decisão macro. Os movimentos sociais e sindicatos são os que mais exercem essa capacidade derivada das liberdades, como é o caso do coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Sob uma perspectiva digital, essa pressão popular marginalizada pode ser sentida também por meio das campanhas de redes sociais e das mobilizações digitais que derrubam ou fortalecem um ou outro tema em debate na esfera pública, mas não somente, também a partir dos sujeitos e de seus corpos, como mídia primária (PROSS, 1990). São ações que reforçam o uso dos dispositivos comunicacionais na construção da cidadania, ao passo que fortalecem o papel do sujeito na construção social da realidade.

Esse movimento é importante porque tenta evitar a defasagem entre os dispositivos de legislação constitucional e os de legislação ordinária. Esse último opta para a reiteração das diferenças entre as várias classes que compõem o ambiente social. Foi Hobsbawm (1987) quem fez a caracterização dessa tendência à defasagem entre os princípios constitucionais e o âmbito real da legislação ordinária na sociedade capitalista:

Por isso, as Declarações de Direitos foram, na teoria, universalmente aplicáveis. Na verdade, sua força maior de atração foi o fato de fornecerem a *grupos* que reclamam melhores condições para si mesmos por motivos *especiais* — por exemplo, as mulheres, ou os negros, ou os operários — justificativas *universais* para fazê-lo, o que torna mais difícil para outras pessoas, que aceitem a idéia desses direitos, resistir à reivindicação em princípio (HOBBSAWM, 1987, p. 416).

Isso faz com que muitos textos constitucionais reforcem as distinções formais entre igualdade e desigualdade. Esse mecanismo é sentido especialmente quando há um enfraquecimento do direito por parte daqueles que detêm o poder ou que podem legislar sobre ele. Essa lógica que legitima as desigualdades é notada quando a cidadania sai da esfera jurídica e de seus textos e é efetivada nos movimentos sociais, como mencionado anteriormente.

Um dos sentidos da cidadania permite a diferenciação e a exclusão, a considerar pela maneira como se constitui. Território, sentimento de pertença, estar incluído na vida social e política da comunidade são fatores que culminam em distâncias daqueles indivíduos que não compartilham dessas mesmas condições, que a certo modo ficam marginalizados e em posição de inferioridade se comparados com aqueles que compartilham dessas semelhanças (HABERMAS, 2012). “E, mesmo no interior das instituições, não será possível extirpar a resistência e a criação de novos conhecimentos e novas concepções de cidadania” (ALMEIDA, 2010, p. 17) — essa afirmação reitera o papel das instituições no controle e estruturação dessas lógicas.

A cidadania parte dos sujeitos, das resistências que ele implica sobre as práticas institucionalizadas, mas certamente as instituições têm um papel preponderante nesse esquema de regulação das processualidades cidadãs: “[...], trata-se de manter-se à distância dos discursos institucionalizados da ética e da cidadania. E, ao mesmo tempo, insistir na força inconciliável da resistência humana ao domínio institucional do conhecimento e da cidadania” (ALMEIDA, 2010, p. 17). Por isso que a organização coletiva é elemento necessário na produção da cidadania — ela articula as pautas dos sujeitos com os elementos institucionais. As demandas do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* partem dos sujeitos atingidos pelo PLN e das suas histórias de vida, mas atingem entidades institucionalizadas, como por exemplo, o Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI), que atua na mediação entre as reclamações dos moradores e o projeto.

Figura-se que, em virtude dessa perspectiva excludente e desigual, a resistência política é também uma das características da cidadania fora dessa esfera institucional. Tratamos então de entender que a cidadania é esse mecanismo de mão dupla que parte das instituições e dos sujeitos em forma de resistência. “Resgatar (recuperar) as ideias de bem e de virtude no contexto das comunidades, porque é nelas que aprendemos tradições de sentido e de bem” (CORTINA, 2005, p. 25).

Cortina compreende a cidadania como uma mediadora que integra exigências de justiça, ao passo que se refere aos indivíduos que são parte da comunidade. Isso implica múltiplos segmentos de cidadania: cidadania política, cidadania social, cidadania econômica, cidadania

civil, cidadania multicultural/intercultural, cidadania cosmopolita e, acrescentada aqui, a cidadania comunicativa. Toda essa compartimentalização aponta as várias interfaces que a cidadania possui e setores em que implicam relações legais.

A cidadania como toda propriedade humana, é resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social). Porque aprendemos a ser cidadãos como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando mais profundamente a sermos nós mesmos (CORTINA, 2005, p. 30).

É o que a autora destaca como sendo “a grandeza e a miséria do conceito de cidadania”. Uma perspectiva necessária para que entendamos porque a cidadania é tida como um direito humano, mas que ainda falta muito para que ela seja efetiva conforme determinam os nossos textos jurídicos. Essas distorções reforçam as diferenças entre cidadãos, mas explicam porque a cidadania também é o ato político de resistir, questionar e propor mudanças. A autonomia do sujeito é o que o torna cidadão e não súdito.

No cenário das disjunções da democracia e da modernidade brasileira, o que Almeida (2012) classifica com sendo resistência, ou um processo de desconstrução da tradicional ideia de cidadania, é aquilo que Holston (2013) denomina de cidadania insurgente, pois diante de uma cidadania diferenciada, que protege a uns e exclui outros, o cidadão que é marginalizado se insurge em defesa dos seus direitos e da coletividade que faz parte. É o questionamento das lógicas das elites, refutação da dominação imperativa nos espaços e na esfera pública.

Em sua hipótese sociológica, Marshall (1967, p. 62) postula que há uma espécie de igualdade humana básica associada ao conceito de participação integral na comunidade — ou, como podemos dizer, de cidadania —, o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.

Marshall (1967) sugere a formação de um pensamento de pertencimento, participação e atuação que são mediados pela linguagem, cultura, reconhecimento do espaço, pela civilização que é dada ao sujeito, sem reiterar as desigualdades do capitalismo. O posicionamento é feito para diferenciar o seu raciocínio da lógica socialista que responsabiliza a questão das diferenças econômicas como marcador das desigualdades sociais. A cidadania versaria não sobre a economia das classes sociais, mas sobre sua linguagem.

Sua concepção encontra diversos críticos, especialmente por eleger-se para um nível inferior à dimensão dos conflitos e ao papel das lutas populares da classe trabalhadora inglesa,

como ação política por excelência. Segundo Cortina (2005, p. 69), o equívoco de Marshall foi dimensionar os direitos sociais sobre os princípios do estado de bem-estar social. “A satisfação dos direitos básicos é uma responsabilidade social de justiça, que não pode ficar exclusivamente nas mãos dos indivíduos, mas continua a ser indispensável um novo Estado social de direito – um Estado de justiça, não de bem-estar”. Despolitizar, descapitalizar e delegar apenas aos direitos sociais e ao Estado, a cidadania, faz a hipótese de Marshall ser recheada de equívocos. A resistência é política e acontece porque os elementos do capitalismo reforçam a desigualdade e a exclusão de parte dos sujeitos sociais.

Os direitos elementares são reais, a versão mais elementar das liberdades civis existe e sem elas não podemos nem pensar na concretização de um sistema capitalista e o temos a todo vapor. “Esses direitos elementares não são ilusórios; eles representam prerrogativas reais, conquistadas a duras penas pelas classes trabalhadoras mediante lutas contra as classes dominantes” (SAES, 2001, p. 50). O que é ilusório, na verdade, é essa formulação estatal que lhe confere uma aparência universalista e igualitária: “[...] a concretização da forma-sujeito de direito mediante a criação de direitos civis implica, de um lado, a corporificação de liberdades que são reais, ainda que sejam desigualmente distribuídas entre as classes sociais” (Ibid., p. 51). A luta de classes, portanto, adota esse paradoxo do capitalismo sobre os cidadãos e o toma como discurso para a busca por outro sistema que seja menos desigual ordinariamente. *O Lagoas do Norte, pra quem?* é um exemplo de luta de classes, em que sujeitos de baixa renda se articulam política e comunicativamente para seguirem vivendo em seus bairros e para que não percam suas casas, seus espaços de socialização, geração de renda e existência.

Sob a ótica brasileira, a resistência como elemento da cidadania se fortalece nos anos finais da ditadura militar, nitidamente tornando-se o discurso dos movimentos sociais que se estruturam e é institucionalizada no processo de redemocratização do país.

Usando de censura, vigilância, repressão e violência, o regime militar controlou todas as instituições e expressões de cidadania estabelecidas. Mantinha o sistema de cidadania diferenciada em uma esfera pública brutalizada, que negava aos cidadãos uma participação independente tanto em organizações políticas como civis, e eliminou formas organizadas de oposição que não as autorizadas. Em resumo, os militares subjugarão todos os espaços de cidadania que conseguiram identificar e invadir (HOLSTON, 2013, p. 305).

O marco da Constituição Federal de 1988 coloca o termo na lei e professa os direitos iguais entre todos os cidadãos do país sem distinções. Inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a nossa Constituição assume a cidadania como elemento que garante o bem-estar, direitos e deveres que devem ser providos pelas instituições brasileiras.

Entretanto, o hiato entre o que está na lei e o que de fato é efetivado pelo Estado coloca a cidadania na mão dos que não detêm o poder e a resistência é fortificada. Assim, a cidadania é também a busca por direitos iguais, acesso a políticas públicas de forma universal e igualdade de oportunidades, além do direito de votar e ser votado.

Entendo a resistência conceitualmente, como um processo articulado pelos sujeitos em coletividade, que contesta a desigualdade social, fomentada especialmente pela retirada de direitos e pela ausência de Estado, ou pela presença dele de forma violenta. O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* é uma resistência que luta para que sujeitos não percam suas moradias, territórios e modos de vida tradicionais. A resistência parte da experiência compartilhada dos sujeitos e não existe sem ela. Tal processo possibilita que os sujeitos se organizem, mobilizem e questionem os elementos da desigualdade que os atingem.

Tal percepção é tomada por Holston (2013) como um mecanismo que conferiu à cidadania brasileira uma característica peculiar. Esse processo acontece especialmente nas periferias das grandes cidades do país, mas podemos dizer que nas regiões periféricas também. A organização popular e comunitária faz com que a cidadania assuma a pauta na sociedade civil e que aqueles sujeitos que não estão entre os que têm mais acesso aos direitos os busquem em termos políticos e organizativos, é como se configura o *Lagoas do Norte, pra quem?*. A cidadania brasileira é, portanto, dialética, figurando entre o elemento institucional do termo e a capacidade reativa da população que não tem acesso de forma igual aos direitos previstos nos documentos jurídicos que regem o país.

O processo de construção da cidadania no Brasil nunca obedeceu a uma linearidade. Conforme Holston (2013), a nova cidadania brasileira pode ser compreendida como um movimento de baixo para cima, que se articulou principalmente nas periferias porque as pessoas que vivem e ocupam esses espaços não tinham acesso à maioria dos direitos legais. Os setores excluídos vão forçando a sua visibilidade diante do Estado e este se vê obrigado a ingressar nesses ambientes proporcionando os serviços e políticas que são exigidos. Os moradores da região atingida pelo PLN não querem ser arrancados de suas casas, não querem perder seus lugares, onde profetizam a fé e produzem sua renda. Essa cidadania insurgente é um jogo estratégico de batalha na relação Estado e sociedade civil. O que está em disputa é o direito de participar efetivamente, é buscar igualdade na diferença. E que diferença não seja sinônimo de exclusão, de discriminação. A batalha pela cidadania se articula em um processo que quer desconstruir esse modelo sistemático de cima para baixo, que reitera as desigualdades e que reafirma a ausência da consciência de classe. Cidadania é escapar desses abismos, dessas armadilhas que tentam aprisionar os sujeitos.

Em suma, a cidadania insurgente constitui um quadro de referência complexo e aberto que procura dar conta de questões emergentes na sociedade brasileira, assim como nas latino-americanas: da igualdade à diferença, da saúde ao acesso aos meios de comunicação não oligopólicos.

Em uma proposição que tenta ultrapassar o exclusivismo político dado a concepção de cidadania, Cortina (2005) configura uma busca por uma teoria para o termo que reforce outras dimensões. A cidadania passa a ser observada em diversificados âmbitos: social, econômico, civil, intercultural e, por fim, cosmopolita como universalização dessa cidadania social. E aquilo que permitiria a consolidação da cidadania são os valores de liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade e diálogo, como disposição para resolver os problemas comuns.

O diálogo é, então, um caminho que compromete totalmente a todos os que empreendem porque, enquanto se introduzem nele, deixam de ser meros espectadores, para se converter em protagonistas de uma tarefa compartilhada, que se bifurca em dois ramos: a busca compartilhada do verdadeiro e do justo e a resolução justa dos conflitos que vão surgindo ao longo da vida (CORTINA, 2005, p. 195).

A visão de Cortina (2005) é bastante feérica no que diz respeito a essa lógica cosmopolita, porque em certa medida desconsidera as variantes culturais de cada nação, ao passo que minimiza a importância da resistência no processo de formação cidadã. O diálogo só se configura por meio desse processo de resistir, de revoltar-se, de exigir. Do contrário, a interpretação da cidadania só acontece na panaceia institucional – de cima para baixo –, o que faz com que o cidadão fique enfraquecido em sua capacidade de manifestar e produzir conscientemente os seus direitos.

Cortina (2005, p. 27) reitera que a cidadania é um ponto de união entre a razão sentimental, com leis e valores: “Cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referências aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença”. Essa percepção que é alcançada no seio da sociedade por meio de articulações, deliberações e diálogos não faz jus apenas ao âmbito do indivíduo. É coletiva.

Na contramão da cosmovisão neoliberal da cidadania privada, Santos Jr. (2010), reforça a práxis cidadã – perspectiva que tomamos para nós nessa análise –, em que o processo de ampliação da consciência cidadã decorre das ações e reflexões dos sujeitos na sociedade oriunda de um exercício cotidiano de práticas democráticas e ações coletivas. A cidadania não

é uma conquista individual; isso subtrai a força da ação coletiva e incorre em um erro de minimizar a luta pela cidadania na construção social da realidade.

Já a práxis cidadã requer sujeitos emancipados e atentos às transformações sociais, cientes dos processos históricos com todo seu dinamismo, e em condições de avaliar criticamente as diversas alternativas apresentadas e disposto a participar coletivamente da vida em sociedade (SANTOS JR., 2010, p. 47).

A cidadania está endereçada na esfera dos direitos civis, políticos, sociais, humanos, econômicos e agregamos o direito à comunicação para além da expressão básica, mas da produção, distribuição e consumo dos bens simbólicos que atendam a caracterização apresentada pelos demais direitos.

Essa lógica nos permite conhecer as dinâmicas sociais, expressando as formas de dominação, as contradições que estão escondidas sob o véu da ideologia dominante e que buscam entre outras coisas afirmar seus valores políticos e culturais. Tais lógicas de dominação são expressas socialmente por múltiplos dispositivos, desde os discursos políticos até os sentidos midiáticos pelos meios de comunicação hegemônicos. Portanto, a práxis é um fundamento da cidadania.

Santos Jr. (2010, p. 48) explica que a filosofia da práxis nos permite conhecer a dinâmica da sociedade, ressaltando as formas de dominação que estão instauradas nela bem como as suas contradições “que estão encobertas pelas ideologias dominantes (hegemonia), que buscam convencer dos seus valores políticos e culturais”. Assim, a práxis cidadã é possibilidade de ampliação da consciência dos sujeitos que compõem a fórmula social.

Desse modo, para Santos Jr. (2010, p. 48) a contribuição da filosofia da práxis para a construção da cidadania se configura em três âmbitos principais:

- 1) Aproximação permanente das classes populares, formando intelectuais num processo pedagógico permanente e contextualizado;
- 2) Revelação de contradições e ideologias que se apresentam falsamente;
- 3) Busca pela renovação diante dos novos questionamentos da história.

São elementos que explicam a dialética da cidadania e representam que agir e conhecer são ações inseparáveis, constituídas historicamente. A cidadania da práxis seria uma ação geradora da emancipação humana.

Nesta tese, assumo a capacidade emancipatória da cidadania, especialmente por entender que esse é o elemento-chave para compreender as lógicas de uma produção comunicativa que tenha o cidadão como sujeito participante das decisões e constituição de

resistência junto ao coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*. Portanto, refiro-me a conotação da práxis como uma atividade real e transformadora, não um elemento apenas de uma discussão teórico-filosófica, “[...] encontramos referências à prática revolucionária como atividade necessária para transformar não mais uma ideia, mas sim a realidade” (VÁZQUEZ, 1980, p. 132, tradução nossa). Ao seguirmos uma perspectiva da práxis cidadã, no sentido de buscar a renovação diante dos novos questionamentos da história, de revelar contradições, ideologias e da aproximação permanente das classes populares, sem dúvidas esse processo perpassa por uma desconstrução das lógicas midiáticas e comunicativas tradicionais (VÁZQUEZ, 1980). A práxis cidadã enviesa-se mediada pela comunicação e nos proporciona vislumbrar os sentidos de uma cidadania comunicativa, ou por meio dela.

1.2 A cidadania comunicativa enquanto práxis

O exercício da práxis cidadã nesse movimento materialista-histórico de transformação, tomada de decisões e consciência são partes integrantes da compreensão daquilo que assumo como cidadania comunicativa. A práxis da cidadania comunicativa é esse elemento de resistência, algo que ultrapassa a perspectiva da razão e alcança o concreto. É preciso pensar a cidadania como elemento do concreto, como face dos processos comunicativos e seus meios.

Os locais menos assistidos diretamente pelos oligopólios de comunicação sugerem novas imagens sobre o espaço e territorialidades em que estão inseridos, adiantando uma noção de cidadania comunicativa (MALDONADO, 2008), que é demanda não somente transformadora dos ambientes, mas também elemento metodológico para a compreensão do que seja a comunicação. Assim, a cidadania comunicativa é um desafio metodológico, mas também estratégia epistemológica de novas práticas comunicacionais, práticas estas percebidas a partir dos sujeitos em resistência do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

A cidadania comunicativa, política, como o *direito/desafio/compromisso/pertença/participação* para produzir estratégias e táticas de comunicação que possibilitem processos e estruturas enriquecedoras da diversidade cultural, da vida comunitária, dos ecossistemas e dos modos de vida pós-capitalistas nas formações (macro/meso/micro) sociais contemporâneas (MALDONADO, 2012, p. 25, grifo do autor).

A compreensão que assumimos para esse conceito expressa o debate acadêmico em que o termo fora forjado. Ele é resultado das adversidades midiáticas inerentes às lógicas dos

meios hegemônicos tradicionais, das restrições políticas e limitações jurídicas para que outros meios possam se instaurar de modo mais igualitário.

Ao propor uma reflexão teórica sobre a perspectiva da cidadania comunicativa, Maldonado (2011a) chama a atenção tanto para o processo histórico quanto para a necessidade da reconstrução do conceito de cidadania, reiterando a necessidade de ultrapassar a perspectiva neoliberal. O autor debate que mesmo com a recente proliferação da alfabetização política na América Latina ainda somos reféns dos fluxos hegemônicos de informações que estruturam fortemente a lógica do pensamento coletivo.

Ao incorporar a categoria da cultura nas reflexões, a cidadania vai agregando sentidos que a distanciam apenas das perspectivas políticas e jurídicas com as quais estávamos acostumados. O processo de formação social ganha perspectivas de resistência. Lacerda (2013), assim como Maldonado (2011b), assume que a cultura tem um papel de modificação nos sentidos assumidos pela cidadania e por suas estruturas lógicas. Ambos os autores reforçam a importância da cultura na politização das práticas cotidianas e como isso é apropriado pelos cidadãos no sentido de ações táticas que reformulam seus contextos.

Há um consenso entre autores analisados de que as pesquisas que tomam como objetos elementos da cidadania comunicativa propõem avanços no científico, especialmente na desconstrução dos discursos positivistas, na reconfiguração das lógicas e processualidades normais. A ciência não é uma propriedade exclusiva dos cientistas, daí a relevância e necessidade de pensar a cidadania comunicativa a partir dos sujeitos sociais. Quando os moradores dos bairros atingidos pelo Programa Lagoas do Norte em Teresina indagam: *Lagoas do Norte, pra quem?*, eles propõem uma problemática que precisa ser compreendida, ao passo que utilizam recursos metodológicos que promovem ações sociais de visibilidade, acesso a plataformas comunicativas, recursos em editais públicos e exposição dos dilemas desses sujeitos na pauta da sociedade civil.

A cidadania não pode ser vista como fator de ampliação das lógicas da desigualdade do modelo capitalista, mas ao contrário, podem instrumentalizar mais a inclusão em sentido participativo e atuante, do que a exclusão. “Cidadania ampliou-se para problemáticas de criação de modos de vida social humanos que expressam a vida contemporânea e, também, orientam para novos mundos possíveis de estruturação social, cultural, política e comunicativa” (MALDONADO, 2011b, p. 5). Nesse aspecto, os sentidos de construção dos textos publicados apontam para essa revisão das práticas comunicativas cidadãs. As estratégias da resistência no *Lagoas do Norte, pra quem?* são exemplos da busca por mais participação dos que historicamente figuram como excluídos e expressam modos de vida, atuação política que não

aceitam mais esse papel social de exclusão. A resistência grita por inclusão, por respeito aos seus modos de viver e de ocupar a cidade.

A cidadania comunicativa é, portanto, uma gramática de pensamento que considera estratégico um movimento teórico desestabilizador e reconstrutor das problemáticas em ciências da comunicação. É necessária uma articulação de conhecimento científico que alcance não somente as páginas de anais, revistas e livros científicos, mas que também contribua de forma contundente para as práticas sociais. Resistir como uma prática social comunicativa reforça a cidadania, os direitos dos sujeitos e nos aproxima como atores sociais. A articulação de diversos grupos sociais (associações, moradores, professores, estudantes, jornalistas e pesquisadores) faz com que o *Lagoas do Norte, pra quem?* desenhe em suas metodologias esses movimentos que desestabilizam a ótica determinista de que a ciência é produzida por uns e de que os sujeitos sociais são muito observáveis ou objetos de estudo.

Sob esse aspecto, Maria Cristina Mata (2005) debate as questões da comunicação em interface com a cidadania, reiterando que as interrogações provenientes desse cruzamento se intensificaram desde a década de 1990, especialmente no continente americano, quando as transformações políticas e sociais permitiram que o público começasse a experimentar novas práticas políticas, simbólicas e culturais com os meios de comunicação.

Essa mudança proporcionou aos estudos em comunicação a constituição de um objeto de estudo de relevante reflexão. “Os meios massivos e as redes informáticas adquirem uma centralidade inevitável como cena privilegiada de intercâmbios” (MATA, 2005, p. 8). Entretanto, é importante salientar que na medida em que os estudos se intensificam nesse escopo, muitas investigações acabam por assimilar a relação cidadão/público de forma maniqueísta. Na maior parte dos processos, essa relação mais encobre do que necessariamente fomenta debates sobre as atuais vinculações que se produzem entre essas esferas nas sociedades midiaticizadas contemporâneas.

Mata (2010, p. 1) é pragmática ao pensar uma definição para a cidadania comunicativa. A autora considera o conceito como “consciência e exercício dos direitos a informação e comunicação”, aportando para essa relação de práxis cidadã, em que não possível dissociar a consciência da prática, a ação da razão e vice-versa. Há a construção desse postulado, da dupla condição da cidadania comunicativa (razão e prática): “não existe um estado único de consciência, nem mesmo um único tipo de prática” (MATA, 2005, p. 2). Tal postura faz com que a autora aplique categorias para a cidadania comunicativa. Vejamos a classificação dos níveis de consciência sobre a informação e comunicação enquanto exercício cidadão feita por ela.

- a) **Cidadania comunicativa formal:** entendida como a condição de todos os indivíduos a quem reconhecemos os seus direitos a informação e a comunicação, pelas disposições jurídicas. É o estatuto jurídico alcançado, em dada realidade particular, pela informação e a comunicação pública.
- b) **Cidadania comunicativa reconhecida:** é a condição daqueles que conhecem esses direitos como inerentes aos integrantes de uma sociedade determinada e são também capazes de valorar até que ponto eles têm vigência efetiva. A cidadania comunicativa nesse nível é identitária, ou seja, interpretada como uma condição a partir da qual os sujeitos pensam a si mesmos.
- c) **Cidadania comunicativa exercida:** compreendida como a condição daqueles que desenvolvem práticas sociais reivindicatórias desses ditos direitos institucionalizados, para além de sua vigência e/ou ampliação. Dessa forma, essa categoria pode assimilar-se à noção de consciência prática.
- d) **Cidadania comunicativa ideal:** as proposições em torno da informação e da comunicação pública que, desde postulações teórico-políticas e expectativas de transformação social, se colocam como metas alcançáveis ou horizontes utópicos em vinculação com os processos de democratização das sociedades.

Essas subcategorias explicam como os estágios de consciência e ação diante da complexidade das ações sociais e do concreto social se constituem. São observações pertinentes para percebermos como o mecanismo de tomada de consciência não é algo que se constitui de uma hora para outra, ao passo que não é direto. Tal pensamento corrobora com a tese de que um texto jurídico não define completamente o acesso à cidadania de um sujeito, tampouco que isso é realizado apenas pelos dispositivos legais.

Por essa razão, Mata (2005) justifica que existem condições sociais que permitem o exercício da cidadania e que são esses mecanismos que compartilham demandas viáveis para os diversos níveis de consciência da cidadania comunicativa. Os elementos dessas condições são o que autora postula como responsáveis para que os sujeitos tenham mais ou menos acesso à consciência e prática dos direitos comunicacionais.

Assim, as regulações e políticas comunicativas vigentes, as lógicas informacionais e comunicacionais hegemônicas, as práticas e movimentos sociais, políticos e culturais orientados para fortalecer o direito à comunicação fazem parte das bases que possibilitam condições de estágios de consciência. Em locais onde os meios de comunicação de massa são os únicos a chegar, os níveis de participação dos sujeitos são menores, ao passo que naqueles

ambientes onde os pequenos meios cumprem o papel comunicacional, os níveis de participação, produção, distribuição e consumo comunicacionais são maiores e distintos.

É sob essa ótica que Mata (2005) justifica os movimentos sociais e a participação popular na produção comunicacional como fatores subjetivos para os câmbios de níveis de consciência conforme as definições apontadas anteriormente. Esses níveis de consciência da práxis cidadã para uma cidadania comunicativa possibilita pensar como o papel do sujeito é determinante na quebra do processo comunicativo tradicional, capitalista e oligopólico. No caso do *Lagoas do Norte, pra quem?*, a mobilização se fortalece justamente neste sentido, tanto de fomentar a participação popular no âmbito político quanto de articular dispositivos comunicacionais na construção da cidadania e da resistência. Assim, não há como pensar um método para a cidadania comunicativa que não parte do sujeito e das suas demandas enquanto ator social.

Na tentativa de superar esses procedimentos de mera associação ou substituição dos termos, é necessário adensar o conhecimento sobre a interface. Nessa lógica, tanto a formação de grupos temáticos em congressos, quanto a criação de centros de investigações que reforcem os processos acadêmicos nessa relação com a cidadania comunicativa são fundamentais. O conhecimento da área, o reforço do seu estado da arte e a aproximação com as relações sociais práticas, que transcendem a esfera do âmbito científico, especialmente universitário, é um passo importante para o fortalecimento dessa relação.

Diferentes questionamentos conceituais e empíricos tratam de elucidar a articulação entre comunicação e cidadania, considerando a capacidade de moldar as práticas midiáticas em alusão ao modo como nós indivíduos compreendemo-nos enquanto sujeitos de comunicação e indagando até que ponto essa modelação interfere na forma como compreendemos a nossa condição cidadã. Vislumbrar como um exercício do direito e que para tanto é preciso ter direitos.

Em muitos aspectos, os meios de comunicação tradicionais (industriais) resvalam um poder redutor da vida e da cultura. São conglomerados midiáticos que pouco refletem sobre as demandas comunicacionais para os cidadãos e que não articulam os conteúdos produzidos possibilitando a práxis. Não há, portanto, uma colaboração dessa indústria de bens culturais para a promoção dos direitos e acesso à comunicação. O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* resiste a esses meios de comunicação que se instituem hegemonicamente e que não garantem acesso a determinados sujeitos e suas exigências.

Nem sempre a postura da grande mídia é essa e por isso os processos de investigação científica devem tomar como fôlego esse âmbito, propondo estratégias que ultrapassem a lógica

hegemônica tão recorrente nessa fase histórica de reconfiguração capitalista. É preciso entender que a cidadania comunicativa permeia “os fluxos internos, as mudanças tecnoculturais, reconfigurações de poder político e reestruturações dos modelos de sociedade” (MALDONADO, 2012, p. 23).

Numa lógica em que a cultura midiaticizada tem forte apego de penetração, os países ibero-americanos se veem diante de um momento político e histórico no qual essa pauta é reiterada e tem abrangência. Os sistemas midiáticos e suas concentrações anacrônicas são postos em xeque. Os modelos comunicacionais mais recentes são abrangentes, integradores e possibilitam a produção de conteúdo que ultrapassa esses fluxos tradicionais, especialmente porque os elementos dessa cultura midiaticizada digital conseguem ultrapassar as barreiras legislativas sobre quem são os produtores de comunicação.

Nos interessa mesclar essas lógicas (cultura midiaticizada e cidadania), porque as consideramos imprescindíveis no âmago das transformações sociais que visam o fortalecimento do pensamento, de suas teorias e práticas sociais, ao passo que podem fomentar sentidos diferenciados para a produção de conhecimento. Sendo assim, são úteis para interpretações, questionamentos e críticas aos modos contemporâneos de produção comunicacional (práxis cidadã), fatidicamente os que exploram o consumo desenfreado de bens simbólicos e culturais, que reforçam as repetições dos usos e consumos da vida cultural.

Refutar formatos, modelos, gêneros, estratégias e costumes é um sentido lógico pelo qual tende a cidadania comunicativa, em que a descentralização do poder midiático e de sua produção são cenários possíveis e vislumbrados. A cidadania comunicativa é a consciência e o exercício dos direitos à informação e à comunicação consagrados juridicamente e a busca por sua ampliação (MATA, 2005, p. 1). Assim, o pensamento que se constitui a partir dessa compreensão de cidadania é de que ele seja capaz de desconstruir, de não restringir “as possibilidades de livre fluxo e produção da cultura simbólica múltipla criada por etnias, regiões, classes sociais, grupos artísticos, redes produtivas, núcleos alternativos, pequenos e médios empresários e setores populares” (MALDONADO, 2012, p. 26). No coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, as estratégias comunicativas tratam de refutar esses formatos e de produzir comunicação alternativa, que está consolidada nas vozes dos sujeitos e nas demandas por visibilidade, pertencimento e direito à cidade.

A cidadania comunicativa e sua ambiência tendem a promover compreensões diferenciadas sobre a realidade social, permeando seu caráter multicultural, antropológico, micro e macrossocial, além das práticas comunicativas propriamente ditas.

Camacho Azurduy (2005) aponta que a cidadania comunicativa é uma via entre os anseios e práticas cidadãs e suas relações com os meios de comunicação. Segundo ele, essas correspondências de interesses e convivências, de uma maneira ou de outra, constroem formas de ser e exercer a cidadania comunicativa e que:

Esta se estabelece com muito mais força na sociedade informacional do princípio de século, através do vínculo não equitativo, mas com características de interdependência, entre a pessoa situada social e culturalmente e os meios e, cada vez com maior intensidade, as novas tecnologias de informação (TICs) (CAMACHO AZURDUY, 2005, p. 29, tradução nossa).

Dessa forma, a cidadania se figura como um reconhecimento dessa integração na qual o cidadão consome discursos informativos e opinativos circulantes, que os interpreta sob a ótica de um conjunto de processos de valor simbólico e os utilizam conforme as suas demandas, considerando especialmente as categorias de uso e transformação.

A cidadania comunicativa é a relação comunicacional entre os sujeitos sociais e os meios de comunicação, que gera autonomia e desenvolvimento das condições de vida, conforme caracteriza Camacho Azurduy (2005), e que ela está aportada em duas dimensões. Na primeira, os sujeitos também exercem a cidadania nos meios e na segunda, eles também aprendem a ser cidadãos na relação que mantêm como os meios de comunicação. Essas dimensões, ainda que possam ser percebidas em algum grau, esbarram na incapacidade dos cidadãos de controlar diretamente esses meios de comunicação tradicionais.

Camacho Azurduy (2005, p. 30) reconhece que essa ligação vai se construindo de forma desigual, porque os meios de comunicação (hegemônicos) dispõem de uma série de condições de produção de sentidos que os cidadãos nem sempre têm acesso. “Não significa, de nenhuma maneira, submissão ao sistema de meio massivo existente”, mas ao contrário, podem existir uma apropriação conflitiva e competitiva, em que elementos como a racionalidade, a emoção, o desejo e a decepção estarão presentes.

Entendemos que esse processo de intersecção entre os sujeitos comunicantes e os meios de comunicação se pauta no debate público e se firma nos interesses de cada setor, e sem a ilusão de que essa relação é justa, mas marcada pelas recorrentes reivindicações cidadãs, porque certamente a ideia de participação e decisão como pregam os meios é fictícia. Essa se dá nas bases reivindicatórias e contestadoras dos discursos e processos produtivos que são dissipados pelos microfones, textos e telas dos meios massivos. “Cidadania comunicativa deve incorporar elementos conceituais das culturas subalternas populares, tanto em concepções de

poder quanto de diversidade cultural” (MALDONADO, 2012, p. 28). É um escopo ideológico contra-hegemônico que busca formular dispositivos midiáticos e comunicacionais distintos.

São processos que fomentam uma perspectiva de quebrantar, de desagregar esse modelo excludente e desigual da cidadania brasileira. Diante da comunicação, os cidadãos resistem, revoltam-se e formulam mecanismos que burlam os escritos da comunicação massiva, dos conglomerados e fazem essa comunicação periférica da práxis, do mundo concreto, do direito a ser visto.

Se o característico da cidadania é estar associada ao reconhecimento recíproco, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade. Daí que uma das formas mais flagrantes de exclusão da cidadania situe-se justamente aí, na expropriação do direito de ser visto, que equivale ao de existir/contar socialmente, tanto no terreno individual como no coletivo, no das maiorias como das minorias (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 107).

Sou visto, logo existo. É desse diálogo entre Martin-Barbero (2014), Maldonado (2008, 2011a, 2012) e Mata (2005) que se observa a relação tão aproximada da comunicação com a cidadania nesse elemento de ser visto. A cidadania comunicativa é um quadro de referência que articula a práxis cidadã para os deslocamentos discursivos e concretos em níveis de consciência para uma visibilidade dos sujeitos, daqueles dos grupos subalternos. Reflete-se dessa maneira “o deslocamento da luta pela representação para a demanda do reconhecimento” (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 108).

Os processos comunicacionais, os sujeitos fabricantes das falas e a mídia, nessa perspectiva da cidadania não se ocupam unicamente em emitir visibilidades, contudo, aliados ao processo incessante de repetição discursiva, eles possibilitam condições para a produção de novas discursividades. Os discursos se duplicam, reorganizando e construindo outros. São os discursos encadeados que formalizam a lógica dos dispositivos. Não obstante, os sujeitos para garantir a sua participação se integram a esse fluxo comunicacional.

Enquanto os sistemas de poder midiático e político trabalham para manter os esquemas hegemônicos, as proposições por uma cidadania comunicativa caminham em sentido oposto, de desnaturalizar os modelos de não reconhecimento. A perspectiva é outra, de trabalhar a comunicação como um direito real e não como uma ficção de códigos jurídicos, de não pensar a cidadania como algo fragmentado, “[...] a fragmentação da cidadania é então, tomada pelo mercado que converte a diferença em uma mera estratégia de audiência” (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 113). Portanto, a cidadania comunicativa está balizada nesse processo de

tomada de consciência e ação, a busca por visibilidade é mecanismo da práxis cidadã. *Lagoas do Norte, pra quem?* assume esse espaço quando acessa os dispositivos midiáticos e comunicacionais para produzir uma gama de táticas que proporcionam visibilidade àqueles sujeitos e às suas demandas sociais, políticas, de infraestrutura, de pertencimento, de identidade e direito à propriedade e ocupação de espaços da cidade.

“O debate público inventou a ágora que por sua vez, deu-lhe sua forma e suas regras” (MOULIAUD, 2005, p. 52). É na esfera pública que a opinião se posiciona e se modifica ao longo do processo histórico, apontando que a neutralidade não é algo inerente às falas. A linguagem não é neutra e as mensagens veiculadas por meio dela também não são. Responsável pelas mediações sociais cotidianas, o papel da comunicação social não pode ser ignorado como potencializador de interpretações da realidade. Além de informações, os meios e seus produtores veiculam opiniões e visões de mundo (HABERMAS, 1984). Tal aspecto nos mostra como o processo de formação e produção comunicacional é relevante na circulação de sentidos não tradicionais.

O direito à comunicação é um dos aliados do cidadão na formação de uma consciência crítica, mas ele em si não pode ser visto como despido de propósitos. Assim como as forças socioculturais constroem os discursos que circulam nos meios de comunicação, estes, por sua vez, também transformam a sociedade: “Os dispositivos não comandam apenas a ordem dos enunciados, mas postura do leitor” (MOULIAUD, 2005, p. 51).

Nessa relação dialética, posições sociais são reafirmadas, gerando novas reflexões a partir da linguagem. Ideologias políticas e sociais são transmitidas para a população através dos sistemas midiáticos, que ao transparecer discursos resguardados com o viés de imparcialidade, têm papel crucial na formação da opinião dos espectadores. “A opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, seja ela ingênua ou plebiscitariamente manipulada, em reação a pessoas, através do common sense” (HABERMAS, 1984, p. 85). *Lagoas do Norte, pra quem?* é crítica. É resistência. É rejeição a esse argumento de remoção instaurado pelo Estado.

As nuances e reformulações das culturas locais mediadas pelos dispositivos midiáticos e comunicacionais impõem demandas diferenciadas em relação àqueles de caráter hegemônico, bem como de suas linguagens que constituem parte das dimensões do poder simbólico das comunidades. Durante um dia de panfletagem na Avenida Boa Esperança, região atingida pelo Programa Lagoas do Norte, anotei no diário de campo que as táticas metodológicas dos resistentes “são fundamentadas na esfera da sensibilidade. A produção de panfletos para levar de casa em casa, as conversas com essas pessoas, representam exatamente

essa tentativa de compartilhar semelhanças e sentimentos iguais, pertencimento” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). A anotação reitera as ações diferenciadas da cidadania comunicativa a partir da ótica dos sujeitos, de suas estratégias para resistir em que o modo tradicional de visitar as casas e os vizinhos se misturam com as metodologias de tomada de consciência por meios dos dispositivos comunicacionais, os panfletos, por exemplo.

Figura 06: Perspectivas conceituais comparadas sobre a cidadania comunicativa



Fonte: Organização e sistematização feita pela autora.

Na figura 01 vemos uma organização das perspectivas de cidadania comunicativa que discutimos neste capítulo. A sistematização proposta apresenta modos diversos de compreender esse conceito, ao passo que exhibe distintos vieses para abordar a resistência a partir da ótica comunicacional e cidadã.

Assumo então a posição de cidadania comunicativa como uma prática social catalisadora das revoluções de pensamento pelas quais os sujeitos em situação de resistência

alcançam o espaço de visibilidade na esfera midiática comunicacional. A visibilidade está sustentada por tomadas de decisões conscientes, apoios em suporte midiáticos e da propagação de discursos cidadãos construídos nos âmbitos periféricos. Com a acessão e dissipação das redes sociais, esses suportes midiáticos se tornaram mais próximos aos sujeitos, que em alguma medida podem tornar essa relação menos desigual, o que não refuta a ideia controladora dos sentidos do discurso e da compreensão do que seja a cidadania, em ambos os lados.

Isso significa repensar os processos comunicacionais que são desenvolvidos. A cidadania comunicativa é esse movimento comunicacional que reflete as condições dos sujeitos diante dos sistemas midiáticos e que o aponta como movimento de resistência diante desses modelos tradicionais de fazer e consumir comunicação e informação. Observar as práticas de cidadania comunicativa a partir do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* nos possibilita perceber o processo autoconstrução dessa categoria, apontando que ela não é uma via única, institucional, mas processo resultante também das ações dos sujeitos em seus contextos sociais.

É a partir da lógica da comunicação que a cidadania vai se estruturando em tempos dos processos digitais de articulação da sociedade. A complexidade do conceito reitera que ainda falta muito para que exista uma concepção única sobre aquilo que seja a cidadania comunicativa, talvez essa tentativa seja inclusive tola. Essa multiplicidade de entendimentos reforça a complexidade das práticas sociais e meios de comunicação. Assim, é interessante que tenhamos a consciência de que a cidadania comunicativa não pode ser reproduzida de modo simplificado, porque é uma noção densa que impera na formação do sujeito e na articulação de suas tomadas de decisões, consciência e ação.

2 - A PESQUISA NA INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: análise bibliométrica e pesquisa da pesquisa

*“Percebam que a alma não tem uma só cor
Ela é colorida, sim
Ela é multicolor”.*
(Alma não tem cor – Zeca Baleiro)

Este capítulo é um panorama da produção de pesquisas em comunicação na interface com a cidadania. Apresento os dois movimentos metodológicos iniciais para o entendimento das processualidades da pesquisa em cidadania comunicativa e como essa interface é percebida enquanto elemento teórico-metodológico. Elaborei a partir da bibliometria (CAFÉ; BRASCHER, 2008) realizada com base em dados brasileiros ibero-americanos, entre os anos de 2011 e 2016, uma compressão ampla das principais metodologias usadas nas pesquisas em comunicação e cidadania, criando assim um perfil das principais vertentes e buscando um entendimento das dispersões e centralidades nesse campo. O segundo movimento é a pesquisa da pesquisa (BONIN, 2012) que procura desconstruir a partir de uma lógica qualitativa a arquitetura das metodologias empregadas nas pesquisas em comunicação, ressaltando as percepções sobre as problemáticas trabalhadas nas comunicações científicas, exames das estratégias metodológicas, observações dos problemas enfrentados no processo investigativo e dos conhecimentos que são apropriados em função do desenvolvimento dessas pesquisas científicas.

As intencionalidades apresentadas neste capítulo mostram um cenário de produção científica na interface em comunicação e cidadania no Brasil e observações ampliadas para algumas bases de dados da região Ibero-Americana, espaço elegido por suas similitudes e contradições. Os vínculos históricos nesses países perpetuam sentidos e práticas sociais que podem ser observados no fazer ciência, fundamentalmente na compreensão sobre o que é e o que não é cidadania e comunicação nesses territórios.

2.1 Tomadas de decisões sobre metodologia para a organização da pesquisa bibliométrica

O processo de tomadas de decisões metodológicas apontou para uma organização da pesquisa bibliométrica, considerando categorias metodológicas baseadas em um estado da arte sobre metodologias, método, desenvolvimento de pesquisa e estruturação do pensamento científico, especialmente na área da Comunicação. Se no capítulo anterior percebemos a trajetória conceitual da cidadania comunicativa, neste compreendemos via investigação quanti-

qualitativa como são os ordenamentos da produção científica em comunicação na região Ibero-Americana, ao passo que construímos um mapeamento das investigações científicas.

Os dados são construídos, nos alerta Bourdieu (2002), atentando para a importância da organicidade epistemológica na elaboração do processo científico. Sob essa lógica, seguimos com a intenção de compreender o impacto da pesquisa na interface cidadania e comunicação e de que maneira os métodos estatísticos e matemáticos podem colaborar para esse processo.

As quantificações aqui dispostas são resultado de um levantamento estatístico bibliométrico, entre os anos de 2011 e 2016, que considerou distintos bancos de dados que pudessem exibir uma caracterização possível dos processos de investigação em comunicação e cidadania no Brasil e de modo restrito em uma comparação com países ibero-americanos. As bases de dados⁴ consultadas foram: Anais da Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Anais da Sociedade Brasileira de Investigadores da Comunicação (Intercom), Anais da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), bancos de teses e dissertações de todos os programas de pós-graduação em comunicação reconhecidos pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) até o ano de 2016, totalizando 50, e os repositórios das revistas científicas sistematizadas pelo Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), que totalizaram 338 periódicos.

Diante de todos esses documentos científicos, elaboramos um banco de dados próprio, integralizado, adequado e organizado com essas informações públicas disponíveis e considerando os objetivos expostos de compreender a estruturação metodológica. Assim que assumimos da bibliometria a sua estrutura, realizamos uma adaptação dos processos na constituição de um quadro de referência específico que desse conta dos elementos metodológicos.

A bibliometria é entendida como um conjunto de princípios e leis que visam o mapeamento da produtividade científica em periódicos, autores e representação da informação científica.

Para cada um destes campos de estudos são adotadas respectivamente as leis de Bradford, de Lotka e de Zipf. Outros estudos que examinam, por exemplo, a análise de citações (identificação de frentes de pesquisa e colégios invisíveis, fator de imediatismo ou de impacto, acoplamento bibliográfico e co-citação,

⁴ A) <http://www.compos.org.br/anais.php>.

B) <http://portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/apresentacao5>.

C) <https://www.alaic.org/site/>

D) <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

E) <http://www.latindex.org/latindex/inicio>

obsolescência da literatura e vida média, lei do elitismo e teoria epidêmica de Goffman) também se inserem no contexto das pesquisas bibliométricas (CAFÉ; BRÄSCHER, 2008, p. 54).

A representação da informação é o foco dos dados debatidos nesta tese, expressando a ótica dos processos metodológicos, suas caracterizações e classificações eleitas a partir de estudos teóricos sistemáticos sobre a epistemologia do método científico na área da comunicação.

Esses mecanismos buscam conhecer de uma forma generalizada o núcleo (conjunto de frequência em referências bibliográficas) das bases de dados produzidos em determinado tema – aqui comunicação e cidadania –, definindo as maiores contribuições de pesquisadores e pontuando a frequência com que palavras-chave aparecem nos textos científicos e sua representatividade no contexto da pesquisa.

Para essa análise bibliométrica, chamamos a atenção para as questões metodológicas; por essa razão, a métrica (palavras que mais aparecem) e a frequência adotadas têm como aporte os métodos de pesquisa utilizados por esses autores.

Nesse âmbito, procuramos entender como as metodologias de pesquisa são utilizadas para auxiliar o conhecimento sobre essa interface, e compreender os processos e desafios da divulgação científica para que tenhamos um espaço aberto de debate e produção de conhecimento. Se faz necessário observar se esses métodos correspondem ao sentido da cidadania comunicativa como uma prática social catalizadora das revoluções de pensamento dos sujeitos comunicantes em situação de resistência.

A abordagem bibliométrica reitera da importância da descrição e considera fundamental uma organização padronizada da informação. A “descrição bibliográfica utiliza a linguagem bibliográfica, que se desdobra em linguagens que descrevem a informação (conteúdo) e linguagens que descrevem o documento (suporte físico)” (CAFÉ; BRÄSCHER, 2008, p. 55). Esses mecanismos técnicos garantem a individualização dos itens para o estudo bibliométrico.

Por essa razão, a sistematização das bases de dados considerou o modelo organizacional das análises bibliométricas, suas métricas e estilística. Isso significa dizer que o conteúdo da tabulação obedece a normalizações científicas e seus padrões analíticos.

A arquitetura bibliométrica desenvolvida neste estudo seguiu etapas que correspondem à processualidade desse tipo de instrumento de pesquisa. Foram as seguintes:

a) Etapa 1 – Definição dos termos para as buscas

A associação dos termos (descritores ou palavras-chave) tem por objetivo identificar quais áreas de estudo e linhas de pesquisa dos trabalhos indexados nas bases de dados

científicos que foram publicados. Descritores: Cidadania e comunicação, cidadania comunicativa (Assunto).

b) Etapa 2 – Consulta nas bases de dados científicos

Base de dados científicos: Anais da Compós, Alaic e Intercom, Repositórios de teses e dissertações e bases de dados das revistas indexadas no Lantindex. Existem características próprias de cada base de dados, o que demandou uma estratégia de busca que se adapta aos padrões oferecidos por cada uma delas.

c) Etapa 3 – Exportação dos registros

Foram produzidas pastas com os arquivos dos textos em PDF (padronização da documentação, porque existiam trabalhos em formato Word) e tabulação das informações bibliométricas utilizando o programa Excel. A adoção desse programa se justifica pela potencialidade que a ferramenta possui na organização tabular desses tipos de informações específicas, ao passo que também permite a sistematização dessas informações em estrutura gráfica.

d) Etapa 4 – Leitura dos resumos e classificação

Analisamos bibliometricamente os títulos, as palavras-chave e os resumos dos artigos selecionados, a fim de identificar as principais metodologias abordadas pelos autores dos trabalhos e suas disposições geográficas. Além disso, naqueles documentos em que não era possível perceber os usos metodológicos, realizava-se uma leitura dinâmica e uma busca para confirmar as informações presentes no quadro de referência.

e) Etapa 5 – Padronização dos dados

O processo de organização dos dados baseou-se na centralização das informações das publicações em uma planilha do Excel. No arquivo foram gravados o título, nome dos autores, países, metodologia, métodos, técnicas de coleta e análise, ferramentas e finalidade das pesquisas e o ano de publicação.

f) Etapa 6 – Análise dos dados

Com a padronização dos dados localizados nas bases de dados pesquisadas foi possível realizar consultas, tais como: quantidade de publicações por ano, países onde foram publicadas, além da quantificação dos elementos metodológicos dispostos no quadro de referência.

Na etapa inicial da investigação bibliométrica, a proposta era identificar as estratégias metodológicas expressas diretamente pelos autores na narrativa das investigações científicas publicadas. Observou-se a inconveniência de adotar essa proposição, visto que em algumas das publicações as estratégias metodológicas não eram declaradas diretamente. Por esse motivo, foi necessário elaborar outro mecanismo de sistematização dessas informações.

Assim, após uma tentativa de análise prévia feita com os artigos do GT de Comunicação e Cidadania da Compós – o texto derivado desse ensaio foi publicado nos anais da Compós de 2017 –, percebemos os empecilhos de utilizar essa estratégia de informação direta e iniciamos a organização de um quadro de referência que pudesse compilar as principais metodologias utilizadas no campo da Comunicação que contemplassem as investigações organizadas no banco de dados bibliométrico.

A sistematização desse quadro referência permitiu a compreensão dos modelos metodológicos e da epistemologia que compõem a pesquisa em Comunicação, nos forneceu leituras importantes sobre como o pensamento científico se organiza para consolidar métodos e técnicas, apontou e observou contradições sobre os modelos e formas de pensamentos listados e debatidos pelos estudiosos da área.

2.2 Elaboração do quadro de referência metodológico

A elaboração e constituição do quadro de referência analítico buscou as melhores respostas a dois objetivos específicos da proposta de pesquisa. O primeiro, o de apresentar um panorama bibliométrico da pesquisa em interface da comunicação com a cidadania. O segundo, o de refletir sobre como as estruturas metodológicas da pesquisa em comunicação articulam a noção de cidadania comunicativa. Tais atitudes nos levaram a leituras necessárias para compreender como as investigações em comunicação se ordenam e como os autores compreendem os processos metodológicos e epistemológicos. Além de fechar-se na área, o quadro de referência tenta uma amplitude analítica que dê conta de uma vasta produção científica, realizada e divulgada em distintos países e meios.

Nessa articulação construtiva notou-se a intersecção entre o conhecimento estabelecido, a ação metodológica e os acionamentos da ciência para a elaboração e constituição dos conhecimentos reconhecidos pelas comunidades científicas. Isso significa dizer que não há somente uma lógica que determine os modelos e processualidades metodológicas, mas amplas formas de compreender esses caminhos de atuação. Segundo Braga (2016, p. 84), “o gesto de acionamento é o uso das teorias para perguntar, para planejar a observação sistematizada e para apoiar o trabalho de interpretação”. Essa afirmação justifica a teoria como ação metodológica.

Em outras palavras, o que se percebe é a compreensão da metodologia de pesquisa como um elemento sistematizador das práticas, mecanismo de ordenação processual. Optamos por compreender esses elementos como observação sistematizada, entendendo que o que está definido como referência não é o único quadro possível, mas o que melhor responde às

demandas da investigação. Ou seja, nossa sistematização considera o entendimento da cidadania comunicativa como prática social transgressora, os processos metodológicos e caminhos possíveis diante do que é observado, e a ciência como uma prática social sistemática na construção social da realidade.

O nosso quadro não é uma tentativa de dar conta das investigações sobre cidadania e comunicação, mas de percebê-las diante de um ordenamento metodológico que pudesse planificar outras ritualidades científicas. A intencionalidade dessa elaboração foi, portanto, perceber como as metodologias se ordenam e podem contribuir para a elaboração de outras, “assim como os acordos para enfrentar os desafios da vida comum, assim como os acordos pelos quais as diferenças podem ser exacerbadas, modificadas, esquecidas ou tornadas socialmente produtivas” (BRAGA, 2016, p. 89).

O quadro elaborado como referencial para a análise dos produtos científicos organizados considerou uma inserção de vários modelos, de autores que discutem a organização metodológica em comunicação e de várias escalas de classificação feitas por eles. Assim, estamos abordando a utilização de métodos que podem ser acionados para a produção do conhecimento, nesse debate entre o discurso científico e o real.

Orozco Gómez e Gonzalez (2012) explicam que a abordagem metodológica se configura a partir da forma como o pesquisador se coloca diante da construção do objeto, dos seus objetivos, da organicidade epistemológica e das categorias de investigação. Segundo os autores, as categorias e conceitos são construídos a partir das distintas visões de mundo que destacam elementos diferentes dessas entidades. A partir deles se outorga um lugar operativo no mundo e operacionalidade é também uma forma de compreensão. “O importante não é a receita, sim a quantidade de sentido comum e critério epistemológico” (Ibid., p. 75), a relevância está em conseguir expressar os processos de forma abrangente, sem perder de vista as particularidades e a lógica científica. A metodologia não é um passe de mágica, não é a razão pura.

Tal perspectiva faz com que os autores elaborem um caminho que tenta ordenar os processos metodológicos da pesquisa em comunicação, um álibi metodológico (*coartada metodológica*). Orozco Gómez e Gonzalez (2012, p. 33) dividem a processualidade das estratégias metodológicas em quatro segmentos: metodologia, método, técnicas e ferramentas. Essa categorização explica as estratégias de investigação de forma processual, ordenada em escala piramidal, do amplo para o mais específico. Além disso, aportam em compreensões sobre o sistema de investigação que busca ser aberto para além da exclusividade da pesquisa comunicacional.

Para Bachelard (2006, p. 19), os fenômenos são tecnicamente constituídos, o que faz da sistematização metodológica científica um modelo de compreensão da natureza: “não existe na natureza e não é sequer uma continuação natural dos fenômenos naturais”. Essa “aventura nos países quiméricos” ainda é desafiadora na construção das metodologias da ciência, se consolida com a historicidade dos processos, mas precisa sair da esfera do absolutismo para a intersecção com o cotidiano. Bachelard (2006) chama a atenção para a organização e sistematização científica, mas que ela não tenha a restrição absoluta sobre o método pré-definido e que perpassa pela potencialidade imprevisível da experiência.

Na constituição do nosso quadro de referência, assumimos o racionalismo aplicado (BACHELARD, 2006) e tomamos como fundamentação um recorte específico, categorizando ainda a partir de experiência pessoais e exercício de pesquisas as técnicas em duas perspectivas: da coleta dos dados e dos modelos de análise. “A experiência não é, pois, bloqueada de forma alguma nas suas técnicas” (Ibid., p. 116). O que fiz ao sistematizar um modelo analítico para compreender as metodologias empregadas nas comunicações analisadas nesta tese foi multiplicar e afinar estruturas apresentadas por estudos metodológicos, articuladas com compreensões oriundas da experiência de realização científica.

A sistematização considera a metodologia como a orientação sobre aquilo que quer se obter da pesquisa, por isso a divisão em qualitativa, quantitativa e a quanti-qualitativa. Conforme Orozco Gómez e Gonzalez (2012), a investigação quantitativa busca o estabelecimento das generalizações da realidade, utilizando mensurações estatísticas de variáveis; enquanto a qualitativa procura compreender as particularidades, os sujeitos, suas atuações e inter-relações com o meio social.

Mais além dessa percepção, adotamos as nomenclaturas de métodos, técnicas e ferramentas. Método é entendido aqui como o conjunto de técnicas e associações de ferramentas, coerentes com a orientação da pesquisa que permitem a compreensão de uma problemática e objeto de estudo. Enquanto isso, técnica é tida como o uso particular de uma ferramenta ou um conjunto delas, e por meio explicativo as ferramentas são aqueles “dispositivos que nos permitem, no caso da investigação científica, a correlação de dados instrumentais” (OROZCO GÓMEZ; GONZALEZ, 2012, p. 35). Essas nuances estruturais da investigação exibem como o fazer pesquisa é resultado de uma arquitetura metodológica para que entendamos os caminhos percorridos pelo investigador na constituição da investigação científica. Entretanto, “a comodidade das convenções não lhes retira o seu caráter arbitrário” (BACHELARD, 2006, p. 123), o que significa que o quadro de referência metodológico que constituímos aqui é uma perspectiva possível de articulação científica, orientada a partir de um

racionalismo que nos parece dar conta da interface comunicação e cidadania e de estudos metodológicos para o campo da comunicação.

A ordenação do quadro de referência aqui exposto resulta de múltiplas tentativas, de organização e reorganização, na tentativa de estruturar características de uma análise metodológica para a cidadania e comunicação, para não enfraquecer o papel da experiência na produção científica. “A cultura é um acesso a uma emergência; no domínio científico estas emergências estão de fato constituídas socialmente” (BACHELARD, 2006, p. 115). Fortalecer tanto a experiência do investigador como a dos sujeitos nos parece imprescindível no desenvolvimento de uma perspectiva de ciência menos arbitrária e mais acessível ao conhecimento comum.

Além desse ordenamento das estratégias metodológicas, é preciso observar as intencionalidades das pesquisas, o entendimento das investigações, ou seja, a que propósitos essas formulações científicas querem responder. Orozco Gómez e Gonzalez (2012) apontam que cada investigação possui uma finalidade e que essa é geralmente aquele elemento intencional de responsividade que o problema de pesquisa possui, classificando-as em três tipos: descritivas, explicativas e prospectivas. Esses três elementos também foram incorporados à nossa referência analítica.

“O real, concreto, reconstruído pela pesquisa científica, mostra que os processos e fenômenos em comunicação são multidimensionais e multicontextuais” (MALDONADO, 2012, p. 35). O autor, por outro lado, descreve vários métodos e os reformula para a comunicação. Essa classificação é mais específica e nos forneceu importantes pontos de vista epistemológicos e uma categorização de métodos mais estrita, o que nos permitiu relacioná-los com as “delimitações guarda-chuva” apontadas por Orozco Gómez e Gonzalez (2012) e com as técnicas apontadas por França (2016).

O recorte feito por Maldonado (2012, p. 36) “rejeita o consumo intelectual mecanizado de lógicas e métodos prontos” organiza as nomenclaturas para pontuar os tipos de método que observou, trabalhando mediante a perspectiva transmetodológica e afinando-a para a investigação científica em comunicação. Assumir esse rejeitar (especialmente presente na coluna de comentários que não obedece métricas), essa avidez resistente – nossa primeira resistência – sobre a exclusividade do método, é que nos fez compor um quadro de referência para um exame bibliométrico. O quadro desordena as lógicas bibliométricas tradicionais e as reorganiza a partir de uma ótica de metodologias aplicadas à comunicação. Nossa metodologia da resistência começa aqui. Resistir é preciso para compreender e perceber outros caminhos

possíveis, e mesmo que neste momento da investigação eles venham sistematizados de forma numérica e gráfica, não significa que a resistência esteja ausente.

Quadro 1: Quadro de referência metodológico para análise bibliométrica em comunicação

Coluna	Elementos metodológicos
1	Autor: Sujeito que produziu o texto.
2	Título: denominação da investigação ou texto científico.
3	Local: Universidade ou centro de investigação que está vinculado o autor.
4	País: país onde o texto foi publicado.
5	Banco de dados: Congressos, revistas e bancos de teses e dissertações.
6	Metodologia: Qualitativa (A), quantitativa (B), quanti-qualitativa (C).
7	Métodos: História de vida comunicativa (A), etnografias de públicos (B), análises comunicativas de produtos midiáticos (C), explorações livres de campos - empírica (D), pesquisas teóricas sistemáticas (E), pesquisa da pesquisa (F), laboratórios metodológicos (G), pesquisa documental (H), organização e sistematização de material midiático (I), metodologias transformadoras (J).
8	Técnicas de coleta: Entrevista (A), questionário (B), algoritmo (C), observação etnográfica (D), grupo de discussão (E), história de vida (F), experimentação metodológica (G), estudo de caso (H), bibliográfica (I), vídeo (J), fotografia (L).
9	Técnicas de análise: Análise teórica (A), análise textual (B), análise de discurso (C), análise de conteúdo (D), análise semiótica (E), análises socioculturais de contextos (F) e análise de processos de produção (G).
10	Ferramentas: Diário de campo (A), programa de computador (B), gravador (C), câmera (D), documentos (E), jornais/revistas (F), livros/artigos (G).
11	Finalidade: Descritiva (A), explicativa (B) e prospectiva (C).
12	Ano: de publicação.
13	Comentários: espaço destinado para a livre percepção sobre as produções. Sem métricas.

Fonte: Referências teóricas articuladas: França (2016), Maldonado (2012); Orozco Gómez; Gonzalez (2012); Feyerabend (1977); Bachelard (2006).

Se para nós a cidadania comunicativa é uma prática social que catalisa a tomada de consciência dos sujeitos em resistência alcançando a esfera midiática, a elaboração do quadro de referência analítico e da proposta metodológica constituídos nessa tese precisa perpassar por esses mesmos meandros de perturbação da lógica científica e da ordem social. Feyerabend (1977, p. 32) nos indaga se realmente devemos crer que “regras ingênuas e simplórias que os metodólogos tomam como guia são capazes de explicar tal labirinto de interações”. Longe desse pensamento simplório, creio que as formas de conhecimento e as práticas sociais precisam se

articular na elaboração de uma crítica de mão dupla e que sem essa interseção questionadora é impossível perceber os vieses sociais, comunicacionais, da ciência e do senso comum.

2.3 Análises bibliométricas sobre comunicação e cidadania

A base de dados elaborada para as análises bibliométricas considerou a produção científica da área da comunicação no Brasil e uma comparação com bases de dados específicas na região Ibero-Americana⁵. A proposta é compreender as similitudes e contradições dos processos de investigações que os países dessa região possuem, ao passo que perceba as estratégias metodológicas na produção científica da interface estudada.

Para além de números derivados do quadro de referência, o que notamos nos dados são as generalizações e mensurações possíveis da organização de metodologias de investigação científica em comunicação e cidadania, ao tempo de observar como a interseção desses termos corrobora para a constituição do conceito de cidadania comunicativa. É um passo necessário na construção do que queremos como estratégia metodológica para a cidadania comunicativa. A pesquisa bibliométrica nos forneceu essa organização de sentidos metodológicos em uma ampla região, corroborando para uma cartografia numérica, que adiante é percebida em sua arquitetura mais profunda com a pesquisa da pesquisa.

Analizamos um universo de 1.781 trabalhos científicos (artigos científicos, teses, dissertações). Esse número é o resultado dos 1.980 que foram catalogados pelos descritores de busca. Muitos textos foram excluídos da amostra porque não entravam no perfil de investigação científica, dentre eles editoriais, entrevistas pingue-pongues e ensaios literários. Ainda que esses textos possuam seu grau de contribuição no desenvolvimento científico, não conseguimos identificar os elementos analíticos presentes no quadro de referência.

As investigações sobre comunicação e cidadania (comunicações científicas) aparecem em publicações de 12 países. Destacamos os 1.047 textos publicados no Brasil, partindo da lógica de que a nossa análise pretendia compreender a produção científica do nosso país, em um comparativo possível com outras bases de dados ibero-americanas. Em termos de justificativa, isso se deve ao fato que queríamos perceber com maior intensidade a

⁵ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (em espanhol: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI), comumente abreviada para Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), é uma organização internacional composta das nações da Península Ibérica e América Latina, cujas populações falam português e espanhol, mais a Guiné Equatorial, na África. A OEI é composta pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiné Equatorial, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Espanha, Uruguai e Venezuela (OEI, 2018, s.n.).

caracterização da pesquisa em cidadania e comunicação desenvolvida no Brasil. Tanto pela proximidade e acesso prático a esses bancos de dados, como por uma eleição em perceber como se dá a constituição das narrativas metodológicas (mais amplamente possível) brasileiras.

Outro ponto a ser considerado nessa seleção ampla e específica sobre o Brasil é a execução da pesquisa de campo. Gostaríamos de entender de forma mais profunda como essas generalizações e mensurações metodológicas são possíveis e presentes no itinerário do concreto/real. Dessa forma, entende-se essa focalização na arquitetura brasileira de investigação científica em comunicação e cidadania como uma estratégia para ampliar as possibilidades, percepções e o desenvolvimento da pesquisa em cidadania comunicativa nacional e suas facetas em campo. Considera-se essa outra resistência no quesito analítico quantitativo, mas que foi vital para a compreensão das multiplicidades metodológicas de perceber o nosso país.

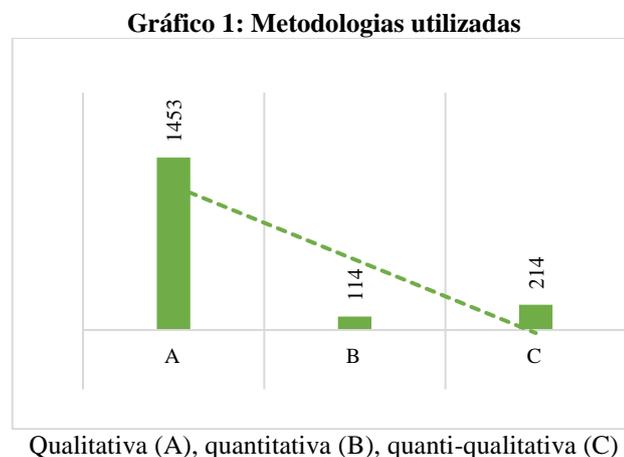
A Espanha aparece em segundo lugar (429) como o país que mais investiga sobre a tal temática. Entretanto, em termos de contradições, o Brasil possui a maior parte de suas investigações com orientação qualitativa, enquanto os espanhóis optam com maior frequência pelas análises quantitativas exclusivamente ou mistas, no recorte aqui delimitado. Esse ponto é interessante porque também se repete nos demais países latino-americanos com forte adesão às orientações qualitativas, enquanto os europeus reiteram a preferência pelas métricas e generalizações. Frisa-se que o México e o Chile apresentam maior frequência de perspectivas também quantitativas quando as publicações são associadas a instituições europeias.

Os países concentrados na América Central apresentaram pouquíssimas publicações nas bases de dados investigadas, tendo a Costa Rica como um dos que possuíam investigação sobre a temática. Cuba aparece nas buscas, com periódicos na área, mas as investigações foram publicadas em anos que não contemplam o recorte desta investigação bibliométrica (2011-2016). E independentemente dessa informação, nota-se que esse é um gargalo no desenvolvimento da investigação científica. A tímida presença de periódicos científicos na América caribenha ou de investigações em congressos da região (como o Alaic) preocupa. Não só pela ausência de métricas, mas por um silenciamento histórico dos processos de investigação científica, visível inclusive em âmbitos de pesquisa que pregam a desconstrução das lógicas tradicionais, como nos preceitos da cidadania e comunicação. São métricas e percepções que

saltam aos olhos e que apontam um relacionamento com a investigação científica bastante recheado de imbróglis, disputas políticas e poder⁶.

As disputas persistem quando analisamos as pesquisas científicas do ponto de vista da orientação. As metodologias qualitativas (A), quantitativas (B) e quanti-qualitativas (C) apresentam discrepâncias consideráveis fortemente percebidas na representação gráfica (**Gráfico 1**). A pesquisa qualitativa aparece como principal linha de orientação, especialmente pelo Brasil ter forte concentração nessa vertente, apontando uma preocupação generalizada dos investigadores em dar conta mais dos contextos locais, das particularidades dos processos investigativos do que necessariamente das generalizações que possam vir a ter.

As particularidades parecem interessar mais aos investigadores. A adesão pela orientação qualitativa pode ser justificada pela conceituação do que é cidadania e como esse conceito, que é múltiplo, explica distintos âmbitos e anseios não numéricos, ou para além deles. Qualitativar os processos de investigação científica no âmbito da cidadania comunicativa ainda é o principal interesse dos pesquisadores e estudiosos. Notar que essa concentração acontece especialmente na parte americana notifica um intrínseco vínculo dos estudiosos com as atuações e inter-relações dos sujeitos com o meio social.



Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

Entendemos que a orientação qualitativa explica de forma mais contundente os aprofundamentos aos quais os investigadores se propunham. É importante que isso seja dito porque não consideramos que essa recorrência tão expressiva esteja presente somente por uma tradição no uso da corrente qualitativa de investigação, mas porque essa perspectiva é a que

⁶ Os países que aparecem em nossa amostra com publicações de comunicações científicas são: Brasil (1.047 textos); Espanha (429); México (117); Venezuela (61); Peru (47); Argentina (25); Chile (23); Portugal (18); Colômbia (16); Equador (15); Uruguai (2) e Costa Rica (1).

melhor sustenta as problemáticas levantadas para as pesquisas em interface da comunicação com a cidadania. O “pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21). É desses processos de vínculos com os sujeitos que percebemos porque a metodologia qualitativa está tão imbricada na pesquisa em cidadania e comunicação. **Daí que entendemos que a cidadania comunicativa parte do sujeito e/ou das relações com ele.**

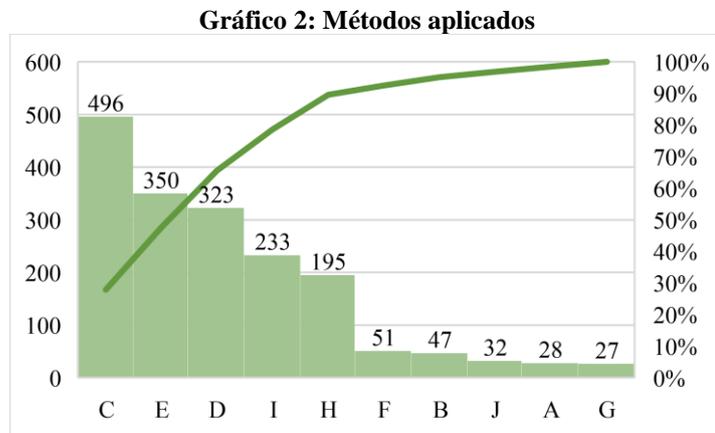
A abordagem qualitativa permite a multiplicidade de métodos, a presença da criatividade no uso da técnica e uma variedade de ferramentas que possa compreender os fenômenos e sujeitos de forma densa. Em outras palavras, não se configura como uma proposta rigidamente estruturada que não permite variâncias; pelo contrário, é construída sobre os preceitos dos vários enfoques que podem existir e dar conta dos problemas extraordinários.

A coluna Comentários (quadro de referência) exalta essa variedade de percepções metodológicas de ordem qualitativa que não podem e nem devem ser quantificadas, porque exultam a rebeldia em perceber que nem sempre as quantificações e generalizações dão conta das práticas sociais que visam ser analisadas. O que queremos dizer com isso é que, por mais que as metodologias possam ser enquadradas em uma estrutura referencial, existem vieses que não adentram nas notificações pré-estabelecidas. Educomunicação, mídia-educação, hermenêutica, pesquisa-ação, netnografia, pesquisa-intervenção são especificidades que ressaltam entre os trabalhos investigados que se enquadram nos métodos guarda-chuva do quadro de referência, porém salientam a resistência da pesquisa qualitativa em ser múltipla e de se adaptar às complexidades dos fenômenos sociais, especialmente os da comunicação e cidadania.

Entretanto, essa centralidade tão marcante da metodologia qualitativa diante das demais abordagens não é mantida nos métodos (**Gráfico 2**) — nesse quesito há descentralização dos processos. As análises de produtos midiáticos (C), as pesquisas teórico-sistemáticas (E) e as pesquisas livres de campo/empíricas (D) são as mais recorrentes, mas não apresentam discrepâncias numéricas entre si, tampouco se sobrepõem sobre os demais métodos averiguados.

Esses dados nos chamam atenção não só pela difusão de múltiplos métodos, o que é esperado pelo percentual expressivo de pesquisa qualitativa, mas também porque ainda temos muitas investigações dando conta de pesquisas de gabinetes (análises de produtos midiáticos, organização e sistematização de produtos, pesquisas teóricas e documentais) e uma reduzida presença da investigação em comunicação e cidadania em campo, no trabalho sobre o real concreto. A crítica a esses processos repetidamente laboratoriais nos leva a associar o nosso

método ao campo – a nossa segunda resistência. O sujeito é parte da tomada de consciência sobre a prática da cidadania comunicativa. A cidadania comunicativa está nas ruas e vielas do mundo, aqui especificamente em países ibero-americanos.



História de vida comunicativa (A), etnografias de públicos (B), análises comunicativas de produtos midiáticos (C), explorações livres de campos - empírica (D), pesquisas teóricas sistemáticas (E), pesquisa da pesquisa (F), laboratórios metodológicos (G), pesquisa documental (H), organização e sistematização de material midiático (I), metodologias transformadoras (J).

Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

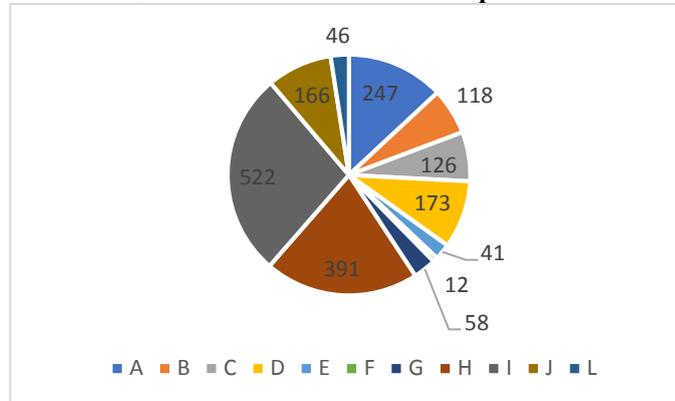
Dessa forma, percebemos como a cidadania comunicativa pode ser insurgente, tal qual a cidadania especificada por Holston (2015), enquanto se firma na lógica das práticas sociais da comunicação, inclusive nas investigações científicas. Os múltiplos métodos referenciam a cidadania e a comunicação como interface complexa. É uma generalização esclarecida pelos números e por suas variâncias.

As técnicas também seguem a lógica da multiplicidade. Tanto os procedimentos de coleta quanto os de análise (**Gráficos 3 e 4**) são variantes e as repetições tendem às discrepâncias e não às formações de núcleo. A técnica de coleta bibliográfica (I) é a mais utilizada na coleta dos fatos entre as investigações analisadas, seguida pelo estudo de caso (H), e juntas configuram 48% do volume total de técnicas de coletas aplicadas, o que pode até ser visto como um núcleo, porém os demais 52% são nove fatias evidentes na representação gráfica.

As variações nas demais técnicas de coleta reiteram a perspectiva da abordagem qualitativa – tão recorrente na pesquisa em interface da comunicação com a cidadania –, que está aberta a múltiplas possibilidades de processos. Entende-se também que essas variações de aplicabilidade técnica se dão sobre âmbitos transmetodológicos (MALDONADO, 2012), que entendem os métodos e técnicas não como camisa de força ou passes de mágica, todavia como um ordenamento lógico dos processos de pesquisa que visam a integralidade das compreensões e que por isso podem ser feitos de formas associadas. A associação de técnicas possibilita o

entendimento dos fenômenos sociais como complexos e que por isso mesmo não pode estar fechada em somente um ou outro ordenamento metodológico.

Gráfico 3: Técnicas de coleta aplicadas

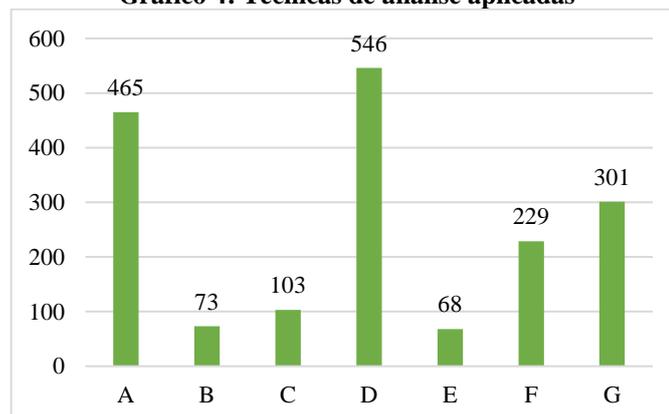


Entrevista (A), questionário (B), algoritmo (C), observação etnográfica (D), grupo de discussão (E), história de vida (F), experimentação metodológica (G), estudo de caso (H), bibliográfica (I), vídeo (J), fotografia (L).

Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

É dessas variedades de técnicas de coleta e análise que se referem Orozco Gómez e Gonzalez (2012) — a criatividade presente no processo investigativo de abordagem qualitativa e da estruturação do pensamento a partir da observação do objeto e daquilo que a problemática quer dar conta.

Gráfico 4: Técnicas de análise aplicadas



Análise teórica (A), análise textual (B), análise de discurso (C), análise de conteúdo (D), análise semiótica (E), análises socioculturais de contextos (F) e análise de processos de produção (G).

Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

França (2016) explica que nenhuma ciência ou campo é proprietária dos métodos e técnicas e que, por isso, a comunicação ensaia sobre a multiplicidade dos processos investigativos que pode ser percebida tanto com as técnicas de coleta como as de análise. Tais observações reforçam o que vem sendo notado nas métricas anteriormente descritas, que por

sua vez afirmam essa abertura das pesquisas em comunicação e cidadania para uma variedade de formatos e percepções.

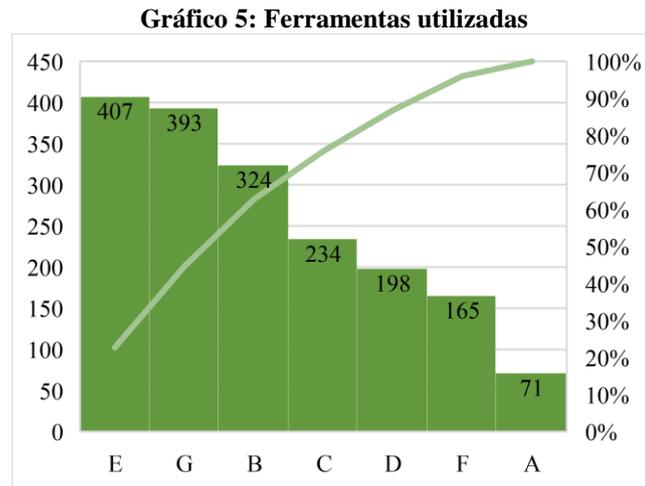
Ainda que tenhamos uma considerável variação das técnicas analíticas, a análise de conteúdo (D) se sobressai em 546 dos textos abordados, seguido da análise teórica (A) com 465. Repetições que reafirmam a percepção marcante de investigações feitas fora do campo são alijadas dos sujeitos comunicantes, ainda que tratem deles em certa medida. Notadamente, temos a demanda por entendimento das fundamentações teóricas dessa interface e uma distância dos mecanismos que interseccionam a investigação científica às comunidades.

As investigações estão interessadas principalmente em descrever como os fenômenos estão se firmando, ainda distanciadas em explicar como e porque esses processos se dão. Isso corrobora ainda mais com a repetição da técnica da análise de conteúdo na pesquisa em comunicação e cidadania. De toda forma, é interessante notar as análises socioculturais dos contextos em 229 trabalhos (F), um ponto fora da curva dos gabinetes que vem se repetindo ao longo dos anos. As lógicas utilizadas nessas análises indicam caminhos interessantes na aplicação de um método de tenha os sujeitos comunicantes como fomentadores e pontos de partida. Como os cidadãos do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* atuam, percebem, resistem, desconstroem e fazem parte do repertório das problemáticas que a nossa estratégia metodológica está inserida? Esses pontos nos parecem pertinentes para que as contribuições das análises socioculturais de contextos façam parte das nossas inferências sistemáticas em campo.

Esses sentidos técnicos são permitidos por ferramentas (**Gráfico 5**) que consolidam a investigação em cidadania e comunicação, reiterando também apontamentos de ação para o nosso método da cidadania comunicativa. Documentos (E), livros e artigos (G) estão entre as ferramentas de investigação mais utilizadas para responder às problemáticas levantadas pelas pesquisas abordadas. As ferramentas da pesquisa redimensionam o modo como as investigações se concretizam e são o dispositivo concreto dos elementos metodológicos, elas permitem que as técnicas e métodos sejam institucionalizados. Qual a finalidade da pesquisa científica? Essa é uma pergunta capciosa diante da quantidade de elementos e possibilidades que os fenômenos comunicacionais possuem. Dizer quais são os propósitos de uma investigação ressalta a complexidade da estruturação do pensamento científico e da maneira como é elaborado e reelaborado.

Orozco Gómez e Gonzalez (2012) explicam que toda pesquisa científica possui uma finalidade e que é importante tomar como nota. O propósito da pesquisa é o que a problemática procura responder, associada às estratégias de compreensão com a qual a pesquisa está

vinculada. Segundo eles, existem pesquisas que visam reunir muitos dados, tentando apontar a primeira visão sobre uma realidade ou o mapa inicial de um fenômeno e que são chamadas de pesquisas descritivas. Outras que buscam explicar como se é ou como se estrutura o fenômeno são classificadas como explicativas. Aquelas que tentam prever, antecipar as possíveis transformações e características dos fenômenos são apontadas como prospectivas.



Diário de campo (A), programa de computador (B), gravador (C), câmera (D), documentos (E), jornais/revistas (F), livros/artigos (G).

Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

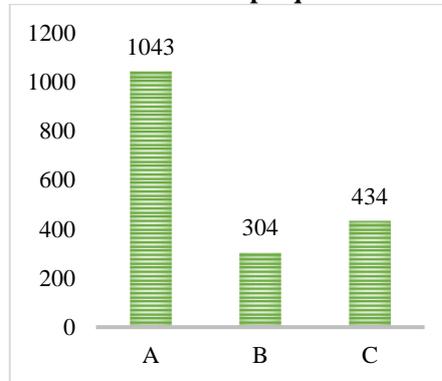
Essa classificação, conforme as intencionalidades das pesquisas, aponta como a estruturação da interface pode ser percebida. Isso quer dizer qual é o momento da investigação da interface comunicação e cidadania na Ibero-América e como ela se encontra. A finalidade explica os mecanismos do entendimento em pesquisa, definem a produção, ao passo que apontam processos diferentes sobre as realidades dos fenômenos.

Quanto a esse quesito (**Gráfico 6**), nossa investigação sobre as pesquisas em comunicação em interface com a cidadania e cidadania comunicativa expressa uma predominância massiva em termos de investigações com finalidades descritivas (A), seguidas das prospectivas (C) e somente 304 textos assumidamente explicativos (B). As investigações descritivas correspondem a 59% das pesquisas observadas, o que reforça importante formação de núcleo sobre essa ótica.

Esses valores expressivos nos mostram que as investigações em comunicação e cidadania na Ibero-América ainda tentam descrever o processo e fenômenos do que majoritariamente explicá-los. É um indicativo de que conhecer essa interface ainda se figura como uma das principais metas dessas investigações científicas. Portanto, essa bibliometria nos

aponta para uma caracterização de um cenário, do entendimento dos seus processos iniciais e da caracterização das lógicas da cidadania comunicativa.

Gráfico 6: Finalidades das pesquisas desenvolvidas

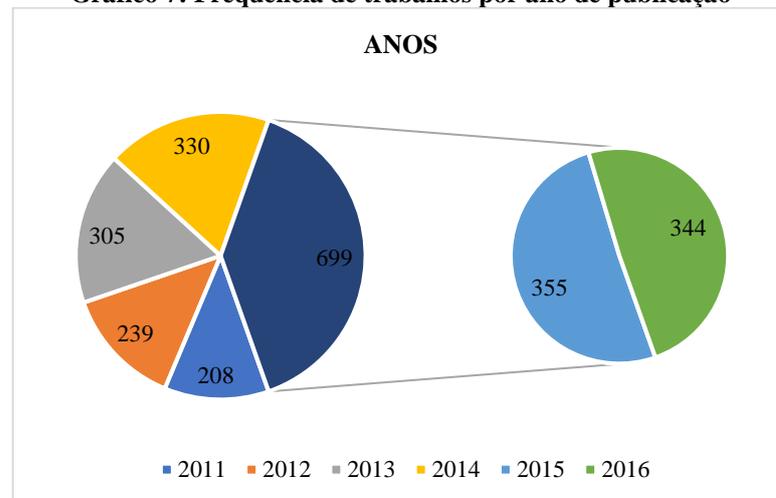


Descritiva (A), explicativa (B) e prospectiva (C).

Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

Nossa terceira resistência será em apresentar uma estratégia metodológica de caráter sistemático sobre os fenômenos extraordinários da investigação em cidadania comunicativa. Mais do que tentar mapear as características da cidadania comunicativa, é preciso explicar como essas percepções se figuram nas práticas sociais e como elas reverberam na tomada de consciência e alcance da visibilidade dos sujeitos em situação de resistência, de revolta. Além de descrever os espaços em resistência, queremos explicar como a cidadania comunicativa permeia essas relações, perpassa pelos sujeitos.

Gráfico 7: Frequência de trabalhos por ano de publicação



Fonte: Pesquisa bibliométrica própria. Tabulação gráfica: Edson Cavalcante

No que compete à distribuição das pesquisas pelos anos investigados, percebemos uma distribuição equilibrada sem que um ano específico se destaque expressivamente sobre o outro.

O ano de 2016 foi aquele com maior quantidade de publicações (699) e 2011 com a menor (208). Essa distribuição chama a atenção pela manutenção das demandas por investigação nessa interface na região analisada e por sua permanência entre as comunidades científicas, ainda muito interessada em descrever as características da comunicação e cidadania.

As métricas expostas aqui indicam o cenário de constituição das pesquisas em interface da comunicação e cidadania e cidadania comunicativa. Essas descrições e representações gráficas nos permitem compreender de forma mais extensiva as generalizações e a organização das metodologias na Ibero-América, ao passo que apresenta os processos iniciais de similitudes e discrepâncias. Entender esses distanciamentos e aproximações nos possibilita compreender como estão estruturadas as metodologias, métodos e técnicas em comunicação e cidadania, enquanto nos exigem aprofundamentos desses âmbitos para que as percepções qualitativas também deem conta dessas generalizações e das críticas sobre elas.

Diante desses dados quantitativos, seguimos para o segundo movimento metodológico proposto nesta tese, que busca a compreensão da cidadania comunicativa, seus sujeitos e processos. A pesquisa da pesquisa se apresenta como demanda de viés qualitativo que também aborda as arquiteturas metodológicas, todavia que alcança as particularidades das lógicas, suas contribuições, desafios, exames das investigações e conhecimentos permitidos.

2.4 Pesquisa da pesquisa em práticas metodológicas sobre comunicação e cidadania

Para classificar os artigos para o processo de exploração da pesquisa da pesquisa, consideramos as observações evidenciadas na análise bibliométrica e da orientação de Bonin (2012) de que é preciso um levantamento sistemático das investigações científicas para a utilização dessa estratégia metodológica de orientação qualitativa. Buscamos a desconstrução metodológica a partir desse entendimento de que as metodologias se concentram por alguns fatores e que se dispersam por outros. Dessa forma, tomamos aqueles trabalhos que buscam o adensamento e a complexidade do conceito de cidadania comunicativa e/ou da interface comunicação e cidadania como base, e não apenas os que observam a operação semântica dos termos. Esse mecanismo faz com que nossos elementos de escolha apontem para os autores que são recorrentes e para as metodologias que mais aparecem.

Compreendemos metodologia como uma dimensão norteadora, que apresenta os encaminhamentos e os processos de construção da pesquisa nas diversas esferas, “como instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que dão feição ao objeto do conhecimento, que se inscrevem em lógicas atuantes na captura e fabricação

pensada deste objeto” (BONIN, 2012, p. 44). Em outras palavras, a construção dos caminhos e definições dos planos efetuam as arquiteturas de investigação.

Sob essa ótica, os artigos analisados a seguir terão como foco os dispositivos metodológicos e suas abordagens em uma tentativa de refazer de maneira reflexiva o percurso da construção da pesquisa e de identificar os elementos arquitetônicos que as estruturam de forma a compreender as articulações que são realizadas nesses estudos. Essa lógica analítica, segundo Bonin (2012, p. 54), “pode oferecer inspirações e elementos para arquitetar métodos e procedimentos de coleta e de análise dos dados na investigação”. Esses mecanismos analíticos e os saberes construídos a partir deles nos possibilitam ferramentas para a elaboração de uma estratégia metodológica própria, principal contribuição desta tese.

Considerando as determinações quantitativas, utilizamos um programa de computador para realizar uma seleção aleatória e não consecutiva dos textos que passariam por esse processo de investigação da pesquisa da pesquisa. Seguindo a ótica da proporcionalidade da amostra estatística, o programa Sorteador.com⁷ definiu 17 trabalhos do universo bibliométrico de 1.781 textos das bases de dados estudadas, correspondente a 1%. Sete textos foram selecionados para a discussão e desconstrução da pesquisa da pesquisa; a amostra foi definida por uma classificação qualitativa não aleatória e intencional, considerando a abrangência territorial, a multiplicidade continental, os tipos de investigação, métodos abordados, conceitos discutidos e autores⁸.

Argentina, Peru, México, Brasil, Espanha e Porto Rico são os países selecionados na amostra qualitativa. A definição por essa abrangência busca as contradições, variâncias, multiplicidades e particularidades dos processos metodológicos na região ibero-americana, que compartilham idiomas, semelhanças e divergências no processo de formação social, econômico e científico. A decisão é intencional na tentativa de compreender as metodologias de forma mais complexa, considerando as possíveis distinções das cosmovisões de cada lugar. Se conceitualmente a noção de cidadania é diferente em cada um dos países, nos parece pertinente realizar uma análise das metodologias de caráter qualitativo em investigações que contemplem a maior quantidade possível dessas variações de percepção

⁷ O Sorteador permite que o sujeito realize os seus sorteios de forma simplificada, bastando definir a quantidade de números e o intervalo a ser sorteado acima. Os resultados randômicos são aleatórios e definidos pelo algoritmo do próprio programa. A ferramenta é de uso gratuito (<https://sorteador.com.br/>).

⁸ A amostra não aleatória e intencional permitiu a eliminação do trabalho escrito por mim e pelo professor Juciano Lacerda, publicado nos anais da Alaic 2016, que havia sido selecionado pelo programa de sorteio aleatoriamente. Analisar metodologicamente a própria produção científica implicaria em lapsos que não nos permitiriam adentrar, tampouco perceber os caminhos percorridos sobre a arquitetura metodológica utilizada na investigação científica. A decisão também favoreceu a necessidade de aprofundar a discussão teórico-metodológica dos conceitos de cidadania comunicativa, trabalhado por Folleto (2016), e de lógicas de resistência, por Costa Filho (2015).

Quadro 02 – Textos selecionados para a pesquisa da pesquisa (amostra não intencional e intencional)

Ordem	Título	Base de dados	Autor	País
1	Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa.	Chasqui	Foletto, R.	Equador
2	Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico de agência de informação: Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital.	PPgEM/UFRN	Silva, A. C. M.	Brasil
3	Televisão e saúde: Os temas ligados à qualidade de vida no telejornal J.A. primeira edição da TV Anhanguera.	Panorama	Santana, B. C. S; Temer, A. C. R. P.	Brasil
4	Objetivos y estrategias de los políticos españoles en Twitter.	Index	Segado-Boj, F; Díaz-Campo, J; Lloves Sobrado, B.	Espanha
5	Campanhas de Mobilização e Representações Sociais sobre Trabalho Infantil: Como os Adolescentes se veem?	Intercom	Magalhães, D. R.	Brasil
6	Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana Frecuencia Libre.	Intercom	Costa Filho, I. C.	Brasil
7	O lugar da política na sociedade midiaticizada: abordagem dos impactos dos processos midiáticos na construção da cidadania.	Vozes e Diálogos	Trevisol, M. G.	Brasil
8	Patrimônio oral: memórias sobre o Cinema da Floresta e a Produtora de Cinema Regina.	Revista Brasileira de História da Mídia	Gonçalves, R. K. T; Musse, C. F.	Brasil
9	O jornalismo literário de Eliane Brum: uma reflexão sobre ética, deontologia jornalística e responsabilidade social.	Intercom	Teodoro, D. C.	Brasil
10	Indicadores mediáticos: herramientas para la participación ciudadana y el acceso a la información.	Vivat Academia	Frutos García, R	Espanha
11	Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal Repórter do Brasil da TV Brasil.	PPGCOM/USP	Gentilli, D. L	Brasil
12	Medios de comunicación y ciudadanía	Comunic@ción	Montesinos Condo, R. A.	Peru/
13	Más allá del crisol de razas: los judíos argentinos, el peronismo y la lucha por un hogar multicultural.	Revista Mexicana CPS	Rein, R	México
14	Posicionamento discursivo, violência e cidadania: a construção do “caso New Hit” no Portal de Notícias G1 Bahia.	Intercom	Ferreira, G. M; Terso, T. C. A.	Brasil
15	Os jornalistas em Porto Rico frente os fundamentos de sua profissão no século XXI.	Comunicação e Informação	Lugo-Ortiz, L.	Brasil
16	Cidadania Comunicativa como estratégia metodológica: em busca de uma tese.	Alaic	Teixeira, T. H. S. T; Lacerda, J. S.	México
17	Desde la desarticulación al presente de los montes vecinales en mano común en Galicia.	Teknokultura	García Quiroga, F.	Espanha

Fonte: Pesquisa bibliométrica/bases de dados. Tabulação própria.

Sob os pressupostos de Bonin (2012), para a pesquisa da pesquisa adotamos sua estratégia para a desconstrução das arquiteturas metodológicas. A autora explica que para compreender os aprofundamentos da pesquisa é necessário adentrar e perceber os caminhos percorridos, os traços das arquiteturas do pensamento que são expressos por meio das metodologias. Para tanto, nos apresenta uma operação metodológica a ser percorrida procurando nos textos das pesquisas a problemática, fazendo um exame das investigações, buscando os problemas enfrentados, os conhecimentos obtidos e apresentando questionamentos.

Esses processos proporcionam um entendimento das investigações a partir da ótica de investigação metodológica, ao passo que nos levam a compreensões epistemológicas sobre a produção científica, o aprofundamento do campo comunicacional e seus desafios sociais.

Tomando como base esses elementos analíticos, apresentamos a perspectiva da pesquisa da pesquisa que adotamos, tentando entender como essas pesquisas são necessárias para que tenhamos um entendimento aprofundado para além dos matizes numéricos que nos foram permitidos pela análise feita anteriormente. Que os jogos da pesquisa da pesquisa comecem.

1. O texto *Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa* (2016), de Rafael Foletto, publicado na *Revista Chasqui* do Equador, expressa uma pesquisa teórico-sistemática em que o conceito de cidadania comunicativa é abordado na compreensão da importância do sujeito comunicante na efetivação das práticas sociais comunicacionais. A investigação ressalta o papel do sujeito na consolidação do conceito de cidadania comunicativa que o autor utiliza.

Foletto (2016, p. 290) realiza uma análise do conceito de cidadania comunicativa, destacando especialmente a definição e classificação adotadas por Maria Cristina Mata, intercalada à discussão feita por Alberto Efendy Maldonado. Ambas definições foram tratadas no primeiro capítulo da tese. Mata (2011) trata a cidadania comunicativa como o acesso e produção de comunicação resultantes do relacionamento dos sujeitos com os dispositivos jurídicos, e o direito à comunicação. Já Maldonado (2015, p. 719) a enxerga como “um conjunto de redes conceituais, concepções e ideias operativas orientadas a mudar o mundo”, de caráter multicontextual e multidimensional que ultrapassa esse vínculo exclusivista aos âmbitos jurídico, político e econômico, mas em uma ótica multicultural, antropológica e étnica. Em Maldonado (2012), a cidadania comunicativa considera o sujeito, suas inter-relações com o real concreto e com a usabilidade dos suportes comunicacionais.

A articulação teórico-metodológica chega à compreensão de como as perspectivas cidadãs associadas às práticas comunicativas são imprescindíveis para entender “o caráter

pluralista da inter-relação entre os sujeitos e os produtos midiáticos”. O pesquisador é categórico ao afirmar que os sujeitos são o elemento base da estruturação da cidadania comunicativa e usa de uma articulação com conceitos mais generalistas sobre a cidadania. É uma opção adotada para explicar porque esse é um termo ambíguo, enviesado e complexo do ponto de vista interpretativo. “Esses movimentos caracterizam os cidadãos como sujeitos de demandas e de direitos por uma cidadania comunicativa plural, aberta e igualitária” (FOLLETO, 2016, p. 10).

Nessa ótica, a investigação teórica faz observações sobre as inter-relações do sujeito comunicante e suas experiências sociais, enquanto questiona a dimensão do sujeito diante das reconfigurações trazidas pelas tecnologias da comunicação. A investigação teórico-sistemática de Folleto (2016) destaca o papel dos indivíduos, substancialmente nas relações e vínculos com os sistemas midiáticos, ao passo que se preocupa com a dimensão contextual na produção do conhecimento.

A justificativa por esses passos metodológicos é dada pela “relevância da pesquisa desde a dimensão dos sujeitos conformadores de uma cidadania comunicativa que lhes permite outras maneiras de enfrentar as mudanças que acontecem no contexto geopolítico” (FOLLETO, 2016, p. 279). Ele destaca que esses desdobramentos sobre o sujeito e a identidade na América Latina são resultantes de bases investigativas que pretendem fortalecer os modelos de produção em comunicação com as características particulares da região. “Admite-se que a Globalização traz à tona a necessidade de construção de novos modelos, de novos paradigmas, que vêm a remodelar a noção de identidade ligada ao Estado-nação” (Ibid., p. 286), destacando a emergência de novos atores sociais e dinâmicas de participação dos sujeitos no cotidiano.

Nos parece que a investigação teórica deixa a desejar na contribuição, em pensar caminhos possíveis para que essa cidadania comunicativa parta dos sujeitos e para eles, numa interseção que ultrapasse as lógicas exclusivistas da comunicação vinda de cima para baixo. A leitura não nos fornece como essa metodologia adotada compreende a problemática inicialmente apresentada no texto, tampouco problematiza de forma enfática as questões da cidadania comunicativa mediadas pelos sujeitos. A inclusão da categoria identidade é bem trabalhada e se desenvolve como um pensamento latino-americano, mas é superficial no debate sobre cidadania comunicativa, pelo menos na vertente adotada.

2. Indicadores mediáticos: herramientas para la participación ciudadana y el acceso a la información, de Ruth Frutos García foi publicado na revista espanhola *Vivat Academia* em 2015, trata dos resultados de uma pesquisa quali-quantitativa que tem como

problemática analisar qual o papel dos Indicadores de Desenvolvimento Midiático (IDM) como ferramentas para a participação cidadã e o acesso à informação.

Partindo desse questionamento, a autora apresenta o desenho metodológico que é construído por ela para alcançar as compreensões necessárias para a problemática apresentada. Assim, a pesquisadora utiliza um modelo multimetodológico que é definido por ela como um que fosse capaz de avaliar a complexidade da natureza dos indicadores de forma estruturada. Portanto, aposta na vertente mista entre as abordagens qualitativas e quantitativas, realizada pelo método de pesquisa documental, agregada a técnicas de entrevista e questionário. A autora articula o uso de programa de computador para estruturar os gráficos e o uso da narrativa direta na compreensão das entrevistas em profundidade. Uma estratégia semelhante – que integra elementos da pesquisa quantitativa (bibliometria), uso de gráficos e entrevista em profundidade – é trabalhada na investigação desenvolvida nesta tese, que articula os dados quantitativos para um entendimento geral do panorama de investigação da comunicação com interface em cidadania e requisitos da pesquisa qualitativa, da experiência para perceber as especificidades do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

A autora trabalha ainda uma discussão de acesso à informação e democratização da comunicação, pautada nas determinações da Unesco, e o princípio de acesso universal que se refere à necessidade de garantir a conectividade e o acesso universal ubíquo, equitativo, verdadeiramente acessível e de qualidade adequada, a infraestrutura de Internet e aos serviços das TICs em todo o território do estado. As avaliações adotadas por Frutos García (2015) passam por uma intercalada analítica. As observações são feitas em contraponto exibindo o que está nas leis de comunicação e o que é percebido pela aplicação das técnicas e ferramentas metodológicas.

Frutos García (2015) descreve os pontos estipulados pela Unesco para a avaliação dos IDM; liberdade de expressão, pluralidade e diversidade, os meios como plataforma para o discurso democrático, capacitação profissional e infraestrutura suficiente. A percepção apontada é que há uma discrepância entre o que está estipulado no informe internacional e aquilo que é observado por ela na aplicação do desenho metodológico.

As compreensões sobre a participação cidadã são apresentadas por meio das representações das falas dos entrevistados na pesquisa. O uso da ferramenta qualitativa exhibe uma preocupação da investigadora em entender as particularidades das demandas de acesso e efetiva presença do cidadão – sua participação – nos meios de comunicação. Um entendimento de que na maioria dos países as leis seguem a circunscrição do que está determinado nas cartas internacionais, mas que há uma discrepância entre o que é verificado na sociedade civil e o que

está estipulado naqueles documentos. Se desenvolve uma tensão clara entre as definições dos conceitos presentes no informe dos Indicadores de Desenvolvimento Midiático: marco para avaliar o desenvolvimento dos meios de comunicação social e sua aplicação, conforme os resultados descritos na pesquisa. Dessa forma, há ainda um caminho a ser percorrido para a constituição desses processos pela democratização da comunicação. Também se questiona a equidade dos fluxos de comunicação, porque não basta ter acesso – lutas simbólicas e relação de poder também se firmam nesse âmbito.

Dentre os problemas enfrentados pela pesquisadora, pudemos perceber a carência de estudos prévios que dessem conta ou que tratassem do objeto de investigação, também de investigações explicativas. Frutos García (2015) nos aponta caminhos para uma compreensão crítica sobre o que é acesso à comunicação e de que os fluxos comunicacionais também fazem parte desse debate de acessibilidade. A discussão permitida por essa investigação nos apresenta fatores de impacto sobre a cidadania a partir das leis de comunicação e o que é de fato implementado.

Notou-se, todavia, uma ausência no texto sobre as discussões de cidadania e o que a pesquisadora de fato compreende. A compreensão do que seja cidadania para Frutos García ainda está pautada no forte vínculo jurídico e político, que denota um cerceamento das perspectivas sobre o sujeito e o lugar dele nessa tomada de acesso. É uma perspectiva de que somente os dispositivos legais que proporcionam a cidadania, a sua vertente institucionalizada, quando é importante ressaltar que a cidadania é também uma autoconstrução do sujeito e do coletivo. Pensar as leis de comunicação e como elas são implementadas a partir da ótica da cidadania é importante, mas vale a ressalva de que a constituição da cidadania comunicativa é uma prática de mão dupla, não está apenas na esfera política e jurídica.

3. Medios de comunicación y ciudadanía, publicado em 2011 na *Revista Comunic@ccion* do Peru e de autoria de Rómel Alfredo Montesinos Condo, trata da participação nos meios de comunicação e como essa relação pode ou não contribuir para a formação cidadã.

A investigação realizada é quantitativa e adota o questionário como técnica para o entendimento da problemática dos níveis de participação do público nos meios de comunicação da cidade de Puno, Altiplano peruano. Por mais que o título sugira uma investigação de abordagem qualitativa, isso não é verificado. Segundo o pesquisador, os níveis de participação do público nos meios de comunicação foram configurados em várias ocasiões e partem das características culturais, sociais, políticas e antropológicas na região do Altiplano, por isso é necessário perceber a significação, as estratégias e o desenvolvimento desses processos

(MONTESINOS CONDO, 2011, p. 17). Os resultados apresentados tendem exclusivamente a uma explicação genérica, numérica e métrica desses processos de participação do público.

Como já era de se esperar pela abordagem adotada para o entendimento da problemática estudada, a pesquisa é descritiva e não perpassa de modo algum para uma explicação, tampouco ultrapassa as mensurações. Foram observadas “160 unidades de estudo, 86 masculinas e 74 femininas” (Ibid., p. 18), escritas nesses termos, o que exhibe uma nomenclatura específica da estratégia metodológica que priorizou o distanciamento investigativo do público analisado. Os resultados dessa aplicação de questionário foram descritos exclusivamente em formato de tabelas e seguiram exclusivamente a quantificação proposta pela técnica adotada.

Quando tenta justificar os caminhos da cidadania e a compreensão do conceito, Montesinos Condo não é claro em sua decisão. Realiza uma mistura descritiva da polissemia sobre a cidadania, tenta assumir um ponto de vista próprio sobre o que deve considerar cidadão, mas não consegue ultrapassar a lógica jurídico-política (direitos e deveres), ainda que a princípio reforce o entrelaçamento da participação pública com as questões culturais e sociais.

A abordagem quantitativa dá conta de apresentar um cenário – inicial que seja – sobre como a participação do público é vislumbrada na cidade de Puno, especialmente do contato que esses sujeitos possuem dos meios de comunicação. É um cenário que exhibe a expansão do contato e da presença dos meios ao longo dos anos na vida do punenhos; do vínculo forte com o rádio e do ingresso dos meios na plataforma de Internet. São observações que podem gerar novos processos de pesquisas, voltadas inclusive para um aprofundamento dessas práticas.

Um ponto interessante apontado por Montesinos Condo (2011) é a diferenciação entre cidadania real e imaginária. Ainda que o autor aponte a definição de López (2010), é perceptível a intencionalidade do questionário em dar conta dos limites da cidadania que é descrita nos códigos e aquilo a que os cidadãos estão sendo de fato expostos, fundamentalmente no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação. É nesse ponto em que entendemos que essa pesquisa se limita às técnicas e ferramentas quantitativas e não dá conta das multiplicidades dos sujeitos na forma como o pesquisador tentou realizar.

4. Más allá del crisol de razas: los judíos argentinos, el peronismo y la lucha por un hogar multicultural: esse é o título da descrição investigativa feita por Raanan Rein e publicada na *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* em 2014. O trabalho é uma pesquisa documental que narra os caminhos percorridos para a consolidação da noção de cidadania judaica na Argentina.

O artigo problematiza como se deu a contribuição do peronismo na mobilização e apoio entre a população argentina-judia destacada pela Organização Israelita Argentina (OIA). As

percepções sobre a escolha da estratégia metodológica é de que a finalidade descritiva foi alcançada e que o método documental deu conta de responder o problema inicial, de entender como a comunidade judaica constitui parte da multicultural lógica da cidadania argentina.

A narrativa na escrita aponta o apego do autor por uma descrição detalhada dos textos, acordos e decisões. Os modelos do método documental e da técnica bibliográfica reforçam essa preocupação. Quando os dados históricos vão sendo expostos é perceptível a preocupação pelos detalhes, desde as tomadas de decisão feitas pelo então presidente argentino Juan Domingo Perón até as conversas entre os membros das entidades judaicas.

Além de fazer um bom uso da análise teórica, essa pesquisa qualitativa reforça como os conceitos são decisivos para o entendimento contundente de uma problemática de pesquisa. Rein (2014, p. 143, tradução nossa) aborda de forma direta o que entende por cidadania e que o conceito é fator estruturante para compreender as tomadas de decisão políticas que derrubaram a conotação de crisol de raças que tentou-se construir no período político que antecedeu o peronismo no país. “Utiliza-se o conceito de cidadania nesse ensaio como uma lente e marco analítico para compreender a transformação da relação entre os argentinos-judeus, as instituições e os símbolos do Estado argentino”: uma justificativa plausível para a conotação da abertura multicultural que o pesquisador afirma sobre o país.

Entre as dificuldades percebidas, o acesso ao conteúdo desses documentos, mesmo que não implicasse a derrocada do modelo analítico adotado pelo investigador, foi um dos desafios. Isso demonstra como os modelos metodológicos se ajustam para compreender tanto a problemática como os cenários que vão se apresentando na trajetória da investigação. Com o objetivo de explicar como peronismo ultrapassou os direitos legais e outorgou aos judeus os direitos políticos, a dupla cidadania e ajustes à pesquisa documental foram necessários.

Rein (2014) conclui que essa tomada de postura política favoreceu para a mudança de sentimento que fez diferença na incorporação dos múltiplos grupos étnicos naquilo que ele chama de argentinidade e que modernamente é o que constitui as características da cidadania argentina. Essa percepção é resultado da análise teórica feita a partir das bases documentais, expressando como a análise da cidadania perpassa pela multiplicidade das compreensões qualitativas, e corrobora com os aprofundamentos que pictoricamente foram percebidos também na análise bibliométrica desta tese.

5. A investigação de Lourdes Lugo-Ortiz intitulada **Os jornalistas em Porto Rico frente aos fundamentos de sua profissão no século XXI** está publicada na *Revista Informação e Comunicação do Brasil*. O texto é do ano de 2012. A escrita da pesquisa é toda feita em língua espanhola ainda que o título venha em português. A decisão pelo título em um idioma

divergente do texto se deve ao fato de a revista ser publicada no Brasil. A pesquisa descrita trata de uma abordagem quanti-qualitativa e retrata a percepção dos jornalistas porto-riquenhos sobre o mercado de trabalho e o exercício do jornalismo.

A problemática apresentada quer saber quais são os valores fundamentais da profissão no período em que a entrada da Internet impacta a forma de fazer jornalismo e coloca em crise a estabilidade econômica e a hegemonia informativa dos meios comerciais. O questionamento tenta entender em que medida essas lógicas perpassam pelas opiniões dos jornalistas que estão no exercício da profissão na ilha de Porto Rico.

Na tentativa de compreender e perceber essas opiniões ou pontos de vista, a pesquisadora as examina por meio da aplicação de uma enquete com 43 questões que intercala perguntas fechadas e abertas. A gama de questões foi enviada por e-mail a 357 membros das redações jornalísticas do país; somente 113 responderam ao questionamento. Para delimitar o corpus dos investigados e quem seriam, enquanto conseguia seus endereços eletrônicos, a pesquisadora realizou uma solicitação direta aos gestores dos meios de comunicação. Ao total foram 13 meios de comunicação considerados, distribuídos em quatro jornais impressos e digitais, cinco emissoras de rádio e quatro canais de televisão.

É interessante destacar que a pesquisa utilizou um protocolo de pesquisa e enquete desenvolvido pela *Pew Research Center for the People and the Press*, da Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Isso explica a quantidade elevada de questões e possivelmente um dos implicativos para a recusa de tantos jornalistas em responder as questões que eram apresentadas. Daí a crítica que fazemos para a estratégia de pesquisa elegida, visto que nem a metade da amostra respondeu ao solicitado. Diante do impasse, a investigadora usa uma equação matemática para justificar a tomada de decisão que manteve a técnica e efetividade da mesma. O argumento é de que a quantidade de respostas ainda entra no percentual aceitável pelo protocolo de pesquisa adotado.

O caso nos exemplifica como a adoção de uma metodologia ou protocolo de pesquisa pode não ser o ideal para determinados problemas de pesquisa, mas que ainda assim são considerados válidos por questões matemáticas (estatísticas). Isso explica aquela compreensão de que a metodologia não é um passe de mágica, tampouco uma camisa de força em que imprevistos não podem acontecer.

Munida das repostas, Lugo-Ortiz (2012) compara os resultados encontrados como os conceitos que trabalha na parte inicial do relato de pesquisa. Os autores – Jonhstom, Weaver e Wilhoit – trabalhados por ela dão conta de uma caracterização dos perfis profissionais e dos fundamentos caracterizadores do que seria o jornalismo, primordialmente em uma compreensão

das práticas jornalísticas desenvolvidas nos Estados Unidos. Nota-se o vínculo da investigação como os protocolos e modelo de jornalismo estadunidense.

Na comparação dos resultados quantitativos com as avaliações de ordem qualitativa que se sobressaem tanto pelas perguntas abertas do protocolo de investigação quanto pela comparação das respostas com os conceitos, percebemos uma mescla de abordagens que consegue dar conta da problemática e soluciona em certa medida a baixa adesão nas responsabilidades da enquete.

Com o trabalho investigativo de Lugo-Ortiz (2012, p. 126), considera-se que os jornalistas de Porto Rico percebem seu rol de atuação principalmente como difusores de informação, mais que intérpretes ou adversários do poder. Categorias como objetividade, neutralidade e verdade são as mais repetidas pelos entrevistados, reiterando aquela aproximação com o modelo de jornalismo estadunidense. Assim, o impacto da verdade seria a colaboração dos jornalistas porto-riquenhos para a sustentação do que eles classificam como serviço à cidadania, a “construção de um sistema melhor em virtude do impacto dos meios de comunicação”.

O resultado da pesquisa aponta para uma percepção do jornalismo como elemento da cidadania, ainda associada aos mecanismos da produção dos profissionais e à forma como a emissão é feita. Com sua estratégia metodológica, a investigação não consegue apontar o papel do cidadão comum na efetivação do que eles chamam de impacto e propagação da verdade.

A pesquisa relatada nos mostra como os elementos metodológicos são problemas e soluções na trajetória da investigação científica e como a intercalada de abordagens pode ser um viés na elaboração e reelaboração dos processos de constituição científica, dos objetos e problemas. Essas formas distintas de observar corroboram para uma compreensão mais extensa das processualidades metodológicas.

6. Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico de agência de informação: uma visão a partir da rotina produtiva da Adital, a dissertação de Amanda Cíntia Medeiros e Silva desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), trata de uma pesquisa qualitativa resultante de uma triangulação metodológica. O trabalho foi defendido no ano de 2015, sob a orientação de Juciano de Sousa Lacerda.

A investigação trabalha sobre uma problemática que intercala o jornalismo alternativo e as lógicas das agências de informação. Como se desenvolve a proposta de jornalismo da Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (Adital) enquanto veículo alternativo e contra-hegemônico? Essa é a pergunta norteadora da pesquisa. Para responder ao

questionamento, Silva (2015) realiza uma articulação de processos metodológicos para perceber as práticas de produção jornalísticas, as relações mantidas entre os sujeitos e a constituição de uma proposta de comunicação cidadã.

Nos exames das investigações, percebemos as tomadas de decisão metodológicas e a classificação do modelo adotado como uma triangulação, que envolveu a etnometodologia, a pesquisa descritiva e a exploratória. Para tanto, abordou técnicas múltiplas que também pudessem atender ao questionamento levantado: observação participante, entrevistas semiestruturadas e técnica bibliográfica. As articulações desses processos podem ser entendidas como um estudo das atividades cotidianas sedimentadas em configurações de múltiplas perspectivas que buscam a compreensão complexa das práticas sociais e não um processo redutor delas.

Silva (2015) opta por uma relação do teórico com o objeto empírico/concreto. A negociação da pesquisa nesse âmbito é sensível quando a pesquisadora intersecciona a discussão entre os autores usados, as categorias apresentadas por eles e a compreensão das mesmas nas análises dos processos de produção da Agência Adital. Gramsci, Moraes, Coutinho, Paiva, Peruzzo, Lima, Cogo, Mata e Camacho fazem parte dessas associações de análises teóricas com a pesquisa de campo que é realizada. A articulação do pensamento desenvolvido por esses autores expressa a adesão da pesquisadora para uma corrente de pensamento que toma a cidadania, as lógicas contra-hegemônicas e alternativas para compreender processos sociais que estão em dissonância com os modelos tradicionais de produção em comunicação.

Esse caminho de pesquisa exhibe não somente uma articulação entre as categorias teóricas e suas percepções no concreto, como também as tomadas de decisões metodológicas que estruturam a investigação realizada. Assim, é por meio da observação participante e das entrevistas que essas associações ficam mais visíveis durante o relato da pesquisa feito na dissertação. Silva (2015) afirma que sua investigação é de caráter qualitativo, mas durante o texto percebemos o uso de recursos quantitativos principalmente para explicar os ambientes onde chega o conteúdo produzido pela agência. Esses dados são derivados de documentos coletados durante a realização da observação participante. Questiona-se a exclusividade da pesquisa qualitativa, nesse caso, principalmente pela presença dos gráficos.

É possível que a pesquisadora tenha percebido que essas métricas foram necessárias para os questionamentos da dissertação e não se atentou que tal processo precisava ser mais bem descrito nos caminhos metodológicos. Portanto, interpretamos que a pesquisa é essencialmente qualitativa, mas que usou das métricas para justificar alguns caminhos percorridos pela investigação metodológica. Ainda no tocante às lacunas da pesquisa, a

investigadora narra sobre a ausência de uma entrevista, porque a pessoa que seria entrevistada saiu da agência, o que inviabilizou a ação metodológica e outra tomada de decisão foi realizada. O relato reforça as incertezas metodológicas que perseguem os investigadores e que é preciso uma autorreflexão para compreender quando esses desafios se apresentam.

Conhecer as singularidades do jornalismo alternativo, a adequação dos processos metodológicos às necessidades e das entrevistas aos sujeitos são os pontos notados como altos na pesquisa de Silva (2015). Tais processualidades expressam como a investigação de campo está recheada de impasses e imprevistos que podem ser assustadores a princípio para o pesquisador, mas que são imprescindíveis para o fortalecimento metodológico da pesquisa que é desenvolvida.

7. Ismar Capistrano Costa Filho publica em 2015 o relato de pesquisa **Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana Frecuencia Libre** nos anais da Intercom. Como se configuram as lógicas da rádio comunitária *Frecuencia Libre de San Cristóbal de Las Casas* em Chiapas, no México? Com tal problemática norteadora, o pesquisador se utiliza de uma investigação qualitativa para compreender as institucionalidades, as matrizes culturais e as lógicas sobressalentes desses meios de comunicação.

Com uma perspectiva metodológica histórico-estrutural das institucionalidades dos usos sociais, Costa Filho (2015, p. 3) articula por meio da observação e de entrevistas semiestruturadas como os sujeitos que compõem a rádio comunitária *Frecuencia Libre* utilizam os meios de comunicação para a organização das lutas sociais, especialmente na região de Chiapas, um reduto zapatista no México. Importante pontuar esse cenário porque o pesquisador parte dessas lógicas para explicar os sentidos de formação e organização desse meio de comunicação comunitário. “As rádios zapatistas como emissoras não autorizadas pelo poder estatal, deve-se pensar as tensões entre a resistência e a perseguição, o mercado e a sustentabilidade, a autonomia e a globalização e os conceitos e as práticas dos meios livres [...]”. Este é um ponto de partida crucial pra entender os caminhos percorridos por esses grupos de resistência e que sentidos metodológicos podem ser instituídos para essa complexidade.

Costa Filho (2015) realiza as entrevistas com os gestores e apresentadores da rádio para perceber as complexidades das práticas que estão sendo realizadas na construção do conteúdo, das mensagens ideológicas e das desconstruções de sentidos que as rádios livres promovem em contrapartida das críticas às rádios piratas. Para o pesquisador, essa diferenciação entre rádios livres e piratas é feita a partir do que é observado na pesquisa bibliográfica, nas falas resultantes das entrevistas e observação. As rádios livres não visam lucro; as piratas sim. Tal diferenciação

chama a atenção porque ressignifica as lutas entre os mexicanos de Chiapas que entram em um conflito simbólico com eles mesmos. A região zapatista possui os dois tipos de emissoras. Os sujeitos da *Frecuencia Libre* exibem em seu lugar de fala esse incômodo com as emissoras piratas, que estariam descaracterizando a relevância dos meios de comunicação comunitários e suas funcionalidades.

Além de expor as narrativas dos conflitos dos sujeitos, a pesquisa de Costa Filho (2015) realiza uma investigação bibliográfica que procura compreender como a legislação mexicana se construiu ao longo dos anos e em que medida ela inviabiliza a existência legal das emissoras de rádios comunitárias. O pesquisador especifica que as tensões entre as resistências e as perseguições pelas decisões jurídicas ficam evidentes tanto nos documentos das leis quanto nas falas dos sujeitos entrevistados. Ele defende que as lógicas de resistência constituem as institucionalidades das rádios comunitárias. Para isso, problematiza o modelo teórico-metodológico de Martín-Barbero das institucionalidades dos usos sociais como um operador teórico diante das resistências da emissora e da falta de regulamentação do trabalho profissionalizado e dos recursos econômicos.

Esse recurso analítico faz com que as entrevistas tenham um papel crucial na compreensão de como um operador teórico pode ser percebido nas práticas sociais e na organização civil das lutas sociais. O pesquisador considera que essa organização, mesmo com suas sensíveis dificuldades, ainda consegue produzir uma programação diversa, inclusiva, destinadas aos coletivos e às organizações não governamentais.

As tomadas de decisão de Costa Filho (2015) garantem o alcance a conhecimentos necessários para que a problemática tivesse respostas possíveis. A adesão à abordagem totalmente qualitativa aprofunda a compreensão das particularidades de um viés mexicano de resistir e produzir comunicação comunitária em uma região ainda mais particularizada. Essa escolha reitera como as investigações científicas precisam considerar os contextos locais, além de tentar responder exclusivamente um problema de pesquisa. É dessa forma que as metodologias mais flexíveis empenham um papel importante.

Percebidas as multiplicidades de formas de compreender a cidadania em interface com a comunicação, entendemos que a construção de uma estratégia metodológica para a cidadania comunicativa precisa alçar contribuições derivadas da estruturação desses modelos científicos e da negação de algumas dessas práticas de investigação. Ora, não há como revoltar-se sem compreender aquilo que é produtivo e negativo na constituição do pensamento científico. Se em algum tempo da história os cidadãos foram exclusivamente aqueles amparados pelas instituições jurídico-políticas, hoje eles fazem parte desse movimento de resistência para

também constituírem parte do espaço de visibilidade com suas demandas, que vão desde a cultura, o consumo e a comunicação.

Dessa maneira, assumimos os princípios das abordagens qualitativas (essencialmente), todavia antes disso reiteramos que nosso método é de campo, partindo dos sujeitos, da sua historicidade e experiência. Não estamos negando que o universo das mensurações e generalizações não conseguem compreender as demandas da cidadania comunicativa — o que acreditamos é que a trajetória aqui construída parte das particularidades, das profundezas dos sujeitos. “Ora, para o espírito científico, traçar claramente uma fronteira é ultrapassá-la. A fronteira científica é menos um limite do que uma zona de pensamento particularmente ativos, um domínio de assimilação” (BACHELARD, 2006, p. 25). Em termos de técnicas e ferramentas, assumimos que qualquer uma delas pode ser aplicada contando que o elemento central esteja no sujeito social (cidadão comunicativo) e em sua voz, ao passo que gere transformações nas lógicas tradicionalmente concebidas.

É importante que tenhamos essa ciência que a estratégia da resistência está na centralidade dos sujeitos e não no cientista que relata ou estrutura os dispositivos, discursos e modelos organizativos daqueles. “Se aprende a cada dia a ser cidadão. Não há um modelo ideal a seguir ou imitar. Cada pessoa exerce de maneira particular sua cultura política cidadã [...] que coaduna na formação do cidadão ativo, crítico e participativo” (CAMACHO, 2005, p. 32). O nosso método é o dos sujeitos. Está na prática e realizações deles nesse caminho que reivindica a tomada de consciência, a práxis cidadã e a visibilidade de suas realidades a partir de processos comunicativos, tanto de acesso como da produção deles.

Por essa razão, propondo uma metodologia para a cidadania comunicativa que parta daquilo que produzem os sujeitos e de sua organização, Costa Filho (2015) nos alerta para as institucionalidades dos usos sociais, uma incorporação da pesquisa da pesquisa à nossa trajetória metodológica. Reforçamos a empiria da nossa metodologia, uma resistência à expressiva quantidade de investigações bibliográficas ou de análises de produtos comunicativos que são incapazes de entender os sujeitos em seus locais, em suas realidades de resistência.

Não há como pensar uma estratégia metodológica para a cidadania comunicativa que não seja plural e que não integre as relações produtivas da ciência e as abordagens sociais dos sujeitos. Os textos aqui expostos aliados à bibliometria reforçam que a cidadania comunicativa vai além do esquema da teoria; e mais que compreender as práticas sociais, também é resultado delas. Cientes dessa multiplicidade, percebemos uma metodologia da resistência para a cidadania comunicativa, de não pensar o termo apenas como um operador semântico. Não é aplicar uma fórmula matemática. Não podemos substituir os sujeitos por letras.

3 - A ESPERANÇA É BOA? Práticas sociais de resistência em cidadania comunicativa no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* em Teresina, Piauí

“Carcará!
 Num vai morrer de fome
 Carcará!
 Mais coragem do que homem
 Carcará!
 Pega, mata e come”.
 (João do Vale – Carcará)

Neste capítulo abordo os processos e características da pesquisa de campo realizada junto ao Coletivo *Lagoas do Norte pra quem?* em Teresina, no Piauí (Nordeste brasileiro). As ações e estratégias metodológicas para a compreensão das práticas comunicativas em cidadania comunicativa abordadas aqui são derivadas do processo de convivência com os sujeitos que compõem o coletivo de mobilização social *Lagoas do Norte, pra quem?* bem como da relação com as interfaces metodológicas oriundas da pesquisa da pesquisa e da bibliometria. A articulação desses movimentos me permitiu perceber as multiplicidades de possibilidade na compreensão da cidadania comunicativa, da relação dos sujeitos com o espaço social e da comunicação como prática social de resistência.

Entrevistas, panfletagens, reuniões, diários de campo, conversas formais e informais e observação direta foram utilizados como técnicas para a construção dos dados seguindo lógicas e estratégias semelhantes àquelas que o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* assumem quando da construção de suas práticas de cidadania, cidadania comunicativa e resistência.

Assim, o texto que se segue é resultado da abordagem possível que assumi como sujeito e pesquisadora na tentativa de compreender como a cidadania comunicativa se constitui em ambientes de resistência e como esses elementos são fomentados para o fortalecimento dos cidadãos, da práxis social e da tomada de consciência como parte ativa dos contextos da sociedade civil.

É importante salientar que a resistência foi o nosso caminho porque o termo se tornou recorrente ao longo da constituição dessa pesquisa (campo e teórica). Os sujeitos do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* assumem-se como resistência, e tal característica se figura como elo entre a comunidade, estudantes, pesquisadores e comunicadores que o compõem e também como marcador de vozes no conflito instituído com a Prefeitura Municipal de Teresina. A resistência é um lugar de fala.

Costa Filho (2015) nos trouxe a resistência ainda na pesquisa da pesquisa abordada em nosso capítulo anterior. O estudioso trata da resistência a partir da emissora de rádio *Frecuencia Libre* de San Cristóbal de Las Casas, em Chiapas no México, ressaltando as tensões e problemáticas das institucionalidades, as matrizes culturais e comunicacional, no âmbito de conflitos; e os modelos de radiodifusão que são legitimados pelo estado mexicano. A compreensão teórica a partir das institucionalidades dos usos sociais de Martín-Barbero trouxe para aquele estudo uma compreensão de resistência que parte dos sujeitos em suas comunidades, da insurgência social em produzir comunicação que não siga os protocolos institucionais legitimados e que se firma na voz dos cidadãos não contemplados pelos meios tradicionais. A resistência é um mecanismo cidadão que trata dos sujeitos coletivos, em que os fatores históricos e subjetividades sociais são elementos recorrentes em suas práticas.

Segura (2018) trata também da resistência como um dispositivo de tomada de consciência e espaço de atuação dos meios de comunicação comunitários e alternativos na Argentina. A autora caracteriza o ativismo midiático das entidades comunicativas e das organizações não governamentais que trabalham para reduzir o poder do Estado na legitimação do que é ou não comunicação, de que meios de comunicação populares e alternativos são legítimos, além de realizar a crítica sobre o direito à comunicação que não chega a todos.

Saliento essas abordagens porque são pertinentes com aquilo que os sujeitos participantes dessa investigação retratam em suas falas, nos ditos e não ditos sobre aquilo que compreendem como resistência. Assim, a aproximação e participação junto ao Coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* adotaram as características que o próprio movimento possui, as metodologias que o grupo utiliza para a constituição da resistência. Realizamos nesta tese a construção desses vínculos e a configuração de seus sentidos e práticas. Todavia, vale ressaltar que este trabalho de investigação consiste numa sistematização de processos de cidadania comunicativa, mas que eles são vivos, se afirmam e reafirmam diariamente na luta construída pelos sujeitos que resistem.

3.1 Programa Lagoas do Norte

Morei entre os anos de 2008 e 2014 na zona norte de Teresina. Minha residência ficava no Bairro Pirajá, localizado no entorno da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), onde cursei o Bacharelado em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo). O ritmo de vida dessa região sempre foi movimentado, especialmente pelo ir e vir dos estudantes universitários. O bairro fica na beira do Rio Parnaíba e, assim como toda região, tem seus moradores com fortes

vínculos ao modo de vida ribeirinho, que pode ser identificado nos demais bairros da parte norte da capital piauiense.

As delimitações administrativas da cidade de Teresina (Piauí) são resultantes das leis nº 2.960 e 2.965, de 26 de dezembro de 2000, que compartimentaram a parte territorial e administrativa do município. A estratégia do poder público é que com essa compartimentalização, a proximidade entre os gestores e a população seja maior. As estruturas definidas juridicamente no espaço urbano da capital piauiense são: Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Centro-Norte, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Leste e Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste.

Na região da SDU Centro-Norte existem quarenta bairros, que representam 32,5% do total da capital piauiense. Compreende um território de 71,51 km², o que corresponde a 29,8% da área urbana de Teresina. Pelo menos 228.906 pessoas residem nessa região, um equivalente a 29,8% da população urbana teresinense (TERESINA, 2014). Os números expressam a densidade populacional da região que se concentra especialmente em bairros populares e sujeitos com renda mais baixa.

O Programa Lagoas do Norte (PLN) foi desenvolvido pela gestão administrativa da Prefeitura Municipal de Teresina e começou a ter sua primeira fase implementada em 2009. O projeto tem como intencionalidades declaradas melhorar as condições de vida e trabalhar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região das 13 lagoas localizadas na confluência dos rios Parnaíba e Poti, correspondendo a alterações no espaço arquitetônico, cultural e estrutural dessas localidades. Em material de divulgação de mídia (cartilha), o Programa apresenta a seguinte definição institucional do PLN:

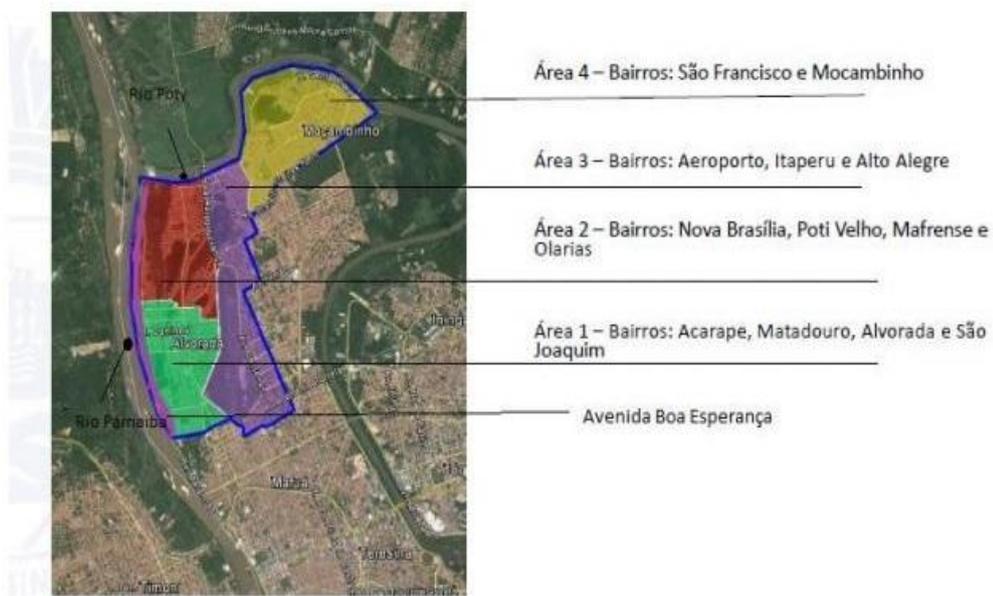
O Lagoas do Norte é um conjunto de ações integradas desenvolvidas pela Prefeitura de Teresina e que visa resolver problemas sociais, ambientais e urbanísticos que causam riscos, afetam a saúde, degradam o meio ambiente, comprometem a qualidade de vida e impedem o desenvolvimento sustentável da zona norte de Teresina (TERESINA, 2014, p. 5).

O programa financiado pelo Banco Mundial (BIRD) é parte de um dos projetos municipais subsidiados pelo Programa de Empréstimo Municipal Brasileiro (BMPL), que atingiu, além da capital piauiense, as cidades de Uberaba, Recife, Belo Horizonte, Cubatão, São Luís, Santos e Guarujá. Esses municípios foram escolhidos para fazer parte do sistema de empréstimos porque apresentaram características exigidas no nº 42668-BR do documento de

avaliação emitido pelo BIRD, entre as que figuram: pobreza urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico, gestão municipal e centros econômicos nacionais ou regionais (BANCO MUNDIAL, 2008).

Os trâmites e processos de busca pelo financiamento da proposta do PLN começaram em 2003, mas a confirmação do acordo entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o BIRD efetivou-se em 2008, culminando na liberação do valor de R\$ 100 milhões de reais (nº 7523-BR-2008). De acordo com os dados do documento firmado, R\$ 70 milhões são oriundos do Banco Mundial e os demais R\$ 30 milhões derivados da contrapartida da Prefeitura e do Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além desses montantes, conforme o documento oficial da Prefeitura Municipal de Teresina, uma ajuda de custo do Governo Japonês foi dada no que diz respeito aos processos de concepção do Projeto Lagoas do Norte, das características arquitetônicas, do desenho estético que possui e da forma de execução (TERESINA, 2014, p. 10). Esse volume financeiro foi utilizado para a consolidação da primeira fase do PLN.

Figura 07 – Bairros atingidos pelo Programa Lagoas do Norte

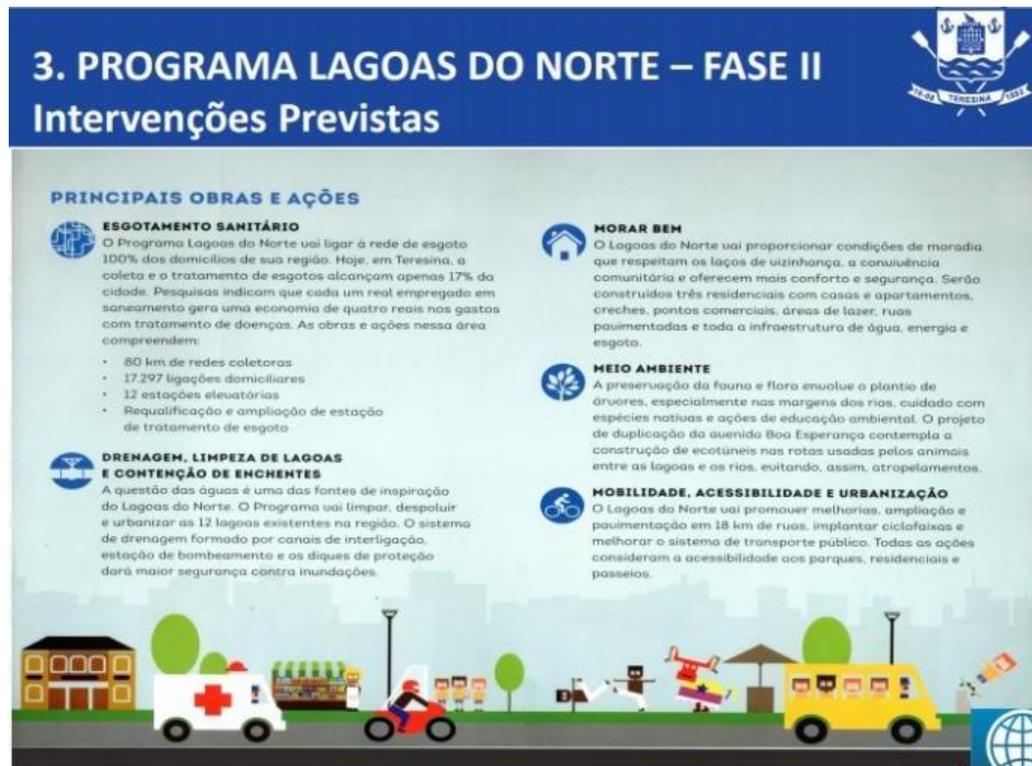


Fonte: PEREIRA, 2017, p. 34

A segunda fase, iniciada em 2015, prevista para encerrar em cinco anos, com investimentos em torno de R\$ 400 milhões (R\$ 396.880.723,00 em valores exatos), também oriundos de parcerias com projetos de financiamento do Banco Mundial (50,1% do total) e de contrapartidas da Prefeitura Municipal de Teresina e do Governo Federal (49,9%). Deve atingir uma quantidade ainda maior de moradores.

Segundo o relatório de apresentação da Fase II do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2017, p. 29), a proposta dessa política pública é de “modernizar e melhorar a capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeira, urbana, ambiental, prestação de serviços básicos e desenvolvimento econômico”. O mesmo documento destaca que essa fase visa a “qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa Lagoas do Norte, com foco nas áreas 2 e 3, mas com intervenções nas áreas 1 e 4”. O projeto foca a requalificação urbana e ambiental, o que em certa medida é entendida como necessária e relevante, mas que não considera os anseios e demandas das populações que habitam nesses territórios. A proposta apresentada de reassentamento é um desses marcos desconectados da realidade antropológica e social das comunidades que estão na região.

Figura 08 – Intervenções previstas para a Fase II do PLN



Fonte: TERESINA, 2017, p. 30

Pereira (2017) realiza uma investigação antropológica com os agricultores atingidos pelo PLN, demonstrando como os seus modos de vida são afetados pelo modelo de reestruturação que está sendo planejado pelos gestores públicos. Os “Reis do quiabo” que plantam utilizando os esquemas de cheias e baixas do rio Paranaíba perderão seus territórios e serão realocados em planos habitacionais que não dão conta dessas especificidades.

Os cultivadores de quiabo e de outras leguminosas nas vazantes ainda resistem e seguem vivendo na região, mas com os avanços da Fase II do programa, já temem a perda do direito

tanto de moradia, como de continuidade dos seus mecanismos de sobrevivência e sustento. O estudo apresentado por Pereira (2017) destaca toda a estrutura organizativa desses agricultores familiares e como eles tendem a ser extintos com o modelo que é previsto na documentação e nos planos administrativos do PLN.

A situação da resistência ganha mais força com o avanço das obras e com a desapropriação concentrada especialmente na Avenida Boa Esperança. O movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* atua nessas áreas, mas concentra os mecanismos de resistência na Avenida Boa Esperança, onde o processo de desapropriação está em vias de conflito.

A avenida se localiza na região norte de Teresina, à margem do Rio Parnaíba. O manancial é o marco divisório entre os estados do Piauí e do Maranhão. Ela passa por diversos bairros que são afetados pelo Programa Lagoas do Norte. A comunidade que habita nessa região é composta de descendentes de indígenas e negros e conserva modos de vida históricos, peculiares do processo de ocupação da região, dos seus ancestrais: agricultura, comércio popular e venda de artesanato derivado do barro são fortes marcadores da economia e dos costumes. A avenida cruza alguns bairros da zona, tais como São Joaquim, Olarias e Poty Velho, e faz parte dos 13 bairros que são atingidos pelo programa.

A descrição da região e dos modos de fazer é importante para que tenhamos uma compreensão de que revitalizar não é o verbo correto para utilizar em qualquer projeto de política pública que venha a ser desenvolvido naquele espaço. Uma das coisas que mais vi nos dias que passei na região da Avenida Boa Esperança foi vida. A vida ali é pulsante. Ela está presente em todos os lados: nas pichações (**Figura 09**) que lutam por direito à moradia, nas reuniões que discutem as condições de vida das comunidades. A parte norte da capital piauiense é uma região popular da cidade e concentra majoritariamente pessoas com menor poder aquisitivo.

Observar esses movimentos urbanos é necessário para que tenhamos uma compreensão da organização da cidade que é remodelada pelo poder público, mas que apresenta seus modos de ocupação centenários, que não são considerados quando uma obra pública está sendo implantada, por mais que seja necessária.

As condições de vida da população ribeirinha, suas casas e suas fontes de renda estão vinculadas diretamente com a forma como ocuparam e ocupam os espaços urbanos. Isso significa que é preciso que as políticas públicas considerem tais fatores, não apenas as demandas de reestruturação arquitetônica que querem valorizar economicamente a região, por sua proximidade ao centro de Teresina e de importantes shoppings.

Figura 09 – Lagoas do Norte, pra quem?



Fonte: Thays Teixeira. Pesquisa de campo.

A Fase II do PLN prevê a construção do Residencial Boa Esperança, que será destinado às famílias que terão seus imóveis desapropriados na avenida homônima. A parte residencial planejada deve possuir 324 apartamentos, com sistema de abastecimento d'água, drenagem de águas pluviais, sistema de esgotamento sanitário, sistema viário, iluminação pública, áreas verdes de lazer e creches. Estruturas urbanas que devem ser destinadas a qualquer cidadão em nossas cidades e que são de fato responsabilidades do poder público, entretanto que não dão conta dos modos de vida dos atingidos. Como famílias de agricultores de vazantes irão manter seu sustento vivendo em apartamentos, em prédios? Um residencial que deverá ser localizado na parte do extremo norte da capital e que não considera as pessoas, suas características socioantropológicas e o direito a viver nas cidades com seus modos de vida ancestrais e legítimos. Conforme levantamentos de Pereira (2017), na segunda fase do programa mais de 2.000 famílias serão afetadas.

Na fase inicial do Programa Lagoas do Norte, os trabalhadores das Olarias (oleiros) foram os principais afetados no “reassentamento involuntário”, termo utilizado pela gestão pública. Entre os anos 2009 e 2014, 493 famílias foram afetadas pelas obras, das quais 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, localizado no bairro Nova Brasília, em apartamentos de 32m². (TERESINA, 2014, p. 13), as demais 166 optaram por receber indenização e alegam atrasos no pagamento. As dimensões das moradias estão entre as principais reclamações dos moradores afetados, associadas aos atrasos nas indenizações daquelas famílias que preferiram a remuneração. A maior parte dessas famílias residia em casas com quintais extensos, cheios de árvores, próximas ao rio e às lagoas e com modos de vida

intrinsecamente vinculados à terra. O reassentamento involuntário para os blocos de apartamentos seguramente gerou impactos nessas lógicas de subsistência e pertencimento da população.

Da Matta (1997, p. 16) descreve a composição cultural que o espaço da rua possui em contraposição ao ambiente da casa. A casa “não se trata de um lugar físico, mas de um lugar moral: esfera onde nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social”. O espaço da casa é único, não se pode substituir — a casa retrata as singularidades dos sujeitos.

Essa compreensão de casa como local singular e protético ressalta a noção do acolhimento e impõe, nas entrelinhas, uma concepção de lar. O lar seria o ambiente em que o cidadão é insubstituível, o lugar do aconchego. Quando o sujeito se desapropria desse sentimento de lar, os vínculos são desfeitos e a noção de pertencimento é posta em xeque. Quanto à rua, o autor percebe para além da demarcação territorialmente reconhecida: “A rua forma uma espécie de perspectiva pela qual o mundo pode ser lido e interpretado” (DA MATTA, 1997, p. 21). Na rua está a sensação de liberdade.

A *mise en scène* casa e rua, mais que um jogo entre singularidade e liberdade perpassa pela formação do sujeito, do cidadão brasileiro. A idiossincrasia dos termos e a relação entrelaçada entre eles conforma a vida dos sujeitos que são atingidos pelo Programa Lagoas do Norte. Eles perdem a casa (singularidade) e a rua (liberdade), elementos cruciais para a constituição dos modos de vida, de integração com o espaço, de ocupação, vivências e religiosidades inerentes ao processo histórico de formação daquela região. Para Sodré (2002), o ethos é a maneira de morar, de viver, de atuar em determinado espaço; ou seja, os elementos que constituem o sujeito e suas atuações sociais são resultantes das formas simbólicas que o orientam, implicadas no tempo e espaço.

A rua – no caso, a Avenida Boa Esperança – é uma construção social dinâmica, que suporta diversos sujeitos, onde encontram espaço para sobrevivência. Junto com Da Matta (1997), assumo a compreensão de que a rua é o espaço de produção do ganho de vida, é desse ambiente que os indivíduos retiram o seu sustento. Mas também pode ser o ambiente caseiro quando se recria no espaço público a percepção de casa, de família. Ressalto que a rua aqui descrita é um ambiente cidadão e característico das rotinas dos centros urbanos. Entretanto, as ruas construídas na região atingida pelo PLN são resultantes do crescimento não determinado por obras públicas, mas por lógicas abertas, de livre demanda da população que ocupa esse território ao longo dos anos e das ancestralidades a que pertencem.

Com isso, identifica-se a cidade-conceito, de De Certeau (2009), que é construída historicamente e intimamente relacionada com o espaço físico, mas pensada a partir de uma racionalização da cidade, da sua organização funcionalista, privilegiando o progresso e sua linearidade histórica. A lógica da cidade-conceito, entre outras coisas, modela um padrão de normalidade, que acaba por considerar disfuncional qualquer outro tipo de comportamento social, aquele não determinado pelos padrões de interesse político.

As casas, plantações, terreiros religiosos, negócios populares, olarias já não interessam mais na lógica da cidade fechada, da expansão do centro urbano e nem na repaginação de complexos turísticos. Sob o argumento de melhoria nas condições de vida dessas famílias, na reorganização ambiental de espaços públicos, essas populações são desapropriadas de seus imóveis e de suas referências territoriais, culturais e religiosas.

Na contramão dos atingidos pelo Lagoas do Norte e de seus impasses na luta pelo direito à moradia e à cidade, a Caixa Econômica Federal premiou a Prefeitura Municipal de Teresina com o Prêmio CAIXA – Melhores Práticas em Gestão Local (edição 2015/2016) com destaque para as questões ambientais solucionadas pelo programa. Um reconhecimento pelo modelo de projeto aplicado, mas que não avaliou a relação dele no impacto causado nos moradores da região e de que forma eles estão sendo atingidos.

A construção de políticas públicas para o remodelamento das cidades não passa por uma discussão sobre os processos territoriais, modos de vida e ocupação dos espaços. Em Teresina, o caso do Programa Lagoas do Norte é um desses exemplos em que comunidades com modos de vida seculares são retiradas de seus espaços para que projetos de reestruturação urbana sejam aplicados. Diante de cenários de políticas públicas sanitárias, os moradores resistem utilizando estratégias em cidadania comunicativa para construir outra ordem, debatem o pertencimento, o direito à cidade, à comunicação e a manutenção de suas práticas de vida. Utilizam as ferramentas das redes de sociais digitais para a organização da resistência, para a visibilidade dos processos e práticas sociais da comunidade e como espaço de ampliação de vozes, além das estratégias comunicativas de corpo a corpo, desobediência civil e organização popular.

Entender como são elaborados, estruturados e vivenciados esses modos de resistência nos faz perceber como a cidade e o cidadão são constituídos de pertencer e reagir. A cidade é viva, seus cidadãos vivem. Caminhar pela Avenida Boa Esperança e ver seu ritmo frenético mostra como revitalizar é a última coisa que aquele espaço precisa. Estão todos muito vivos e eles anunciam isso, eles comunicam, resistem.

3.2 Lagoas do Norte, pra quem?

“Se você é capaz de sobreviver fazendo um trabalho pesado, ainda criança, você é capaz de fazer muitas coisas. Você é capaz também de começar”, disse Lúcia Oliveira (2018), durante a entrevista que fiz com ela no processo de construção desta tese. Todavia, esse modo de pensar ecoa em cada passo que a moradora dá pelas ruas e vielas da região da Boa Esperança. Um dos nomes de referência entre os moradores da região, Lúcia foi quem me levou para conhecer as casas, fazer panfletagem, conversar, comer, dialogar, compreender e resistir.

A fotografia feita (**Figura 09**) em uma das paredes das casas na avenida Boa Esperança nos faz uma indagação importante e figura como objeto substancial de união e integração daqueles sujeitos que são afetados pelo PLN. “Lagoas do Norte, pra quem?”: Lúcia também me fez essa pergunta. Os membros do coletivo de resistência e muitos moradores se fazem essa pergunta todos os dias. Os passos de Lúcia e de todos os envolvidos no coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* são resultados desse entendimento de que o PLN não foi e não está sendo feito para as pessoas que residem nas áreas afetadas, mas para sua retirada daqueles espaços. Então, para quem estão sendo feitas essas obras? A resistência quer saber, os moradores querem saber.

O ritmo da Avenida Boa Esperança nos revela que revitalizar é inconcebível, porque há muita vida. As famílias, as casas e estabelecimentos que estão estruturados naqueles bairros são parte de uma construção social que todos os dias se remodela e interage. As particularidades, modos de vida e de estar na cidade reforçam o porquê deste lugar ser insurgente e resistente. As vazantes estão sempre com legumes e pessoas pescam ao longo do rio, são condições de vida que se mesclam na cidade e que resultam em demandas específicas para esses cidadãos.

Segundo Holston (2013, p. 327), “as esferas públicas de cidadania surgidas nas periferias do Brasil forçaram o Estado a responder às novas condições urbanas reconhecendo novos tipos e fontes de direitos dos cidadãos”, o que significa dizer que a formação das resistências em zonas periféricas faz com que a relação cidadão x Estado seja posta em xeque. Além disso, dá aos sujeitos a possibilidade de apontar suas demandas e necessidades, não apenas de receber como inquestionável aquilo que está sendo apresentado pelo poder público.

Essas esferas colocam os direitos em voga e expressam a construção excludente e desigual da cidadania brasileira, ao passo que também designam a cidadania como “autoconstrução”. Existe o Programa Lagoas do Norte (Estado) e os moradores que sempre estiveram ali com suas práticas e modos de vida. Essa relação entre o que apresenta o Estado

como ação pública e aquilo que a população realmente recebe ou que é beneficiada revela conflitos importantes sobre o direito à cidade e à ocupação a partir da ótica cidadã.

Nesse sentido, o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* questiona o modo operativo de aplicação do PLN nos bairros e como é tratada a população atingida por essa política pública e reordenamento urbano. O coletivo é uma organização popular que trabalha em estratégias de visibilidade para apontar o caráter arbitrário do Programa Lagoas do Norte com os moradores dos bairros afetados e de como o PLN não considera as características sociais e antropológicas das pessoas que residem naquele espaço urbano. Além disso, constitui um projeto de militância permanente na luta contra a remoção das famílias que vivem naquela região.

Na página do Facebook, *Lagoas do Norte, pra quem?* (@ComiteLagoasDoNorte), a descrição feita é “Comitê de Mobilização Permanente das Comunidades envolvidas no Programa Lagoas do Norte”. Uma caracterização própria sobre como é entendido o processo de resistência e de luta pleiteado pelos moradores das regiões atingidas. Não é transitório, é permanente. Os processos de resistência iniciam em 2009 com o começo das obras do PLN e se intensificam em 2014, com o seguimento da Fase II.

O coletivo é uma indagação. Ele questiona a serventia do Programa Lagoas do Norte e para quem ele está sendo destinado. A ótica dos moradores é de que ele não é pensado e articulado para beneficiar a população da região, mas destinado à especulação imobiliária e empresarial, especialmente pela localização privilegiada próxima ao centro da cidade de Teresina.

O patrimônio material e imaterial percorre todas as áreas atingidas pelo Programa Lagoas do Norte. A intenção de construir um complexo turístico na região das primeiras ocupações humanas que formaram a cidade de Teresina parece pertinente. Garantir, por meio de obras de drenagem, um melhoramento sanitário para que aquele território não sofra mais com inundações é deveras responsabilidade pública, do Estado. O que não parece fazer sentido aos moradores da região são as razões pelas quais essas políticas não devem beneficiar as pessoas que sempre residiram naqueles espaços. Seguramente, a noção de benesse pleiteada pelo poder público não cabe na realidade vivenciada pelos moradores da região.

As pretensões de verdade e sinceridade das quais trata Habermas (1984) se fazem presente na articulação e construção de movimentos sociais como o *Lagoas do Norte, pra quem?*, reforçando a compreensão da cidadania como uma práxis, numa visão descentralizada do mundo, das suas estruturas e que por meio da linguagem também estruturam lógicas de poder.

Que o que vai fazer com que a gente sobreviva é nós. A gente ter essa compreensão de união, de unidade: de que tudo é produzido pelo trabalhador, que tudo é produzido pela nossa mão. E aí enquanto a gente não tiver essa compreensão a gente não avança. E uma das coisas que nós temos feito é lutado para que as pessoas tenham essa compreensão dentro da comunidade, que é a base, que é onde a gente está e pode construir. A nossa base é a comunidade (OLIVEIRA, 2018, entrevista).

O que Oliveira (2018) e Habermas (1984) nos demonstram é a capacidade da sociedade civil de se organizar, que por via das ações comunicativas, da linguagem em seus múltiplos aspectos constroem estratégias de poder, de cidadania e de resistências que fomentam uma luta por direitos. O *Lagoas do Norte, pra quem?* trata de apresentar estratégias possíveis de visibilidade na luta pela permanência, no combate ao “reassentamento involuntário” pleiteado pelo Programa Lagoas do Norte.

O coletivo se organiza usando estratégias de resistência que trato de sistematizar por meio da experiência em campo, enquanto ingresso no movimento. Em outras palavras, essas são características da própria organização do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* que incorpora uma multiplicidade de sujeitos, em distintos campos de atuação. Enquanto corroboram no entendimento e trocas de conhecimentos e metodologias de enfrentamento, tornam institucionalizada a visibilidade dessas lutas. Três sujeitas participaram ativamente das ações metodológicas que implicaram na sistematização das práticas comunicativas de resistência que elaborei nesta tese. São elas Sarah Fontenele, Lúcia Oliveira e Maria Luzia Lago.

Sarah Fontenele é jornalista, professora universitária, católica e militante. Ela atuou na execução do projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, junto ao coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* A participação dela na resistência envolve frentes múltiplas, desde a colaboração direta nos atos, protestos, na produção de artigos científicos e jornalísticos e outros dispositivos comunicacionais utilizados para o fortalecimento das práticas e processos do movimento. A jornalista não é moradora da região atingida, característica de outros militantes que também participam do coletivo. Uma representação da diversidade de sujeitos participantes do movimento que entende o processo de desapropriação do PLN como uma violência contra os moradores que vivem naquela região da cidade.

A história de vida de Sarah é marcada pela participação em outros movimentos sociais, especialmente aqueles que defendem a bandeira pela democratização da comunicação no Piauí e conseqüentemente no Brasil, além de militar pelos direitos das mulheres e outras minorias. Ela foi membro da Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social) e desde

os tempos em que era estudante de Jornalismo já articulava de forma colaborativa com a produção de comunicação popular e alternativa.

Lúcia Oliveira é moradora da região da Boa Esperança. Sua mãe, pai e irmãos vivem na região atingida e sofrem diretamente com as ações do PLN. A ativista é umbandista, mulher negra, mãe. Foi uma das trabalhadoras nas olarias que funcionavam na região, na produção de tijolos. Em 2018, começou a trabalhar como servidora terceirizada na coordenação do curso de Administração da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Lúcia tem formação técnica em Segurança do Trabalho.

Ela é presidente do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, criado com o objetivo de reunir as famílias ameaçadas pela desapropriação. Atua no coletivo com liderança comunitária e é uma das referências na luta pelo direito à moradia na região norte de Teresina. Lúcia Oliveira atua principalmente na proteção dos moradores usando os dispositivos que tem para realizar denúncias sobre o descaso que assola a população da região. A militante resistente é atuante no uso do Facebook (<https://www.facebook.com/marialucia.oliveirasouza>) para a criação de conteúdos de denúncia e exposição de ações consideradas abusivas, relacionadas ao PLN principalmente, mas também atua em outras frentes como o movimento negro e feminista.

Maria Luzia Lago é evangélica e servidora municipal como agente comunitária de saúde, e participa diretamente das mobilizações que são planejadas para a região da Avenida Boa Esperança. Ela é moradora da região e sua casa está selada, entre aquelas que devem ser removidas para a aplicação do PLN. A religiosa utiliza sua moradia para realizar eventos religiosos relacionados à sua devoção, o que expressa o uso da casa também como espaço de socialização e rituais religiosos. A remoção incide diretamente no modo de vida de Luzia.

Ela atua diretamente no atos e protestos, participa das ações de mapeamento comunitário que são realizadas pelo coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, além de ser uma das lideranças vinculadas ao Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Luzia destaca que as casas não são apenas moradias, mas histórias de vida, e que não é coerente que um projeto do poder público que deveria beneficiar os moradores faça justamente o contrário, expulsando-os arbitrariamente.

Por que destaco a religião de cada uma delas? Porque é um movimento que mescla distintos pontos de vistas religiosos: há muitos terreiros de umbanda nessas partes bem como muitas igrejas evangélicas e templos católicos.

Essa mesma lógica de participação diversa é expressa entre todos os membros do movimento de resistência e vão se somando, além de caracterizar em certa medida a diversidade de sujeitos e interesses que formam a área atingida pelo PLN. Essas características fortalecem as práticas sociais e comunicativas que são efetivadas, constroem momentos de socialização

que perpassam pelas multiplicidades de conhecimento de cada um dos cidadãos resistentes e formam o *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Essas multiplicidades fazem com que a tomada de consciência cidadã atue em múltiplas frentes organizativas: projetos de comunicação audiovisual (Mulheres nos Terreiros da Esperança⁹ e o documentário *Lagoas do Norte, pra quem?*); uso de redes sociais como o Facebook, o YouTube e o WhatsApp; produção de mapeamento das famílias da área do PLN; construção de documento apresentado a Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República no Piauí; organização do Centro de Defesa Ferreira de Sousa; escrita e organização dos objetivos geral e específicos das estratégias de atuação no atingidos pelo programa Lagoas do Norte; pesquisas científicas de mestrado e doutorado, publicação de artigos em congressos e em periódicos; além das reuniões, organização de grupos de estudo, oficinas, eventos públicos e populares, místicas e das palavras de ordem que estão estampadas nas paredes ao longo da avenida Boa Esperança.

A cidadania é em parte responsabilidade das instituições, ao passo que forjada nas lutas sociais. Cortina (2005) aborda que o resgate das ideias de bem e virtude oriundo das comunidades é necessário para a construção dos caminhos do cidadão e implica o aprendizado por meio da tradição dos povos, das suas estratégias maneiras menos desiguais e que estejam portadas na justiça social e na diversidade. Quando percebemos essas multiplicidades na atuação cidadã do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*, entendemos os movimentos insurgentes para a constituição da cidadania brasileira, a configuração da resistência e o uso comunicacional das práticas para o fortalecimento dessas estruturas contra-hegemônicas.

O *Lagoas do Norte, pra quem?* é uma organização de resistência permanente que se estrutura nessa mescla de multiplicidades de práticas sociais e comunicativas, na adoção das características locais para a construção de um movimento social, na proximidade, na afetividade e na força coletiva para que pessoas não saiam dos seus territórios, para que elas permaneçam em suas casas e, mais do que isso, para que os terreiros religiosos não sejam selados.

Segundo Santos e Santos (2017, p. 1), dois pontos cruciais são questionados pela população que vive na região há mais de cinquenta anos, ambos processos pelos quais os moradores da região atingida resistem. As autoras que fazem parte do Coletivo Flores.Ser Comunicação, principal articulador do projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, explicam

⁹ Canal do projeto Mulheres no Terreiro da Esperança, presente no YouTube gratuitamente: <https://www.youtube.com/channel/UCbjq1D1EjqMfmLygVd3Sh5w>. O projeto de comunicação popular e comunitária Mulheres no Terreiro da Esperança é resultante de edital publicado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, por meio do edital “Mulheres Negras e Populares: Traçando caminhos, construindo direitos”, em 2017.

que esses elementos fazem a mobilização da resistência. O primeiro ponto é a defesa da moradia, e o segundo a selagem dos imóveis e também dos terreiros de religiões de matrizes africanas. A selagem é a “marca para desapropriar” e designam diretamente os locais que serão desapropriados e derrubados para a consolidação das obras do PLN.

Os pontos descritos por Santos e Santos (2017, p. 3) expressam o impacto gerado nas populações tradicionais, um modelo de políticas públicas sem diálogo que não dá conta dos modos de vida, dos saberes e práticas dessas populações. A comunidade reage para que lhes escutem. “O argumento de risco de inundação é utilizado, por exemplo, para a desapropriação das famílias da Av. Boa Esperança e para a duplicação da mesma. No entanto, as famílias, lá residentes há 50 anos queixam-se de que este argumento não é válido”. A resposta dos moradores é que existe uma perspectiva higienista que retira a população mais pobre e destina o território para a especulação imobiliária e financeira.

Por isso faz tanto sentido ao coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* esse sentimento de higienização. O modelo aplicado pelo PLN responsabiliza a população pobre pela desordem social, reestrutura arquitetonicamente os bairros povoados ao longo da história da cidade pela população pobre, descendente de negros e indígenas, vindas do interior do estado do Piauí, ou de estados vizinhos.

Essa realidade de limpeza urbano-populacional não é um fenômeno social recente no cenário teresinense. No século passado, especialmente entre 1877 e 1914, a pobreza extrema e visível foi considerada pelas autoridades governamentais, imprensa, Igreja e pela elite da sociedade, como fenômeno de desordem e ameaça cotidiana (ARAÚJO, 1997). Estrutura de compreensão típica das políticas públicas sob a ótica das cidades-conceito. A população pobre era responsabilizada pela desordem social.

Araújo (1997) elenca como os jornais de seu recorte temporal descrevem a situação das ruas em Teresina. Ela associa o período com alto fluxo de migrantes fugindo da seca no interior do Piauí e de outros estados. Essas pessoas se alojavam pelos espaços urbanos de Teresina e acabavam por fugir da perspectiva de progresso que estava sendo pregada pelos gestores públicos.

Isso consagrou o período como sendo lembrado pelo alto índice de políticas higienistas que declaravam um estado de atraso a situação vivida pelos pobres em Teresina. A passagem citada por Araújo, do jornal *Democrata* (1894), evidencia esse asco sanitário, que não muito diferente ainda perdura na realidade atual da capital piauiense.

É vergonhoso o estado de atraso de nossa terra; nem um outro lugar conheço, onde se ignora tanto as regras da boa educação dos costumes adiantados, como aqui no Piauí. Para qualquer ponto que lancemos nossas vistas, só encontramos fatos que depõem contra nós (...) se sairmos a percorrer as ruas desta Capital ficamos envergonhados, causam-nos nojo as grandes imundices que ali se encontram; se vamos ao mercado público ficamos horrorizados por ver o desprezo com que é tratada uma casa para onde deveriam convergir as vistas do que são encarregados de zelar pela saúde pública (1894 apud ARAÚJO, 1997, p. 88).

Esse processo de marginalidade ainda é observado, a diferença se dá no fato de que as pessoas ocupam locais de maior concentração populacional, proximidade de áreas nobres ou de recente valorização econômica devido a localizações estratégicas. A culpabilização dos modos de vida com menor poder aquisitivo reforça a naturalização da pobreza e a criminalização dela. Medidas públicas como as do PLN, que veem como única saída possível a desapropriação, só reiteram a ótica da criminalização da pobreza.

A primeira vez que cheguei na Avenida Boa Esperança para a investigação de campo (havia cruzado outras tantas vezes quando residi em Teresina) fui em um transporte contratado por meio de aplicativo. O motorista estava apavorado porque teria que passar pela via e parar o carro justo naquela região. Em meio àquela conversa, comentei que iria realizar uma panfletagem naquela manhã de domingo (03 de junho de 2018) caminhando por toda a avenida e que ele podia ficar tranquilo que aquela era uma região de pessoas humildes, não necessariamente de assaltantes, traficantes e marginais como ele acreditava e me disse. Existe uma perspectiva enraizada de que em comunidades populares o crime é uma característica generalizada entre todos.

A partir das observações de Sposati (2003), discutimos a desnaturalização da pobreza e da miséria. A autora critica a questão da naturalização desse fenômeno e faz referências ao sistema de produção capitalista como um dos principais legitimadores dessa realidade:

De tanto a pobreza ser banalizada e secundarizada, ela é introjetada em nosso imaginário coletivo como algo natural, já que o Estado e sociedade civil se sentem impotentes para resolvê-la. No atual sistema de produção capitalista não há interesse em extinguir a pobreza, mas disfarçá-la através de políticas sociais setoriais e compensatórias, isto porque o capitalismo utiliza-se de uma série de mecanismos para sua manutenção e reprodução. É um sistema dominante e excludente, cuja lógica é a acumulação de capital, concentração de riqueza por parte da classe dominante, exploração da mão-de-obra (SPOSATI, 2003, p. 20).

A pobreza como uma questão econômica e com seus modos de vida é vista como um elemento que enfeia a cidade, que não acompanha a modernização séptica, abastada e do

interesse das gestões públicas. A perspectiva oriunda do modo de produção capitalista é clara entre os resistentes do *Lagoas do Norte pra quem?* e sabe que nas reivindicações protestadas na luta pela permanência, pela cidade, é também contra a criminalização e sanitização da pobreza. “Hoje a gente passa por essa situação de extrema tensão social no Brasil e essa tensão social na comunidade que não é [pausa] nada além do fruto da divisão de classes, do capitalismo que avança exacerbadamente, que precisa de espaço de exploração” (OLIVEIRA, 2018, entrevista). A fala de Lúcia é contundente ao descrever porque resiste, porque sabe dos interesses de exploração econômica da região onde foi criada. Ela, como a maioria dos moradores da comunidade, questiona a intencionalidade do poder público em extirpar a imagem da pobreza das regiões privilegiadas da capital piauiense.

Os sujeitos e sujeitas do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* na tomada de consciência cidadã resistem por mecanismos e estratégias de organização popular no combate à desapropriação, à perda de espaços de socialização e ganho do sustento, pela visibilidade e reconhecimento de que têm o direito de permanecer na cidade com suas liberdades e direitos civis e sociais corporificados e não reassentados. As estratégias utilizadas são de defesa e de ocupação de espaços públicos, em busca de um sistema de vivência urbana que seja para todos e ordinariamente menos desigual. Lembro: a resistência é política.

3.3 Narrativas da resistência e práticas sociais comunicativas do *Lagoas do Norte pra quem?* na avenida Boa Esperança

Quando cheguei pela primeira vez na casa da mãe da Lúcia, dava para sentir de longe o cheiro da feijoada. Era um domingo, dia 03 de junho de 2018. Entrei na casa e fui recebida por sua mãe, sentei-me na sala enquanto esperava Lúcia chegar do outro bairro onde mora. Junto comigo chegaram outras tantas pessoas que até então não sabia quem eram. Os irmãos e irmãs da Lúcia iriam almoçar todos juntos porque era domingo e dia de feijoada. As crianças brincavam correndo por dentro de casa e pelo extenso quintal da moradia, que terminava em uma lagoa, já quase na beira do rio Parnaíba. As conversas em voz alta, os sorrisos, as brincadeiras entre os irmãos e algumas preocupações (políticas e com o destino daquela moradia) também se faziam presentes. Um típico domingo numa casa de uma família nordestina popular.

A Lúcia chegou uns 20 minutos depois de mim e nos organizamos para que naquele dia realizássemos a panfletagem que estava organizada para ser na manhã. Ela chegou preparada

para um dia de sol forte, com protetor solar, um calçado confortável e muita disposição. Já sabia que aquele seria um dia de muitas caminhadas, idas e vindas.

Eu acredito que uma das formas de resistência é a questão nossa, de estarmos vivas diante de tudo que a gente já passou como pessoa, como mulher negra da periferia que não teve acesso e ainda continua sem acesso, a questão do que é necessário para você sobreviver, a alimentação, a educação isso é necessário para a gente sobreviver, então uma das formas da gente sobreviver é usar o nosso corpo. E que a gente tem a nossa força para ir buscar a nossa forma de resistência, seja trabalhando nas olarias que foi onde a gente começou a nossa vida laboral, seja trabalhando na vazante também, ou se colocando até mesmo por forte pressão do capitalismo, das forças opressoras a renegar a tudo isso, a dizer não a gente está nessa situação, mas não vamos aceitar que nos empurrem para uma situação pior. A gente tem que fazer algo para sair dessa situação (OLIVEIRA, 2018, entrevista).

“A gente tem que fazer algo para sair dessa situação”. O que Lúcia nos diz é que não dá para silenciar diante de ações públicas que desapropriam os sujeitos de suas referências, de suas histórias de vida, de seus lugares. Folleto (2016) aponta a dimensão do sujeito comunicante como elaboradora da cidadania comunicativa capaz de ofertar elementos para o enfretamento das mudanças que acontecem no contexto geopolítico.

Perceber as articulações do movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* é fundamental para a sistematização de experiências que realizo na composição desta tese. Os motivos que levam ao ordenamento do movimento social e à autodeclaração enquanto resistência nos apresentam mecanismos que colocam a promoção da cidadania em insurgência bem como os dispositivos comunicacionais na promoção da visibilidade, tomada de consciência cidadã e estruturação das práticas de resistência.

Parto da perspectiva da cidadania comunicativa como participação direta dos sujeitos e suas práticas sociais na tomada de consciência cidadã, que resulta em movimentos de resistência. Esse é o preceito chave para compreendermos como as estratégias comunicativas são articuladas e quais são elas no *Lagoas do Norte, pra quem?* bem como em qualquer articulação de resistência social. Estamos aqui pensando a resistência como um freio das políticas tradicionais hegemônicas e das elites que o Estado apresenta às comunidades e aos sujeitos.

Os suportes comunicacionais digitais favorecem assim as relações multiculturais; o intercâmbio de conhecimentos não-oficiais; a mescla produtiva de arte e produção estética (mundo sensível manifesto); o conhecimento de outras formas de vida, de valores, costumes e hábitos sociais; o reconhecimento de epistemologias múltiplas (não só a razão axiológica, instrumental excludente). A categoria relação, inter-relação, que é um

componente central da compreensão da comunicação; nos processos digitais tem condições de expansão, aprofundamento e diversificação maiores; como também de novas qualificações, gerando redes de vários tipos, entre elas um número significativo que pensa e age pela construção de formas de vida que superem a hegemonia capitalista (MALDONADO, 2015, p. 715).

Portanto, é um debate da cidadania comunicativa na construção de resistência a políticas públicas, conflitos com cidadãos e de enfrentamento ao sistema hegemônico instituído via suportes comunicacionais, digitais ou não. A relação de conflito apresentada pelos moradores da região atingida pelo Programa Lagoas do Norte é um exemplo do uso de suportes comunicacionais para a produção de cosmovisões não hegemônicas, enquanto favorece a organização popular, a ampliação do conhecimento para os sujeitos sociais e a estruturação de um pensamento comunicacional cidadão diverso.

A existência de políticas públicas que não observam os modos de vida, as ocupações dos espaços públicos e o direito à cidade que se desenvolve ao longo dos anos é um indicativo de como as nossas cidades não estão institucionalmente organizadas para produzir condições de vida digna para as populações de regiões periféricas. Em outras palavras, as políticas públicas pensam as cidades, mas não pensam as pessoas e tratam os espaços urbanos subalternos de forma sanitária mais que qualquer coisa. O exemplo que usamos nessa investigação é o do Programa Lagoas do Norte que ocorre em Teresina, mas situações semelhantes podem ser vistas em outros locais e se figuram como uma dessas políticas em que pessoas e comunidades com modos de vida seculares são retirados de seus espaços para o desenvolvimento de projetos públicos de reestruturação urbana.

A historicidade desses espaços é silenciada e pontuada de forma nebulosa pelos agentes públicos. As gestões ensaiam promover uma revitalização de lugares completamente vivos. Chamo tais projetos de reestruturação e mesmo assim ainda é preciso ver que tipo de reestruturação é essa, porque existem lugares que necessitam de investimento de distintas ordens, que nem sempre são aqueles apontados pelo poder público somente. Reestruturação sem diálogo é uma imposição de normativas institucionais castradoras e, como no exemplo estudado aqui é a população, seus cidadãos são os principais afetados.

Diante de políticas públicas sanitaristas, os moradores resistem utilizando estratégias de cidadania comunicativa para construir uma ordem diferenciada daquela que lhes está sendo imposta; debatem o pertencimento, o direito à cidade, à comunicação e a manutenção de suas práticas de vida. E utilizam suportes comunicacionais (digitais e analógicos), como página no Facebook, Canal no YouTube, grupos de WhatsApp, cartazes, entre outros, para o ordenamento

dessa resistência, para a visibilidade dos processos e práticas sociais nesses espaços e para começar um espaço de ampliação de vozes. “O maior problema tecnocultural e comunicacional situa-se na dimensão do conhecimento e das tecnologias do espírito. É necessário promover uma revolução tecnocultural” (MALDONADO, 2015, p. 716). As vozes ampliadas pelo coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* anunciam características – estratégias comunicativas de resistência – dessa busca revolucionária por usos distintos dos aparatos, suportes e dispositivos comunicacionais e da aplicação de modos e usos sociais para o ordenamento do movimento social, da constituição de vertentes de baixo para cima das perspectivas cidadãs (cidadania a partir dos sujeitos e não das instituições).

Foram essas estratégias comunicativas de resistência de cidadania comunicativa que observei durante a investigação de campo. O que trabalhei, em uma tentativa de sistematizar aquelas experiências, quem organiza o movimento e quem orienta (ou não) esses processos e estratégias. O que percebi é que mais além da comunicação direta, as estratégias passam por outros modos de pensar a comunicação dentro de uma comunidade. O coletivo se autodenomina *Lagoas do Norte, pra quem?* e questiona quem se beneficia das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas nesse território. O projeto em plano original prevê que se retirem os moradores e os coloquem em outro bairro que não é o deles, que possuem identidade e vínculos com o espaço, para viver em casas que não têm nada de parecido com a estrutura familiar de cada um deles, porque a Prefeitura acredita que essa é a saída mais adequada para a resolução de problemas estruturais e ambientais históricos que circundam a região norte de Teresina.

Durante a investigação, pude identificar o que estou chamando nesta tese de estratégias comunicativas da resistência, baseadas não somente na investigação, mas também na vivência, como parte do coletivo: é participante, juntamente com os sujeitos que estão e resistem. Este movimento possui uma característica interessante que é o desenvolvimento de investigações em caráter comunitário. Junto aos moradores se colocam investigadores e estudantes comunicadores dentro do próprio coletivo, que é um movimento político de resistência e está constituído de múltiplos sujeitos. Chamo de estratégias comunicativas de resistências os dispositivos comunicacionais que interseccionam as práticas dos sujeitos, que fomentam os processos de reivindicação por direitos, tomada de consciência e visibilidade de contextos sociais que se encontram em exclusão ou em situação de vulnerabilidade.

Nesta investigação nos aproximamos de três: uma agente de saúde, uma oleira e uma jornalista que também faz parte do coletivo. Nota-se porque muitas estratégias comunicativas se apresentam de forma muito mais incisiva porque há uma articulação do movimento muito além da organização vicinal. Então, essa tomada de consciência para a cidadania comunicativa

é mais acessível, é também um movimento de corpos. Identifica-se, portanto, o que Santos Jr. (2010) relata sobre a contribuição da filosofia da práxis na construção da cidadania a partir dos processos dos sujeitos e não das instituições, dos textos jurídicos. Aproximação permanente com as classes populares, processo pedagógico permanente e contextualizado, exibição das contradições e ideologias falsamente apresentadas e luta pela renovação diante de questionamentos históricos (SANTOS JR., 2010) são fascículos das estruturas de resistência constituídas pelo movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*. Tais características ressaltam a dialética que contorna a cidadania comunicativa, os movimentos de resistência bem como reiteram a complexidade de coletivos sociais que questionam estruturas de políticas públicas que são impostas a populações historicamente vulneráveis.

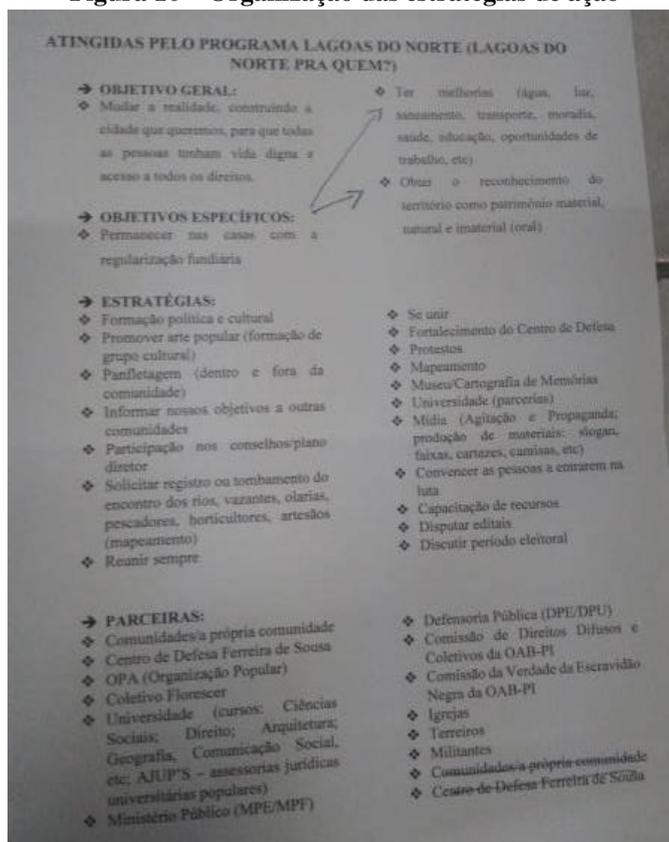
O que a resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* articula são mecanismos para construir um movimento permanente para resistir, manter uma unidade possível e buscar entender como a própria comunidade se sente diante desses dias de instabilidade sobre o lugar onde vivem e onde viveram a vida toda. As percepções sobre si marcam as estratégias comunicativas e de formação política, social e cultural que fazem uso, que constroem. A expressão de ordem nas resistências sociais é a tomada de postura política. Rein (2014) destacou em nossa pesquisa da pesquisa que a tomada de postura política favorece na mudança de sentimento dos sujeitos, fazendo diferença na incorporação de elementos da diversidade social no entendimento dos processos políticos e na estruturação da cidadania. Essa tomada de atitude é elemento formativo dos processos de resistência e está fortemente marcada nas ações comunicativas estruturadas na região da Boa Esperança.

Os processos metodológicos da comunicação em interface com a cidadania evidenciados na bibliometria destacaram o viés qualitativo, as análises socioculturais de contextos, o uso de ferramentas como gravador, diário de campo e câmeras, ressaltando ainda métodos como as histórias de vida comunicativas e as explorações livres de campo. Tais dispositivos e técnicas permitiram a produção dos dados empíricos que trabalho neste capítulo especificamente, e também em toda a tese. Ressalto esses elementos como incorporações metodológicas na compreensão, percepção e sistematização das experiências do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, porque articulados possibilitaram a visibilidade das estratégias comunicativas de resistência.

Percebo estratégias (**Figura 10**) que se estruturam e que destacam em alguma medida os mecanismos comunicacionais na construção da perspectiva cidadã. Em nosso diário de

campo, resistentes desenham mapas¹⁰ corporais (os mapas de corpo) comunicativos. São desenhos de como elas mesmas veem as estratégias comunicativas e metodológicas. A estratégia metodológica é autodeclarada e parte do corpo. E o corpo é um corpo humano, do próprio ser humano, mas também um corpo de movimentação ao longo de toda a Avenida Boa Esperança.

Figura 10 – Organização das estratégias de ação



Os resistentes organizam os processos de ação e atuação política a partir de entendimentos que consideram a pesquisa comunitária como elemento estruturante da organização da resistência. Na imagem vemos um documento resultante de reuniões de partilha que sistematiza o objetivo geral, os específicos, as estratégias e as parcerias que são pretendidas para articular a visibilidade para a defesa da moradia, do espaço da cidade e da comunidade atingida pelo PLN. (Foto: Thays Teixeira).

Usam o Facebook como uma ferramenta para a visibilidade. O WhatsApp também, mas funciona como uma ferramenta de reunião online, utilizada para a deliberação quando não é possível a reunião presencial, além de para compartilhar informações essenciais para tomadas de decisão do movimento. Possuem um canal no YouTube para a divulgação de alguns projetos

¹⁰ Entendo mapas corporais a partir da compreensão feita por Nogueira (2002) sobre mapas mentais. A autora compreende os mapas mentais como representações da experiência vivida. Descreve de forma simbólica as percepções que o sujeito possui do real, relacionando por meio delas elementos visuais, audiovisuais, olfativos, memoriais, e elementos conscientes ou não, sobre os espaços e territorialidades que ocupam e constituem. Assim, os mapas corporais trabalhados na tese são representações que os sujeitos possuem das lógicas organizativas, das suas experiências, vivências e daquilo que compreendem como sendo o movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*.

audiovisuais que estavam sendo desenvolvidos. Também fazem panfletagens, protestos (piquetes) com alguma regularidade, além dos protestos digitais.

As vozes são uma das principais estratégias porque são os vizinhos que conversam entre si e discutem o que é e o que não é interessante para o fortalecimento do movimento, debatem para mostrar que não querem sair, que não querem casas novas, mas que suas moradias tenham acesso a políticas públicas que sejam destinadas a eles. Eles gritam suas palavras de ordem. “Por isso que é importante a gente saber formular uma palavra de ordem, porque se a gente não sabe [...] a gente não ganha pessoas. A gente não ganha adeptos, não consegue levar um programa, porque a palavra de ordem ela guarda o programa” (FONTENELE, 2018, entrevista).

Remoção não é política pública integrativa. Existem muitas casas na região que não possuem saneamento básico, não existem sanitários, banheiros estruturados. É uma ausência expressiva das entidades gestoras. Os serviços públicos de saneamento, de eletricidade, de transporte públicos entre outros são escassos e pouco eficientes. Em virtude dessas ausências do poder público se estruturam os argumentos da remoção. E anda que exista no plano diretor os reassentamentos, não são claros onde serão e como funcionarão.

O alimento é uma forma de gerar união. Um elemento integrador. As mangas de fiapo, tão típicas da região de divisa entre o Piauí e o Maranhão marcam os momentos de encontro. É uma forma simbólica de juntar as pessoas e uma estratégia comunicativa estruturante. As pessoas se sentem acolhidas e integradas àqueles momentos quando a comida está presente. A feijoada na casa da dona Delvina estava maravilhosa, a gente se sente parte, se integra e ri junto, sendo parte do almoço de família depois de uma manhã inteira de panfletagem, de idas e vindas pela avenida Boa Esperança e vielas do entorno.

Outra estratégia comunicativa é a alegria. Não existe movimento social, não existe resistência sem alegria, sem ela as pessoas quebram. Sarah destaca bem o valor da alegria para a movimentação e o fortalecimento deles na constituição da resistência. Segundo ela, se as pessoas estiverem militando sem alegria, as pessoas quebram, se rompem. E quebradas, elas não podem seguir tendo força para o ordenamento (desordenamento?) e luta por direitos.

As manifestações estão em todas as partes da avenida, os pichos reforçam essa insurgência, desobediência civil em todos os bairros atingidos. As roupas também registram esses atos comunicativos de resistência, as faixas e cartazes durante os atos são técnicas comunicativas para a estruturação do movimento e para a expansão da visibilidade que preza alcançar para apontar as incongruências do Programas Lagoas do Norte.

Um outro exemplo de incongruência da política do PLN é este. Na primeira fase do projeto, foi criada uma praça dentro do Parque Lagoas do Norte denominada de Praça dos

Orixás, em homenagem a uma corrente das religiões afro-brasileiras. O que chama a atenção é que os terreiros de umbanda que estão localizados ali não fazem referência aos orixás, porque seguem outra matriz religiosa, ainda que afro-brasileira. Há uma praça denominada Orixás (**Figura 11**), em uma região onde não se cultua os orixás, em total desacordo com o que é a cultura identitária das pessoas que vivem na região.

Figura 11 – Praça dos Orixás



Praça localizada no Parque Lagoas do Norte homenageia santos de outras matrizes distintas das referências religiosas que são cultuadas nos terreiros de umbanda atingidos pelo PLN. (Foto: PMT).

Os protestos exibem a resistência questionadora. Não existe Lagoas do Norte sem moradores. Eles não são contra a todas as ações do planejamento de reestruturação, da aplicação de políticas públicas; eles querem o desenvolvimento da região por meio de ações governamentais, boas paradas de ônibus coletivos, regularidades, frotas (e não veículos velhos que passam a cada uma hora e meia ou mais), água tratada, serviços de esgoto e saneamento básico. Mas o principal: querem seguir vivendo naquela região, em suas casas. O que se vê com o projeto é justamente o oposto, são ações para erradicar pessoas de seus espaços de vivência históricos.

Diante dessas descrições, observações e participação, experienciamos a constituição das seguintes estratégias comunicativas de resistência:

- Os sujeitos e os seus corpos;
- Alegria;
- Partilha;
- Redes sociais e dispositivos midiáticos;
- Projetos comunicacionais;

- Chamamento (panfletos);
- Protestos;
- Picho;
- Alimento;
- Mapeamento.

Essas estratégias são elementos estruturantes do processo de resistência que é constituído e construído permanentemente pelo coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* e que tornam os resistentes proponentes de uma cidadania insurgente, em que a luta pela justiça social, pelo direito a pertencer, a estar na cidade de forma digna e ancestral é necessária. Reiterando com essas estratégias comunicativas de resistência que a cultura tem papel importante na politização das práticas cotidianas (MALDONADO, 2011a). A resistência assume essas táticas na reformulação de seus contextos.

Sigo com a descrição e percepção dessas estratégias de forma mais profícua para que consigamos perceber suas nuances e sua relevância na articulação do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*. Também observo como os movimentos metodológicos abordados nesta tese constituem uma metodologia de resistência a partir dos sujeitos, de investigações científicas em comunicação e cidadania, da compreensão de um conceito de cidadania comunicativa como tomada de consciência interseccionados por práticas sociais de resistência e da racionalidade aplicada.

3.4 Estratégias comunicativas do *Lagoas do Norte, pra quem?*

3.4.1 Os sujeitos e os seus corpos

A primeira reunião que participei junto ao coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* foi com o movimento OPA (Organização Popular). Nós estávamos nos salões dos fundos da Igreja Católica do bairro São Joaquim. Naquele dia sentamos todos no piso, em círculo e foram apresentados os resultados do último encontro que os membros tinham tido junto à comunidade das Olarias. Além disso, compartilhamos com o grupo a experiência de alguns membros da participação no evento da OPA em Aracati (CE). O contato inicial me apresentou não somente uma estratégia recorrente entre o coletivo e o compartilhamento das experiências – partilha –, em cada uma das atividades de resistência civil, como também o funcionamento das reuniões,

a distribuição de funções e atividades para os membros do coletivo e como os documentos vão sendo articulados na constituição da resistência.

O compartilhamento das experiências é fundamental para que o coletivo se organize e estruture os mecanismos de organização, para que cada um dos sujeitos possa se fortalecer no entendimento e tomada de consciência das práticas civis e políticas nos movimentos sociais. Isso significa que o sujeito e o seu aprendizado de formação política, social e antropológica são centrais no fortalecimento das coletividades de resistência. Não existe resistência sem a experiência de vida compartilhada.

A organização em círculo, um espaço onde todos passam a ver e serem vistos, possibilita que os sujeitos expressem suas experiências de forma menos destemida e que seus corpos também expressem, ressaltem e gesticulem. Dessa maneira, os sujeitos em resistência se tornam parte da estrutura como um elemento físico e simbólico, associados aos dispositivos dos quais fazem uso. “Esse fenômeno pode ser em parte explicado pelas inquietações provocadas pelos processos de corporificação, descorporificação e recorporificação propiciados pelas tecnologias e [...] simbioses entre o homem e a máquina” (SANTAELLA, 2004, p. 2). Entender os sujeitos e os seus corpos com elementos das práticas comunicacionais cidadãs nos revelam como os movimentos de resistência são vivos, articulados e cambiantes.

A corporificação (**Figura 12**) do movimento de resistência é entendida como uma estratégia de comunicação cidadã porque apresenta o sujeito, dá a ele uma visibilidade diante daquela luta que está sendo construída, ao passo que o integra ao grupo de forma mais abrangente e com identificação e ordem pessoal.

Figura 12 – Corpos



Performance de corpos realizada pela artista Luzia Amélia durante o protesto realizado em frente a sede da Prefeitura Municipal de Teresina no dia 10 de janeiro de 2019. Em virtude deste protesto a artista sofreu ataques racistas nas redes sociais. Também foi depois desse ato de manifestação do coletivo de resistência que uma audiência foi marcada junto com dirigentes da prefeitura, no dia seguinte ao ato público. (Foto: Tássia Araújo).

Os sujeitos em resistência se incorporam e são incorporados pela comunidade a partir desse reconhecimento, desse sentimento de se ver e expressar no outro. “Então, as estratégias de visibilização dos movimentos sociais são várias, já começa desde o corpo. Que o corpo ele já comunica. Quando a gente não tem um outro suporte, um outro instrumento, a gente veste uma camisa” (FONTENELE, 2018, entrevista). Vestir a camisa é expressar e é também ser a resistência de forma literal.

A compreensão de mídia primária de Pross (1990) considera as relações face a face, a interação direta entre os corpos como elemento base para as mediações comunicativas. Isso significa ter percepções sobre as práticas midiáticas integradas aos processos da cultura. Os corpos dos sujeitos em interação constituem o caminho para o entendimento das estratégias comunicativas de resistência de que figuram no *Lagoas do Norte, pra quem?*. Tal entendimento possibilita perceber como os afetos fazem parte da elaboração dos elementos de mediação construídos a partir da relação corpo como mídia primária. É preciso recordar que os corpos estão presentes antes e depois das máquinas; quer dizer, a técnica, por mais elaborada que se apresente, prescinde dos corpos e das relações que os sujeitos mantêm por meio deles.

Entender os processos midiáticos a partir dessa ótica é percebê-los na complexidade e multiplicidade, ao passo que nos permite compreender porque o corpo se figura como elemento de mediação de si: “toda comunicação humana começa na mídia primária, na qual os indivíduos se encontram cara a cara, corporalmente e imediatamente, e toda comunicação retorna para lá” (PROSS, 1972, p. 128 apud BAITELLO, 2014). Ou seja, os sujeitos e os seus corpos são constituídos para perceber os processos midiáticos comunicativos, enquanto percebem os elementos da cultura, da territorialidade e de pertencimentos que estão intrinsecamente presentes nas relações de mídia primária.

Ao tratar do corpo também sob a ótica de mídia primária, Baitello Júnior (2014) reitera que, por meios das relações midiáticas do corpo, são constituídas a dimensão da horizontalidade e as relações solidárias dos sujeitos. Ao realizar reuniões em frente às casas, retomando o costume de sentar-se nas portas para conversar, os corpos dos sujeitos em resistência comunicam seus modos de perceber a realidade de desigualdade em que se encontram, ao passo que se apresentam de maneira horizontalizada. Isso significa dizer que as mediações começam e terminam nos corpos.

É importante partir da noção de corpo como mídia primária que inicia e encerra os processos comunicacionais – é um ciclo –, porque o uso dos dispositivos midiáticos em outros níveis de atuação fomenta a comunicação que partiu dos corpos para outros. Conforme Pross (1990, p. 162), a mídia secundária é constituída pelos meios de comunicação que mediam a

mensagem com a necessidade de um suporte técnico para captar o significado. As pinturas, as roupas e adereços podem ser entendidos como mídias secundárias. Ao “vestir a camisa”, Sarah e os sujeitos do movimento expressam a presença das mídias secundárias por meio de seus corpos.

A mídia terciária, ainda segundo Pross (1990), é compreendida por aqueles meios de comunicação que utilizam aparatos técnicos para codificar e outro para decodificar as mensagens. Tais entendimentos colocam os dispositivos midiáticos e comunicativos como necessários, mas delegam ao corpo, conseqüentemente aos sujeitos uma atuação mediadora e interpretativa dos elementos da comunicação e de suas práticas. As percepções sobre as mídias secundárias e terciárias são verificadas nas demais figuras comunicativas de resistência que são descritas neste espaço.

Quando Sarah Fontenele (2018) destaca o corpo como o material que possui quando nenhum outro suporte se figura disponível, ela destaca o corpo como um instrumento da luta social: o corpo do sujeito (corpo propriamente dito) e corpo coletivo (a organização da resistência e sua estrutura). “Colocou-se em foco o corpo como sendo materialidade principal de expressão de enunciados e de mediação de discursos” (OLIVEIRAL, 2018, p. 18). Na construção da resistência, essa materialidade tem papel crucial na organização, fortalece as bases do movimento social e caracteriza a comunicação cidadã como um elemento estruturante da tomada de consciência dos sujeitos.

Entendo o sujeito e o corpo como elementos do processo de produção, consolidação e distribuição dos bens simbólicos e materiais que são produzidos na e pela coletividade em resistência. “O corpo funciona como elemento mediador de significações e sentidos que são socialmente compartilhados através de processos comunicativos” (OLIVEIRAL, 2018, p. 18). Em outras palavras, o corpo é o elemento agregador na organização da resistência, na compreensão dos mecanismos da desigualdade da cidadania *a la* brasileira, na representação da luta popular e no compartilhamento as experiências. Os corpos são, portanto, transversalizados na esfera social e resistente e não apenas colocados diante ou acima dos discursos. Eles atuam diretamente no processo de significação do mundo e constituição de identidades sociais individuais e coletivas (OLIVEIRAL, 2018, p. 18). Uma atuação que reverbera na compreensão de cidadania que defendo nesta tese, em que o sujeito também produz direitos, porque as instituições e as leis não dão conta das experiências coletivas dos corpos.

O processo comunicacional envolve, dessa maneira, o compartilhamento de experiências e símbolos entre o corpo e o mundo externo, o que acarreta na circulação de sentidos que, por fim, permitem a organização do espaço social.

O corpo funciona como ferramenta para o estabelecimento do discurso e a significação de textos sociais (GREINER, 2005, p. 150).

Perceptível na corporificação da formação da resistência, essa simbiose do corpo e sujeitos na compreensão do mundo explicam porque o compartilhamento de experiências tem uma centralidade expressiva na organização do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*. Saber como os resistentes vivenciaram as ações coletivas, os momentos de atuação e ação política permitem a existência das significações compartilhadas, permitem que o corpo deixe de ser exclusividade do sujeito e se torne elemento de construção coletiva.

O corpo do sujeito é um objeto comunicativo. O corpo coletivo é uma metaforização da subjetividade na organização social, que é vivo e está em constante movimento. Então, a presença do sujeito e do seu corpo na organização da resistência se torna catalizadora do processo de resistência e de estruturação dela.

Mas aí voltando a partir da hora que essas pessoas procuram a Prefeitura e a Prefeitura diz que esse projeto não anda por causa de uma mulher, né, eles sabem que não é por causa de uma mulher, é por causa de uma comunidade, mas a gente sabe que está cumprindo o nosso papel. E eu me sinto cidadã porque eu busco isso (OLIVEIRA, 2018, entrevista).

O que Lúcia Oliveira (2018) está nos dizendo é que mais que uma sujeita que luta pelo direito à cidade, pela permanência dela e de sua família no território onde viveu toda a sua vida, é que seu corpo também se torna parte desse espaço (PROSS, 1990), que ele passa a ser um marco de referência para os outros membros do coletivo e para a comunidade que resiste ao programa.

Ela, como integrante do movimento social, se incorpora e passa a ser uma representação da coletividade em luta. A cidadania insurgente, que desafia o modelo tradicional de cidadania brasileira (excludente e desigual) retumba no corpo de Lúcia: os movimentos de braços, a caminhada incessante pela Avenida Boa Esperança são representações corpóreas dessa autoconstrução cidadã. “A organização do ambiente se baseia na estrutura corporal do ser humano na busca por um equilíbrio, onde cada elemento participante possui uma função essencial para o funcionamento da sociedade e de suas estruturas” (OLIVEIRAL, 2018, p. 19). Os cidadãos em resistência expressam as corporalidades como a estratégia mais eficiente na construção de movimentos sociais, na luta entre o poder público que adota mecanismos de expulsão dos sujeitos dos seus territórios. Mais que exercer uma função, uma prática social de ajuntamento, o corpo também aparece como elemento de sentimento, pertencimento.

Bom, a metodologia aplicada aqui na comunidade que de fato é efetiva é a questão do corpo a corpo, da comunidade sentir-se abraçada pelo próprio movimento. Quando nós trabalhamos dessa forma a comunidade aceita o trabalho, ela se entrega. Porque a comunidade precisa sentir de fato que os movimentos trabalham a favor dela e que elas também fazem parte, elas são o movimento. Dessa forma o movimento resiste até hoje (LAGO, 2018, entrevista).

Luzia Lago (2018) em sua batalha diária nos explica o que é a identificação entre os sujeitos que fortalece os processos de resistência. O argumento dela é que sem esse mecanismo metodológico, o movimento não estaria resistindo por todos esses anos. O que os moradores ressaltam é que se ainda não foram retirados dali, após a selagem das casas, é porque a articulação do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* adota o corpo a corpo como forma de simbolizar os caminhos percorridos por todas essas famílias, por todos esses cidadãos em busca de lugares e vidas mais dignas e que desejam conservar sua história, ancestralidade e modos de vida.

É verdade que o movimento consegue estruturar, por meio do corpo coletivo, a maioria das pessoas que vivem na região. O entendimento que o movimento de resistência é um corpo vivo pode ser visto nos mapas do corpo *Lagoas do Norte, pra quem?* desenhados por Sarah, Lúcia e Luzia em nosso diário de campo. Elas registram de forma figurativa como interpretam esse corpo coletivo e como ele é estruturante na formação do movimento social de resistência, ao passo que fundamentam um enraizamento dos laços afetivos e sociais desses cidadãos.

Nos mapas, identificamos as referências ao espaço – especialmente a avenida Boa Esperança –, as afetividades e os laços de fortalecimento dos sujeitos e do movimento de resistência. Essas percepções são representações pictográficas de como essas mulheres atuam na construção da cidadania a partir de si e como arquitetam as estratégias comunicativas de resistência nesses espaços, na Boa Esperança. Os mapas representam o compartilhamento das experiências, ressaltando porque essa prática é primordial na constituição do corpo coletivo da Boa Esperança. “Por meio do conhecimento incorporado são criadas representações do mundo, elaboradas de acordo com os diferentes contextos. Inauguram-se, assim, as formas simbólicas (habilidades adquiridas), que se transformam em práticas coletivas” (OLIVEIRAL, 2018, p. 20). O corpo social da Boa Esperança realiza essas práticas coletivas e é o elemento que fortalece o movimento social, que o estrutura, ao passo que faz com que os sujeitos se sintam representados e incluídos, justamente quando as políticas públicas geram exclusão.

As estratégias do corpo coletivo incorporam elementos conceituais das culturas subalternas, confirmando a característica da cidadania comunicativa de que nos fala Maldonado (2012), em que os sujeitos utilizam os dispositivos midiáticos e comunicacionais para produzir

um escopo comunicacional ideológico e contra-hegemônico. Os corpos participantes são fundantes desse argumento questionador da ordem comunicativa e política das elites, reforçam que os processos sociais de permanência acontecem no âmbito da luta social.

Observar os mapas da Boa Esperança corrobora ainda com a compreensão que tenho sobre a cidadania comunicativa, como quadros de referências que articulam a práxis cidadã com os deslocamentos discursivos e concretos em níveis de consciência na promoção de visibilidades dos sujeitos que integram grupos sociais subalternos. Os desenhos representam as articulações dos sujeitos em resistência para a produção da luta popular que reivindica a permanência na cidade de forma digna, com a manutenção de suas raízes culturais, suas práticas religiosas, suas casas e seus modos de subsistência.

“É a capacidade de associação entre ideia e corpo que suscita a imaginação. Esta se eleva no plano do conhecimento e faz da corporeidade uma potência afirmativa” (SODRÉ, 2006, p. 23). Os mapas simbólicos expressos por estas mulheres em nosso diário de campo evidenciam a potência afirmativa que os movimentos sociais de resistência possuem. Para Sodré (2006), essa potência emancipatória acontece na dimensão do sensível, do afeto – a comunidade se sente abraçada, nos diz Luzia –, ultrapassando a razão instrumental exclusivamente. O movimento é de sujeitos e seus corpos que expressam afetividade sobre o lugar em que vivem, sobre as pessoas com as quais compartilham as suas histórias de vida. Juntar-se para comer manga, conversar sobre as demandas do movimento nos quintais e portas de casa são formas emancipatórias, porque colocam as práticas da resistência na vivência e no reconhecimento dos costumes da comunidade atingida pelo programa Lagoas do Norte.

Os corpos coletivos que estamos relatando são resultantes dessas associações de potência emancipatória e da partilha que acontece a partir das experiências dos sujeitos. Sodré (2006, p. 17) trata da ação emancipatória como “aquela socialmente produtiva e não dominada pela transcendência do poder”, ou seja, aquela que questiona os processos do poder socialmente instituídos. Quando observo os mapas desenhados, os corpos ressaltam as indignações dos sujeitos, dos seus contextos sociais, mas também destacam a esfera do sensível, de que o movimento é de afetividades, mesmo que seja de luta, de resistência e que rotineiramente tratem de temas duros. O contato e o afeto são categorias centrais na constituição dos corpos coletivos de resistência.

Quando Sodré (2006) parte da cultura como um elemento de envolvimento sensorial para a produção das ações comunicativas, ele questiona o racionalismo tradicional que considera apenas a razão como elemento agregador das práticas sociais. Desse entendimento, também adotamos a sensorialidade para compreender as experiências dos sujeitos em

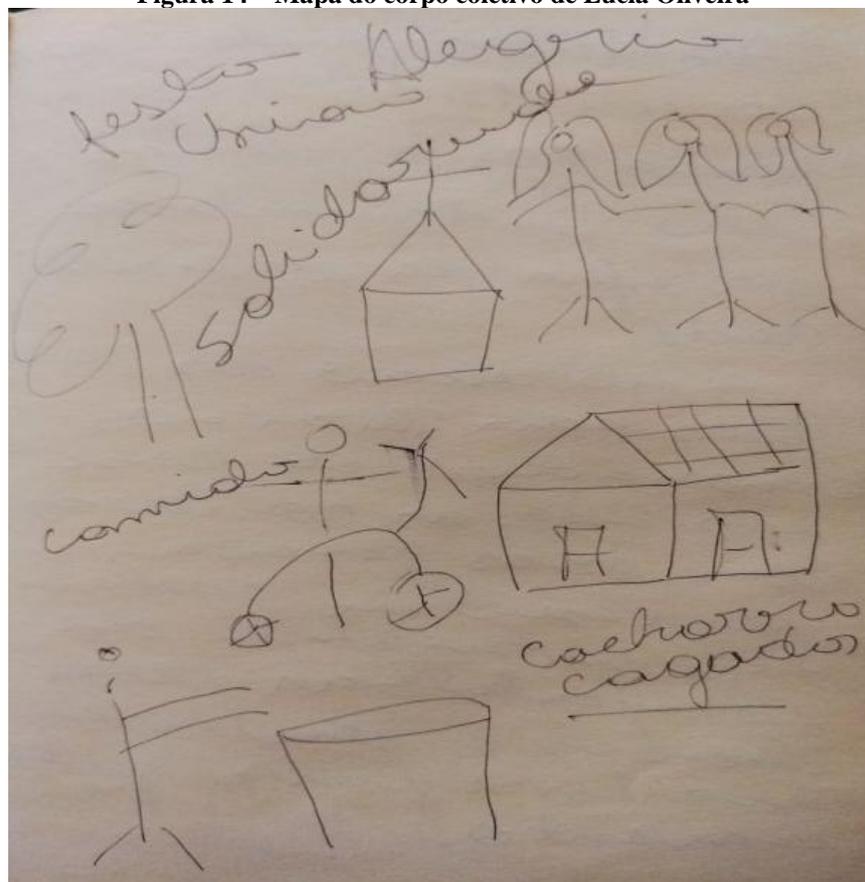
resistência, na construção de corpos coletivos que conseguem comunicar as demandas desses seres políticos em condições de desigualdade com os poderes dominantes, no caso do poder público e os financiadores interessados nesses tipos de políticas públicas, como o PLN.

Figura 13 - Mapa do corpo coletivo da Luzia Lago



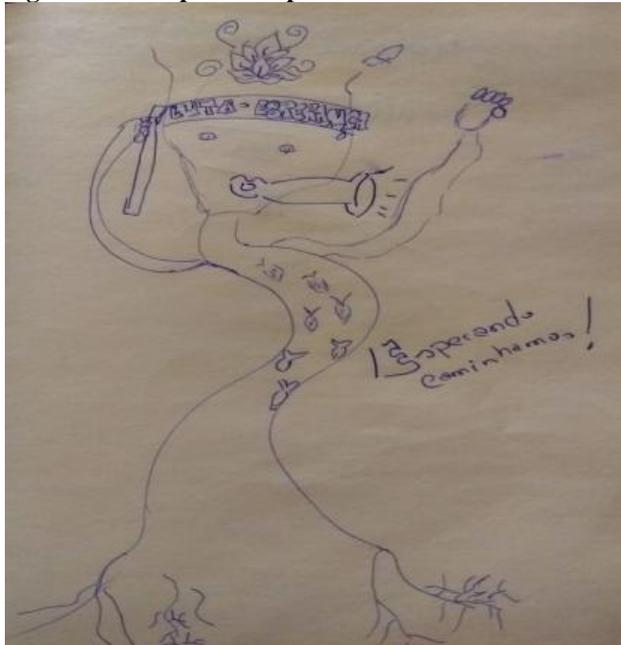
Fonte: Diário de Campo (2018)

Figura 14 – Mapa do corpo coletivo de Lúcia Oliveira



Fonte: Diário de Campo (2018)

Figura 15 – Mapa do corpo coletivo de Sarah Fontenele



Fonte: Diário de Campo (2018)

As imagens (13, 14, 15) são reproduções dos mapas dos corpos coletivos registrados no diário de campo¹¹. Nessas imagens percebemos os enraizamentos das lutas sociais, de como a subjetividade corpórea faz parte do processo de resistência na região da Boa Esperança e de como esse marco geográfico é uma referência simbólica para esses sujeitos. A partir dessas compreensões de corporificação, da ambiência dos sujeitos em resistência, percebemos as estratégias para a construção do livre fluxo e produção da cultura simbólica múltipla por classe sociais (MALDONADO, 2012). O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* está simbolizado nesses mapas comunicativos, a luta desses sujeitos e os dispositivos comunicacionais e afetivos que utilizam para a construção de uma cidadania a partir de si e na luta pelos direitos de permanência que reivindicam coletivamente.

No mapa de Lúcia Oliveira (**Figura 14**), as palavras escritas intercaladas com os desenhos de casas, de pessoas e de elementos da natureza reforçam a simbiose desse corpo com o espaço que reivindicam para si, também sobressaem-se elementos comunicativos do movimento de *Lagoas do Norte, pra quem?*; tais como as palavras de ordem, os pichos, o alimento e a alegria. Luzia Lago (**Figura 13**) desenha uma metáfora de um corpo humano,

¹¹ Os mapas são resultados da realização da entrevista com Sarah Fontenele (2018), que expressou os modos ação do movimento por meio do corpo e que ele era coletivo. Perguntei se era possível expressar de forma pictográfica essa imagem que ela tinha da coletividade do movimento, e essa estratégia também foi aplicada nas demais entrevistas. A intencionalidade dos mapas é construir uma representação gráfica e sensorial dos processos de resistência e como os sujeitos se observam integrados às territorialidades de que fazem parte.

representando a Avenida Boa Esperança de braços erguidos e expondo a existência de casas e pessoas, que se unem dentro de um coração. Faz uma alusão à relação racional das lutas sociais por moradia e à cidade, enquanto sobressai na dimensão sensível como elemento estruturante dessa luta social. O mapa do corpo coletivo de Sarah Fontenele (**Figura 15**) apresenta elementos da luta social de resistência na Boa Esperança em uma alegoria também ao corpo humano em que os pés são raízes, o tronco é uma referência ao Rio Parnaíba com seus peixes e a cabeça é a organização coletiva de resistência do *Lagoas do Norte, pra quem?*, com um alto-falante na boca, um telefone e a mão erguida.

Os elementos que constam nos mapas de corpo da Boa Esperança são referências diretas aos modos como essas sujeitas constroem os seus vínculos, ao espaço onde habitam e aos tipos de práticas comunicativas que exercem subjetivamente. São alusões ao Rio Parnaíba, às casas, aos moradores, às insígnias, às práticas sociais vivenciadas nesses espaços, ao território e ao afeto que circunda a luta delas para permanecer e fazer parte da cidade de forma digna, não como grupos que podem ser sanitizados de seus espaços de vida.

O que vemos nesses mapas são modos de organização sistêmica, que ressaltam as práticas culturais, as formas de existência e subsistência e cidadania comunicativa. E mais do que estratégias de comunicação, os sujeitos e os corpos são fundantes da resistência política, porque destacam que o espaço e a cultura interessam, que as sociedades subalternas são denominadas assim pela desigualdade e não porque são desprovidas de consciência sobre si. A esperança é boa, mas também é aguerrida, afetuosa e sabe do seu lugar de fala. A esperança tem corpo, resiste e existe.

3.4.2 Alegria

Conheço Sarah Fontinele desde 2006, quando ingressamos no curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Todas as lembranças que tenho dela dessa época são de suas vivências no movimento estudantil e dos encontros em congressos. Ela sempre foi, para mim, uma referência na luta pela democratização da comunicação e da formação de coletivos sociais aguerridos que colocam a comunicação popular na centralidade das lutas por direitos. O ingresso da Sarah no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* é resultado da sua história de vida, das suas experiências nos movimentos populares e na sua formação como comunicadora popular. Ela participou diretamente no desenvolvimento do projeto Mulheres no Terreiros da Esperança e depois, como membro da OPA (Organização Popular), segue na militância de resistência e na construção da luta em defesa da cidade, da moradia e do pertencimento ao lugar.

A história de vida da Sarah evidencia uma característica que sempre a acompanhou: a alegria. Essa característica antes de tudo também está na forma como a militante reage em suas práticas sociais e constrói a resistência. É a alegria (**Figura 16**) uma das estratégias comunicativas de resistência de maior persistência nas lutas do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*. A comunicadora popular reforça que sem essa categoria é impossível manter os movimentos sociais e estruturá-los para produzir direitos.

Vamos dizer assim, uma coisa que eu acho importante é a mística, são os cantos, são os cânticos, que também guardam o projeto de sociedade que a gente defende, que anima a gente nos valores, de um lutador do povo, porque a nossa luta a gente também faz com animação, com alegria. O valor da alegria é extremamente importante, porque se a gente não estiver militando com alegria os nossos militantes vão quebrar. A gente quebra e se a gente quebra não vamos ter forças para continuar organizando a luta. Então, o canto “Essa luta é nossa, essa luta é do povo. É só lutando que constrói um Brasil novo” [cantando]. Então isso anima a militância e leva também para a população o que a gente está defendendo ali. A mística é um momento, os próprios cantos são místicos. Assim, eu não tenho como definir mística, porque a mística é um sentir, um partilhar. Às vezes você programa uma mística, mas as vezes a mística já está acontecendo sem programar (FONTINELE, 2018, entrevista).

O trecho que destaco aqui da entrevista com Sarah aponta para a alegria como propulsora dos movimentos de resistência, mas também como um elemento de segurança para a continuidade e construção das lutas populares. Assim como os sujeitos e os corpos, a alegria é construída na dimensão do sensível.

Figura 16 – Alegria



Os encontros do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* são marcados pela alegria. A estratégia consiste em manter os vínculos fortalecidos e estabelecer sensibilidade entre os membros da resistência. Na imagem eles dançavam. (Foto: WhatsApp do coletivo).

No mapa desenhado por Lúcia a palavra alegria está assinalada. Essa estratégia proporciona ao movimento de resistência um fator comunicativo de integração, em que os sujeitos se sentem parte da luta porque também se veem fortalecidos pelos companheiros de

resistência. Quando Sarah relata que sem alegria o militante quebra, o movimento não funciona, ela aclara essa categoria como cimento dos afetos e das práticas dos sujeitos em luta.

A emoção do riso, segundo Sodré (2006, p. 27), é uma potência emancipatória. Na esfera do sensível, a alegria escapa da onipotência da razão metafísica e se sobressai como um exemplo de que a sensibilidade é um fator de construção das resistências sociais. O autor aponta que a sensibilidade é “entendida como a propriedade de acolher impressões e excitações, a elas reagindo como operações distintas dos processos intelectuais”. Quando a alegria figura como uma estratégia comunicativa para a resistência, se constitui como uma forma de acolhimento dos sujeitos, de reconhecimento de si e também dos medos diante dos impasses sobre suas histórias de vida e futuro.

Como estratégia comunicativa dos movimentos de resistência, a alegria está presente em todos os meandros: nos atos, nas reuniões, na hora da comida e em todas as práticas exercidas. Sarah destaca a *mística* (**Figura 17**), momento em que realizam alguma atividade para gerar integração dos sujeitos em alguma ação que está sendo desenvolvida – reunião, ato, conversas com a comunidade, congresso, seminário –, todavia a alegria reverbera sobre todas as práticas do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*. Quando nos juntamos para comer feijoada e melancia na casa da Lúcia foi um dos momentos de maior satisfação e alegria de todo esse processo de pesquisa. A alegria também está presente nas marchas de panfletagem sob o sol ardente de Teresina ou quando nos sentamos no piso do salão paroquial para uma reunião.

Figura 17 – Mística



A *mística* é utilizada para integrar os sujeitos que participam dos atos, eventos e reuniões. O coletivo usa a estratégia para construir e partilhar experiências. Na foto, a *mística* reproduz uma ciranda em torno de um dos quintais das casas atingidas. (Foto compartilhada pelo WhatsApp do coletivo).

Esses momentos de compartilhamento de alegria expressam o que Mata (2005) classifica como cidadania comunicativa exercida, que é aquela em que os sujeitos desenvolvem

práticas sociais reivindicatórias dos seus direitos institucionalizados para além da sua vigência e/ou ampliação. É a alegria que faz com que os militantes não tenham medo de exercer a consciência prática sobre aquilo que lhes é direito: suas casas, modos de vida e seu espaço. A alegria gera o entendimento de que a cidadania não é algo fragmentado da sensorialidade do sujeito, que não depende somente de um documento jurídico que faça valer, mas que é também um elemento em construção, em reivindicação. Assim como a mística que pode acontecer sem ser programada, é por meio da alegria que vemos a elaboração e reelaboração da cidadania comunicativa como um elemento vivo nos movimentos de resistência social.

3.4.3 Partilha

Imagine o que é chegar pela primeira vez em uma reunião onde todas as pessoas já se conhecem e sabem como funcionam as práticas realizadas naquele espaço. O receio e o constrangimento são sentimentos inescapáveis em um momento assim. A minha primeira reunião junto com o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* foi algo mais ou menos nessa linha. O sentimento de insegurança me consumia, se eu seria bem acolhida, junto com o desafio de não ser excluída do processo.

Ingressei ao movimento por meio do apoio da Sarah, que por compromissos pessoais, naquele dia não pôde estar presente para me apresentar aos demais membros que participavam da reunião de organização. O medo inicial que sentia pela rejeição do grupo foi substituído por uma recepção afetiva que me mostrou como a partilha das experiências é um momento vital para a continuação e integração do movimento social.

O padre Júlio Ferreira havia participado de um encontro da OPA em Aracati (CE) e apresentou suas impressões sobre o evento, o que havia sido discutido, destacando a temática trabalhada: Como construir o poder popular? O momento da partilha das experiências é quando o sujeito relata seu processo de aprendizado, compartilhando em fluxo essa aprendizagem e gerando conhecimento de forma coletiva. Esse momento faz com que o todo o grupo se integre sobre as temáticas que estão sendo tratadas nos movimentos sociais articulados em rede e, mais do que isso, funciona como um espaço educacional para os resistentes.

O diálogo construído nessa reunião tratou de responder a essa pergunta, como era possível construir o poder popular? Na narrativa do Padre Júlio, a discussão começou a partir da necessidade da tomada consciência de classe e que seria por meio dela que as comunidades em condições desiguais podem reagir. Júlio seguiu dizendo que essa consciência é adquirida por meio da experiência de vida, associada a atividades e práticas organizadas de formação

social, militância em movimentos sociais e intervenções na sociedade civil. “Saí do encontro da OPA fortalecido” (FERREIRA, 2018, anotação no diário de campo). O momento da fala do religioso expressa como a experiência é elemento formador da ação política e que por isso o compartilhamento dela com os demais sujeitos é estruturante nos movimentos sociais.

Apesar de a narrativa ter iniciado com o padre Júlio, os demais membros da reunião se colocaram diante dessa pergunta tentando orquestrar estratégias e ações que pudessem mobilizar a comunidade no sentido da tomada de consciência cidadã e da necessidade da luta organizada para a permanência na região atingida pelo Programa Lagoas do Norte. “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, 2015, p. 72). O autor afirma que essa descoberta não deve acontecer exclusivamente no campo intelectual, mas coadunado com as práticas, o diálogo deve ser crítico e libertador. O diálogo é necessário para que as ações políticas dos movimentos sociais não se tornem panfletárias, “feita nos slogans”, porque assim se estará fazendo um processo de domesticação e não de libertação dos oprimidos.

Nesse momento dialógico, tive a oportunidade de partilhar as intencionalidades da pesquisa que é relatada nesta tese, que busca organizar uma metodologia da resistência em movimentos sociais e, além disso, contribuir para a construção e organização do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*. Durante minha participação nesse diálogo coletivo, percebi que a partilha é um marco integrativo dos sujeitos e comunicacionalmente atua como estratégia colaborativa para a formação do coletivo. “Cada postura ou decisão em torno de dispositivos oferecidos [...] refletem as instituições ou organizações e geram ambiências específicas” (LACERDA, 2016, p. 254), e mais do que isso, faz com que os membros das ações possam ser integrados às discussões e pautas vigentes. É um processo de integração dos sujeitos às lógicas circulantes no movimento de resistência, aos seus modos de operação, aos processos organizativos e às práticas implicadas nos momentos de reunião e atuação política. “Ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada” (FREIRE, 2015, p. 73). Foi o meu caso, que me apresentei e me integrei sobre o que vinha sendo planejado e articulado no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Foi naquele momento que se organizou um encontro na comunidade que ficou marcado para o dia 03 de junho de 2018, no qual realizamos uma panfletagem (**Figura 18**) para convocar a comunidade da região da Boa Esperança, na altura das Olarias, para explicar algumas ações que estavam sendo desenvolvidas pelo movimento de resistência e também para a realização de uma oficina de formação comigo para discutirmos as questões da práxis cidadã e da

cidadania como uma categoria que também parte do sujeito. O encontro aconteceu na casa do seu Valdir (**Figura 19**), vazanteiro que vive na Avenida Boa Esperança há mais de 40 anos. Muitos encontros do movimento acontecem em sua casa, devido à sua centralidade ao marco de referência que é o senhor Valdir para os pequenos agricultores da região. Ele e sua família cultivam quiabo nas margens do Rio Parnaíba¹².

Figura 18 – Panfletagem pela Avenida Boa Esperança



Lucia Oliveira e eu distribuimos os panfletos na Avenida Boa Esperança na manhã do dia 03 de junho para convidar os moradores para a reunião que aconteceria no turno da tarde. (Fotos: Thays Teixeira).

Figura 19 – Reunião convocada por panfletagem



Moradores da Avenida Boa Esperança foram convidados para reunião no dia 03 de junho de 2018, às 15 horas na casa do seu Valdir. O encontro não aconteceu conforme a programação devido à pouca presença de moradores. Na ocasião aproveitou-se para rearticular a ação que foi replanejada para outra data. (Foto: Thays Teixeira).

A partilha das experiências dos sujeitos como uma estratégia comunicativa de resistência reforça a luta pela libertação, que se dá de maneira coletiva, não isolada. “A nossa cruz é de todo mundo” (OLIVEIRA, 2018, anotações no diário de campo). Uma observação necessária para o entendimento dos movimentos de resistência como categoria social, política

¹² Os reis do Quiabo. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23358/1/2017_LucasCoelhoPereira.pdf

e cultural, que não trata de coisas, mas de sujeitos em seus contextos. Vejamos, o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* reivindica direitos e respeito, por mais que as casas e seus roçados sejam a materialização dessas lutas. A ação cidadã emancipatória pretendida é que os sujeitos sejam tratados com igualdade, dignidade e possam permanecer no lugar que lhes contempla historicamente. De forma que os interesses pretendidos associados às práticas cidadãs constroem formas de ser e exercer a cidadania comunicativa (CAMACHO AZURDUY, 2005). O sujeito não é libertado por um líder, também não o faz só; a prática é colaborativa entremeada na batalha por reconfigurações do poder político e reestruturação de modelos de sociedade, possíveis com formação, pensamento crítico e educação para a liberdade. Por isso a partilha é estruturante na constituição do *Lagoas do Norte, pra quem?*, assim como as atividades formativas e educacionais.

As **oficinas de formação**, ou grupos de estudos, também se arquetizam como elementos de partilha de conhecimentos. É outra estratégia para a estruturação da mobilização e que faz com que os sujeitos em resistência política compreendam as multiplicidades de formas de conhecimento, agreguem um conhecimento formal às suas experiências de vida, e possam debater sobre as temáticas políticas e jurídicas que circunscrevem de maneira consciente sobre seus direitos e deveres na esfera da sociedade civil. Assim, podemos perceber essas articulações e construções a partir de uma lógica complexa de espacialidades e sentidos:

Podemos pensar a ambiência [...] como um intercâmbio entre distintas semiosferas: espaço digital, espaço pessoal e espaço dos objetos técnicos (arquitetônico) em que cada uma faz parte de um espaço de significação específico, com suas gramáticas e modos de organização próprios, mas ali se encontram numa fronteira que os põe em relação (LACERDA, 2016, p. 112).

Que dizer que a estrutura organizativa de compartilhamento das experiências compõe, com o espaço e os objetos, ambiências específicas que corroboram com práticas e ritualidades para o exercício das práticas de partilha. Tal perspectiva proporciona compreender a articulação dos sujeitos com o espaço, com as arquiteturas comunicativas de sociabilidade e com os objetos técnicos que fomentam a percepção, identificação e distinção de ambiências midiático-comunicacionais (LACERDA, 2016). Ao vivenciarem a formação, os sujeitos em resistência compõem ambiências específicas que expressam seus modos de viver, de aprendizagem e de posicionamento diante das ações de significação de si mesmos e em relação ao coletivo que compõem.

A formação é organizada com membros do coletivo e também com convidados que costumam realizar seminários de estudo. O coletivo se reúne em determinado dia e horário,

elegem textos e material de estudo para compreensão da temática que está sendo trabalhada na oficina. Nessa ocasião, a partilha de experiência assume um caráter mais formal e a aprendizagem, que também é colaborativa, se dá no sentido de que os cidadãos em resistência tenham conhecimento de maneira mais aprofundada sobre temas que circunscrevem as discussões políticas e sociais.

“Educador e educandos, cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente, conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento” (FREIRE, 2015, p. 77). Por essa característica co-realizadora, entendo as oficinas de formação como espaços de partilha comunicativa, muito além da formação educacional típica, figurando em ambiências, porque estas “necessitam não somente de uma constelação de diferentes modos de comunicar, mas de sujeitos que se representam nessa espacialidade, comunicam-se, informam-se, trocam experiências e opiniões, deixam suas marcas” (LACERDA, 2016, p. 110). Tais marcas, experiências e opiniões fortalecem a articulação do movimento de resistência, ao passo que possibilitam aos militantes do *Lagoas do Norte, pra quem?* Um entendimento sobre suas práticas culturais e políticas a partir de lógicas educativas transformadoras e colaborativas.

As partilhas aqui são entendidas como ferramentas para a consolidação da cidadania comunicativa na resistência, porque atuam como elementos catalisadores e colaborativos para a tomada e consciência cidadã, além de estruturarem criticamente os movimentos sociais.

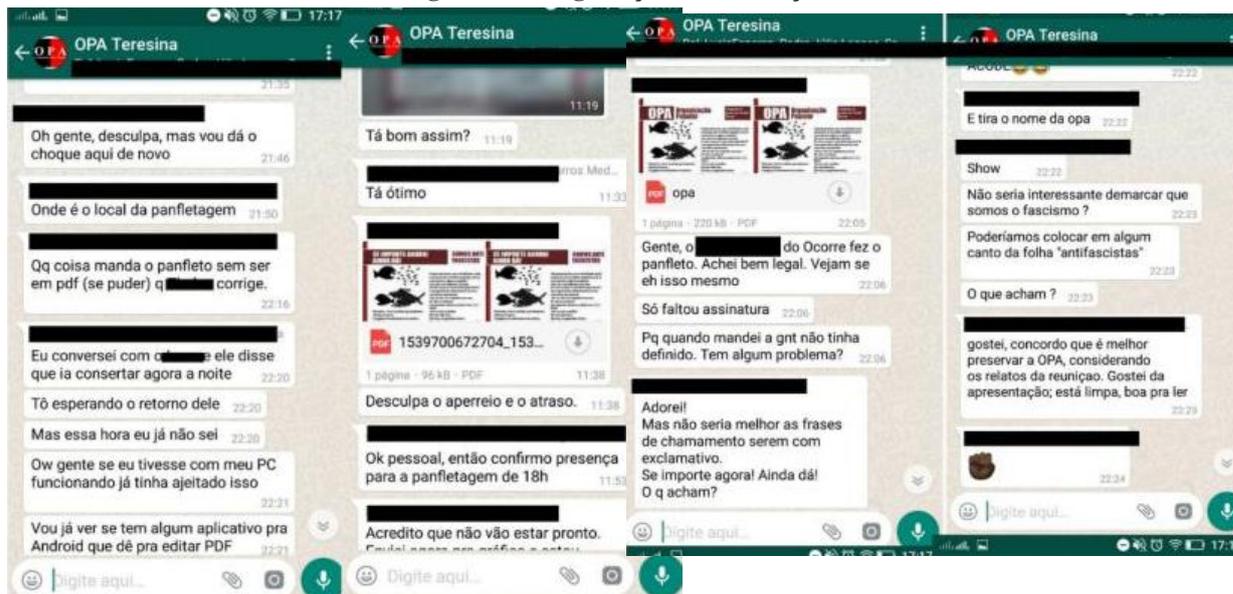
3.4.4 *Redes sociais digitais e dispositivos midiáticos*

Longe de pensar de forma determinista, o uso dos dispositivos digitais e das plataformas de Internet também figura entre as estratégias comunicativas da resistência. No coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* esses dispositivos se configuram conforme a necessidade de visibilidade das ações que são pleiteadas pelos militantes, enquanto funcionam como espaço deliberativo. Quer dizer que muitas das decisões que são tomadas pelo grupo se arquitetam no seio do uso dos dispositivos digitais, como no caso do grupo de WhatsApp da OPA, onde parte das estratégias de ação é negociada.

Além disso, é um lugar para a partilha de informações, documentos, textos, imagens e sons. Isso significa que o grupo é uma forma manter os militantes conectados entre si na maior parte do tempo. Há uma intensa frequência de uso, negociação de reuniões, articulação de encontros e registros de ações que serão postas em prática.

No grupo do WhatsApp percebemos a construção de outras táticas que transcendem a esfera digital, como a elaboração do material gráfico que é utilizado nos atos e protestos (**Figura 20**). Na maior parte das vezes usa-se o espaço para compartilhar as artes e textos que estão sendo propostos para determinada ação. As críticas são postadas e os ajustes vão sendo feitos conforme as demandas exibidas e acordos estabelecidos no próprio grupo.

Figura 20 – Negociação e deliberação



Os militantes utilizam os grupos de WhatsApp para construir e negociar o material comunicacional que é produzido. Também por meio das deliberações nesses dispositivos são construídas ações, articulados materiais de atos e fechados locais de realização de cada um deles. Além do compartilhamento de informes, documentos e fotografias. (Foto: Prints do WhatsApp OPA).

Um dos exemplos foram os panfletos produzidos para a ação de política e debate em virtude do segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Esse material foi todo elaborado de forma deliberativa pelas redes de WhatsApp. O primeiro contato com esse tipo de atividade de fato gera tais perguntas, o que prova que ainda é possível se surpreender com os elementos da técnica, principalmente com as interações que elas permitem. Dessa forma, ocorre um olhar diferenciado para as relações sociais. Para Miège (2012, Seminário), “as Tic provocam um novo processamento social, e novas formas de poder, sua lógica não pode ser pensada de um modo tão determinista, por isso mesmo é preciso refletir sobre elas”.

A técnica apresenta-se ao homem comum como um mistério e uma banalidade. De fato, a técnica é mais aceita do que compreendida. Como tudo parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina à qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato, comum no cotidiano

de todos, por conseguinte, uma banalidade, mas seus fundamentos e seu alcance escapam à percepção imediata, daí o seu mistério (SANTOS, 2010, p. 45).

Termos como Era da Informação e sociedade em rede se tornaram muito comuns quando se buscou compreender os efeitos das Tic nas sociedades mundiais. O advento da Internet fez com que esses conceitos se popularizassem dentre os estudos da comunicação e informação. Toma-se o que diz Canclini (2010) a respeito da globalização, justificando que ela é um processo histórico que fraciona o mundo articuladamente e que recompõe suas partes ao mesmo tempo. Portanto, “[...] a globalização não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las; [...]” (Ibid., p. 11).

O autor continua essas explicações afirmando que não é mais possível agir ignorando a hegemonia da urbanização e da industrialização da cultura (o tecnodeterminismo). Os meios de comunicação instituídos nas indústrias culturais são narradores das cidades e podem ser utilizados como elementos de resistência para a garantia do multiculturalismo. Esse processo amplia os direitos à cidadania e melhora o relacionamento da sociedade civil com o consumo, tanto de bens culturais como da própria tecnologia.

Perceber esses usos sociais dos dispositivos é interessante para compreender o próprio movimento de resistência. A articulação dessas redes para a construção dos movimentos faz com que eles conheçam de forma prática funcionalidades dos aparatos comunicacionais, ao passo que faz uma crítica a eles como elementos de centralidade exclusiva.

Essa fragmentação é resultado do processo de convergência midiática, em que múltiplos tipos de conteúdo podem ser reunidos em um só ambiente e o processo de trabalho e de produção são alterados. A multidimensionalidade do processo de convergência afeta os modos de uso, as percepções dos sujeitos sobre as tecnologias, além de alterar as lógicas de circulação nos mais variados âmbitos: tecnológico, empresarial, profissional e editorial.

É claro que a gente sabe que a gente precisa da tecnologia, a gente precisa aprender a técnica, mas a técnica é tão, ela é tão excludente, as vezes é excludente e você que teve dificuldade, como é o meu caso, que eu aprendi a ler depois de velha. Que eu digo assim depois de adulta, eu tenho essa dificuldade de assimilar o conhecimento com essa tecnologia. E aí você vai fazendo como o rapaz que disse para mim que você vai aprendendo abrindo a máquina e vendo cada detalhe, botando no lugar e aprendeu a consertar (OLIVEIRA, 2018, entrevista).

Lopez (2010, p. 15) acredita que neste ambiente o consumo de informações por meio de múltiplos dispositivos se intensifica. O que se adota nessa discussão é como se dá a relação

entre os elementos tecnológicos comuns a convergência midiática e a convergência dos produtos (conteúdos). Esse relacionamento colabora diretamente com a supervalorização do uso das tecnologias e, em certos momentos, é reducionista, facilitando uma compreensão totalitária das Tic e enfatizando esse determinismo. A fala de Lúcia sobre a consciência em relação às limitações do uso da técnica expressa uma lógica que circula em todo o movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*, que é a necessidade da integração dos elementos digitais às práticas cotidianas da realidade. A articulação das decisões que são tomadas via WhatsApp são ratificadas em eventos de contato direto, nas reuniões de deliberação e partilha, nos atos públicos e protestos.

Antes de pensar em uma sociedade mundializada, Miège (2009) supõe repensar os usos sociais das técnicas, advogando em discordância desses termos (mundialização, sociedade da informação etc.) por compreender que eles reforçam ainda mais o tecnodeterminismo. O que há são transformações (inovações) e não essa mudança radical que unifica todas as sociedades mundiais, ela ainda está na esfera do desejo. Nesse sentido, as Tic, em seu conjunto, participam de uma inovação desse tipo, na medida em que conjugam:

- a digitalização de (quantidades importantes) dados e seu tratamento;
- a compreensão dos sinais, notadamente para a transmissão nas redes;
- a miniaturização dos componentes;
- e desta forma, o tratamento, a visualização dos dados e sua modelização, assim como a extensão das possibilidades de interatividade (MIÈGE, 2009, p. 58).

As inovações são resultado de um processo gradual, que não perpassam somente por questões técnicas. Isso pontua que os movimentos da técnica são também de ordem social, conseqüentemente vinculados ao desenvolvimento das sociedades e de seus espaços. A convergência, nesse sentido, é um fenômeno ambíguo, e os usos sociais são encarados em duas dimensões. A primeira é relacionada às funções estáveis no tempo frente às novas ofertas tecnológicas, e em seguida, a estabilidade dos usos sociais é associada a uma ferramenta dada (MIÈGE, 2009). O que se percebe com a presença das redes digitais nos movimentos de resistência são usos sociais adaptados às lógicas, processos e necessidades, como é o caso do *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Os sujeitos operacionalizam suas práticas de resistência por meio dessas ferramentas, sem ignorar o fato de que também possuem limitações e que precisam atuar de forma integrada para que exerçam uma função de cidadania comunicativa no âmago dos movimentos e não fiquem apenas delegadas ao papel de última fronteira, de percepções salvacionistas.

Essa convergência estabelece um momento ímpar de infindáveis possibilidades de ofertas, de decisões político-regulamentares e de opções estratégico-operacionais. Isso fortalece a distribuição das tecnologias, o que não quer dizer que colaboram com a diminuição do totalitarismo tecnológico. Daí a importância do entendimento do uso das redes sociais como elementos que promovam a cidadania comunicativa, nessa característica integrativa entre os sujeitos situados social e culturalmente com os meios de comunicação propriamente (CAMACHO AZURDUY, 2005). São percepções que assinalam as características multidimensionais dessas ferramentas sem delegarem a elas plenos poderes.

Essa distribuição das tecnologias e a reconfiguração de seus usos sociais colaborariam para a apropriação social. No entanto, o que Miège (2009) reforça é que isso só é possível com a consolidação dos processos sociais citados anteriormente. A força ideológica e discursiva que o tecnodeterminismo possui é arregimentada por um processo histórico longo e que possui fortes instrumentos de legitimação: a economia, política e ciência são alguns. Isso torna muito complexa a forma de repensar a realidade das Tic, o que obviamente não é um ultimato, mas referente na capacidade dos movimentos sociais de resistência de perceberem essas limitações, de resistirem diante delas e de conseguirem propulsar estratégias.

O uso do WhatsApp para a organização, delimitação, compartilhamento de conteúdo de formação e para a articulação de uma agenda coletiva das práticas do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* reitera o modo como a organização se firma no processo de reconhecimento de si e de que técnicas podem ser operacionalizadas para o fortalecimento da organização popular e cidadania comunicativa. De toda forma, Sarah nos alerta:

É tem isso também [uma respiração de incerteza]. Às vezes as coisas são deliberadas por WhatsApp. E eu acho que isso está em todos os movimentos hoje e as vezes isso até atrapalha. Para fazer, por exemplo, o projeto Mulheres no Terreiro da Esperança a gente tentou várias vezes fazer um momento de reunião presencial para organizar e outro momento que a gente ia aplicar a atividade. Mas a gente não conseguia. Porque durante a semana é corrido, e tem gente que não pode porque trabalha, que faz isso e aquilo outro e não consegue se encontrar, até porque o acesso, porque apesar de a Boa Esperança ficar dentro do Centro o acesso até lá é horrível, né? Se a gente for falar em questão de ônibus, é muito ruim. E era melhor, só que depois tiraram ônibus, tiraram linhas e ficou pior e depois veio essa integração aí dos terminais e piorou ainda mais. Então, a gente acabava articulando pelo WhatsApp e não é assim tão bom, mas é o que a gente tem. Então, dava pra encaminhar muita coisa. Às vezes, ahh eu vou formular aqui uma metodologia e eu mando para vocês avaliarem a metodologia que eu tô pensando, aí as pessoas liam. Não, beleza. Então, a gente já tinha ali uma estrutura de começo, meio e fim da atividade. Vamos fazer lanche. Quem é que vai levar lanche? E tal, as vezes isso ficava sendo organizado ali pelo WhatsApp, não é assim o ideal, porque as vezes a gente se atrapalha, se atropela. Eu particularmente acho, eu tenho

muita dificuldade de não ver as pessoas, de não olhar. Acho que WhatsApp é mais para coisas urgentes, mas as vezes a gente acaba fazendo as coisas mais estruturais por ali também, pela dificuldade que a gente tem de se vê. Mas é um instrumento importante também (FONTENELE, 2018, entrevista).

A fala de Sarah é esclarecedora sobre os desafios nos usos dos dispositivos e redes sociais para a constituição dos movimentos sociais de resistência. A consciência de que essas ferramentas são necessárias não anula os anseios e os sentimentos que os movimentos de resistência possuem sobre si mesmos, que fazem com que as articulações presenciais sejam fatores imprescindíveis. A resistência é estar junto. As ferramentas digitais integram dentro de uma demanda necessária, mas são fortalecidas pela organização presencial, pelo contato, pelo corpo, pela presença no espaço quando alguma violação de direitos é imposta.

As imagens também são dispositivos utilizados pela resistência. A circulação de vídeos e fotografias dos atos, reuniões, protestos e projetos são veiculadas pelos dispositivos de redes sociais. O principal deles é a página *Lagoas do Norte, pra quem?* (<https://www.facebook.com/ComiteLagoasDoNorte/>) no Facebook (**Figura 21**). A plataforma é também um instrumento que fortalece o ativismo digital, mas que não se sustenta sozinha e está articulada com todas as demais estratégias de visibilidade do movimento.

No Facebook é possível perceber a produção de conteúdo de impacto para chamar a atenção da comunidade e das bases do movimento para as demandas reivindicadas pelos atingidos pelo projeto. No espaço, o uso dos recursos imagéticos é forte, tanto pela possibilidade que a ferramenta permite, como pelas questões que implicam a estética do movimento; fotografias dos terreiros de umbanda, das gravações, dos atos, dos pichos feitos pela Avenida Boa Esperança, das rodas de conversas entre a comunidade, dos momentos de encontro nos quintais, da místicas e dos alimentos compartilhados.

Assim, a página no Facebook funciona também com uma base de dados e de registros das atividades que são realizadas pelos resistentes atingidos pelo PLN e por aqueles grupos de sujeitos que compõem o movimento. São mecanismos comunicacionais que geram visibilidade dos problemas enfrentados pelos moradores da região atingida pelas obras. O espaço é atualizado por vários membros do grupo, expressando uma multiplicidade de vozes que permeiam a resistência e reforçando o caráter aberto do movimento em construir suas estratégias.

Quanto à temática dos conteúdos, existe uma variabilidade de formatos. Fotografias, panfletos e vídeos são os que mais aparecem, mas também compartilhamento de postagens de outros grupos de movimentos sociais, notícias e textos. Os assuntos das postagens são

pertinentes aos processos de luta social que fincam os resistentes do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* e também compõem como lugar de visibilidade e divulgação das ações do movimento e da participação dos militantes em eventos promovidos por distintas instituições.

Figura 21 – Redes sociais e dispositivos



Produção de conteúdo para página de Facebook *Lagoas do Norte, pra quem?* é múltipla. Os resistentes utilizam o espaço para a visibilidade midiática e resistência comunicacional. (Fonte: Facebook).

A multiplicidade temática e de formato das postagens são resultado das distintas frentes que compõem a resistência do *Lagoas do Norte, pra quem?*, ressaltando que essas ferramentas também colocam a comunicação popular como uma estratégia de visibilidade que é construída coletivamente. O grupo é composto por jornalistas, professores, padres, pesquisadores, moradores e outros tantos setores da sociedade civil. A produção de conteúdo para as redes não é exclusividade dos jornalistas. O que se vê em atuação são os moradores produzindo conteúdo que reforçam os traços da experiência de vida e do conhecimento popular na produção de elementos comunicacionais sobre si.

A potência de registro das ações e das denúncias fazem com que a página no Facebook se confirme como outro espaço para resistir. A imagem 12 mostra a participação de Lúcia Oliveira no evento da Roda dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em novembro de

2018 na Universidade Federal do Piauí. Vemos um exemplo de como são estruturados os conteúdos, que seguem de texto e imagens – neste caso em vídeo –, representando a narrativa de resistência que constroem e vivenciam os moradores atingidos pelo Programa Lagoa do Norte. O texto curto segue a lógica utilizada para essa rede social na produção de informação e conteúdo.

Figura 22 – Postagem sobre a participação na Roda dos Povos e Comunidades Tradicionais



Fonte: Facebook *Lagoas do Norte, pra quem?*

Quando um coletivo utiliza um meio de comunicação para produzir conteúdo e gerar visibilidade sobre si, estão permeando esses caminhos para a cidadania comunicativa e constituindo outros campos de batalha pelos direitos de existir na cidade e de comunicar os modos dessa existência.

Os militantes têm ciência de que o uso dos dispositivos midiáticos é fundamental para a promoção e circulação de fluxos comunicacionais alternativos, quase que inacessíveis nos meios tradicionais massivos, mas sabem que sozinhos esses elementos não fazem verão. Daí que tais dispositivos são utilizados como espaço de ampliação de vozes e de visibilidade social e o movimento de forma geral intercala as práticas cotidianas de resistência com essas ferramentas de mídia.

As imagens gravadas reiteram a potencialidade da página em ser utilizada como um espaço de visibilidade da luta social produzido por meio de suas próprias vozes narrativas de resistência social e ocupam um espaço que é invisibilizado nos meios de comunicação

tradicional. Maldonado (2012) discute que a cidadania comunicativa precisa estar permeada nos fluxos internos, nas alterações culturais e técnicas e na reconfiguração dos padrões de sociedade.

3.4.5 Projetos comunicacionais

Mais que produzir conteúdo para redes sociais ou utilizar os dispositivos midiáticos para ampliar vozes e visibilidade, escapando dos fluxos comunicativos tradicionais, o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* constrói ações comunicativas que fortalecem o entendimento sobre as lutas populares, registram os modos de vida dos moradores atingidos pelo PLN e destacam o papel da comunicação popular como espaço para a autoconstrução da cidadania.

Identifico essa estratégia comunicativa de resistência como um ordenamento para a memória dessas comunidades. Os projetos comunicacionais objetivam explicitar os modos de vida da comunidade e como projetos (como o referido) reforçam a invisibilização de comunidades que vivem nas periferias urbanas. Descrevo dois projetos comunicacionais que se destacam na resistência permanente do coletivo: 1) O documentário *Lagoas do Norte, pra quem?*; 2) O projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança.

O documentário intitulado *Lagoas do Norte, pra quem?* é um curta-metragem (14min44s) do ano de 2017 com roteiro de Camila Hilario Araujo e direção de Ronald Geisteira de Moura. O filme retrata a luta pela permanência dos terreiros de umbanda e das moradias na zona norte de Teresina. Ele narra a história de quatro pessoas envolvidas com o movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*. Os personagens do filme contam suas vivências e impressões sobre o PLN.

O documentário está disponível de forma gratuita no YouTube e pode ser acessado abertamente (<https://www.youtube.com/watch?v=8MXM2yAXOKk>). O produto é uma articulação do Coletivo Flores.Ser Comunicação, que faz parte do movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* e exibe imagens dos terreiros, falas de moradores que são atingidos pelo PLN e que temem perder seus espaços de vivência religiosas. O filme trata sobre a incidência que o programa gera na vida cultural dos moradores da região atingida, afetando os modos de vida e de fazer de quem vive naquela região.

No produto audiovisual se percebe a tentativa de registro desses modos de vida e de fazer em imagens, ressaltando porque os moradores realizam a resistência para continuar a viver naqueles locais. Nas imagens do documentário, os sujeitos são perguntados sobre sua realidade, sentimentos e a respeito do que acreditam ser o tipo de projeto público. As falas são categóricas

sobre a permanência na região atingida e como os terreiros de umbanda serão destruídos, além das moradias com a implementação como prevê originalmente o PLN. Uma forma comunicativa de registrar os hábitos culturais e religiosos que circunscrevem fortemente a região.

O documentário esteve presente na 2ª Mostra Sesc de Cinema (Teresina, Piauí) realizada em junho de 2018, reforçando a preocupação dos militantes em ampliar a atuação da resistência, apresentar para um público mais amplo as demandas e problemáticas enfrentadas pelos moradores atingidos pelo Programa Lagoas do Norte. A participação do documentário em uma mostra cinematográfica fortalece o movimento social que luta pela permanência em suas casas, para viver em uma cidade de forma mais digna, ao passo que apresenta o problema social vivenciado por esses milhares de atingidos. É também uma maneira ratificar as questões políticas e ideológicas que circundam projetos dessa magnitude.

O outro projeto comunicacional também mediado pelo Flores.Ser Comunicação é o Mulheres no Terreiro da Esperança que foi construído em articulação com o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, setores integrantes do movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. O projeto resulta de um descontentamento provocado nos militantes diante dos processos de invisibilização na mídia tradicional do movimento. O Mulheres nos Terreiros da Esperança foi financiado por meio de um edital – Mulheres Negras e Populares: traçando caminhos, construindo direitos – do CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e o SOS Corpo.

O objetivo do projeto destacava as questões dos direitos humanos ao patrimônio, à cidade e da ancestralidade vivenciada pelas mulheres que comandam os terreiros de umbanda localizados na região atingida pela PLN. O projeto foi composto por oficinas com a comunidade e elaboração de produtos comunicacionais populares destacando a luta pela permanência nessa região.

Entre os meses de julho e novembro de 2017 aconteceram 19 encontros articulados em temáticas diferentes, em espaços físicos que tentaram contemplar os vários bairros atingidos pelo PLN e tentou-se fomentar por meio de ações comunicativas e jornalismo popular a integração geracional das mulheres (o recorte feito pelo projeto é entre 40 e 80 anos) e as crianças e adolescentes que moram nessa região. As oficinas foram pensadas para tratar de temas voltados à luta que é travada pela resistência para permanecer nesses locais.

Em cada encontro, um tipo de atividade era desenvolvida: diálogos com as moradoras, exibição de filmes e vídeos, oficina de desenho com as crianças, contação de histórias pelas avós (mulheres mais idosas que narravam a sua história de vida, conseqüentemente contando a

da região), elaboração de vídeos em cada um desses encontros bem como de fotografias, e a criação da exposição itinerante que trata da história daqueles moradores (Museu da Avenida Boa Esperança).

Algumas oficinas se tornaram marcáveis pela temática e pelo trabalho comunicacional desenvolvido em torno delas. Santos e Santos (2017) destacam como mais significativas: Ver, ouvir e tecer; Circulando entre Memórias; Religando Vivências; A Voz das avós; Museu: mulher e patrimônio e Mulheres da Esperança: mapeando memórias. Esses encontros foram cruciais para que o projeto conseguisse articular os eixos objetivados no edital, ao passo que permitiram uma maior compreensão e visibilidade sobre os processos sociais e culturais vivenciados pelo atingidos e que não podem ser minimizados quando se discute pelo poder público algum tipo de remoção. “O projeto orientou-se sob os eixos: direito a cidade; comunicação e mulheres; gênero e raça; ancestralidade e espiritualidade” (SANTOS E SANTOS, 2017, p. 11), o que explica o tom das temáticas trabalhadas nas oficinas.

Figura 23 – Museu Itinerante da Avenida Boa Esperança



Fonte: Fotografias compartilhadas no WhatsApp da OPA

É interessante perceber como o projeto intercalou a vivência dos sujeitos, gerando elementos comunicacionais que pudessem dar voz a essa população que não ascende aos meios tradicionais. As histórias narradas e vivenciadas se transformaram em produtos comunicacionais que estão disponíveis no canal no YouTube – Mulheres nos terreiros da Esperança (<https://www.youtube.com/channel/UChjq1D1EjqMfmLygVd3Sh5w>) –, produtos também compartilhados na página de Facebook *Lagoas do Norte, pra quem?* e que implicou também o aprofundamento das relações afetivas entre as gerações. Uma das atividades mais lembradas pelos participantes foram as avós contando suas histórias de vida para os netos, que depois desenharam aquilo que haviam escutado. A intercalada geracional é um marco para o

projeto de comunicação. Os vídeos foram publicados semanalmente no canal próprio e estão intitulados conforme as temáticas trabalhadas em cada um deles.

As atividades e trabalhos desenvolvidos no projeto Mulheres no Terreiro da Esperança reuniram um acervo importante tanto de fotografias e imagens, como de artefatos que contam e compõem a história dos moradores daquela região. Eles foram reunidos, arquitetados de modo narrativo e exibidos em uma exposição. A exposição é itinerante e já aconteceu em diversos momentos na construção do movimento de resistência. A mostra é parte das ações de visibilidade em cidadania comunicativa que o movimento de resistência utiliza para contar porque resistem.

Os projetos comunicacionais são uma importante estratégia para a construção do movimento de resistência, reforçando o entendimento de que a cidadania é produzida pelos sujeitos e de que a cidadania comunicativa só é possível porque constrói vias alternativas (MALDONADO, 2012; CAMACHO AZURDUY, 2005) aos modelos hegemônicos e possibilitam outras vozes para sujeitos que estão invisibilizados. Eles resultam em registros de memória para o coletivo de resistência bem como atuam na formação política dos sujeitos. Projetos reforçam a complexidade das ações comunicativas no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

3.4.6 – Chamamento (*Panfletos*)

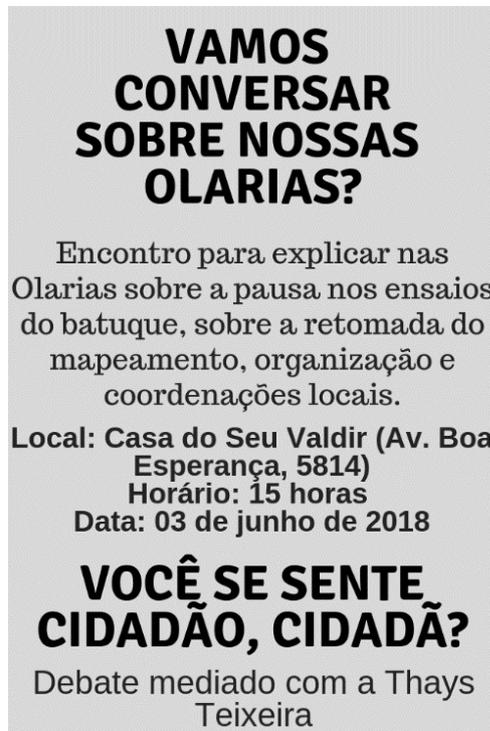
O chamamento é a estratégia de comunicação que angaria participantes e militantes resistentes para as atividades que são articuladas pelos membros do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*. Trata-se da distribuição de panfletos (presencial) e do compartilhamento das artes dos panfletos via WhatsApp (digital) para convidar os moradores da região e também a sociedade civil de um modo geral para participar dos encontros, reuniões, momentos de exibição de filmes, formação política, atos, protestos e qualquer outro tipo de atividade que é trabalhada pelo movimento.

No dia 03 de junho de 2018 participei da distribuição de panfletos pela Avenida Boa Esperança com Lúcia Oliveira. Estivemos toda a manhã daquele dia circulando pelas casas da via, entrando quando nos era dada a permissão, conversando com os moradores e convidando-os para participar da reunião que aconteceria na tarde do mesmo dia. O panfleto (**Figura 24**) que distribuímos foi elaborado por mim a pedido do grupo de mobilização. A convocação era para um encontro em que seria explicado para os moradores da região das Olarias sobre a pausa nos ensaios do batuque, sobre a retomada do mapeamento, organização e coordenações locais.

Além disso, um momento seria dedicado a um debate mediado também por mim para que pudéssemos dialogar sobre o sentimento de ser ou não cidadão.

A experiência em participar do chamamento mostrou-me não somente o funcionamento das articulações corpo a corpo do movimento de resistência, como também a dureza que consiste nas articulações humanas. Estivemos durante mais de cinco horas distribuindo o volante, dialogando com os moradores e mesmo assim, em virtude de ser um domingo, a frequência de moradores foi muito baixa e não conseguimos realizar como estava programado o momento de encontro. Decidimos que em outra ocasião e data seria mais propício. Foi um choque perceber que, por mais articulado e estruturado que estejam determinadas práticas, algumas vezes elas não dão conta das processualidades sociais, dos modos de vida. Em virtude dessas não participações, o movimento de resistência passou a procurar datas e horários mais pertinentes à realidade dos moradores das Olarias, que seguem outros sentidos que os figurados em outros bairros atingidos. Que dizer que as práticas comunicativas de resistência também enfrentam limites e precisam ser reorganizadas, repensadas, considerando sempre a relação dos sujeitos como o movimento de resistência.

Figura 24 – Panfleto Olarias



Fonte: Thays Teixeira. A arte do panfleto foi elaborada por mim a partir de uma decisão tomada pela coletivo durante a reunião de partilha do dia 27 de maio de 2018.

De toda forma, o chamamento é uma das ferramentas mais efetivas para que a mobilização consiga juntar participantes para as atividades que são elaboradas. Como nos

lembra Lago (2018), sem esse trabalho de entrar nas casas das pessoas, para que elas se sintam abraçadas pelo movimento, é praticamente impossível o trabalho de mobilização. São esses momentos que colocam as coordenações locais em contato direto com as demandas dos sujeitos, que fazem com que seja possível compreender as mazelas vivenciadas pelos sujeitos.

O chamamento não é uma simples convocatória para que as pessoas possam participar das atividades e práticas da resistência, é um momento de compreensão sobre como os sujeitos se sentem diante de políticas públicas desagregadoras, de promoção de diálogo e de pluralidade de experiências dos sujeitos e sujeitas. Os panfletos funcionam como um convite para que esses diálogos sejam possibilidades, atuem como chaves que abrem o diálogo. O panfleto é o motivo, mas a intenção é estar junto, dialogar e compreender os sujeitos e sujeitas.

3.4.7 – Protestos

Os protestos são possivelmente as estratégias comunicativas mais conhecidas dos movimentos de resistência. São atos públicos que reúnem os militantes em algum local físico ou digital, é quando eles reivindicam a visibilidade midiática dos meios tradicionais e conseguem ascender a esses espaços. Os documentos firmados pelos grupos de resistência com pautas reivindicatórias de direitos também são protestos, estes efetivos, mas que possuem uma ação de visibilidade em escala menor.

No dia 07 de setembro de 2018, o coletivo participou de um protesto no Parque Lagoas do Norte, o Grito dos Excluídos (**Figura 25**). A ação mobilizou muitos moradores que reivindicaram a permanência em seus espaços de história de vida. Em sua 24ª edição, a caminhada do Grito dos Excluídos começou por volta das nove horas da manhã no Encontro dos Rios e seguiu pela Avenida Boa Esperança.

Figura 25 – Protestos



Os protestos marcam a visibilidade que buscam os moradores atingidos pelo PLN. Via protestos alçam os meios de comunicação tradicionais e colocam em evidência dispositivos comunicacionais. (Foto compartilhada pelo WhatsApp do coletivo).

O protesto conseguiu visibilidade midiática e resultou em reportagens na imprensa local. Isso reforça a importância dos protestos para alçar visibilidade em cidadania comunicativa naquilo que é tratado por Camacho Azurduy (2005), quando discute que a cidadania como uma relação comunicacional entre os meios e os sujeitos, sabendo que quando trata dos meios hegemônicos, a postura relacional acontece em parâmetros desiguais.

O acesso aos meios hegemônicos é tão desigual que estratégias protestantes são necessárias para romper esses fluxos de invisibilidade. “Através do acesso e do consumo das mensagens dos meios, em geral, e da informação noticiosa, em particular, os sujeitos se veiculam ao exercício constante de formação de sua cidadania” (CAMACHO AZURDUY, 2005, p. 32). Esse exercício cotidiano acontece nas bases formativas dos movimentos de resistência e por isso a existência dos protestos para que a lógica tradicional de produção noticiosa da mídia hegemônica seja rompida.

Gohn (2012, p. 238) discute o papel político dos movimentos sociais, ressaltando que “são fenômenos extraordinários ou agentes de contestação porque eles têm um papel na sociedade moderna — papel de expressar as reivindicações dos cidadãos; mobilizações e protestos tornaram-se formas rotineiras de participação política”. A afirmação é um entendimento de porque os protestos são tão necessários na construção da ação política de resistência. São a exemplificação da participação cidadã direta e podem influir nas tomadas de decisão das elites políticas que definem, por exemplo, as lógicas de políticas públicas como as do PLN.

Para compreender os protestos é preciso entender os contextos culturais e as variações das práticas sociais nos contextos locais: “As redes sociais, com as quais nos comunicamos com outras pessoas, são os tijolos na construção da interação humana, e nada acontece sem elas – inclusive o protesto” (JASPER, 2016, p. 105). São essas estruturas e arquiteturas organizativas que conseguem estruturar os protestos. As redes sociais (digitais ou não) são os elementos estruturantes das posturas contestatórias, por isso a construção de um protesto requer uma gama de ações comunicativas, de reconhecimento de si, de tomada de consciência cidadã para que se instaure. Um protesto não se arma só, tampouco é desprovido de passado.

Habermas (2012) aponta que o discurso de vontade tem vínculo com a autonomia do sujeito e que as negociações de poder acontecem no âmbito da linguagem, com as ações comunicativas. Isso significa que a dimensão cultural comunicativa é condição necessária para a organização dos protestos e movimentos sociais. Portanto, os protestos são resultantes das demandas dos sujeitos e sujeitas que estão descontentes com os rumos políticos que são

determinados pelas elites que fazem uso dessa estratégia para alcançar visibilidade midiática e política, constituindo forças emancipatórias e transformadoras.

A atuação dos sujeitos em sentidos contestatórios se configura em uma cidadania ativa, em que os participantes dos movimentos buscam um consenso – isso não significa que não seja sob atos violentos, principalmente derivados do Estado – sobre aquilo que reclamam por direito politicamente instituído e o que é ofertado pelas elites politicamente dominantes. O momento dos atos e protestos para a resistência são necessários para que apresentem as deliberações construídas em outras dimensões da organização social e coloquem na esfera pública civil a ampla luta que está sendo travada entre a resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* e o poder público.

Compreendo os protestos como ações organizadas e estratégicas da comunicação, que compartilham um sentido comum e que se dão fora das instituições políticas e jurídicas tradicionais. Por essa razão, essa estratégia comunicativa de resistência se configura como um elemento de organização social, funcionando como um catalisador para a visibilidade de movimentos sociais, ao passo que corrobora com a tomada de consciência da práxis cidadã pelos sujeitos. Esses aspectos explicam porque o movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* faz uso dos atos de protestos para se posicionar na esfera pública e midiática. Os protestos geram agendamento midiático, ultrapassam os dispositivos alternativos e se impõem como pauta nos meios de comunicação tradicionalmente hegemônicos.

3.4.8 – Picho

Impossível não perceber as manifestações de indignação dos sujeitos que moram na região da Avenida Boa Esperança, elas estão estampadas nas paredes das casas, nos muros, nas placas pregadas nas árvores. O picho é um ato comunicativo presente ao longo de toda a via e reverbera as palavras de ordem proferidas pelo coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*

Quando por exemplo os moradores picham nas portas das suas casas “50 anos não são 50 dias”. “Firmino, tirano. Tirano as nossas casas”. “Desapropriação, não”. As pessoas escrevem isso, elas estão botando no muro das suas casas. Então o muro para ser um painel, ou um jornal, um jornal mural, qualquer coisa, um outdoor. O muro passa ser um outdoor. E isso prova do quanto a gente é silenciado (FONTENELE, 2018, entrevista).

O ato público de comunicar as inquietações nos muros de casa exhibe o silenciamento comunicativo que esses sujeitos enfrentam na esfera midiático-comunicacional tradicional. A relevância do picho para marcar o território como um espaço de resistência, que reitera a

interação simbólica dos sujeitos com o espaço, com a cidade e seus lugares, é marcante estratégia comunicativa. Dessa maneira, a linguagem estampada nos muros da avenida marca o espaço e expressa uma senha, um signo de reconhecimento para os sujeitos que circulam pela região, os transeuntes que visitam os parques Lagoas do Norte e Encontro dos Rios.

Historicamente, o picho está relacionado com as indignações sociais do período ditatorial brasileiro e de confrontos da sociedade civil com as políticas castradoras de direitos daquele período (LOPES, 2011). Foi também no regime militar que a lógica institucional da cidadania é deteriorada e que ressalta as insurgências do sujeito na autoconstrução cidadã na perspectiva daquilo que é compreendido como cidadania brasileira. Aportar o período ditatorial como matriz do picho é uma forma de perceber as estratégias de resistência na construção da cidadania e que bebem em berços históricos compartilhados.

Essa contextualização é necessária para entender o papel do picho nas lutas populares. Ainda que resvalem em questões de legalidade, de poluição visual, essas manifestações escritas não são desprovidas de significados; ao contrário, elas significam uma polifonia que é abafada pelas lógicas hegemônicas de comunicação. “Pichação como signo comunicativo integrado à cidade polifônica” (SPINELLI, 2007, p. 111) reforça a linguagem como sentimento, afeto e como elemento da ação comunicativa.

Quando Sarah Fontenele (2018) alerta para o silenciamento dos moradores da Boa Esperança, é dessa ausência de espaço para proferir vozes, tornar visível comunicacionalmente que ela se refere. O direito à comunicação previsto constitucionalmente – cidadania comunicativa formal (MATA, 2005) – está instaurado no texto jurídico, mas não se configura na totalidade, quase nunca no acesso à produção de conteúdo. Se faz necessário compreender porque o picho marca vozes, especialmente nas periferias brasileiras, e revela um direito à comunicação e à cidade que é violado.

Os pichos registrados ao longo da Avenida Boa Esperança marcam uma afirmação de território e de pertencimento. As insígnias ressaltam aos olhos para a luta que é travada pelos moradores da região e revelam um padrão estético de comunicação que está ligado à ancestralidade comunicativa daquela região. A propósito, *Lagoas do Norte, pra quem?* é pergunta repetida várias vezes ao longo da avenida e dos bairros que compõem a área atingida pelo PLN. “Essa relação com o bairro acompanha a pichação como um dado complementar e manifesta uma afirmação de pertencimento a determinada região da cidade” (SPINELLI, 2007, p. 114). É a partir dessa lógica de comunicação que busca visibilidade de direitos que o picho se prolifera por diversas partes da área atingida.

A iconografia do picho na avenida se figura como uma estratégia comunicativa de resistência tanto pelos vínculos simbólicos e históricos, como pela visibilidade de vozes insatisfeitas, atingidas por políticas públicas, por meios de comunicação que silenciam, quando deveriam compreender de forma holística as experiências e modos de vida daquela população. Os muros da Boa Esperança gritam, bradam, exibem dia e noite que a resistência está ali.

3.4.9 – Alimento

E se não há movimento social sem alegria, ele também não existe sem comida. O alimento é durante os encontros, atos, reuniões e oficinas importantíssimo na consolidação da integração dos militantes. O cheiro da feijoada imperava na casa da mãe de Lúcia, naquele dia 03 junho de 2018. Da mesma forma que a bacia cheia de melancia cortada e gelada foi um alento para todos quando voltamos da manhã inteira sob o sol ardente de Teresina, enquanto realizávamos uma parte do mapeamento das casas seladas no dia 10 de junho. A comida alimenta, mas também é aconchegante e revela afetos intransponíveis de outra forma, por isso nunca falta uma merenda enquanto é preciso resistir.

Assim como o picho, o alimento é pautado na integração dos sujeitos a partir da ótica do reconhecimento de si, da colaboração coletiva para armar uma boa merenda e do entendimento de que comer pode ser também um momento místico de recuperação das forças (literal e figurativamente) para seguir na resistência. A comida é um elemento da cultura, com marcas identitárias que processam atos comunicativos. “Assim, estando a alimentação humana impregnada pela cultura, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza” (MACIEL, 2005, p. 49). A comida compartilhada (**Figura 26**) expressa essa codificação simbólica e elementos comunicacionais que são adotadas pelos integrantes do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

Rocha (2010) explica que a comida é compreendida como um meio de comunicação porque é capaz de comunicar sentidos compartilhados pelos sujeitos compositores dos grupos sociais. Afinal, nos alimentamos para além de consumir nutrientes, comer tem uma simbologia. É simbólico chegar à casa de uma família afro-brasileira e comer feijoada, isso comunica muito mais do que apenas saciar a fome. Existe uma gramática de reconhecimento dos sujeitos de resistência que é pautada pela comida e pela organização em torno dela.

No compartilhamento da comida, o grupo de resistência processa e transmite formas simbólicas e uma linguagem única, que é compartilhada pelos sujeitos que fazem a roda para

comer. Comida é linguagem. Para Lévi-Strauss (2004), a cozinha é estruturada com elementos da linguagem, pela dimensão da cultura em que está incrustada e realiza o processo de integração entre a natureza e a cultura, o cru e o cozido. Essas relações são constituintes das estruturas sociais e consistem de uma organização particular a partir da visão que os diferentes grupos humanos possuem sobre a comida. A narrativa cultural da linguagem transposta por meio da comida estrutura as práticas de formação, organização das sociedades.

Figura 26 – Alimento



As frutas típicas e da estação fazem parte das reuniões, dos atos e protestos e funcionam como estratégia integrativa entre os sujeitos do coletivo de resistência. (Foto compartilhada pelo WhatsApp do coletivo).

O alimento como forma integrativa no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* resulta dessas formações e organizações sociais. Estão firmadas culturalmente como estratégias integrativas dos sujeitos resistentes, que mais do que comunicar as práticas dos mesmos, reforçam os vínculos de afeto e reconhecimento de si.

3.4.10 – Mapeamento

Os membros do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* realizam um mapeamento das famílias da área do PLN. Eles aplicam um questionário com os moradores da região (**Figura 27**), indo de casa em casa, conversando com os residentes e realizando as perguntas que constam na ferramenta de pesquisa. A intencionalidade da ação é conhecer o perfil das famílias atingidas, compreender as estruturas organizativas familiares, as características sociais, econômicas, religiosas e culturais dos moradores da região e construir dados que possam

institucionalizar a defesa pela permanência nas casas da região atingida pelo Programa Lagoas do Norte.

Figura 27 – Mapeamento



Os militantes realizam mapeamento da comunidade aplicando técnicas de questionário, para compreender como estão organizados e para entender o perfil socioeconômicos das moradias. (Foto: Thays Teixeira).

O questionário foi elaborado por um grupo responsável que está descrito na ferramenta de construção de dados: Chico, Fabíola, Lúcia Araújo, Novim e Stenny, e executado por 12 equipes, totalizando 36 participantes. A ferramenta é composta por um roteiro de perguntas que investiga o conhecimento por parte da família da retirada do local e como se dará esse processo. O questionário também pergunta sobre a ocupação de cada imóvel (quantidade de pessoas e famílias que vivem em cada um), tamanho do imóvel e área construída, título de propriedade ou não, e ainda um perfil socioeconômico e educacional dos residentes de cada imóvel.

É interessante observar o uso dessa ferramenta da pesquisa científica para a construção de entendimentos e organização das demandas assinaladas pelas famílias que resistem e não aceitam a retirada impositiva daquela região. Maldonado (2011b) explica que a cidadania científica é necessária para desconstruir os argumentos de autoridade que dão exclusividade da produção da ciência a somente cientistas formais. Compreender as características das famílias e construir dados sobre essa realidade faz com que o movimento de resistência tenha em mãos informações necessárias para discutir, demandar e exigir o cumprimento dos direitos em que são assistidos. Além disso, mostram como os elementos da ciência estão presentes no fortalecimento da consciência cidadão, da mesma maneira que possibilitam compreensões mais aprofundadas e complexas sobre a realidade que vivem e pela qual resistem.

Particpei do mapeamento das casas na região das Olarias (10 de junho de 2018) e a experiência é complexa. Estive no grupo de recenseamento com Chico Oliveira e Luzia Lago.

Muitos moradores são reticentes em fornecer os dados, se recusam em receber os entrevistadores. Outros tantos, recebem, conversam, expressam o medo de perder os imóveis em que habitam. Entretanto, o que percebi na ação foi que independentemente da postura assumida por algumas famílias (do desejo de sair ou não), o desconhecimento sobre o processo de retirada, das indenizações e da selagem das casas é evidente.

As famílias e seus sujeitos e sujeitas estão navegando por um rio obscuro, com as águas barrentas do Parnaíba que os avizinham. A dificuldade de acesso às informações e aos processos de como devem (ou não) acontecer as desapropriações é notória, quando da realização do questionário e das perguntas que constam na ferramenta investigativa. Os moradores, de forma geral, especulam como serão os imóveis, em que zona serão remanejados, mas não dão conta de detalhes mais específicos como tamanho, localização e possibilidades de trabalho. E muitas dessas especulações acontecem tomando como base as experiências vividas pelas famílias que tiveram suas casas desapropriadas na primeira fase do projeto.

O mapeamento, portanto, visa criar uma caracterização dessas realidades familiares no sentido de demonstrar a ausência de compatibilidades entre aquilo que o PLN estipula ser aplicado e o modo como vivem e se organizam as famílias atingidas. Alguns imóveis compartilham duas ou três famílias e são terrenos extensos, que não corroboram com as especificações dos apartamentos, por exemplo, que constam no projeto original. Os dados nascentes desse mapeamento tendem a evidenciar essas discrepâncias, justificando porque o movimento de resistência reivindica direitos viver na cidade, com suas características sociais, culturais, religiosas e econômicas conservadas.

As estratégias comunicativas que elencamos possibilitam o entendimento da organização do movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*, principalmente no que se refere às práticas sociais que constroem e processam elementos caracterizantes de uma cidadania comunicativa. A sistematização dessas estratégias, articuladas com os movimentos metodológicos abordados nesta tese, levou à elaboração de uma estrutura metodológica que pode viabilizar a consolidação e o entendimento de movimentos de resistência social em outros espaços e territorialidades.

3.5 Racionalidade metodológica a partir da cidadania comunicativa

A partir dos movimentos de investigação, considero que os processos de cidadania comunicativa dos sujeitos em resistência são percebidos em **figuras metodológicas** que consolidam a metodologia da resistência como estrutura organizada de pensamento e práxis.

Elas se arquitetam em ambiências midiático-comunicacionais específicas porque ressaltam uma complexidade de processos e se dão no intercâmbio dos espaços pessoal, digital e de objetos técnicos (LACERDA, 2016), reiterando um ecossistema comunicativo complexo que integra as percepções dos sujeitos, suas características sensíveis, suas práticas cotidianas e políticas, além do espaço em que vivem.

As figuras metodológicas são os esquemas lógicos construídos a partir dos sujeitos, da organização comunicativa popular e da compreensão de seus lugares e vozes na constituição do que é ou não ser cidadão, possuir direitos e deveres no âmbito da sociedade civil.

As figuras metodológicas, apresentadas a partir da metáfora do corpo que resiste e que constituem a metodologia da resistência, são:

- 1) **Resistência (cabeça)** → estruturada a partir da tomada de consciência cidadã, decorrente da práxis.
- 2) **Corpo coletivo (tronco)** → movimento de construção do espaço territorial e imaginário.
- 3) **Interfaces e suportes comunicacionais (pernas)** → remodelamento na estrutura e uso dos dispositivos comunicacionais
- 4) **Visibilidade (face)** → práticas que colocam a resistência no espectro da sociedade civil (pichações, grupos de pesquisas, documentários, fotografias, reuniões e lugares públicos, cadeiras nas ruas, páginas em redes sociais).
- 5) **Pesquisa comunitária (braços)** → utilização de técnicas de pesquisa para a compreensão dos anseios e demandas dos sujeitos que compõem o espaço de resistência. Integração com pesquisadores e centros de investigação.

A caracterização aprofundada de cada uma delas será apresentada no capítulo seguinte. Elas se organizam racionalmente para a constituição de um modelo de entendimento metodológico para a cidadania comunicativa a partir dos sujeitos resistentes.

4 - METODOLOGIA DA RESISTÊNCIA: proposta de uma racionalidade para a cidadania comunicativa

*“Tudo
Entre nós
Não tem fim”.*
(*Você gosta de mim - Raimundo Soldado*)

Este capítulo é uma organização metodológica resultante dos movimentos de investigação descritos ao longo dos capítulos anteriores, que buscam uma ordenação lógica para a compreensão e elaboração de pesquisas em cidadania comunicativa, ao passo que também apresentam um caminho viável para o exercício da cidadania comunicativa enquanto práxis. A metodologia apresentada neste capítulo propõe uma interface entre a esfera científica tradicional e a atuação dos sujeitos na elaboração, constituição e construção dessa esfera.

A metodologia para a cidadania comunicativa aqui exposta considera os sujeitos como atores (pesquisadores) da investigação científica e não como objetos ou elementos da observação. Ela é parte da cultura específica, dos grupos e comunidades, logo das suas regras e lógicas internas, como elementos caracterizadores daquilo que se pretende conhecer.

Considerando as perspectivas sobre os modelos de ordenamento do pensamento científico, compreendemos o método científico como resultante do processo histórico, das relações de sucesso e fracasso da ciência e das resistências dos sujeitos que operam ou não as comunidades científicas. A metodologia é entendida como sendo o conjunto de técnicas e associações de ferramentas, coerentes com a orientação da pesquisa que permitem a compreensão de uma problemática, mas também a estruturação de uma racionalidade que se forma e reforma na tentativa de compreender os processos do Homem e da Natureza e suas contradições (DESCARTES, 2012; KHUM, 1998; FEYERABEND, 1977; BACHELARD, 2006; MALDONADO 2008, 2011b, 2012; OROZCO-GÓMEZ:GONZALEZ, 2012).

A intencionalidade dessas estratégias é compor os mecanismos para a trajetória de constituição do que chamo de metodologia da resistência (a abordagem investigativa). Além das explicações sobre os caminhos metodológicos, trataremos da epistemologia do método científico em seus eixos teóricos, paradigmáticos e técnicos. Daí que nos parece importante uma discussão sobre os ordenamentos do pensamento científico, antes da apresentação da metodologia da resistência e suas figuras metodológicas. A metodologia trata dos caminhos percorridos para a constituição da cidadania comunicativa no âmbito dos movimentos de

resistência social e como eles podem ser compreendidos a partir dessa ótica e de suas dimensões.

4.1 A epistemologia da ciência e a elaboração do método

“O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão” (BACHELARD, 2006, p. 17). Em discussão sobre a estruturação da hipótese no pensamento tradicional da ciência, o autor apresenta uma discussão metodológica contestadora dos padrões de organização da ciência na contemporaneidade. A justificativa de Bachelard (2006) se dá no sentido de compreender porque a empiria absoluta não é o caminho único na constituição do pensamento científico, ao passo que o processo de constituição do conhecimento também se constrói pelo ensaio teórico entre aquilo que é possível compreender e como o real concreto se elabora.

A análise feita considera os múltiplos processos de organização da ciência e reverbera em um debate necessário na construção e desconstrução de paradigmas científicos. Ao entender essa abordagem progressista que intercala em níveis de relevância semelhantes a empiria e às discussões teóricas, Bachelard (2006) nos apresenta uma organização para o método científico que denomina de racionalismo aplicado. Esse é um dos preceitos assumidos nesta tese para a constituição do modelo metodológico que ensaiamos para a cidadania comunicativa.

A racionalidade da ciência não deve encontrar suas fortalezas e multiplicidades no âmbito exclusivo da experiência ou do idealismo teórico. “O pensamento científico necessita de uma realidade social [...]. Devemos, pois, instalar-nos na posição central do **racionalismo aplicado**, esforçando-nos por criar uma filosofia específica para o pensamento científico” (BACHELARD, 2006, p. 123). Nestes moldes, a compressão é de que a ciência não está desassociada da lógica racional e tampouco daquilo que acontece nas ruas – como é o que vemos sendo produzido pelos sujeitos na Avenida Boa Esperança, Teresina (Piauí) – no campo da experiência. A metodologia da ciência é teoria e campo.

O entendimento é que essa discussão filosófica da ciência provoca ranhuras na visão tradicional e coloca em evidência uma articulação de proposições que não deixa a metodologia dentro de um *bunker* absolutamente protegido. A abordagem é de que não é possível compreender o método como dissociado das investigações em que ele é empregado. Ao propor um modelo metodológico para a cidadania comunicativa, utilizo estratégias que partem dos próprios sujeitos (estratégias comunicativas de resistência, abordadas no capítulo 3), que em outra medida não seriam possíveis para compreender seus mecanismos e suas resistências.

A intencionalidade é distanciar-se dos catálogos de normas dos manuais científicos, ao passo que entender porque suas técnicas também podem ser aproveitadas e fazem composição com esse entrelaçamento entre a teoria e a experiência. “As ideias ordenadas, reordenadas e coordenadas no tempo lógico determinam uma autêntica emergência a memória” (BACHELARD, 2006, p. 119). O autor trabalha a memória empírica como um fator preponderante na epistemologia discursiva da racionalidade científica e revoga essa exclusividade da empiria e da razão.

Para Bachelard (2006, p. 121), é a dialética da razão e técnica que conforma ao racionalismo aplicado a sua contribuição mais profícua. “Em resumo, nem racionalidade vazia, nem empirismo desconexo, eis as duas obrigações filosóficas que fundamentam a estreita e precisa síntese da teoria e da experiência”. O formalismo científico não leva à produção do pensamento racional, mas ao seu enfraquecimento. “A pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidas pelo paradigma” (KUHN, 1998, p. 45). Isso nos leva a uma prática que enfraquece o papel da experiência na constituição da racionalidade da ciência quando abordada com o extremismo obrigatório de ser a única possibilidade, com o idealismo *idem*.

A postura crítica do racionalismo aplicado se dá justamente no sentido de questionar essas noções da ciência normal que não busca trazer à tona novas espécies de fenômenos, mas compreender somente aqueles que já se adequam ao paradigma institucionalmente aceito. O desenho epistemológico questionado é que é possível integrar os fenômenos com a teoria e não obrigatoriamente partir da exclusividade teórica para compreender as realidades, o real concreto. Dessa forma, o que planteio não é uma anulação das questões teóricas; mas ao contrário, parto da empiria para articular uma racionalidade metodológica para a práxis em cidadania comunicativa.

Essa racionalidade metodológica envolve dimensões que visam compreender os fenômenos comunicacionais na resistência social e como elas são parte responsável para o ordenamento lógico das estratégias utilizadas pelos sujeitos em resistência. O que se diz é que as abordagens da ciência perpassam pelas dimensões do discurso (dimensão teórica), da prática (dimensão técnica), do objeto (dimensão metódica), das questões filosóficas (dimensão epistemológica), conforme perspectiva defendida por Lopes (2016) para as metodologias de pesquisa em comunicação. A isso acrescento a dimensão da sensibilidade (SODRÉ, 2006), que diz respeito ao entrelaçamento dos sujeitos que fazem a investigação (investigadora e sujeitos em resistência).

As dimensões reiteram a lógica do racionalismo aplicado e expressam que a ciência, a metodologia da ciência não é um campo minado ao acaso, mas um espaço onde os fatos são construídos por processos históricos sincrônica e diacronicamente. Essas dimensões são condições *sine qua non* para a proposta metodológica que está sendo construída nesse espaço.

Quando abordo a bibliometria sobre resultados de pesquisas, textos de divulgação científica e a realização da pesquisa de campo, estamos intercalando essas dimensões e construindo fatos científicos para compreender determinados contextos, no caso desta tese da proposição de um modelo metodológico que parte da experiência interfaceada pela razão como elemento da produção científica. Da mesma forma que para Bachelard (2006), para Bourdieu (2002) o fato também é construído, constatado. Em outras palavras, não está dado no ambiente, sim resultado das articulações das dimensões da metodologia da ciência. Os dois autores assumem o racionalismo aplicado como base para a articulação dos seus quadros de referências de uma epistemologia da ciência.

Lopes (2016, p. 102) nos alerta para a tarefa científica de construir modelos que tentem compreender a experiência, “mesmo que essa construção seja sempre aproximativa, uma vez que o trabalho científico assenta sobre uma tensão, sempre presente, entre o pensamento formal e a experiência humana que pretende conceituar”. Tais tensionamentos são parte fundamental do processo científico, uma constituição dialética entre o discurso científico e o real concreto. Nossa proposta está consolidada sobre essa lógica dialética e das tensões que derivam dos movimentos de pesquisas que assumo neste estudo.

A racionalidade aplicada reporta a compreensão da estrutura científica em via de mão dupla, na relação entre o discurso científico e o valorativo da experiência. Esse é o ponto chave dessa compreensão filosófica da ciência. A nossa proposta é que essa mão dupla também aconteça no nível da sensibilidade, em que pesquisador e sujeitos sociais tenham clareza do posicionamento implicado no fazer científico e na resistência. “Veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes” (MINAYO, 2001, p. 21), ou seja, está fundamentada em ordem qualitativa, partida dos sujeitos e da organicidade epistemológica necessária quando abordamos fenômenos da realidade complexa.

Maldonado (2011b, p. 6) operacionaliza o conceito de cidadania científica para responsabilizar o campo científico como um espaço que também precisa se questionar saindo “da naturalização ideológica que separou a ciência do mundo social”. Essa perspectiva faz uma alusão aos dispositivos de exclusão científica que qualificam quem pode ou não fazer ciência, que somente aqueles que respondem a esses perfis configurados têm o direito ao pensamento

intelectual, a publicações, a partilha de saberes. Nesse cenário, a lógica democrática passa longe da esfera científica. E isso é tão evidente quando relatamos a resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. O projeto de política pública (PLN) é resultante de uma sequência de estudos ambientais, arquitetônicos e de engenharia – campos científicos – que não consideram os fatores antropológicos e sociológicos para a apresentação de soluções sanitárias para a região.

O distanciamento entre quem produz ciência tradicionalmente e o mundo social faz com que projetos de alteração urbana, ou qualquer outro tipo, fiquem isolados daquilo que realmente precisa ser feito, sem que isso viole as moradias, os espaços e desconfigurem os modos de vida e de subsistência de comunidades inteiras. Essa naturalização da ciência normal nos aproxima do comprometimento com os paradigmas e nos distancia dos sujeitos sociais, dos problemas extraordinários. Por esse motivo é necessário abordar uma ótica científica menos arrogante, sobre quem tem ou não condições de produzir saber. Ou seja, os sujeitos do movimento de resistência produziram pesquisa, saberes, conhecimentos e dados sobre sua própria realidade que foram amplamente ignorados pelo processo conduzido pela prefeitura no projeto PLN.

É interessante perceber o apontamento paradoxal que Maldonado (2011b, p. 8) exhibe em sua discussão. Que cientistas que estão no berço dos debates sobre a cidadania são os primeiros a corroborar com as herméticas e autoritárias posturas da ciência. Isso numa dimensão cidadã (revisada) é, na melhor das hipóteses, uma contradição. “O direito à liberdade intelectual criativa, ecológica e bem da humanidade” é um dos rastros indicados pelo autor para que possamos pensar em novas estruturas arquitetônicas para a produção do conhecimento científico.

Uma epistemologia do pensamento de modo profundo e estratégico é imprescindível para colocar em evidência prática aquilo que ele anseia para ciência cidadã. “A Epistemologia também deve ser compreendida e exercida como um recurso humano de trabalho social real, cotidiano, concreto, útil e prático em todos os campos do conhecimento, situando-se no empírico concreto” (MALDONADO, 2011b, p. 9). Assim, aponta sentidos metodológicos e estratégias (construção epistêmica e transmetodológica) que mesclam os saberes ancestrais populares, étnicos, regionais e científicos, em via de mão dupla, para a construção desses novos modos de pensar a produção científica e o papel dos recursos humanos dela.

Mais que ter uma metodologia para compreender objetos da ciência que tenham como razão de fundo a cidadania, a cidadania comunicativa e a resistência social, é preciso fundamentar desarticulações do pensamento científico como um campo de cima para baixo. Nossa proposta metodológica é horizontal. “[...] o comportamento revolucionário da ciência contemporânea deve reagir profundamente sobre a estrutura do espírito” (BACHELARD, 2006,

p. 125). O conhecimento tem uma história. “Ora, o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento”. O complemento de um pensamento é uma perspectiva de compreensão que ultrapassa os modelos tradicionais: cartesiano, euclidiano e baconiano, por exemplo.

A razão não pode subestimar a experiência, nem a experiência a razão. O caminho é construído pela intersecção dessas duas perspectivas de compreensão. Vê-se metodologia como uma perspectiva de organização do pensamento, da mesma forma que atua a resistência, que se articula em estratégias comunicativas para elaborar e reelaborar seus processos. “A pedagogia da razão deve, pois, aproveitar todas as oportunidades de raciocinar” (BACHELARD, 2006, p. 126). As metodologias, por mais variadas que se configurem nas diferentes ciências, parte de um método geral, inicial, reitera Bachelard (2006), que argumenta que o racionalismo aplicado em sua medida perturba o entendimento costumeiro que os filósofos da ciência possuem dela.

Nesse sentido, a metodologia da resistência que proponho faz a apropriação não somente dos usos, mas da racionalidade aplicada em torno deles, das experimentações possíveis, da confluência e confrontação em diálogos metodológicos de comunicação que são abordados nos movimentos resistentes, que é diretamente a noção de resistência abordada nesta tese. Resistência como sendo a confluência e confrontação dialógica. A partir da experiência, pensamos a racionalidade da resistência em cidadania comunicativa, enquanto é também da razão que compreendemos o ordenamento dessas experiências, afinal “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17). Ao apresentar um caminho metodológico, o que faço demonstrar essas lógicas e processualidades percorridas para a apreensão de determinada realidade, que junto se desenham as cosmovisões de que nos valem como pesquisadores.

4.2 As dimensões da metodologia da resistência

A noção de paradigma discutida pela ciência normal apresenta um conjunto de regras socialmente aceitas pelas comunidades de cientistas de determinado campo que dão conta dos problemas socialmente elaborados (KUHN, 1998). Essa perspectiva por um lado faz com que os problemas da ciência e suas formas de interpretação e análise fiquem delimitados exclusivamente pelo que é aceitável dentro do paradigma em evidência. Isso quer dizer que os problemas que não se adequam ou que não conseguem ser compreendidos pelo conjunto de normas vigentes não são tidos como problemas, pelo menos naquelas circunstâncias. Essa

análise da filosofia da ciência fechada sofre muitas críticas porque se fecha em normativas e não consegue compreender as complexidades da realidade social.

Nos fundamentamos em outra corrente de análise científica, uma mais contemporânea que consiga perceber não somente um paradigma, mas a existência de múltiplos e que algumas ciências se caracterizam por essa perspectiva da diversidade, o que faz com que problemas extraordinários (além do paradigma único) consigam ser observados, compreendidos e estudados (FAYARABEND, 1977; MINAYO, 2001; LAKATOS, 1978). É importante perceber em que medida as restrições e compreensões da epistemologia da ciência influenciam na forma como os métodos são estruturados e compreendidos. Em outras palavras, as cosmovisões mais abrangentes do pensamento científico nos permitem a compreensão de múltiplos contextos, ao passo que corroboram para o surgimento de modelos metodológicos também mais compreensíveis.

Isso não significa que elas não tenham as suas particularidades, que não sejam resultados de disputas de poder no campo científico – são exatamente isso – e também constituem nuances. Quer dizer que nenhuma forma de elaboração científica e conseqüentemente metodológica é absoluta, quando é totalitária, algo está muito errado e não responde às demandas das sociedades nos seus mais diversificados cenários. Por esta razão, é tão necessário pensar em distintas estratégias metodológicas que escapem desses regimes, observando os métodos não como uma arma, camisa de força, mas como possibilidades e caminhos percorridos para o entendimento de problemas do cotidiano, de problemas da sociedade (MALDONADO, 2012). Observa-se uma articulação cooperativa entre métodos provenientes de vários campos de conhecimento (transmetodologia) favoráveis para as compreensões necessárias e que elas não se restrinjam nem à participação dos sujeitos, nem se limitem a normativas exclusivistas.

A metodologia da resistência que proponho é resultante desses caminhos percorridos, da compreensão de que a ciência e seus métodos precisam chegar aos sujeitos e que eles possam ter espaço não somente como observáveis, mas que sejam integrantes do processo de compreensão e produção do saber, porque de fato é o que são. Então, a metodologia que articulo é resultante da compreensão de estratégias comunicativas de resistência que acontecem todos os dias nas ruas, avenidas e vielas da região atingida pelo Programa Lagoas do Norte, mas também em outros movimentos de resistência, na *Radio Libre* no México ou nos movimentos populares pelo direito à comunicação na Argentina e em toda a América Latina. É resultante de uma perspectiva de cidadania científica (MALDONADO, 2011b) que não se apoia num conservadorismo acadêmico, mas ao contrário, que acredita na ação libertadora e autônoma dos

sujeitos. Isso não significa ausência de ética, método ou responsabilidade científica, sim de corroboração com caminhos epistemológicos transformadores e menos soberbos.

A partir dessas compressões da ciência como um berço transmetodológico (MALDONADO, 2012) e de um espaço de racionalidade forjado na diversidade social e cultural dos grupos humanos que a metodologia da resistência articula as suas dimensões: teórica, técnica, metódica, epistemológica e sensível.

Na dimensão teórica, as noções de cidadania e cidadania comunicativa são necessárias para que tenhamos acesso aos processos de tomada de consciência cidadã e que se figurem a práxis nos contextos históricos e de suas contradições. A dimensão técnica nos apresenta as ferramentas possíveis para ascender a esses mecanismos de tomada de consciência para o exercício da cidadania comunicativa, assumindo o ato de resistir como ferramenta. A técnica é um elemento dos movimentos, que não é rígido e engessado, mas múltiplo e aberto nos contextos socioculturais. Na dimensão metódica, a transmetodologia se torna condição existencial, bem como a sistematização das estratégias comunicativas para resistir e seus complexos procedimentos de instituição. Na dimensão epistemológica, a metodologia da resistência questiona os processos tradicionais de entendimento do pensamento científico, reforçando o papel dos sujeitos na produção, consumo e distribuição dos saberes formais e não formais. E por último, a dimensão do sensível, em que a articulação da compreensão dos problemas, dos sujeitos e de suas demandas são fatores determinantes para a construção das práticas comunicativas da resistência e dos resultados que elas alcançam; eles são parte do que é reivindicado, reelaborado, desconstruído e reconstruído.

4.2.1 Dimensão teórica

Ao caminhar pela avenida Boa Esperança ou ao sentar no círculo em qualquer uma das reuniões do movimento *Lagoas do Norte, pra quem?*, percebo as noções da cidadania comunicativa como práticas sociais. E essa percepção acontece porque os sujeitos em resistência assumem de forma consciente a produção da cidadania a partir do protagonismo que possuem nas lutas sociais. Isso quer dizer que, em nível de experiência, os elementos teóricos estão presentes e constituem parte da organização da resistência. Escapamos da falácia burocrática da construção científica de que na experiência dos sujeitos não existem saberes teórico-sistematizados.

“E a teoria não pode ficar em argumentações particulares, ou micro, ela necessita fluir para estabelecer nexos com os problemas macro e as categorias filosóficas” (MALDONADO,

2011a, p. 38), quer dizer que a construção do pensamento científico não burocratizado, restrito a um centro de investigações ou universidades, passa pela experiência dos sujeitos em seus contextos socioculturais sem que isso coloque a empiria em um panteão sagrado. Ao mesmo tempo, as questões teóricas também são desmistificadas. A teoria está na textura da experiência.

Os saberes partilhados, a organização de momentos comunicativos que elaboram e reelaboram o conhecimento dos sujeitos fazem com que a teoria circule pelos movimentos de resistência, que ela possa fazer parte do entendimento das realidades, ao passo que fortaleça o discurso contra-hegemônico sobre quem são os proprietários dos saberes formais e como eles se ordenam. A partilha (estratégia comunicativa de resistência) corrobora para uma crítica sistemática ao senso comum disseminado nos modelos acadêmicos de produção científica.

Um aspecto crucial para a organização da metodologia da resistência é entender os elementos teóricos como berço da tomada de consciência dos sujeitos e que é por essa via que a cidadania se institui. Assim, entendemos que a teoria é basilar para o entendimento da cidadania comunicativa que assumem os sujeitos, da mesma forma que os processos teóricos são imprescindíveis para a organização e sistematização das racionalidades científicas transformadoras, e para a compreensão dos movimentos socioculturais de resistência.

4.2.2 Dimensão técnica

Reconhecer-se como um sujeito em resistência é assumir uma dimensão técnica para a produção dos movimentos sociais. Isso quer dizer que em nível de técnica, a consolidação da resistência não é burocrática, determinista, mas assume estratégias flutuantes que possam conceber múltiplas formas de ação e atuação transformadoras.

As técnicas não são meramente ferramentas, mas elementos que sistematizam os caminhos a serem percorridos pelos movimentos de resistência considerando os sujeitos, seus contextos e os seus saberes específicos, “[...] as habilidades, até mesmo as mais abstratas, têm início como práticas corporais [quanto a tese de que] [...] o entendimento técnico se desenvolve através da força da imaginação” (SENNETT, 2009, p. 20). Tais habilidades se articulam como táticas na construção dos saberes, de outras formas de vida, na estruturação dos movimentos e na socialização dos processos que sistematizam as experiências. Segundo Sennett (2009), a experiência e a corporeidade reforçam a perspectiva de uma racionalidade técnica na qual o sujeito se constitui a partir de processos prolongados, resultantes de aprendizados e repetições assumidas a partir da linguagem. “A prática deixa de ser mera repetição digital para se transformar numa narrativa” (SENNETT, 2009, p. 181). A técnica é, portanto, resultante do

acúmulo de experiência dos sujeitos, integrados ao ambiente material e histórico de que fazem parte.

Daí que “[...] a forma racional da ciência e da técnica, isto é, a racionalidade materializada em sistemas de ação racional teleológica acaba por constituir uma forma de vida, uma ‘totalidade histórica’ de um mundo vital” (HABERMAS, 2009, p. 55). Entretanto, saliento que a razão técnica não é entendida por nós como elemento limitante da práxis; do contrário, a práxis como articulação entre racionalidade e prática estaria submissa ao doutrinamento determinista da técnica. A crítica habermasiana é uma desconstrução da idolatria positivista da técnica, da qual concordamos, que refuta esse determinismo, ressaltando os processos teóricos e epistemológicos para o entendimento da ciência com um espaço conhecimento e transformação, não restritivo e desenvolvimentista.

Discutir os sistemas de pesquisa e a geração de conhecimento tecnicamente útil para as forças produtivas do capitalismo é procurar escapar dessas lógicas institucionalizadas, articular outras orientações possíveis para o agir. “A práxis só equivaleria ao agir instrumental, se a vida social tivesse se reduzido a uma existência em sistemas de trabalho social e de autoafirmação violenta” (HABERMAS, 2011, p. 36). Há violência no processo de luta de classes, a existência das classes já é um ato violento, todavia a resignificação abraçada pela resistência se vale do uso social das técnicas para produzir uma autoafirmação (autoconstrução da cidadania) não sedimentada sob a violência e as discrepâncias tradicionais de endeuamento da técnica.

“É claro que a gente sabe que a gente precisa da tecnologia, a gente precisa aprender a técnica, mas a técnica é tão, ela é tão excludente, as vezes é excludente e você que teve dificuldade, como é o meu caso, que eu aprendi a ler depois de velha” (OLIVEIRA, 2018, entrevista). Os usos das técnicas e dispositivos midiáticos para a produção de resistência e tomada de consciência dos sujeitos é um exemplo de como a tecnicidade pode ser desenhada sem o arranjo positivista, mas sob a ótica da consciência de que o processamento das técnicas é desigual. “A técnica está para produzir tensão operativa, experimental, para mostrar suas limitações, virtudes e potencialidades de reformulação” (MALDONADO, 2011a, p. 39), não vulgarizando ou deteriorando as problematizações científicas e seus aprofundamentos teóricos.

Essa percepção favorece a intencionalidade nossa em propor arquiteturas técnicas como estratégias básicas e necessárias, sem que isso transforme a metodologia da resistência em um manual utilitarista. Parto da racionalidade técnica, “do ofício da experiência” (SENNETT, 2009), que propicia uma compreensão do compartilhamento do conhecimento tácito acumulado para outros sujeitos, sem que isso anule os processos de um, ao contrário, que a técnica proporcione aprendizados e experiências nos diversos corpos. A lógica é que a dimensão técnica

atravesse os domínios pré-estabelecidos, as fronteiras. A dimensão técnica precisa das valiosas contribuições, dos experimentos, das vivências, das reformulações e dos entendimentos que se forjam na síntese entre a razão e as práticas dos cidadãos em resistência.

4.2.3 Dimensão metódica

“Todas as metodologias, inclusive as mais óbvias, têm limitações” (FEYERABEND, 1977, p. 43). Essa postura da lógica anarquista de ciência defendida por Paul Feyerabend é similar aos métodos e estratégias utilizados pelos movimentos socioculturais de resistência. Existe a percepção de que são necessários ordenamentos metodológicos para a construção das lutas sociais, para que seja possível a autoconstrução da cidadania e que as práticas sociais possam ser articuladas para gerar conquistas via resistência. Porém, são sensíveis a ordenação e reordenação dessas posturas metodológicas sempre que as demandas ultrapassam aquilo que estava instituído como rotineiro.

A dimensão metódica na metodologia da resistência pressupõe o pensamento estratégico e organizativo tomando como premissa as experiências, a ascensão a saberes tradicionais e comunitários e estabelecendo um conjunto de raciocínios produzidos pela interface sujeitos em resistência e investigadores. Postura que precisa ser assumida de forma responsável, ética, com rigor e vigilância epistemológica, o que reforça sua força explicativa, seus erros e limitações.

O entendimento é que o “método é uma proposta a ser confrontada conceitual e praticamente, na dimensão teórica e na realização concreta da pesquisa” (MALDONADO, 2011a, p. 39). Isso significa dizer que a reconstrução e a atualização das estratégias metodológicas, juntamente como o enriquecimento e fortalecimento delas, se figuram como mecanismos estruturantes da produção de conhecimento. A dimensão metódica na metodologia da resistência é construída a partir da significação e ressignificação das práticas e do espírito, em que não há instrumentos prontos que não são refutáveis quanto à pertinência.

A pertinência dos métodos parte da relação entre os elementos teóricos com as questões da técnica e seus procedimentos. Significa que a metodologia da resistência é pertinente com os processos de constituição da resistência, com as noções teóricas sobre a cidadania comunicativa e com as estratégias comunicativas para a tomada de consciência e visibilidade. “Propõe-se uma experimentação responsável e sistemática, que aproveite as novas condições de produção de conhecimento vinculadas às realidades digitais e suas potencialidades comunicativas” (MALDONADO, 2011a, p. 41) que se figuram como parâmetros nas rupturas de lógicas exibidas a partir dos movimentos de resistência social.

A metodologia da resistência tem um caráter aberto resultante de uma sequência de tomadas de decisão no decorrer do transcurso pesquisa (pesquisa da pesquisa, pesquisa teórico-sistemática, bibliometria e investigação livre de campo). É não tecnicista/dogmática, logo, refuta a aplicação automática de procedimentos sem a realização de tensionamentos e questionamentos sobre si. Ela enfatiza a responsabilidade do pesquisador em promover a legitimidade intelectual também dos sujeitos em suas atuações sociais, experiências e conhecimentos não formais, logo, é não academicista.

4.2.4. Dimensão epistemológica

Resistir é contestar os modelos sociais instituídos porque eles afetam diretamente os direitos do cidadão, colocando-os às margens das ações públicas e limitando as formas do exercício cidadão em sentido justo e igualitário. É imperioso para os mecanismos de transformação das nossas sociedades o reordenamento das lógicas de produção científica em sentido renovador, criativo e educacional, para que não sigamos reféns de ordens epistemológicas dominantes e restritivas de inventividade.

“Propor arquiteturas de dimensão científica nos nossos países é uma necessidade básica, estratégica, de mudança sociocultural” (MALDONADO, 2011a, p. 41), realizando a confrontação com os padrões paradigmaticamente instaurados e aceitos pelas elites acadêmicas e científicas. São compromissos para a consolidação de metodologias de caráter transformador das ordens vigentes, que fomentem as contribuições educacionais, experimentações multiparadigmáticas e modificações contundentes nas ações de socialização do conhecimento que é construído a partir de tais comprometimentos.

As nuances e reformulações das culturas locais mediadas pelos dispositivos comunicacionais impõem demandas diferenciadas em relação àqueles de caráter hegemônico, bem como de suas linguagens que constituem parte das dimensões do poder simbólico das comunidades. Eles se fazem revelar, articular e desarticular os fenômenos comunicacionais. “[...] Não de fala das culturas populares, para as quais não se pode falar de elaboração crítica e de processo de desenvolvimento” (GRAMSCI, 2010, p. 153), a luta pelo não silenciamento desses grupos acontece por meio da resistência.

Isso nos coloca diante de um cenário de complexidade para a apropriação dos conhecimentos de vários campos científicos, no sentido de assegurar da melhor maneira as interfaces comunicacionais e as performances sociais que estão impregnadas nas ações e práticas humanas. Tal compreensão permite a estruturação de concepções robustas e dinâmicas

sobre a produção de conhecimento e sua teorização de caráter epistemológico (MALDONADO, 2008), percebendo as multiplicidades que escapam dos modelos hegemônicos e seus fluxos pré-determinados.

São percepções sobre o mundo social que não negam a importância do papel da ciência ao longo do tempo histórico, porém exibem o outro lado da moeda, no qual não existe neutralidade e que a investigação defende interesses específicos. Não existe a produção de conhecimento de forma desinteressada, tampouco isolada de elementos de conflitos de poder. Somos cientes que a ciência normal é instrumental, fetichizada e resulta em instrumento ideológico de poder, manipulação e legitimação da sociedade dominante.

Na metodologia da resistência, a dimensão epistemológica se dá para a crítica sistemática desse modelo dominante. Estrutura sentidos axiomáticos que sejam contestadores desses regimes vigentes, que não abrangem o diferente, que restringem os mecanismos da inventividade e dos problemas extraordinários nas sociedades contemporâneas. A resistência é também epistemológica, porque trava disputas nos campos políticos, comunicacionais, de poder e simbólicos dentro dos ambientes da ciência e de suas métricas.

4.2.5 Dimensão do sensível

"O mundo está muito desencantado. Você ser uma mulher militante, negra, mãe solteira e tantas e tantas coisas que a gente já tem passado. Se a gente não mistificar alguma coisa, não acreditar, não encantar alguma coisa, como é que a gente vai viver?" (OLIVEIRA, 2018, entrevista). A pergunta que Lúcia nos faz é mais que uma indagação simples, eleva para a esfera do sensível a produção da resistência em movimentos socioculturais e coloca os sujeitos como elementos centrais da produção de qualquer saber, formal e não formal. Os elementos da sensibilidade das relações dos sujeitos em seus espaços fortalecem ainda mais as estratégias da resistência.

Não por outra razão, a alegria e o corpo de cada um dos militantes são instrumentos comunicativos e metodológicos para a produção da resistência. São essas estratégias que garantem a centralidade dos sujeitos na constituição sistemática da metodologia da resistência. O afeto é uma resistência. Na avenida Boa Esperança, nos atos, nas palavras de ordem, no alimento e nas experiências partilhadas é o afeto, a sensibilidade que colocam estes sujeitos em giro, na produção e autoconstrução de si, de sua cidadania e dos seus direitos a existir.

É o afeto uma das mais contundentes e vigorosas formas de interação e comunicação humana. O morador tem que se sentir parte do movimento. É o afeto e as estratégias sensíveis

(SODRÉ, 2006) que o integram nesse espaço de mobilização social, que afloram capacidades emancipatórias – tomadas de consciência e práxis cidadã – nestes sujeitos. Como é que a gente vai viver? Diante de tantos elementos de injustiça e marginalização das comunidades, é a comunicação afetiva e seus mecanismos de aproximação e integração que faz com que os militantes em resistência não saiam desmistificados. Isso não significa ilusão sobre a realidade em que se encontram, mas de fortalecimento dos laços coletivos. É como se vive.

Todavia, o ato de estar junto, de se sentir abraçado pelo movimento não se dá pelo aglomerado físico de individualidades dos sujeitos, e sim pela “sintonia sensível das singularidades” ou “vinculação humana na pluralidade do comum” (SODRÉ, 2006, p. 69). As estratégias comunicativas de resistência que figuram na dimensão sensível são as que aprofundam o enraizamento dos movimentos e que integram os sujeitos como parte desse ecossistema emancipatório, que o corporificam e que retratam a inventividade onde parece haver apenas amargor por medos de desapropriações.

A resistência é política porque questiona os modelos produtivos da ordem capitalista que produzem desigualdades estruturais, atirando os sujeitos em condições alheias ao que se compreende por cidadania. Entretanto, é pela esfera sensível que o sujeito compreende essa realidade – os corpos dos sujeitos sentem – e reage para a produção de outras Boas Esperanças, de outras realidades e formas de compreensão das realidades que não são as hegemônicas. A relação razão e práxis é mediada pelo sensível.

Na metodologia da resistência, a dimensão do sensível também é evidente na relação intrínseca entre os sujeitos da militância, os moradores e os investigadores. Sem as estratégias sensíveis, não é possível construir os caminhos que criticam de forma sistemática os modelos tradicionais da produção comunicativa, da ciência e da cidadania, tampouco na visibilidade por meio dos dispositivos midiáticos.

Diante das dimensões da metodologia da resistência é possível compreender a organização dos processos de resistência social, dos coletivos que se arquitetam sob essa ótica. O movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* se figura como um ponto de partida para a compreensão dessa organização metodológica, na articulação entre a compreensão teórica e da experiência, todavia esse esquema de racionalidade para a cidadania comunicativa pode ser elaborado e reelaborado em outros movimentos de resistência.

4.3 Corpo figurativo da metodologia da resistência

As dimensões de racionalidade que sustentam a metodologia da resistência apresentam um ordenamento lógico possível, expressando uma abertura no entendimento da cidadania

comunicativa para além de eixos – estruturantes em uma racionalidade cartesiana –, para fincadas numa racionalidade aplicada multidimensional, que consegue integrar a facetas da razão e da experiência para entender os meandros comunicativos que engendram movimentos socioculturais que resistem.

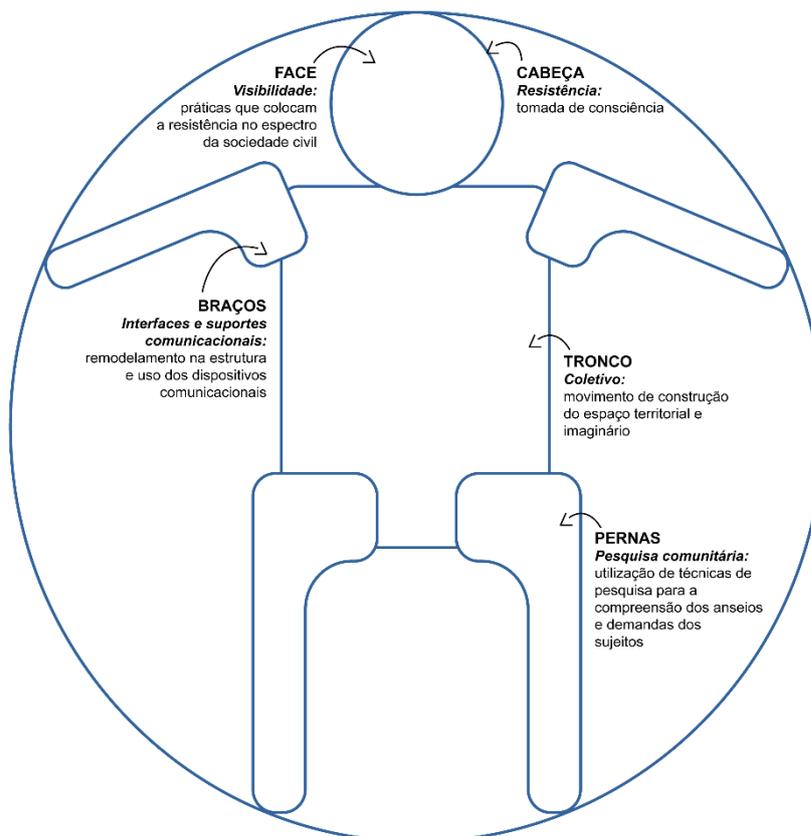
A metodologia da resistência é um corpo. Essa é a metáfora que acredito que explique o processo metodológico da constituição da cidadania comunicativa em movimentos de resistência sociocultural. Uma metáfora ontológica, que faz uso da analogia para trazer uma perspectiva abstrata ao âmbito concreto.

Metáfora vem do grego *metapherein*, que significa “transferência” ou “transporte”. Etimologicamente, é conformada por “meta”, ou seja, mudança e por “pherein” que quer dizer “carregar”. Em outras palavras, a metáfora é a transferência de sentido de uma coisa (os movimentos de resistência) para outra (metodologia da resistência em práxis cidadã comunicativa). Pensar a metodologia da resistência como uma metáfora do corpo é associar seus processos de ordenamento científico a partir da corporeidade que é assinalada nos próprios movimentos sociais de resistência.

Os resistentes do *Lagoas do Norte, pra quem?* usam seus corpos para produzir comunicação e isso é feito de forma literal quando ocupam espaços, mas também em seu sentido figurado quando fazem uso de estratégias comunicativas para resistir. Assim, a racionalidade aplicada na metodologia da resistência usa esse perfil arquetípico do corpo para explicar os processos do espírito e da prática. Então, o corpo da metodologia da resistência é múltiplo, formado por figuras metodológicas autônomas, mas integradas por um ente da razão. O esquema corpóreo expresso em círculo reitera a noção de figura, ao passo que concreta as intersecções em conjunto que as figuras metodológicas representam na constituição da metodologia da resistência para a cidadania comunicativa. Eles significam ciclos contínuos em uma autoconstrução da práxis cidadã comunicativa, também de maneira pictográfica se inserem as multidimensões que compõem a metodologia proposta.

O movimento circular é figurativo, significando as ações da resistência como múltiplas, sem fluxos unilaterais ou de cima para baixo. “A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico. A uniformidade, além disso, ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo” (FEYERABEND, 1977, p. 45). Essa afirmação quer dizer que é a multiplicidade o caminho percorrido pela perspectiva de metodologia que está sendo constituída.

Figura 28 – Esquema figurativo da metodologia da resistência



Fonte: Elaborada pela autora. Arte: John Willian Lopes.

Os fluxos da cidadania comunicativa da resistência são críticos e não se alinham com os padrões hegemônicos da produção da visibilidade midiática, estão na ordem da multiplicidade do processo produtivo da ciência.

A metáfora é para a maioria das pessoas um mecanismo da imaginação poética e do florescimento retórico – uma questão extraordinária da linguagem. Além disso, a metáfora é normalmente vista como característica da linguagem por si só, uma questão de palavras, em vez de pensamento ou ação. [...]. Nós descobrimos que, pelo contrário, a metáfora é generalizada na vida cotidiana, e não apenas na linguagem, mas em pensamento e ação. Nosso sistema conceitual, em termos de como nós pensamos e agimos, tem sua natureza fundamentalmente metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 3).

Isso significa que as metáforas são elementos figurativos que atuam como mecanismos que proporcionam o entendimento de uma realidade específica por meio do discurso que vigora. Elas são representações mentais de organizações verbais e de mecanismos que produzem sentidos e práticas sociais. Segundo Sardinha (2007, p. 143), a Teoria da Metáfora Conceptual “prega que a metáfora é, acima de tudo, uma figura de pensamento[...]. Por figura de pensamento, entende-se um modelo cognitivo que guia nosso entendimento do mundo em

geral”. Ou seja, as metáforas conceituais são mecanismos para a organização do mundo por meio de analogias que se utilizam para gerar significações.

A metáfora da metodologia de resistência como um corpo ressalta as representações mentais das organizações verbais nos movimentos de resistência, enfaticamente do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, expressando uma organização sociocultural que constrói sentidos e práticas a partir dos sujeitos, das suas mobilizações e ações comunicativas cidadãs. Isso quer dizer que parto de uma noção metafórica que entende essa figura de pensamento como capaz de processar experiências individuais, sociais e culturais, não da noção literária tradicional que atende aos mecanismos da retórica. A compreensão da metáfora a partir de uma perspectiva linguística dá ferramentas para compreender a linguagem como forma de significação do mundo; a linguagem como ação comunicativa.

“A sociedade é concebida na perspectiva participante dos sujeitos que agem, isto é, do ponto de vista do mundo da vida de um grupo social” (HABERMAS, 2012, p. 215). O autor explica que essa ação é orientada pelo entendimento (ação comunicativa) e nutre uma relação de dependência entre a interpretação cooperativa dos participantes da sociedade e as referências que estes possuem no mundo subjetivo, social e objetivo. Essa relação interpretativa decorre do sistema de referência articulado nos grupos sociais.

Ora, as ações comunicativas são decorrentes das formas que os sujeitos assumem para a compreensão e entendimento do mundo da vida, ou seja, como eles negociam a sistematização de seus discursos e práticas sociais. Diante disso, podemos dizer que a metáfora do corpo da metodologia da resistência consiste em uma organização desses sistemas de referência ordenados pela linguagem, numa representação do mundo da vida. “Podemos representar racionalmente o mundo da vida como uma reserva de padrões de interpretação, organizados linguisticamente e transmitidos culturalmente” (HABERMAS, 2012, p. 228), ou seja, a organização da metodologia da resistência como uma racionalidade das estratégias comunicativas para a práxis cidadã, por meio de uma metáfora do corpo é um exemplo desses padrões interpretativos. Pelo menos, uma representação deles.

Por isso é necessário entender a metáfora conceitual como um processo da cultura, mediado pela linguagem, pelo agir comunicativo. É por meio dos conceitos, da representação e da simbologia deles que os grupos sociais vão articulando suas formas de entendimento. “Seria mais correto dizer que toda experiência é totalmente cultural, e que nós experimentamos nosso ‘mundo’ de tal maneira que a nossa cultura está presente na própria experiência diária” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 57). Isso significa dizer que a representação metafórica é

possível porque os sujeitos reconhecem culturalmente os elementos que formam essas significações, sentidos e práticas.

Lakoff e Johnson (2003) argumentam que a relação dos sujeitos com o mundo físico influencia o modo como as sociedades realizam a conceitualização das suas práticas. Em outras palavras, o que se está dizendo é que a socialização faz com que nós tenhamos a necessidade de caracterizar o mundo físico por meio de conceitos que se constituem como padrões sociais de entendimento – as metáforas são formas de representar o mundo – das relações entre os sujeitos e suas práticas. Todavia, é necessário salientar que o propósito não é dar maior importância às relações físicas em relação às interações em seus distintos domínios, tais como social e emocional. A premissa essencial é que nós “tipicamente conceituamos o não físico em termos do físico” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p 58). Essa é uma justificativa de que a metodologia da resistência é um corpo, afinal, o que estou propondo é uma compreensão de um modelo metodológico que inter-relaciona os processos teóricos com os atos de experiência.

O corpo da metodologia da resistência representa uma sistematização das experiências comunicativas nos movimentos sociais que resistem e se constrói via sentidos epistemológicos que intercalam as referências em produção científica de comunicação e cidadania com as formas de organização dos sujeitos sociais que produzem a resistência. O corpo metafórico metodológico é um agir comunicativo que figurativamente expressa os caminhos percorridos, os processos dimensionais da compreensão da práxis cidadã e demonstra como é articulado um sistema social de legitimação de práticas sociais comunicativas de resistência.

Esse corpo metodológico é constituído por figuras que se intercalam de forma sistemática, explicando porque é possível pensar a aceitação das lógicas de conhecimento formais e não formais por meio de representações metafóricas. Essas figuras organizam essa sistemática e constituem dimensões de entendimento metodológico para a práxis cidadã comunicativa fomentada nos movimentos de resistência sociocultural.

Cada uma das figuras metodológicas de resistência é um elemento da práxis cidadã comunicativa, constitui e constrói os mecanismos de organização dos movimentos sociais em resistência e, de maneira integralizada, se legitima através da autoconstrução da cidadania. As figuras metodológicas de resistência são elementos autônomos da ação nos movimentos de resistência, porém são multidimensionais, multicontextuais e pontos estruturantes do todo. Elas se organizam de forma relacional, seus sentidos operam em conjunto, em circuito. As figuras podem ser compreendidas de forma isolada, podem estar presentes no movimento de resistência em maior ou menor grau, mas é em sentido integralizado que dão conta da sistematização da metodologia da resistência. Em outras palavras, as figuras explicam partes das práticas

comunicativas de resistência e, integradas, formam um corpo metodológico complexo que sistematiza experiências de cidadania comunicativa em movimentos de resistência, especificamente no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*.

4.4 Figuras metodológicas de resistência

As figuras metodológicas de resistência são dimensões sistematizadas das práticas comunicativas de resistência e visam expressar as formas de organização dos movimentos sociais para a produção, reconhecimento e fortalecimento da cidadania comunicativa em âmbitos da sociedade que é atingida pela desigualdade provocada no sistema hegemônico dominante.

Parto da perspectiva que metodologia da resistência e suas figuras agem no sentido de nortear, orientar e construir processos de investigação científica em diferentes níveis, não somente do formal, mas a partir dos sujeitos. Como explica Bonin (2012, p. 44), a dimensão metodológica atua “como uma instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que dão feição ao objeto do conhecimento, que se inscrevem em lógicas atuantes na captura e fabricação pensada deste objeto”. Dessa maneira, entendo as figuras metodológicas da resistência como essas instâncias do modelo de metodologia que apresento nesta tese.

Ainda que seja possível utilizar os norteamentos da metodologia da resistência em movimentos sociais firmados em diferentes contextos para além do que descrevo aqui, em virtude dos movimentos metodológicos da bibliometria e pesquisa da pesquisa que consolidam abertura aos contextos socioculturais de diversas regiões do Brasil e outros países, as figuras metodológicas de resistência em perspectiva experiencial que sistematizo partem das compreensões e das práticas comunicativas observadas e sentidas diretamente no movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* em Teresina, Piauí.

Esse é um preâmbulo necessário porque parto da compreensão de que as metodologias não são camisas de forças, não são ordenamentos rígidos, mas caminhos flexíveis para a compreensão de realidade complexas, escapando de um utilitarismo técnico. Isso significa dizer que a metodologia resistência busca uma ruptura com o senso comum acadêmico, ou seja, pode e deve ser manuseada pelos sujeitos sociais resistentes, está em processo de produção contínua (outras figuras podem ser incorporadas em detrimento dos contextos e dos sujeitos que resistem), especialmente porque as culturas comunicacionais e midiáticas estão em constante processo de mudança.

As figuras metodológicas da resistência são cinco: resistência, visibilidade, coletivo, interfaces e suportes comunicacionais e pesquisa comunitária. Elas também estão sistematizadas em conformação metafórica (são as partes do corpo) e organizadas para que a cidadania comunicativa se articule como uma prática social catalizadora das revoluções de pensamento (tomada de consciência), pelas quais os sujeitos em resistência alcançam o espaço de visibilidade na esfera midiática.

4.4.1 Resistência (cabeça)

Resistir é um ato político. É uma ação contestadora a um sistema capitalista que reafirma desigualdades e que não está pautado em justiça social. Marcar essa significação explica porque a resistência é um processo dos grupos sociais subalternos, que cotidianamente são invisibilizados. “A formulação da cidadania diferenciada no Brasil enfatiza ideologias de inclusão universal que na verdade mascaram – no sentido de tornar menos reconhecível – sua maciça distribuição desigual de direitos e recursos” (HOLSTON, 2013, p. 354). Essa distribuição desigual de direitos e recursos é contestada pelos movimentos de resistência e gera confronto social que desemboca na perspectiva insurgente de cidadania.

O movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* é um exemplo de resistência social pautada no resultado dessas desigualdades. A expressão “atingidos pelo Programas Lagoas do Norte” é um demonstrativo de como as desigualdades e a ausência de direitos efetivos estão tão presentes entre os sujeitos que habitam a região impactada pela política pública. Ao serem atingidas pelo PLN, essas pessoas não são contempladas pelo direito a cidade e a pertencer a específicos contextos territoriais e culturais. São retiradas de seus contextos para serem realocadas em outros espaços que não dão conta da multiplicidade de saberes e experiências acumuladas por elas ao longo do processo histórico.

Isso faz com que a confrontação seja o único caminho para validar os direitos desses cidadãos, que estão sendo usurpados. Logo, a organização social, a elaboração de estratégias de mobilização, a estruturação de formas de saber, a busca por conhecimento jurídico, político e comunicacional se figuram como sustentáculos para que esses cidadãos possam resistir de forma permanente aos desmandos históricos enraizados no paradigma da cidadania brasileira desigual. Existe o direito por escrito, que não chega a determinados lugares; e o direito pelo qual se luta, aquele que os movimentos de resistência buscam e porque deveriam ter.

Rebotar o conformismo paralisante é o dispositivo de que se vale da resistência para atingir a esfera da visibilidade. “Ser livre, portanto exige, saber detectar o que humaniza e o

que não o faz, bem como aprender a incorporá-lo na vida cotidiana” (CORTINA, 2005, p. 185) é uma perspectiva que aponta a liberdade como um mecanismo da autonomia, mas que só é alcançada quando de fato há produção desses elementos que constituem o sujeito autônomo e de direitos nas sociedades. A liberdade é, portanto, uma construção.

Desta maneira, entendo que a construção da liberdade do sujeito em condição subalterna acontece na resistência, quando este cidadão em condição desigual começa a elaborar e reelaborar suas práticas e razão para alcançar os direitos que lhe são negados, dentro de um contexto coletivo. “O ser humano somente adquire consciência de si mesmo por meio do outro ao desenvolver uma interação reflexiva, mediante a linguagem – da ação comunicativa – e em relação com e na construção do mundo” (SILVA; PIZA, 2010, p. 51). Portanto, a resistência é antes de tudo um tomar consciência de si, do lugar que estamos ocupando na sociedade civil e isso não acontece como um ato divino, isolado, solitário.

Nota-se, assim, que a tomada de consciência não acontece em um rompante, com uma ruptura radical, todavia está fundada na construção e reconstrução das práticas sociais que permitem a transição de elementos do plano do inconsciente para o consciente. Estar consciente do papel que ocupa na constituição da sociedade, dos elementos institucionalizados no estado de direito são usurpados, de como as vias legais não atingem determinadas classes sociais, de como cidadãos podem estar desprotegidos de tetos porque ocupam há muitos anos áreas urbanas que passam a ser de interesse do poder público para a especulação econômica, demanda tempo e construção articulada. As articulações conscientes e a construção de competência passam por processos educacionais formais, não formais e pela experiência dos sujeitos, suas vivências em movimentos sociais.

A práxis cidadã e a solidariedade se articulam quando se observa a necessidade de superar o assistencialismo presente na sociedade e ações que legitimam os projetos que não trazem mudanças efetivas. Nesse sentido, a solidariedade articulada com a práxis cidadã possibilita a criação de uma sociedade em que o sujeito político torna-se consciente das transformações geradas pelo seu trabalho (SILVA; PIZA, 2010, p. 51).

Estar consciente do seu lugar no contexto social, o significado do trabalho gerado pelo sujeito, o ato solidário de estar na coletividade reverberam nessas ações de tomada de consciência e atuam na constituição do cidadão, que autoconstrói a cidadania que não chega institucionalmente. A tomada de consciência é percebida nas ações dos sujeitos e sujeitas que efetivamente buscam uma sociedade mais justa e igualitária, em outras palavras, é na produção de insurgência social que os cidadãos expressam a consciência de si mesmo. “A cidadania da

práxis (promotora dos movimentos sociais) é a ação que gera a emancipação humana” (SILVA; PIZA, 2010, p. 55) e que articula os processos de organização social, suas práticas e estratégias.

No coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, a compreensão da cidadania como prática social mediada pela razão (práxis) revela as contradições e arcabouços ideológicos que se apresentam falsamente, acerca de um processo pedagógico permanente e contextualizado, e procura a transformação dos modelos hegemônicos frente a novos questionamentos históricos. “Eu me sinto cidadã porque eu produzo esse enfrentamento”, diz Lúcia Oliveira (2018), afirmando que é quando está na luta que sente a importância de resistir para que sua família não perca o lugar onde sempre viveu, que é na busca, no estar junto, nas tentativas de aprender a manejar as ferramentas digitais, aprender e ler novos textos, quando faz uma denúncia, quando grava um vídeo, que se sente parte de processos sociais de luta que tentam romper com os elementos da desigualdade social.

Entendo a resistência como uma figura central na consolidação da metodologia porque é através dela que a tomada de consciência do sujeito se firma e se organiza. Não estar consciente do papel histórico que ocupa na sociedade civil faz com que os cidadãos não produzam o enfrentamento necessário para a constituição de outras lógicas e ordenamentos sociais. Afinal, é impossível resistir diante de algo que o sujeito não consegue sequer compreender que existe, tampouco suas estruturas de funcionamento. A resistência é a cabeça dessa racionalidade que sistematiza uma metodologia para a cidadania comunicativa porque é ela que permite a tomada de consciência dos sujeitos e sujeitas e a percepção da cidadania em uma esfera participativa, elucidativa e propositiva.

4.4.2 Visibilidade (face)

As desigualdades sociais geram abismos entre os sujeitos e muitos vivem marginalizados de direitos. Quando tomam consciência desses marcos desiguais em que se encontram, produzem resistência para construir novos rumos históricos pautados na diversidade e na justiça social. A tomada de consciência proporciona aos sujeitos a produção de práticas sociais coletivas que os inserem em um campo de disputas, ao passo que os colocam presentes, que em outra medida não seriam vistos.

No *Lagoas do Norte, pra quem?* a discussão sobre como criar estratégias de atuação comunicativa para gerar visibilidade ao movimento de resistência é recorrente. Os sujeitos compreendem que sem esses mecanismos não é possível atingir determinados objetivos, muito menos manter a esperança de que poderão seguir vivendo no território urbano que sempre lhes

pertenceu. Como vimos, o coletivo utiliza estratégias comunicativas de resistência que consolidam suas práticas, os inserem no campo das disputas políticas e que engendram mecanismos de visibilidade que de outra maneira não seriam possíveis. E por que os movimentos buscam a visibilidade? “É para difundir suas posições, reivindicar, protestar, expressar sua própria visão da realidade e dos acontecimentos, exercer um direito (de comunicar), participar do debate político e pressionar para ter as reivindicações atendidas”. (PERUZZO, 2015, p. 42).

O uso das redes sociais, a partilha, as oficinas de formação, o alimento, o picho, o mapeamento, os protestos são estratégias que organizam o movimento de resistência, que sistematizam as experiências, mas que tem como pano de fundo central gerar visibilidade para o problema que essas pessoas estão enfrentando, com a retirada das casas e dos seus terrenos.

Dessa forma, há uma articulação consciente para que o movimento se organize no sentido de construir e ordenar a recorrência dessas estratégias para que a visibilidade do movimento de resistência permanente seja constante. Os sujeitos do Lagoas do Norte, pra quem desafiam o coro, organizando mecanismos que os colocam em diversos setores da sociedade civil para que não percam os rumos da luta e para que possam alcançar múltiplos espaços e apresentar suas vozes e suas lutas. Quando participam de eventos universitários, quando publicam artigos, quando produzem documentários, a intencionalidade dessas estratégias é ampliar ao máximo a visibilidade do movimento de resistência.

Dá visibilidade, porque agora eu parei uns dias, mas eu tava fazendo uns vídeos que eu vou até continuar por conta de que eu passei um tempo sem trabalhar, mas eu precisava trabalhar e arranjei esse trabalho, vai fazer um mês. E eu assim tô me organizando para continuar o que eu tava fazendo, mais que eu tenho o projeto do museu. Mas eu fazia assim, eu ia nas casas e eu filmava as mulheres dizendo o que você, eu dizia assim, fulano o que que você tem a dizer pro prefeito? Então, elas iam dizendo. As meninas elas iam dizendo, aí eu colocava e isso chega lá na prefeitura e aí eu via que isso daí incomodava demais eles (OLIVEIRA, 2018, entrevista).

A visibilidade dos sujeitos que tradicionalmente são invisibilizados gera incômodo, por isso arquitetar mecanismos para que sejam vistos é tão necessário. Mafra (2006, p. 46) sugere que “[...] tornar um tema visível é, antes de tudo, conferir-lhe existência. E essa é uma das condições para que um processo comunicativo seja estabelecido”, ou seja, quando os vídeos que Lúcia grava com o seu próprio celular circulam pelas redes sociais, ou quando os protestos virão pauta nos meios tradicionais de comunicação, eles incomodam porque atingem a esfera

pública midiática apontando um problema que parecia ser inexistente para sujeitos em condição de privilégio e para o poder público.

Tornar-se visível é um dos objetivos mais contundentes dos movimentos de resistência e do *Lagoas do Norte, pra quem?*, porque procuram o reconhecimento da situação desigual em que se encontram e fomentam a exigência de permanência e atenção às suas reivindicações emancipatórias. Dessa forma, ativam os mecanismos comunicativos da sociedade que fazem parte. Os múltiplos meios e ferramentas de comunicação têm se mostrado fundamentais e funcionais para a promoção da visibilidade dos integrantes do tecido social, corroborando para a construção de novos sentidos da visibilidade midiática.

A exibição discursiva na dimensão social gera repercussão, coloca as reivindicações do movimento de resistência na esfera pública, ao passo que corroboram para que os fluxos comunicativos sejam outros, além daqueles que dominam a esfera midiática tradicional. Além disso, a proposição de estratégias comunicativas alternativas corroboram para a construção de sentidos e práticas transformadoras que também geram a formação política e cidadã dos sujeitos que resistem.

Essas ações buscam reflexões sistemáticas para a promoção de uma vida cidadã comunicativa que “permite superar, quebrar a vivência e a concepção unidimensional que só reconhece os sistemas midiáticos comerciais, capitalistas, como melhor possibilidade de estruturação e realização social comunicativa” (MALDONADO, 2012, p. 25). Essa quebra de fluxo proposta pela visibilidade dos movimentos de resistência faz com que compreendamos as múltiplas possibilidades da produção comunicativa no âmbito da cultura midiaticizada. Ela problematiza e pensa esses ordenamentos culturais tradicionais e percebe novas ordens comunicativas e políticas que rompem com os silenciamentos dos sujeitos que vivem nas periferias, nos guetos, culminando em outras condições de produção simbólica.

A visibilidade é a metáfora da face (rosto) na metodologia da resistência. Ela é o mecanismo que coloca a tomada de consciência na esfera pública, que insere o movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* no campo midiático e que faz com que as estratégias comunicativas impliquem a produção de sentidos e práticas sociais junto aos resistentes. A visibilidade é mais que o ato de ser visto, é a possibilidade de produzir dispositivos comunicativos que coloquem as demandas dos movimentos sociais na esfera pública que ou o ignorava ou não conhecia a existência de tais reivindicações.

Assim, por meio de estratégias comunicativas que geram visibilidade, o movimento de resistência assume uma institucionalidade que de outra maneira lhe seria negada. Construir essa esfera midiática alternativa de forma consciente e racional é resultante da intersecção com a

tomada de consciência sobre resistir e que lugar se ocupa como cidadão em uma sociedade desigual e excludente.

A visibilidade é construída e constituída nos movimentos de resistência na tentativa de romper com a lógica capitalista que subalterniza sujeitos e os explora. Ao tornar-se visível, o *Lagoas do Norte, pra quem?* se institucionaliza como uma organização social e passa a ser trincheira no enfrentamento da política pública do PLN, da forma como está sendo aplicada no território da avenida Boa Esperança. Portanto, a visibilidade é a face do processo social que constitui a militância em resistência. Ela projeta para a esfera pública a organização social, as estratégias de atuação política, as habilidades comunicativas e de mobilização, as reivindicações e os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade. Como vimos, essas estratégias para a visibilidade são arquitetadas racionalmente no cotidiano do exercício da práxis e construídas no efetivo fazer prático dos sujeitos e sujeitas.

4.4.3 Coletivo (tronco)

O *Lagoas do Norte, pra quem?* é um movimento de resistência social que luta pela permanência dos moradores atingidos pelo Programa Lagoas do Norte. Um coletivo estruturado em diversas dimensões que fortalecem as relações comunicacionais para a formação de um território social, cultural e imagético que exhibe por meio da resistência as demandas cidadãs, o direito à cidade, o pertencimento e os impasses sociais derivados de uma política pública que afeta uma parcela da sociedade mais pobre.

Além de criar espaços de atuação política, o movimento social de resistência articula outros canais de comunicação tão necessários, principalmente em momentos em que o desgaste de representação atinge a maioria das entidades políticas, resultante da descrença social acerca da política institucional. O tronco que sustenta a resistência é a capacidade do movimento de construir esses espaços de significação e de fomentar a participação dos sujeitos neste âmbito. Isso quer dizer que é a ação coletiva – união dos sujeitos em torno de experiências e demandas semelhantes – que suporta a associação das práticas comunicativas de resistência.

Desta maneira, o *Lagoas do Norte, pra quem?* acessa as experiências e repertórios do passado como estratégia de percepção e os articulam nas ações presentes e futuras de elaboração e reelaboração da resistência sociocultural. Logo, o coletivo é um ente que sustenta as demais figuras metodológicas, porque é por meio dele que se arquitetam as ramificações para a visibilidade, para as interfaces e suportes comunicacionais, para a pesquisa comunitária, para a tomada de consciência, ou seja, para a resistência propriamente.

De acordo com Mesquita (2008, p. 180), os movimentos sociais não podem ser interpretados a partir de uma perspectiva unitária, mas sob a ótica de um conjunto de grupos interativos que pactuam ideias, interesses em comum, representatividade, resultando em perspectivas de identificação coletiva. “São, portanto, o resultado de processos de definições coletivas”. Quando o movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* intersecciona sujeitos de múltiplos grupos, de diversos setores, ele se estrutura na coletividade para conseguir mediar seus esforços de resistência e de organização e assim promover avanços no sentido de tornar suas demandas visíveis, arquitetar práticas de atuação política e de resistir enquanto cidadãos que não querem ser retirados de seus espaços de vivência.

É via coletivo que os sujeitos mediam seus processos de formação cidadã e que resistem, que repercutem suas condições de produção simbólica. “É um desafio central do atual momento histórico, a reestruturação profunda das concepções, hábitos, práticas e culturas midiáticas” (MALDONADO, 2012, p. 27). O coletivo é desafiador das individualidades do sujeito e se arquiteta a partir de movimentos múltiplos organizando-se de outra maneira que possibilite um entendimento negociado que não seja característico de um ou outro sujeito. Isso não significa anular a pluralidade, ao contrário, a ação coletiva:

Não pode ser explicada sem tomar em conta como são mobilizados os recursos internos e externos, como as estruturas organizativas são erigidas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas. O que empiricamente denomina-se de ‘movimento social’ é um sistema de ação que conecta orientações e propósitos plurais (MELUCCI, 1999, p. 38).

O coletivo é a parte densa e profunda da resistência, porque é por meio dele que as ações são elaboradas e reelaboradas no sentido de nos levar à compreensão dos mecanismos que alçam a visibilidade e porque umas e não outras práticas comunicativas de resistência são abordadas. Temos a pluralidade como uma marca do coletivo, temos a multiplicidade dos sujeitos e a heterogeneidade como fatores preponderantes na articulação e produção de práticas de resistência. Isso significa que o sujeito constrói o coletivo, mas também é resultado daquilo que a ação coletiva produz, é parte atuante na construção social da realidade dos grupos e comunidades e da sua visão de mundo.

Cortina (2005) afirma que o cidadão é aquele que goza dos direitos civis e políticos, mas também dos direitos sociais, e que quando ocorre o contrário, os papéis de mobilização precisam ser acionados para a produção de contextos que reivindiquem essas demandas, os direitos que lhes são negados. A organização coletiva, se dá, portanto, porque os cidadãos ficam

em condição de vulnerabilidade de direitos e incrementam em tom revolucionário a luta pela afirmação dessas seguranças em suas vidas cotidianas.

O coletivo se sustenta porque emaranha as sensibilidades dos sujeitos, a ausência de direitos que lhes são impostas pelo sistema capitalista e pela cidadania desigual brasileira (HOLSTON, 2013) e produz formas de enfrentamento para essas desigualdades, especialmente comunicativo. Assim, a cidadania comunicativa é uma ferramenta do coletivo para sustentar a estrutura de organização da resistência, ao passo que também é por via da ação coletiva que se estrutura para negociar essas práticas e colocá-las na esfera pública.

O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* se fortalece a partir da heterogeneidade que fomenta em suas articulações políticas, sociais, culturais e comunicacionais. Por isso é possível encontrar na resistência múltiplos sujeitos que negociam suas demandas, anseios e interesses e que projetam na coletividade ações resultantes dessas negociações (ação comunicativa – consenso pelo entendimento), desde atos a novos fluxos e estéticas de produção comunicativa, além da práxis cidadã em uma luta pela permanência.

4.4.4 Interfaces e suportes comunicacionais (braços)

O grupo no WhatsApp funciona diariamente. Os braços que vão às ruas durante os atos exibem cartazes resultantes de uma oficina de agitação e propaganda. Os muros registram o picho de indignação pela política pública que tenta arrancar uma comunidade inteira de um território. A página do Facebook exibe imagens e textos que questionam, que resistem e que articulam formação política. O documentário sobre a vivência das comunidades em um contexto desigual e excludente participa de um festival. Mais um filme está sendo exibido em local público para movimentar a comunidade com o lazer, mas também com pautas que geram a reflexão sobre a situação em que vivem. Essas são descrições rotineiras das estratégias comunicativas vivenciadas na região da Avenida Boa Esperança.

Os suportes e dispositivos comunicacionais e midiáticos estão entremeados no movimento de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Eles abraçam as estratégias de ação política e geram comunicação para que os resistentes militantes possam produzir seus posicionamentos, suas falas. Mais que espaços de fala, as interfaces e suportes comunicacionais fazem com que a produção de comunicação mude de mãos, saia do fluxo tradicional hegemônico e seja produzida também na periferia, em suportes que resvalam a transgressão que é forjada no seio dos movimentos de resistência social.

Maldonado (2012, p. 25) explica que a premissa da cidadania comunicativa acontece na problematização dos modos de vida das sociedades contemporâneas e na expressão deles. O autor acredita que é um passo imprescindível na vida cidadã comunicativa “[...] aquele que permite superar, quebrar, a vivência e a concepção unidimensional que só reconhece os sistemas midiáticos comerciais, capitalistas, como a melhor possibilidade de estruturação e realização social comunicativa”. Compartilho essa perspectiva de que é na esfera da vida cidadã comunicativa que os sujeitos expressam contextos midiáticos e comunicacionais de maneira sensível a realidade que os cercam e que em nada se assemelham aos que vemos estampando as páginas e telas das mídias hegemônicas tradicionais.

A premissa é que a cidadania comunicativa é capaz de construir e reconstruir, não de restringir os processos comunicacionais que vigoram no âmbito das comunidades, dos movimentos de resistência. A utilização dessas interfaces e suportes possibilita a constituição de estéticas diferenciadas de conteúdo comunicacional, articulam a comunicação popular a partir dos sujeitos que não ascendem à esfera midiática hegemônica e conectam os mecanismos de resistência na pauta comunicativa. A cidadania comunicativa e sua ambiência possibilitam entendimentos distintos a respeito da realidade social, intercalando características antropológicas, multiculturais e comunicacionais pertinentes aos sujeitos que a realizam.

Entendo essa figura como os braços do corpo da metodologia da resistência, em virtude da capacidade produtiva e de ação, enquanto também diz respeito a um fluxo contra-hegemônico que entende a comunicação e seus mecanismos a partir de uma ótica de horizontalidade. Na cidadania comunicativa, os processos de produção, distribuição e consumo dos bens comunicacionais e midiáticos são estabelecidos a partir do coletivo e das relações intrínsecas que se estabelecem no berço dos movimentos de resistência.

Camacho Azurdy (2005) entende que a cidadania comunicativa é a relação comunicacional que se estabelece entre os sujeitos sociais e os meios de comunicação, que possibilita a autonomia e o desenvolvimento das condições de vida. Essa é uma perspectiva possível quando escapamos dos meios de comunicação de massa tradicionais, principalmente. Ainda que o autor parta da possibilidade de existência de cidadania comunicativa em uma intersecção como os meios tradicionais – uma compreensão que percebo ser difícil em virtude das desigualdades de fluxos e da impossibilidade dos sujeitos em produzir comunicação nesses suportes –, acredito que essa forma de entendimento é perceptível quando a comunicação é aportada em meios e estratégias comunicativas alternativas, contra-hegemônicas.

Isso significa dizer que a produção comunicativa cidadã percorre o caminho da autonomia e das condições de vida dos sujeitos na tentativa de promover emancipação política

e práxis cidadã. A cidadania comunicativa estabelecida nas interfaces e nos suportes comunicativos da resistência assume bases reivindicatórias, contestadoras dos discursos dominantes e dos processos de produção que não dão conta da multiplicidade da sociedade e suas demandas. “Você faz uma mobilização, você faz uma coisa, você faz uma filmagem e coloca na rede social e você faz a denúncia. Então assim, as redes sociais são importantíssimas como instrumento de denúncia, de comunicação” (OLIVEIRA, 2018, entrevistas). A postura de Lúcia Oliveira nas redes sociais aponta essa possibilidade recorrente de produção de comunicação a partir da ótica da comunidade, ao passo que ressignifica os sentidos dos fluxos de denúncia, que passam a acontecer também pelas mãos dos movimentos de resistência, mas de forma singular, sem a leitura dos meios tradicionais.

Essas estratégias quebram a lógica recorrente no modelo midiáticos tradicionais, enquanto sustentam na resistência possibilidades múltiplas de compreender a comunicação e suas múltiplas facetas. Quando um morador grava vídeos de casas sendo derrubadas compulsoriamente¹³ e registra a ação violenta do poder público nas redes sociais, quem precisa dar uma resposta é a entidade pública que realizou a ação violenta de destruição, não a comunidade que perdeu suas casas. O fluxo comunicativo tradicional se inverte.

A intersecção de vários grupos na organização do coletivo que forma o movimento de resistência *Lagoa do Norte, pra quem?* possibilita a construção de espaços de produção de comunicação popular e jornalismo alternativo, nos quais é possível perceber mecanismos plurais de comunicação. É o caso do Ocorre Diário (<https://ocorrediarario.com/>). Na página, o coletivo Flores.Ser Comunicação realiza a produção de jornalismo alternativo e comunicação popular e as reportagens abrem espaço para que a comunidade em resistência possa fazer suas denúncias, discutir e opinar sobre os modelos de políticas públicas que são aplicadas na periferia das cidades.

A página Ocorre Diário é resultado dessas mobilizações de resistência, das estratégias comunicativas produzidas nos movimentos e figura como um elemento comunicativo que também resiste e tenta ressignificar os modos de fazer e produzir comunicativa e midiaticamente. O espaço funciona como um meio de comunicação alternativo que intersecciona assuntos e pautas, que em outras condições não ascenderiam aos meios tradicionais, porque não atendem aos critérios de noticiabilidade que reiteradamente repercutem nos meios hegemônicos. É importante perceber, que quando o *Lagoas do Norte, pra quem?* é

¹³ No dia 30 de outubro de 2018, casas foram postas abaixo por máquinas sem qualquer aviso prévio, na Rua 1 da Vila Apolônia. Os vídeos que circularam pelas redes sociais mostravam o desespero de famílias que estavam vendo suas casas irem ao chão.

tratado no Ocorre Diário, o fluxo das ações comunicativas são outros. Todavia, quando há o compartilhamento desses conteúdos nas redes sociais há uma institucionalização daquilo que está sendo exposto midiaticamente. Em outras palavras, o Ocorre funciona não só como um espaço de ressignificação jornalística, mas também como um ambiente que institucionaliza as vozes silenciadas do movimento de resistência mencionado e de outros que estão atuando na capital piauiense.

A organização das interfaces e os suportes comunicacionais de resistência fazem com que os movimentos não fiquem perdidos em um *looping* de produção comunicativa sem fluxo. Pelo contrário, permitem que os sujeitos saiam dos silenciamentos e reconfigurem as formas de ser e existir na sociedade. A cidadania comunicativa que resulta dessas articulações é uma prática social que está estabelecida na práxis cidadã. Essas confluências possibilitam conhecimentos, liberdades, capacidades produtivas e criativas, geram alegria, prazer e mistificam os espaços de resistência. Lúcia bem nos lembra, como é que se vive sem mistificar?

Desse modo, os braços das interfaces e suportes comunicacionais possibilitam a construção lógicas comunicativas abertas, geram nos sujeitos o entendimento que é possível pensar midiaticamente fora do espectro da comunicação midiática tradicional e que por meio desses suportes alternativos é possível acessar uma visibilidade não distorcida pelos filtros da comunicação hegemônica.

4.4.5 Pesquisa comunitária (pernas)

Por último, temos a figura que sustenta o corpo da metodologia da resistência, as pernas, a pesquisa comunitária. Maldonado (2011b) sustenta que a cidadania científica é fundamental para que não realizemos uma produção de ciência excludente. Entendo que a metodologia planteada por essa tese parte da produção e ressignificação que os sujeitos em condição de resistência constroem e como articulam estratégias comunicativas para a mobilização social, na elaboração de suas práticas e na tomada de consciência.

Isso explica porque a pesquisa comunitária é um sustentáculo para que se firme a metodologia da resistência. Compreender os mecanismos sociais da resistência via estruturas científicas possibilita entendimentos complexos dos meandros das desigualdades que contornam os sujeitos que estão nas periferias, que não ascendem aos direitos da forma como deveriam. Quando o movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* aplica um questionário complexo para entender o mapeamento das pessoas atingidas pelo PLN, estão produzindo conhecimento científico que geram fatos ordenados, derivados do rigor analítico, do uso de ferramentas da

ciência para perceber os processos de formação, territorialidade e perfil socioeconômico daquelas famílias.

Os resultados operativos dessas ações investigativas sustentam a fortaleza do movimento de resistência e revelam uma organização múltipla sobre a experiência social, sobre a militância política e da realização de pesquisa de forma comunitária. Eu tive a oportunidade de participar da aplicação dos questionários de mapeamento na Avenida Boa Esperança, na região das Olarias. O recurso metodológico é complexo, aponta métricas características do questionário e insere os militantes em um ambiente que os colocam em contato direto com os moradores atingidos. A pesquisa comunitária aproxima os sujeitos em resistência e, ao passo que possibilita a elaboração de práticas, resulta em uma compreensão mais complexa e profunda dos sujeitos, das comunidades que são atingidas pela política pública de reestruturação urbana. No caso do mapeamento realizado pelo *Lagoas do Norte, pra quem?*, busca-se entender exatamente as características dessas populações que o PLN deseja realocar e como os sujeitos são ou não alheios aos mecanismos utilizados pelo poder público.

O uso da ciência para a sustentação dos movimentos de resistência revelam como a transgressão das lógicas hegemônicas são contundentes nesses espaços de mobilização social. Sabemos que resistir é ato político, e quando ele bate à porta da produção científica como um sujeito atuante, e não apenas como objeto de pesquisa, percebo o reordenamento da lógicas nas múltiplas dimensões que se pretende a metodologia da resistência.

Produzir pesquisa comunitária é estar na contramão de uma lógica científica que percebe o saber somente de cima para baixo (MALDONADO, 2011b). Nesses direcionamentos, a investigação comunitária estratégica produz insumos necessários e suficientes para gerar argumentos para a discussão de uma outra política pública, de uma outra ação política porque está referenciada em ferramentas metodológicas para referir-se aos fenômenos sociais e concretos, aos fenômenos da resistência. Os argumentos da pesquisa comunitária são construídos de forma lógica, epistemológica e confrontam políticas públicas que hipoteticamente também devem estar respaldados em estudos técnicos e em laudos.

Mais do que isso, a noção de pesquisa comunitária também refuta o pensamento normalista da ciência que privilegia investigadores e cientistas. “A ideia anacrônica de pesquisadoras/pesquisadores como entes ‘superiores’, privilegiados pela sociedade, deve ser desmontada na dimensão teórica e ideológica” (MALDONADO, 2011b, p. 6). Ou seja, em uma perspectiva de confronto epistemológico questiona-se esse endeusamento dos produtores de ciência e, na vertente de uma metodologia da resistência, destaco o sujeito também como esse articulador, construtor de racionalidades de caráter científico.

Essas associações entre quem produz a ciência tradicionalmente e aqueles que são os objetos de estudos entram na berlinda com o desenvolvimento de pesquisas comunitárias que fortalecem os movimentos sociais de resistência, mas que também alteram os fluxos da produção científica historicamente estabelecidos. Elas rompem com a naturalização de quem está ou não capacitado para produzir cientificamente. Veja que a realização da pesquisa comunitária no *Lagoas do Norte, pra quem?* é realizada no coletivo, que integra cientistas e pesquisadores, assim como moradores e militantes que não desempenhariam tradicionalmente essa função nos movimentos ou na ciência.

As articulações da pesquisa comunitária acontecem também na esfera da produção científica das instituições. Isso significa dizer que os militantes que são pesquisadores também produzem análises e relatos de experiências que possibilitam a ampliação de vozes científicas sobre a realidade dos atingidos pelo PLN. Artigos científicos, pesquisas que resultam em teses e dissertações também são abarcados por essas pernas para estruturar e fortalecer a compreensão da comunidade em resistência sobre ela mesma.

“A cidadania científica, não obstante, não está configurada só de direitos ela é uma práxis humana; um exercício de criação; um jogo de experimentos mentais; uma produção artesanal, técnica e artística; um conjunto de culturas inventivas; uma realidade social de vida” (MALDONADO, 2011b, p. 8). É a partir dessas configurações que a pesquisa comunitária parte e que os movimentos de resistência incorporam os processos criativos, retóricos e metódicos na compreensão das realidades que vivenciam e de como estão arquitetadas as suas estratégias para resistir e para expressar sobre.

Quando incorporo as investigações comunitárias como as bases fundantes da metodologia da resistência, entendo que é essa perspectiva que sustenta as ações coletivas, que movimentam as interfaces midiáticas, que geram a tomada de consciência e conseqüentemente a visibilidade necessária para fazer com que um movimento social seja estabelecido. Essa racionalidade integra os processos da ciência, as ações comunicativas e metodologias para pensar os movimentos de resistência. A partir de si reiteram a capacidade integrativa que possui a metodologia da resistência e mais do que isso operacionalizam a dimensão epistemológica, que parte de uma ótica crítica dos modos tradicionais do fazer científico.

Os movimentos de resistência social precisam estar cientes desses atos de confrontação dos sistemas tradicionais e que elementos científicos também são necessários para que as vozes subalternas também ocupem esse espaço. Uma ocupação ativa, não exclusivamente como objeto de pesquisa. A resistência produz pesquisa, produz ciência. A metodologia produz resistência.

4.5 Dialogia da metodologia da resistência

A metodologia da resistência é dialógica, ou seja, é constituída pelo diálogo, pelo entendimento operacionalizado pela razão, pelos acordos e desacordos entre os sujeitos. “Simplificando, a narrativa linear segue em frente rumo a uma conclusão, enquanto que o encontro dialógico enfatiza o processo por si só” (SENNETT, 2015, p. 35). Isso significa dizer que a organização do corpo metodológico é sistemática, suas figuras atuam de maneira integradas, circulantes, em circuito relacional, razão pela qual os processos que geram têm maior densidade na compreensão de suas estratégias do que uma possível narrativa linear.

A tomada de consciência que se constitui por meio da práxis cidadã, resulta nessa compreensão dialógica da metodologia da resistência. Um entendimento necessário diante da complexidade das interações sociais. Aliás, a dialogia só existe no processo de interação social, quando o sujeito sai do âmbito individual e ascende a tomada de consciência possibilitada pelo conhecimento e compreensão que adquire nos espaços de diálogo, por meio da linguagem. Logo, o sujeito “se constrói na crise entre “equilíbrio” e “desequilíbrio”, num processo de interação com o outro e com o mundo da cultura, que é composto e refeito [...] pelo instrumental tecnológico” (GOMES, 2008, p.6), nunca uma ação solitária e distanciada do real concreto.

Portanto, a metodologia da resistência também se figura nesse espectro, em que os sujeitos e sujeitas assumem suas posturas conscientes e produzem práticas dialógicas para a circulação da práxis cidadã, articulando o instrumental tecnológico das ações comunicativas e midiáticas.

“A dialogia é fundamental na produção de sentido pela condição de elo pelo qual trafegam as ideias e se estabelece o contato fundamental para o ato de conhecer” (GOMES, 2008, p.6). Isso não significa que exista uma forma específica de produzir o conhecimento, tampouco de materializá-lo. Ele pode estar estabelecido nos mais variados suportes; dos livros as teses, estampados nos muros ou nas roupas, podem estar nos corpos que caminham durante os atos, nos cartazes e nas vozes que ecoam pelos microfones, também nas páginas de redes sociais, grupos deliberativos do Whatsapp, no alimento compartilhado. São esses mecanismos multifacetados, de amplas dimensões que produzem os sentidos e as práticas para a organização da metodologia da resistência, a partir da racionalidade da cidadania comunicativa.

Apresento, portanto, uma sistematização metodológica para a compreensão e constituição dos movimentos de resistência social, todavia vale a organicidade de atentar para os processos que compõem a metodologia da resistência. A sistematização que proponho não é um sistema fechado, em que as multiplicidades e diversidades dos sujeitos são desconsideradas;

ao contrário, ela é um caminho aberto para a compreensão dos sujeitos em resistência, para as percepções sobre as estratégias comunicativas que possibilitam a cidadania comunicativa como uma prática social.

A metodologia da resistência, portanto, parte do entendimento de que a vida social cotidiana é intrinsecamente complexa e constituída em narrativas igualmente complexas, que integram sujeitos e ambiências em tessituras diversas. As figuras metodológicas são processos organizativos e se configuram na dialógica resistência, não fora delas. Elas resultam, conseqüentemente, de percepções de complexidade dos coletivos sociais, das demandas que eles constroem de e para si. A metodologia da resistência é movimento que não nos tranquiliza. Pelo contrário, tem o propósito de suscitar ideias, de mover corpos, sujeitos e cidadania comunicativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Lógicas da resistência, cidadania comunicativa e a organização de processos metodológicos na constituição de coletivos sociais

*“Não venha me dizer que tá errado.
O meu certo, eu que faço”.*
(*Voo de Renúncia – Núbia Rodrigues*)

A organização desta pesquisa passou por percursos metodológicos que intercalam um recorte empírico estabelecido no coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* a compreensões teóricas e epistemológicas sobre o conceito de cidadania comunicativa, resistência social e práxis cidadã. Foram intersecções necessárias para a constituição da metodologia da resistência como uma racionalidade para a cidadania comunicativa, ao passo que para a sistematização dos processos que estruturam o entendimento metodológico proposto. Apesar das limitações inerentes ao processo de produção científica e particularmente desta pesquisadora, é possível perceber que alguns pontos foram avançados, especialmente no alcance dos objetivos operacionais propostos para este estudo. Destaco aqui o que considero esses avanços, enquanto também se figuram como caminhos abertos para futuros estudos, reforçando o caráter diverso e dialógico da produção de pensamento científico e os múltiplos sujeitos que fazem parte deste processo humano.

A cidadania comunicativa como prática social catalisadora da resistência resultante na constituição da práxis é o caminho percorrido pela tese para explicar como os coletivos sociais se organizam metodologicamente na produção de seus espaços de visibilidade midiática, reivindicações e necessidades. O coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* realiza processos e práticas comunicativas que elaboram sentidos e ressignificam o modo de operacionalizar a prática cidadã, e fomentam a tomada de consciência dos sujeitos diante da existência na cidade. Tais atributos podem ser percebidos em outros coletivos no Brasil, na América Latina e demais países do mundo. Isso implica o argumento de que a resistência é uma prática política dos sujeitos em sociedade que lutam pela visibilidade e redução das desigualdades.

Esse argumento resulta de uma articulação do conceito de cidadania, cidadania comunicativa e práxis cidadã. Perceber os mecanismos de constituição do conceito de cidadania é necessário para compreender a participação do sujeito na coletividade (HABERMAS, 1984, 2012) e a maneira como elabora e reelabora as demandas sociais, especialmente aqueles que se encontram nas classes subalternas, nas quais os resultados das desigualdades são fortemente percebidos.

A articulação dessa compreensão conceitual parte da intersecção de lógicas apontadas por Maldonado (2008, 2011a, 2011b, 2012, 2015), Mata (2005, 2010) e Camacho Azurduy (2001, 2005) que ressaltam em diferentes aspectos a relevância dos processos cidadãos na constituição das práticas e sentidos comunicativos. Parto deles, para entender como a cidadania comunicativa se figura nos movimentos sociais, reelaborando conceitualmente este elemento a partir de estratégias metodológicas e teóricas que interfaceam o pensamento científico e as resistências sociais. A organização teórico-sistemática deste estudo permitiu o entendimento do conceito de cidadania comunicativa a partir da ótica dos coletivos em resistência, resultando na compreensão que trabalho nesta tese, ou seja, na perspectiva da cidadania comunicativa como prática social que favorece a tomada de consciência cidadã e que articula espaços de visibilidade na esfera midiática via estratégias comunicativas de resistência.

Quando trato da cidadania a partir de uma ótica não institucionalizada, isto é, o sujeito em sua existência coletiva que também produz cidadania, considero o processo de formação social como elemento estruturante deste conceito (HOLSTON, 2015; MALDONADO, 2012; MATA, 2006; CAMACHO AZURDUY, 2005; CORTINA, 2005; HABERMAS, 1984, 2012). Isso significa que a cidadania não é exclusivamente uma pauta constitucional estabelecida pelo ordenamento jurídico e político, mas uma categoria que atua nas bases sociais, na comunidade, nos movimentos coletivos, “[...] por que a cidadania não é um meio para ser livre, e sim o modo de ser livre, e o bom cidadão é aquele que tenta construir uma boa polis, buscando o bem comum em sua participação política” (CORTINA, 2005, p.38). Portanto, ao tratar do conceito de cidadania para estabelecer um entendimento de suas multiplicidades, realizo um percurso metodológico para compreender como o termo não é um operador semântico discursivo no cotidiano das práticas sociais, todavia um elemento fundante das mesmas.

A cidadania é diversa em virtude da historicidade do termo, dos países que referenciam e dos processos culturais que se articulam diacrônica e sincronicamente. Isto é, não é possível compreender o termo de forma isolada, sem considerar o acúmulo de conhecimento que o circunda. Revisar os entendimentos teóricos e epistemológicos da cidadania proporcionou entendimentos sobre a cidadania na vertente brasileira e suas nuances, e nos dá condições de perceber suas características excludentes e desiguais. Por isso, se faz necessário tratar do conceito de cidadania de forma múltipla, tentando compreender como essa multiplicidade alcança os processos comunicacionais e resulta em práticas que favorecem a formação social e política dos sujeitos, tomada de consciência, revoluções de pensamento, ou seja, como produzem a cidadania comunicativa.

Este processo de entendimento teórico é percebido a partir de uma ótica crítica de posturas científicas normais, que colocam a ciência em um âmbito distanciado dos sujeitos e delegam aos investigadores um papel diferenciado. A cidadania comunicativa é também científica (MALDONADO, 2012), porque rompe com os processos que categorizam a experiência como algo diminuto, ou que não produzem elementos teóricos, ao passo que retira dos sujeitos e de seu coletivo o papel de objeto de investigação exclusivamente e os colocam também como protagonistas do processo de articulação, produção e desenvolvimento científico, “é preciso que as culturas sejam retratadas praticando a cidadania comunicativa, ou seja, que os indivíduos que de fato vivem determinadas culturas, ou situações, tenham lugar de fala, que possam expressar suas necessidades”, (MALDONADO; ALMEIDA, 2017, p.219). Ao propor o objetivo de refletir sobre como as estruturas teóricas da pesquisa em comunicação articulam a noção de cidadania comunicativa, percebo essas características transformadoras que rompem com a lógica tradicional da ciência, aquela de um espaço academicista e bancário.

A cidadania comunicativa dos coletivos de resistência acontece de forma articulada, organizada por meio da experiência dos sujeitos em coletividade e fundamentada em estratégias que resistem a argumentos excludentes. Ela se estrutura como prática social que faz dos movimentos de resistência espaços de produção de significados, de visibilidade e que contestam modelos institucionais que tradicionalmente silenciam sujeitos de classes econômicas mais baixas e que higienizam partes das cidades onde estes habitam. A insurgência debatida por Holston (2015) para a cidadania em matiz brasileira reitra essa ótica da prática social contestadora, bem como nos argumentos, sentidos, práticas e experiências sistematizadas nos movimentos sociais de resistência propriamente ditos.

O coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* se organiza de forma diversa, múltipla e insurgente no sentido de compreender como a diversidade de sujeitos, suas experiências e compreensões sociais da realidade podem produzir e potencializar estratégias de atuação social e comunicativas que geram visibilidade sobre o caráter impositivo do remanejamento proposto pelo Programas Lagoas do Norte. Os sujeitos e os seus corpos se organizam, compondo estratégias para além de si mesmos que geram negociações práticas, mas que também estruturam a resistência como um elemento de tomada de consciência para a práxis cidadã.

A cidadania comunicativa no coletivo estudado é prática social que fomenta visibilidade por meio das estratégias comunicativas de resistência e consolida arquiteturas metodológicas para a organização social e científica de movimentos sociais. Isso significa que a cidadania comunicativa é compositora dos coletivos de resistência, estruturando formas teóricas de

entendimento das realidades sociais construídas e compreendendo as mesmas a partir das experiências organizadas e vivenciadas pelos sujeitos.

Apresentar um panorama bibliométrico da investigação em comunicação em interface com a cidadania permitiu organizar sistematicamente modelos de entendimento metodológicos e estruturar um quadro analítico desses elementos. Entendendo a bibliometria como um processo de organização da informação científica, da sistematização de modos de compreensão da construção social do saber, tanto teórica quanto empiricamente (CAFÉ; BRÄSCHER, 2008). Essa visada panorâmica possibilita um aprofundamento dos mecanismos epistemológicos sobre a cidadania comunicativa, ao passo que corrobora para o contato com uma multiplicidade de formas de compreensão do conceito de cidadania e as estratégias metodológicas que são trabalhadas a partir dele, na intenção de perceber a diversidade de sujeitos e realidades sociais.

Tal panorama figura como um dos objetivos operacionais da tese e, mais do que tratar de uma sistematização de elementos metodológicos, coopera com a compreensão teórica da interface comunicação e cidadania. Considero o quadro de referência metodológico apresentado no capítulo 2 uma contribuição para a realização de outras pesquisas bibliométricas no campo da comunicação, especialmente porque categoriza métodos, técnicas e ferramentas que subsidiam a pesquisa em comunicação para além da interface comunicação e cidadania. O confronto teórico realizado com as publicações científicas, teses e dissertações permitiu problematizações, reformulações, estratégias de pesquisa que resultaram na construção do quadro de referência elaborado. A partir desse processo teórico-sistemático, a produção de dados quantitativos apresentou um cenário sobre os elementos observados, ao mesmo tempo que possibilitou o entendimento das arquiteturas metodológicas de pesquisas que discutem a comunicação e a cidadania.

O quadro de referência é resultante de problematizações entre a produção bibliográfica [referências teóricas articuladas: França (2016), Maldonado (2012); Orozco Gómez; Gonzalez (2012); Feyerabend (1977); Bachelard (2006)] sobre metodologia no campo da comunicação, observações teórico-sistemáticas e, por essa razão, os resultados são estruturados de forma organizativa para compreender uma multiplicidade de âmbitos investigativos em nosso campo de estudos. O quadro de referência analítico pode ser aplicado em outras pesquisas que buscam entender os traços metodológicos no campo da comunicação bem como se adaptado para a organização sistemática de estudos quantitativos bibliométricos que buscam a recuperação da informação em outras áreas do conhecimento. Isso reforça a intencionalidade da pesquisa em ampliar as formas de entendimento metodológico, resultando em análises de cenários que

demonstram um estado da arte na interface comunicação e cidadania, mas que não seja restritivo a somente essa interface.

Entendo o protocolo bibliométrico proposto como uma estratégia para perceber os meandros organizativos das investigações em comunicação. A contribuição dele para esta tese acontece quando possibilita o mapeamento da produtividade científica no período recortado para a análise, quantifica os processos metodológicos mais utilizados na interface comunicação/cidadania. Quando caracteriza as frequências de estratégias metodológicas, que em maior ou menor grau estiveram presentes na realização da pesquisa de campo, o protocolo colabora também com os trabalhos que seriam incorporados para a realização das análises em pesquisa da pesquisa (BONIN, 2009, 2012).

Tais percursos foram cruciais para o entendimento das práticas sociais comunicativas arquitetadas pelo coletivo de resistência *Lagoas do Norte, pra quem?*. Foram os movimentos metodológicos construídos ao longo da investigação que viabilizaram a elaboração e organização da metodologia da resistência como uma racionalidade para a cidadania comunicativa, tanto no sentido de como compreender os movimentos resistentes como no de produzir resistência social e práxis cidadã comunicativa. As análises dos processos metodológicos permitem uma caracterização das arquiteturas de produção científica em nosso campo, ao passo que possibilitam a representação gráfica de informações e diversidade de eixos analíticos.

A importância e frequência da pesquisa qualitativa na produção científica em comunicação e cidadania é evidente diante das análises bibliométricas, todavia também aponta que as métricas quantitativas ainda representam um recorte importante nos entendimentos sobre a área. Isso significa que a multiplicidade metodológica é um caminho a ser percorrido sempre que tratamos da cidadania comunicativa. As discussões transmetodológicas (MALDONADO, 2012) devem transcorrer no desenvolvimento das investigações que operacionalizam o conceito, ao passo que devem significar um rigor investigativo sem que isso anule a diversidade dos processos e práticas sociais dos sujeitos e de suas existências. Neste sentido, as contribuições de investigações qualitativas reforçam os espectros metodológicos de multiplicidade e diversidade para o entendimento de realidades sociais complexas, como os movimentos de resistência.

Incorporo análises de pesquisa da pesquisa para compreender como as investigações aprofundam os conceitos associados às metodologias desenvolvidas e em que medida os elementos quantitativos identificados na bibliometria dão conta dos processos da cidadania e da comunicação de maneira mais profunda. O exercício de pesquisa da pesquisa proporciona o

entendimento de algumas estratégias metodológicas no desenvolvimento de investigações científicas em distintos objetos e realidades sociais (BONIN, 2009, 2012). O que se percebeu com essa atuação analítica é que os mecanismos metodológicos precisam ser abertos para darem conta daquilo que está sendo analisado.

As arquiteturas metodológicas percebidas, construídas e desconstruídas atuam de forma sistemática na construção da metodologia da resistência. A propósito, é durante esse momento da investigação a cabo nesta tese que a noção de resistência aparece. Os estudos de Ismar Capistrano Costa Filho (2015) analiticamente trazem à tona as lógicas de resistência, que em maior ou menor medida são também percebidas nas práticas dos sujeitos do *Lagoas do Norte, pra quem?*. Também adoto as entrevistas com sujeitos como ferramenta para perceber as complexidades das práticas e os usos sociais assumidos na produção da resistência. Outro elemento metodológico que surge a partir da pesquisa da pesquisa é a vivência e atuação nos movimentos de resistência, percebido a partir da compreensão de que os fatos científicos são construídos e que a experiência é também um elemento que sustenta essa construção (BACHELARD, 2006). Estar presente e participar ativamente das práticas comunicativas de resistência possibilita a organização e sistematização das experiências e gera outras a partir de mim mesma, como parte integrante. A vivência se constitui na prática comunicativa de resistência da partilha.

É na associação entre os elementos teórico-sistemáticos, dos dados quantitativos bibliométricos e da pesquisa da pesquisa que alçamos os movimentos metodológicos para a vivência na pesquisa de campo. Uma câmera fotográfica, o gravador do celular, um diário de campo, a incorporação no grupo OPA do WhatsApp, caminhadas, manejo de programas de edição de textos, diálogos e rodas de conversas e observação direta foram dispositivos técnicos utilizados para a sistematização e construção da investigação realizada com o coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?*, na região da Avenida Boa Esperança, na zona norte de Teresina. Tais elementos proporcionaram, articulados com as discussões teóricas e a vivência nas práticas comunicativas, uma compreensão da cidadania comunicativa no movimento de resistência. Esses atributos corroboram no entendimento dos movimentos de resistência, quando associados a outras estratégias descritas neste estudo. Assim, é possível articular uma estratégia metodológica em pesquisa empírica – um dos objetivos operacionais –, que permite compreender o *Lagoas do Norte, pra quem?* e suas demandas a partir dos sujeitos organizados em resistência.

A vivência com o coletivo mencionado possibilita a arquitetura da experiência do movimento, organizada a partir das metodologias que os sujeitos estabelecem para realizar a

resistência, o que chamo de práticas comunicativas de resistência. É na sistematização dessas práticas que apresenta-se o movimento de resistência desta tese. A partir da compreensão delas, percebemos a cidadania comunicativa como prática catalisadora da tomada de consciência dos sujeitos para a práxis cidadã.

Diante dessas ações metodológicas, o *Lagoas do Norte, pra quem?* pode ser percebido. O coletivo se organiza como resistência para trazer à tona suas vozes, combater o silenciamento dos sujeitos e sujeitas que estão em vias de perder suas moradias em virtude da implantação do Programa Lagoas do Norte, em Teresina (Piauí), e demonstra como as demandas das comunidades coletivamente divergem das ações de políticas públicas que estão sendo propostas pela gestão municipal. O movimento se organiza para construir uma resistência, atuar de forma estruturada e permanente na defesa dos moradores e famílias que não querem deixar suas casas, onde vivem há décadas. É constituído pela diversidade de sujeitos e sujeitas: moradores, comunicadores, jornalistas, pesquisadores, padres, professores e pesquisadores. Os grupos se organizam no coletivo fomentando as práticas e compartilhamentos de experiências diversas que proporcionam a articulação da visibilidade social e midiática, práticas comunicativas de resistência, pesquisa e investigação científica.

O PLN encontra-se na sua segunda fase e atinge a população de 13 bairros da zona norte da capital do Piauí. Está pensado a partir da reurbanização das áreas das lagoas do norte da cidade, fundamentado sob o argumento dos riscos de inundação e de problemas ambientais. O programa é financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal brasileiro, com recursos oriundos do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), BM (Banco Mundial), além da contrapartida da Prefeitura Municipal de Teresina. O programa prevê a integração da região como zona turística, construção de parques e praças, remoção compulsória de moradores e construção de condomínios populares para as famílias que perderão suas casas.

Essas ações públicas são questionadas pelos moradores da região. Eles atuam coletivamente em resistência para permanecerem vivendo no território, contestando a intencionalidade desenvolvimentista e sanitaria do PLN, reforçando visibilidade e vozes que são silenciadas em uma sociedade em que a cidadania é excludente e desigual e na qual os meios de comunicação tradicionais não chegam, não como espaço de participação.

A articulação do coletivo *Lagoas do Norte, pra quem?* se dá por meio de estratégias e metodologias de atuação que conseguem integrar os sujeitos, gerando resistência como tomada de consciência cidadã e visibilidade social e midiática via práticas comunicativas. Dos sujeitos e seus corpos até a atualização de páginas em redes sociais existe um processo organizativo que

é sistematizado nesta tese por meio da caracterização de dez práticas comunicativas de resistência: Os sujeitos e os seus corpos; Alegria; Partilha; Redes sociais e dispositivos midiáticos; Projetos comunicacionais; Chamamento (panfletos); Protestos; Picho; Alimento e Mapeamento. Essa caracterização sistemática das experiências resulta das ações de vivência na pesquisa de campo associadas a outras tomadas de decisões metodológicas descritas pelo processo teórico, bibliométrico e de pesquisa da pesquisa.

Cada uma dessas práticas nominadas a partir da experiência dos sujeitos que compõem o coletivo são categorias possíveis para o entendimento dos processos comunicacionais e midiáticos que integram a resistência *Lagoas do Norte, pra quem?* e conseqüentemente para a percepção da cidadania comunicativa como uma prática social estimuladora das revoluções de pensamento pelas quais os sujeitos alcançam a visibilidade midiática. É por meio das práticas comunicativas de resistência que o coletivo se movimenta e integra seus saberes, cotidiano e luta por direitos, inclusive o de serem vistos como parte da sociedade.

Os sujeitos e os seus corpos integralizam o coletivo e colocam a resistência como uma tomada de consciência que não é conseguida na individualidade. Os corpos comunicam experiências e saberes que são coletivos, ao passo que mantêm a subjetividade de cada um. A alegria é o elemento integrador dos sujeitos e seus corpos. Sem alegria, o coletivo enfraquece, a resistência perde força. Ao partilhar, os sujeitos em resistência colaboram para o fortalecimento da diversidade de experiências. Quando fazem uso dos dispositivos midiáticos e das redes sociais, expandem suas demandas, ecoam as vozes a partir de si mesmos, elaboram estéticas e sentidos que não advêm das elites dominantes das mídias tradicionais. Os projetos comunicacionais possibilitam a elaboração de conteúdos que transgridem os modelos de bens culturais dominantes e atuam no fortalecimento da comunicação popular e alternativa. O chamamento coloca os sujeitos em ação, os sensibilizam para a participação na resistência. Os protestos ressaltam as reivindicações para as ruas e também geram pautas nos contextos comunicativos oligopólicos. O picho ironiza o silenciamento profundo das classes populares, de programas de políticas públicas que preferem anular contextos socioculturais e econômicos. O alimento que junta e repõe as energias para que os sujeitos possam seguir nos atos e lutas. E o mapeamento, que expressa como o conhecimento científico, é incorporado na compreensão das lógicas da comunidade, da resistência, e anuncia que a organização popular também irrompe com padrões da ciência normal e possibilita entendimentos em que a experiência produzida pelos sujeitos articula conhecimentos não somente da ordem do senso comum, mas epistemologicamente. A cidadania científica (MALDONADO, 2011b) é uma prática

estruturante e sustentáculo da resistência, especialmente no sentido de resistir a respeito daquilo que dizem sobre eles.

A partir dessas práticas comunicativas, sistematizo a metodologia da resistência como uma metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2003, SARDINHA, 2007), um corpo metafórico metodológico. A racionalidade para a cidadania comunicativa é construída por uma sistematização que apresenta elementos que podem ser compreendidos distintamente – as partes do corpo metodológico –, mas que têm funções vitais para serem executados de maneira articulada. As partes (figuras metodológicas de resistência) da metodologia da resistência têm sentido e ações distintas, todavia não podem acontecer isoladamente. Os braços não funcionam sem a cabeça, sem a face, e precisam das pernas para que possam ter um sustentáculo maior. Isso quer dizer que elas não acontecem sozinhas, são resultantes das articulações, práticas e produção de sentidos coletivas. O corpo metodológico de resistência é arquitetado em dimensões; teórica, epistemológica, técnica, metódica e sensível (LOPES, 2016; SODRÉ, 2006), reiterando na multidimensionalidade dos processos complexos da cidadania comunicativa vigente em movimentos de resistência.

A metodologia da resistência se figura a partir dessa articulação complexa de práticas comunicativas de resistência, que resultam na produção coletiva de visibilidade dos sujeitos em condições de vulnerabilidade social e exposição a políticas públicas abruptas, que não dialogam com os contextos, sujeitos e realidades que atingem. As práticas produzem ambiências midiático-comunicacionais (LACERDA, 2017), ao passo que também corporificam os sujeitos em resistência para a elaboração de si, das suas compreensões sobre o mundo e na arquitetura das experiências que compartilham e produzem. As práticas comunicativas são elementos metodológicos.

Propor uma metodologia da resistência é entender que os coletivos sociais se constroem em dimensões que podem ser organizadas sistematicamente, mas além disso que também se estruturam para produzir resistência. Em outras palavras, o que quero dizer é que o corpo da metodologia da resistência pode ser utilizado para compreender outros movimentos de resistência, para além do *Lagoas do Norte, pra quem?*. Ele também se estrutura para que os próprios movimentos sociais atuem na consolidação de lógicas de resistência que efetuam em seus contextos sociais.

Ao trabalhar a metodologia a partir das dimensões teórica, técnica, metódica, epistemológica e sensível, sistematizo as práticas comunicativas de resistência e suas reverberações em múltiplos eixos. Essas dimensões tensionam os processos de produção de resistência, questionam argumentos da ciência normal sobre a produção de saberes e coloca a

sensibilidade como elemento preponderante na práxis em cidadania comunicativa. São essas dimensões que operacionalizam a racionalidade da metodologia da resistência e sustentam a cidadania comunicativa como catalisadora de revoluções de pensamento que geram visibilidade midiática de sujeitos subalternizados.

Ao multidimensionar a metodologia da resistência, alcançamos o objetivo estrutural da tese de propor uma racionalidade metodológica para a cidadania comunicativa, enquanto sistematizamos um caminho para o entendimento de coletivos de resistência. As figuras metodológicas de resistência atuam nessas dimensões. Resistência, visibilidade, interfaces e suportes comunicacionais, coletivo e pesquisa comunitária são dispositivos do corpo da metodologia da resistência que a caracterizam, ao passo que também integram os eixos de atuação dos coletivos. Eles circulam nas múltiplas dimensões da proposta de racionalidade e fomentam a arquitetura metodológica.

A metáfora do corpo para a metodologia da resistência ambienta as dimensões, expressando como a sistematização teórico-metodológica pode ser percebida em contextos concretos e expressar sentidos aprofundados sobre os sujeitos que constroem a cidadania a partir de si, dos lugares que habitam e das violências simbólicas e reais que vivem diariamente. A metáfora trata dialeticamente sobre o real concreto da resistência e como existe uma racionalidade que o contorna e que é percebida pelas práticas que arquitetam e pelos próprios sujeitos que compõem a resistência.

Metodologia da resistência é uma proposta para o entendimento dos coletivos sociais que resistem às desigualdades e exclusões historicamente construídas nas sociedades capitalistas ao longo dos séculos. A resistência é forjada na compreensão de si, dos outros, das multiplicidades humanas e do espaço que habitam e vivenciam. É uma metodologia que parte da ótica comunicacional e cidadã para compreender que os sujeitos em condições desiguais se configuram por meio de experiências e organização social modos de questionar, contestar e de ser vistos como cidadãos de direitos, mesmo que haja todo um sistema tentando camuflar isso. Metodologia da resistência é uma racionalidade que atua como experiência no campo revolucionário e não nos retira as possibilidades de questionar, e que ao contrário, nos habilita para elas.

Espero que as arquiteturas metodológicas organizadas neste trabalho possam contribuir para a consolidação de ambiências de resistências nas diversas dimensões da sociedade. Que as figuras metodológicas organizadas em corpo possam fomentar coletivos de resistência sempre que grupos vulneráveis estiverem diante de ameaças. A metodologia da resistência somos nós.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.M. Prefácio. *In: SILVA, E.A; PIZA,S. (Organizadoras). Cidadania, que coisa é essa? A formação cidadã na universidade. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.*
- ARAÚJO, M. M. B. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina.** Trabalho bibliográfico. Teresina: UFPI, 1997.
- ARCHELA, R. S; GRATÃO, L. H. B; TROSTDORF, M. A. S. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. *In: Geografia.* Londrina: V.13, n.1, jan./jun. 2004.
- BACHELARD, G. **A epistemologia.** Lisboa: Edições 70, 2006.
- BAITELLO, N. Jr. **A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura.** São Paulo, Editora Paulus, 2014.
- BANCO MUNDIAL. BR Municipal APL: **Teresina Enhancing Municipal Governance and Quality of Life Project.** Washington: BM, 2008.
- BONIN, J. A dimensão metodológica na orientação de pesquisas em comunicação. *In: MALDONADO, A. E. et al (Organizadores). Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação.* Rio do Sul; Natal: UNIDAVI; Editora da UFRN, 2012.
- BONIN, J. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *In: Revista Famecos.* Porto Alegre, 2009.
- BOURDIEU, P. O fato é construído: as formas da demissão empirista. *In: BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. Ofício de sociólogo.* Metodologia da pesquisa na sociologia. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.
- BRAGA, J. L. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. *In: MOURA, C. P; LOPES, M. I. V. Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- CAFÉ,L; BRÄSCHER,M. Organização da informação e bibliometria. *In: Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008.*
- CAMACHO AZURDUY, C. A. Propuesta de un modelo de comunicación masiva para la construcción de ciudadanía en América Latina. *In: Signo y pensamiento.* Bogotá: Universidad Javeriana, 2001.
- CAMACHO AZURDUY, C. A. Democratización de la sociedad: entre el derecho a la información y el ejercicio de la ciudadanía comunicativa. *In: Punto Cero, v.10, n.10.* Cochabamba, 2005.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

- CARVALHO, J.M. **A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, C.P. **Por uma fé cidadã: a dimensão pública da Igreja**. Fundamentos para uma Pastoral da Cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CERTEAU, M. de. VII. Caminhadas pela Cidade; IX. Relatos de Espaço. *In: A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- COSTA FILHO, I. C. Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana Frecuencia Libre. *In: Anais da Intercom*. Rio de Janeiro, 2015.
- COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- DALLARI, D. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método; Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- DIÁRIO DE CAMPO. Thays Helensa Silva Teixeira. 15p. 2018.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FIORIN, J. L. A força da metáfora. *In: Língua Portuguesa*. São Paulo: ano 5, n. 63, jan. 2011.
- FOLETTTO, R. Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa. *In: Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, v. 1, 2016.
- FONTENELE, S. **Entrevista** gravada por Thays Helena Silva Teixeira. Teresina, 2018.
- FRANÇA, V. V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. *In: MOURA, C. P; LOPES, M. I. V. Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FRUTOS GÁRCIA, R. Indicadores mediáticos: herramientas para la participación ciudadana y el acceso a la información. *In: Vivat Academia*, 2015.
- GODDOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *In: Rev. Adm. Empres.* v.35, n..3 São Paulo, 1995.
- GOHN, M. G. Movimentos e protestos sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da mobilização política. *In: Política & Sociedade*. Florianópolis: v. 11, n.21, julho de 2012.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.9 n.1 fev., 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GREINER, C. **O corpo** – pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. **A Lógica das Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KHUM, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998.

LACERDA, J. S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais de internautas em telecentros de acesso público**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

LACERDA, J. S. Lógicas, práticas e vivências de cidadania em telecentros e Lan Houses na região metropolitana de Natal-RN. *In: Anais do XXII Compós*. Salvador: UFBA/Compós, 2013.

LAGO, M. L. **Entrevista** gravada por Thays Helena Silva Teixeira. Teresina, 2018.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. L. **As metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / EDUC, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mitológicas I - O cru e o cozido**. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2004.

LOPES, M. I. V. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação *In: MOURA, C. P; LOPES, M. I. V. Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

LOPEZ, D. C. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica.** Covilhã; LabCom Books, 2010.

LUGO-ORTIZ, L. Os jornalistas em Porto Rico frente aos fundamentos de sua profissão no século XXI. *In: Revista Informação e Comunicação.* São Paulo, 2012.

MACIEL, M. E. Identidade Cultural e Alimentação. *In: CANESQUI, A. M; GARCIA, R. W. D. (Organizadores). Antropologia e nutrição: um diálogo possível.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social.** Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

MALDONADO, A. E. Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. *In: Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* Natal, 2008.

MALDONADO, A. E. Premissas conformadoras de culturas científicas para a formação de investigadoras(res) em comunicação no contexto latino-americano de inícios do século XXI. *In: MALDONADO, A. E; BARRETO, V. S; LACERDA, J. S. (Organizadores). Comunicação, educação e cidadania: Saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina.* João Pessoa; Natal: Editora da UFPB; Editora da UFRN, 2011a.

MALDONADO, A. E. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In: Anais do XX Compós.* Porto Alegre: UFRGS/COMPÓS, 2011b.

MALDONADO, A. E. A transmetodologia no contexto latino-americano. *In: MALDONADO, A. E... et al. (Organizadores). Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação.* Rio do Sul; Natal: Unidavi; Editora da UFRN, 2012.

MALDONADO, A. E. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. *In: Intexto,* Porto Alegre: UFRGS, n. 34, set./dez. 2015.

MALDONADO, A., & ALMEIDA, R. Cidadania, integração e identidades culturais na América Latina. **Revista Extraprensa**, 10(2), 210-231, 2017.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In: MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, J. **A comunicação na educação.** São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos-políticos de su articulación. *In: Fronteiras – Estudos Midiáticos.* São Leopoldo, v.8, n.1, p.5-15, jan-abr, 2010.

MATA, M. C. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa.** Córdoba (Argentina): Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2008.

MIÈGE, B. **A sociedade tecida pela comunicação**: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamentos social. São Paulo: Paulus, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Organizadora). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTESINOS CONDO, R. A. Medios de comunicación y ciudadanía. *In: Revista Comunic@ccion*. Lima, Peru, 2011.

MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido (Capítulo 01). *In: MOUILLAUD, M ; PORTO, S.D.* (Organizadores). **O Jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar *In: PONTUSCHKA, N. N.* (Organizadora). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

OEI. Site. **Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura**. Madri, Espanha, 2018.

OLIVEIRA, M. L. S. **Entrevista** gravada por Thays Helena Silva Teixeira. Teresina, 2018.

OLIVEIRAL, W. F. Corpo, Comunicação e Cultura: a construção de pontes comunicativas entre o sujeito e o mundo externo. *In: Panorama*. Goiânia, v. 8, n. 1, p. 18-21, jan/jun. 2018.

OROZCO GÓMEZ, G; GONZÁLEZ, R. **Una coartada metodológica**. Abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias. México: Editorial Tintable, 2012.

PEREIRA, L. C. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina – Piauí. Dissertação de mestrado. (Mestrado em Antropologia). Brasília: UNB, 2017.

PERUZZO, C. M. K. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. *In: Conexão – Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul: UCS – v. 14, n. 28, jul./dez. 2015.

PINSKY, J. Introdução. *In: PINSKY, J; PINSKY, C.B.* **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2015.

PROSS, H. El proceso de comunicación. *In: BETH, H; PROSS, H.* **Introducción a la ciencia de la comunicación**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1990.

RAMOS, C. M. A. Grafite & pichação: por uma nova epistemologia da cidade e da arte Celia
In: Anais do 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais. Florianópolis, 2007.

REIN, R. Más allá del crisol de razas: los judíos argentinos, el peronismo y la lucha por un hogar multicultural. *In: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 2014.

ROCHA, C. P. V. **Comida, Identidade e Comunicação**: a comida como eixo estruturador de identidades e meio de comunicação. Covilhã: Bocc, 2010.

SAES, D. A. M. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *In: Revista Estudos Avançados* 15 (42). São Paulo: USP, 2001.

SANTAELLA, L. O corpo como sintoma da cultura. *In: Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. Vol. 1. N.2. São Paulo: ESPM, 2004.

SANTOS JR. Introdução. *In: SILVA, E.A; PIZA, S. (Organizadoras). Cidadania, que coisa é essa? A formação cidadã na universidade*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, S. F; SANTOS, C. K. S. Mulheres nos Terreiros da Esperança: resistência nos territórios e a comunicação em dialogicidade. *In: Anais do V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas*. Teresina: UESPI, 2017.

SARDINHA, T. B. Metáforas e linguística de corpus: metodologia de análise aplicada a um gênero de negócios. *In: Delta*. V.27: N.1, 2011.

SARDINHA, T. B. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.

SEGURA, M. S. **De la resistencia a la incidencia**: sociedad civil y derecho a la comunicación en la Argentina. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2018.

SENNETT, R. **Como viver juntos**. (Libreto). São Paulo/Porto Alegre: Fronteiras do Pensamento, 2015.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, A. C. M. **Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico de agência de informação**: uma visão a partir da rotina produtiva da Adital. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia. UFRN, 2015.

SILVA, E.A; PIZA,S. A formação cidadã na perspectiva do educador e do educando. *In: SILVA, E.A; PIZA,S. (Organizadoras). Cidadania, que coisa é essa? A formação cidadã na universidade*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOS CORPO. Site. Instituto Feminista para Democracia. Salvador, 2017.

SPINELLI, L. Pichação e comunicação: um código sem regra. *In: Logos 26*: comunicação e conflitos urbanos. Rio de Janeiro, ano 14, 1º semestre 2007.

SPOSATI, A. et. al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2003.

TERESINA. Prefeitura do Município. Secretaria Municipal de Planejamento. Programas Lagoas do Norte: **Marco de Reassentamento das famílias e imóveis afetados pela implementação da 2ª fase do PLN**. Teresina: SEMPLAN, 2014.

TERESINA. **Programa Lagoas do Norte**: marco de reassentamento involuntário. Prefeitura Municipal de Teresina, 2007.

VASQUEZ, A. S. **Filosofía de la praxis**. Ciudad de México: Grijalbo, 1980.

VEREZA, S. C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitiva – discursiva. *In: Linguagem em Discurso*, v. 7, nº 3, set/dez 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado pelos integrantes do movimento Lagoas do Norte, pra quem?

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA
Movimento: LAGOAS DO NORTE PRA QUEM?

MAPEAMENTO DAS FAMÍLIAS DA ÁREA DO PLN - I ETAPA DO MAPEAMENTO

FOCO: 1.200 FAMÍLIAS DO DIQUE
GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL/COORDENAÇÃO: CHICO, FABIOLA, LUCIA ARAUJO, NOVIM E STENNYU
EXECUÇÃO: GRUPO DE PESQUISAÇÃO: 12 EQUIPES - 36 PARTICIPANTES
PERÍODO DE EXECUÇÃO: FEVEREIRO A MARÇO/2018

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SOBRE RETIRADA DO LOCAL

A FAMÍLIA FOI INFORMADA PELA PREFEITURA SOBRE A SUA RETIRADA DE SEU LOCAL? SIM () NÃO ()
A FAMÍLIA CONCORDA COM A SUA RETIRADA DESSE LOCAL? SIM () NÃO () SEM CONSENSO ()
EM CASO DE RETIRADA DO LOCAL, A FAMÍLIA TEM CONHECIMENTO DE COMO RESOLVIDO? NÃO () SIM () SERÁ IDENIZADO() RECEBERÁ O/

O IMÓVEL

RUA/AVENIDA: _____ CEP: _____
NR: _____ BAIRRO: _____
TAMANHO APROXIMADO DO IMÓVEL: _____ ÁREA(S) CONSTRUÍDA-APROXIMADA: _____
TEM DOCUMENTO DO TERRENO? NÃO () SIM () QUAL(IS): _____

Ocupação do Imóvel

RESIDÊNCIA () TRABALHO () RELIGIÃO ()
TEMPO: RES _____ TRABA _____ RELIGIÃO _____

Nº CASA	Nº FAMÍLIAS	Nº PESSOAS	OUTRAS QUESTÕES
1			
2			
3			
4			

PROPRIETÁRIA(O) DO IMÓVEL

NOME COMPLETO: _____ CPF: _____

PERFIL DA FAMÍLIA RESIDENTE/RESPONSÁVEL PELO IMÓVEL

GERAÇÃO: Nº CRIANÇAS () Nº DE JOVENS () Nº ADULTOS () Nº DE IDOS@A ()
GRAU DE INSTRUÇÃO: Nº NÃO ALFABET () Nº ALFABET () Nº FUNDAM INCOMPLETO () Nº FUNDAM COMPL ()
Nº ENSINO MÉDIO INCOMPL () Nº ENS. MÉDIO COMPLETO () Nº SUPERIOR INCOMPL () Nº SUPERIOR COMPL ()
ETNIA/RAÇA/COR - COMO SE IDENTIFICAM: _____

GÊNERO: Nº FEMININO () Nº MASCULINO ()
RENDA FAMILIAR: ATÉ 1 SM () ENTRE 1 E 2 SM () ENTRE 2 E 5 SM () ACIMA DE 5 SM ()
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA(S): Nº () - TIPOS: _____
PROFISSÕES/OCUPAÇÕES NA FAMÍLIA: _____
QUAIS PARTICIPAÇÕES RELIGIOSAS: _____
RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA: _____
PROFISSÃO: _____
RG: _____ DATA NASCIMENTO: _____ CPF: _____
ESTADO CIVIL: CASADA/O () UNIÃO ESTÁVEL () SOLTEIRA/O () VIÚVA/O ()
COM QUEM ESTÁ CASADA(O)/UNIÃO ESTÁVEL: _____ DATA NASCIMENTO: _____
CONTATOS: _____ E-MAIL: _____

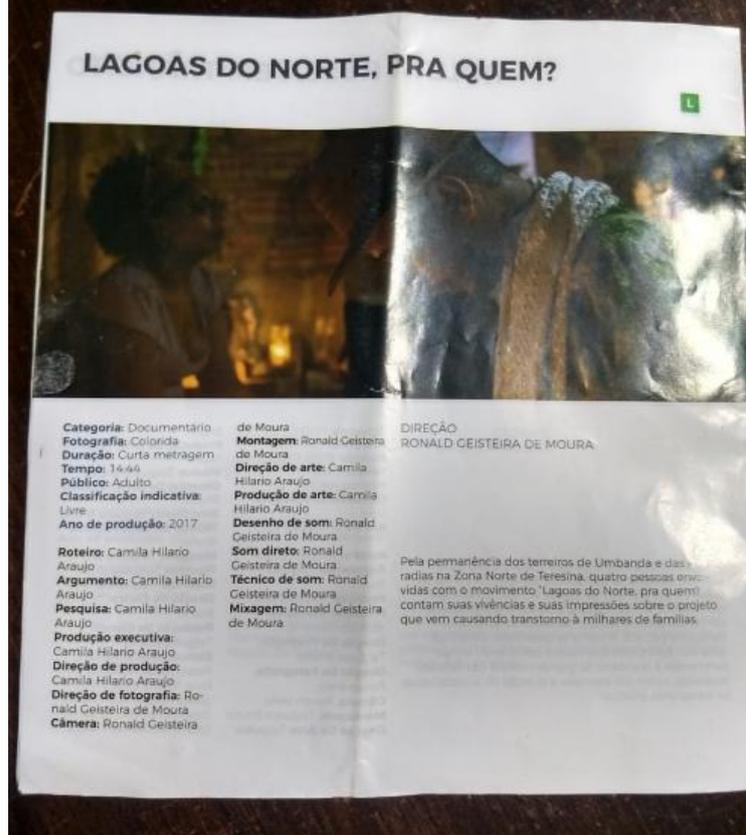
observações: _____

ASSINATURA RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA

DATA DO MAPEAMENTO: ____/____/____

RESPONSÁVEL(S) PELA PESQUISA
NOME COMPLETO: _____ INSTITUIÇÃO _____
NOME COMPLETO: _____ INSTITUIÇÃO _____
NOME COMPLETO: _____ INSTITUIÇÃO _____

ANEXO B – Documentário Lagoas do Norte, pra quem? na programação da 2ª Mostra Sesc de Cinema – Teresina – Piauí



ANEXO C – Informativo redentorista da OPA Regional

INFORMATIVO REDENTORISTA VICE PROVÍNCIA DE FORTALEZA

CEARÁ/MARANHÃO/PIAUI, ABRIL E MAIO DE 2018 - ANO III EDIÇÃO X

OS NÃO DITOS DOS GOLPES

Quem quiser encontrar a natureza dos golpes de Estado, não a cace nos livros de direito nem na mídia empresarial. Vá até à luta de classes, vasculhe os interesses em disputa, e achará o que procura.

À sombra de grandes generais e civis golpistas, há sempre um projeto político-econômico que se impõe contra o povo. Em 64, o intuito primeiro do golpe foi bloquear a implementação das Reformas de Base populares do governo Jango e eliminar os movimentos que as defendiam. Hoje em dia, já se sabe que o vampiro é sanguessuga de direitos da classe trabalhadora, não por sua codificação genética, mas por ser "neoliberalista", porque assim o são seus patrocinadores.

Lógico que a mídia da burguesia esconde os reais motivos por trás das "boas intenções" propaladas por seus homens de bens. A mesquinhez capitalista não é *photoshop*, é real! Vem da estrutura social que a mesma mantém e se mantém com o uso de balas de chumbo, de borraça e de açúcar. Imagine o JN noticiando uma verdade verdadeiramente verdadeira: "O sucateamento dos serviços públicos de saúde faz parte de uma estratégia para conferir aos planos privados, patrocinadores do governo de plantão e também nossos, a adesão de um número ainda maior de vítimas. Durma com essa, otário! E boa noite!" Há quem chame de "absurda" toda manipulação golpista da Rede Globo, marca indelével de sua história. Mas, se prestarmos um pouquinho de atenção, absurdo mesmo é esperar do monopólio inconstitucional dos Marinho atitude diferente.

Precisamos aprender com a história e entender de uma vez por todas que a burguesia é avessa a princípios democráticos. Que a democracia está para ela enquanto servir a seus propósitos de dominação, bastando um fator de inconveniência estratégica para que desfaça suas próprias regras institucionais. Desfaça sem aspas mesmo, apesar de, para ela, suas manobras golpistas serem sempre transmitidas como exemplos de heróico respeito ao estado democrático e de direito.

À cada golpe, um "inimigo de todos" é inventado. Em 64, o terror advinha de uma suposta ameaça comunista. Os meios de comunicação dominantes disseminavam que uma assombração vermelha vagava pelo país, anunciando o fim da ordem e o início do "Reino da Subversão". Atualmente, o mal vem de um dissimulado descontrolo do Estado ante o avanço da corrupção e da violência, também identificados intencionalmente com a cor vermelha. Corrupção e violência, registre-se, sem as quais o capitalismo não existiria e encabeçada pelos setores que ora dizem combatê-las. A desfaçatez do discurso hegemônico é tanta, que o assassinato da vereadora Marielle

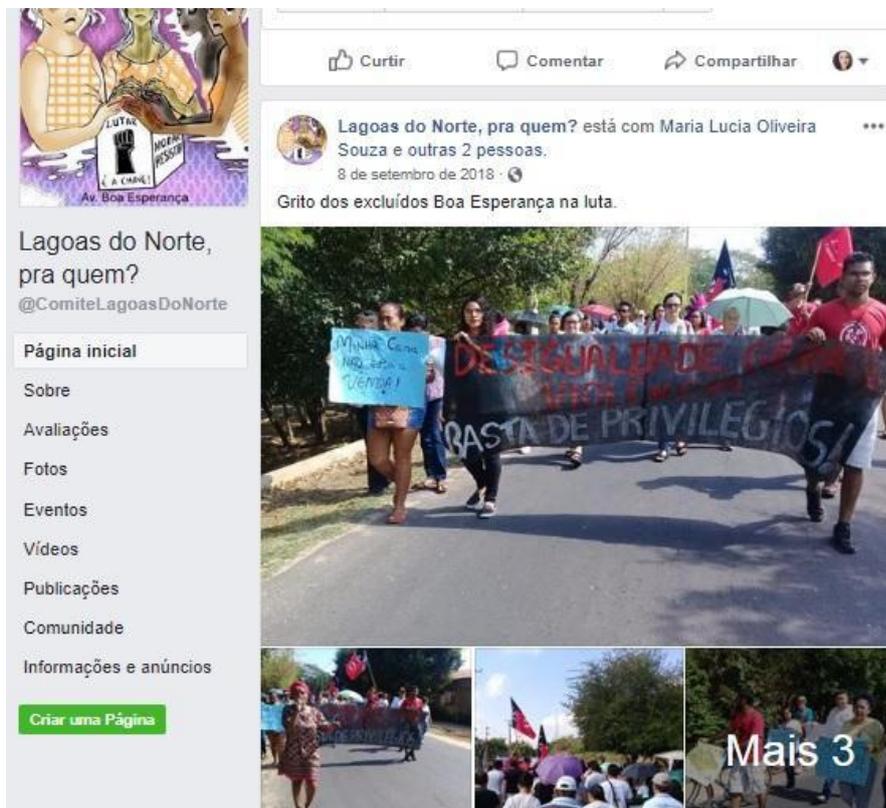
(PSOL), no Rio, é usado para ampliar o investimento na militarização contra a periferia, a mesma repressão denunciada por ela e que encurtou o colorido de sua negra vida militante e biológica.

A militarização escancarada faz parte de um neoliberalismo que já não consegue esconder a perversidade de seu *modus operandi* com a eloquência midiática do "chamado à modernidade" dos anos 1990. Por esse motivo o medo é produzido em escala industrial, porque ele "debilita-nos, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, anestesia-nos diante do sofrimento do próximo e, no final, torna-nos cruéis", como alerta papa Francisco. A indústria do medo existe para deixar a população aberta, e até solicita, à institucionalização da perversidade. Assim se espalham pela América Latina "golpes parlamentares", derrubando governos progressistas, recrudescendo o terrorismo de Estado e convivendo com a aparição de movimentos fascistoídes.

Que nossa catequese transgrida os planos cativadores da neocolonização, "sem medo do medo" e "com a coragem de dizer", como testemunham Pedro Casaldáliga e Carlos Marighella.

Diagramação: Emanuel Ramos
 Edição: Thales Emmanuel,
 pe. Júlio Ferreira
 Revisão: Thales Emmanuel
 Textos: Emanuel Ramos,
 Thales Emmanuel, pe. Júlio Ferreira
 Fotografias: Emanuel Ramos,
 Thales Emmanuel, pe. Júlio Ferreira
 Impressão/tiragem: 1.000
 E-mail: emanuelramos07@hotmail.com
 /juliocebs@gmail.com/
 temthales@hotmail.com

ANEXO D – Registro de algumas publicações feitas na Página no Facebook do Lagoas do Norte, pra quem?



A screenshot of a Facebook post from the page 'Lagoas do Norte, pra quem?'. The post features a large photograph of a group of people participating in a protest. They are holding a long, dark banner with the text 'DESGUALDADE É A RASTA DE PRIVILEGIOS' written in red and white. A smaller sign in the foreground says 'MUNICÍPIO NÃO É A RASTA DE PRIVILEGIOS!'. The background shows a paved area with trees and other participants. The post includes interaction buttons for 'Curtir', 'Comentar', and 'Compartilhar'. The text of the post reads: 'Lagoas do Norte, pra quem? está com Maria Lucia Oliveira Souza e outras 2 pessoas. 8 de setembro de 2018 · Grito dos excluídos Boa Esperança na luta.' On the left side of the image, the page's navigation menu is visible, including options like 'Página inicial', 'Sobre', 'Avaliações', 'Fotos', 'Eventos', 'Vídeos', 'Publicações', 'Comunidade', and 'Informações e anúncios'. A green button labeled 'Criar uma Página' is also present.



A screenshot of a Facebook video post from the page 'Lagoas do Norte, pra quem?'. The video shows a man with a beard and a straw hat being interviewed by a woman with long dark hair. The man is wearing a white t-shirt with 'LAGOAS DO NORTE' printed on it. The video player interface is visible, showing a progress bar and a play button. The text of the post reads: 'Lagoas do Norte, pra quem? compartilhou uma publicação. 7 de setembro de 2018'. Below the video, it indicates '278 visualizações' and identifies the user as 'Renata Lopes' who posted it on '7 de setembro de 2018'. The video title is 'Lagoas do Norte a custo do sofrimento das familias'. At the bottom, there are buttons for 'Assista a este vídeo com seus amigos' and 'Iniciar watch party', along with a like count of '10' and a share count of '1 compartilhamento'.

 **Lagoas do Norte, pra quem?** 30 de agosto de 2018 · 🌐

Vamos nos aquilombar!



19 4 compartilhamentos 159 visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 **Lagoas do Norte, pra quem?** 23 de agosto de 2018 · 🌐

Lagoas do Norte Pra Quem?
As crianças da comunidade do Infernim, uma das comunidades seladas pra ser desapropriada, disseram que o que mais gostam é brincar de subir nas árvores e olhar a lagoa.
Por nossas crianças exigimos qualidade de vida e o direito de permanecer no lugar onde nascemos.



 Sarah Fontenelle e outras 16 pessoas 3 compartilhamentos

 Lagoas do Norte, pra quem? ...
20 de agosto de 2018 · 🌐

Ontem nos encontramos com o príncipe da Nigéria Baba Edimula, que está visitando Teresina e nos deixou uma mensagem de fé e resistência à tirania dos homens brancos.
Momento especial de conexão com nossas raízes africanas.
Axé!



Mais 3

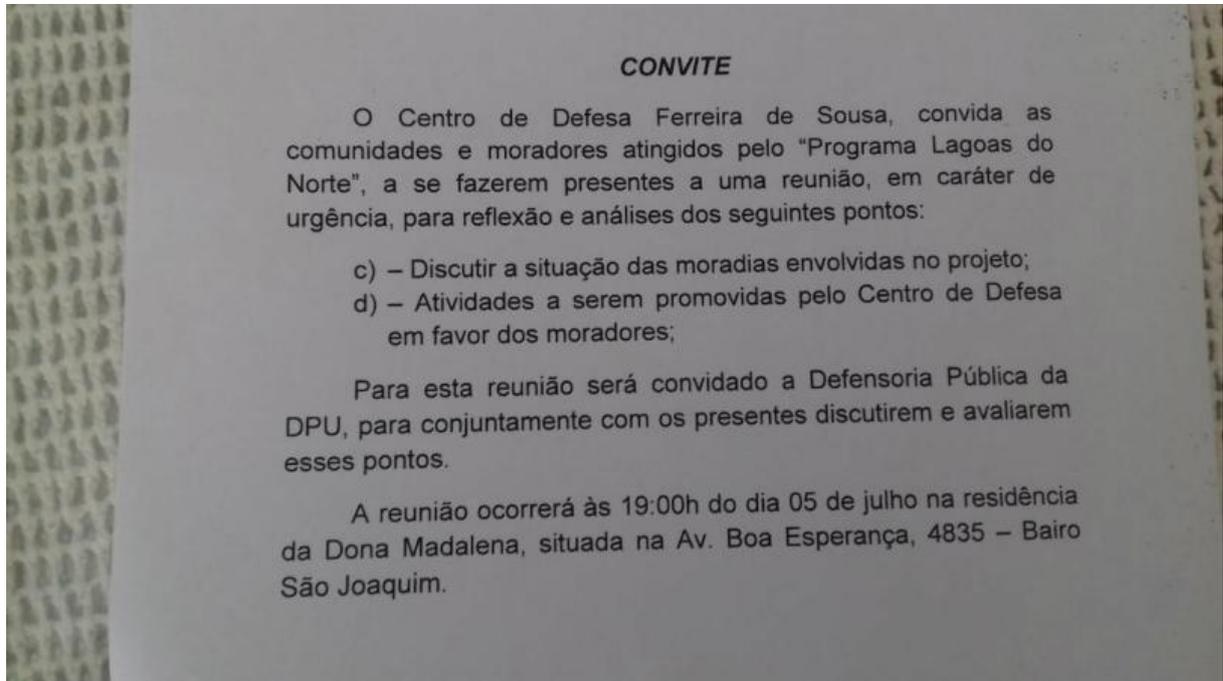
 Lagoas do Norte, pra quem? está com Maria Lucia Oliveira Souza. ...
17 de agosto de 2018 · 🌐

Moradores da Zona Norte realizam protesto ,no aniversário de Teresina, contra as desapropriações de suas casas, pelo projeto Lagoa do Norte. Prefeito Firmino não diálogo com os moradores, e sempre compra os meios de comunicação pra justificar suas mentiras.



Mais 5

ANEXO E – Convite feito para a comunidade sobre reunião em caráter de urgência no Centro de Defesa Ferreira de Sousa



ANEXO F – Fotografias feitas durante os atos, manifestações e projetos realizados pelo movimento Lagoas do Norte, pra quem? e compartilhadas pelo Whatsapp e Facebook.













ATINGIDAS PELO PROGRAMA LAGOS DO NORTE (LAGOS DO NORTE PRA QUEM?)

- ➔ **OBJETIVO GERAL:**
 - ➔ Mudar a realidade, concretizando a cidade que queremos, para que todos se possam realizar, vida digna e acesso a todos os direitos.
 - ➔ Ser realidade (lugar, ser, movimento, tempo, espaço, modo, estratégia, operacionalização de trabalho, etc)
 - ➔ Criar e reconstruir o movimento contra genocídio estrutural, natural e ambiental (etc)
- ➔ **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**
 - ➔ Promover um novo tipo de regulamentação familiar
- ➔ **ESTRATÉGIAS:**
 - ➔ Formação política e cultural
 - ➔ Promover arte popular (formação de grupo cultural)
 - ➔ Planejamento (dentro e fora da comunidade)
 - ➔ Informar nossos objetivos a outras comunidades
 - ➔ Participação nos conselhos populares
 - ➔ Solicitar registros ou reconhecimento de eventos (dos ritos, vacâncias, rituais, pesquisas, heranças, etc), artigos (imprensa)
 - ➔ Realizar sempre
 - ➔ Se não
 - ➔ Fortalecimento do Centro de Debates
 - ➔ Perseverar
 - ➔ Mapeamento
 - ➔ Manter Cartografia de Memórias
 - ➔ Universidade (popular)
 - ➔ Mídia (Aplicação e Propaganda, produção de materiais - livros, folhetos, cartazes, etc)
 - ➔ Conectar os projetos a outros na luta
 - ➔ Capacitação de recursos
 - ➔ Disputar o espaço
 - ➔ Defender período vicinal
- ➔ **PARCEIRAS:**
 - ➔ Comunidade's própria comunidade
 - ➔ Centro de Defesa Ferreira de Sousa
 - ➔ OPA (Organização Popular)
 - ➔ Coletivo Florencer
 - ➔ Universidade (trouxo Ciências Sociais, Direito, Arquitetura, Geografia, Comunicação Social, etc, AII/PA - movimentos jurídicos universitários populares)
 - ➔ Ministério Público (MP/MPF)
 - ➔ Defensoria Pública (DP/DPUC)
 - ➔ Comissão de Direitos Humanos e Coletivos da OAB-PI
 - ➔ Comissão da Verdade da Esquadra Negra da OAB-PI
 - ➔ Igrejas
 - ➔ Terceiro
 - ➔ Militares
 - ➔ Comunidades's própria comunidade
 - ➔ Centro de Defesa Ferreira de Sousa

